UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós- graduação em História Social

FRANCISCA CARLA SANTOS FERRER

ENTRE A LIBERDADE E A ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO
BRASIL: ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS DOS ESCRAVOS NA CIDADE DE
JAGUARÃO ENTRE 1865 a 1888

(Versão Revisada)

SÃO PAULO

2011

FRANCISCA CARLA SANTOS FERRER

ENTRE A LIBERDADE E A ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO
BRASIL: ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS DOS ESCRAVOS NA CIDADE DE
JAGUARÃO ENTRE 1865 a 1888

Tese apresentada como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutor, Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, sob a orientação da profa. Dra. Maria Helena P. T. Machado.

SÃO PAULO

2011

FRANCISCA CARLA SANTOS FERRER

ENTRE A LIBERDADE E A ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO
BRASIL: ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS DOS ESCRAVOS NA CIDADE DE
JAGUARÃO ENTRE 1865 E 1888

Tese apresentada como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutor, Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, sob a orientação da profa. Dra. Maria Helena P. T. Machado.

Aprovado em

Banca examinadora

Enidelce Bertin

André Rosemberg

Julia Silveira Matos

Carmem G Burgert Schiavon

Ao meu esposo, amor, amigo e companheiro
inseparável nessa longa jornada.

AGRADECIMENTOS

A princípio agradeço a todos os amigos e familiares que fizeram parte dessa história e que de diversas maneiras compartilharam, ajudaram e instigaram a finalização desse longo processo da minha vida acadêmica.

Agradeço especialmente à minha orientadora Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado pela orientação rigorosa e críticas relevantes, que foram imprecidáveis para o desenvolvimento e finalização desse trabalho acadêmico.

À Dona Nilza e Dona Izolda funcionárias do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão pelo acolhimento cuidadoso e gentil tanto no Instituto como na cidade de Jaguarão.

À Jerusa funcionária do museu Carlos Barbosa da cidade de Jaguarão, por disponibilizar a documentação possível e relevante à nossa pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul pelo atendimento sempre gentil ao disponibilizar a documentação necessária.

Ao prof. Dr. Paulo Moreira Staudt por colaborar com dados da pesquisa.

Aos professores de disciplinas cursadas no curso de Pós-graduação em História Social da USP: Mônica Dantas, Mirian Dolhnikoff, Sara Albieri e Leila Hernandez.

Às professoras Keila Grinberg e Cristina Wissenbach pela leitura e críticas pertinentes na banca de qualificação desse trabalho.

Às colegas da USP: Marília Ariza, Thais Buva, Maria Clara Carneiro Sampaio e especialmente Maíra Chinelatto que ajudaram com a amizade, carinho e leituras críticas e pertinentes dessa tese.

As profas Dras. Eni Bertin, Julia Silveira Matos e Carmem G. Burgert Schiavon pelas indicações de leituras, disponibilidade para conversas e

principalmente por importantes críticas que ajudaram a desvendar caminhos doravante obscuros da pesquisa.

À minha amiga de adolescência Roberta Simara Del Galo que carinhosamente me ajudou no início do curso de doutorado, disponibilizando sua atenção e sua casa para eu conseguir assistir a disciplina obrigatória, enquanto eu morava no interior de São Paulo.

À sra. Norma Marli Silveira que em momentos difíceis do final da escrita da tese me doou sua amizade, carinho e conforto de uma verdadeira mãe.

Às minhas primas Magda, Jaqueline e Michele pela amizade, principalmente em momentos tensos durante esse período de construção da tese.

Ao meu amado esposo Isaac Newton Siqueira Ferrer que sempre me apoiou nessa empreitada cheia de altos e baixos, que é a vida acadêmica.

Aos meus pais por suas presenças amorosas e incentivos, mesmo a quilômetros de distância (Ceará a São Paulo), sempre estiveram presentes na minha vida.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar as estratégias de liberdade elaboradas pelos escravos na fronteira meridional do sul do Brasil, enquanto experiências cotidianas desses cativos na cidade de Jaguarão, entre os anos de 1865 a 1888. Essa proposta visa entender os escravos enquanto sujeitos históricos que conseguiram agenciar sua própria liberdade através de lutas estratégicas na região fronteira entre o Brasil e o Uruguai, em meio a Guerra do Paraguai e a abolição da escravidão no Brasil. Portanto, para desenvolvermos a presente tese buscamos apreender a dinâmica cotidiana dos escravos nas estâncias da cidade de Jaguarão, antes e durante o conflito internacional com o Paraguai, de forma a compreender as relações entre senhores e cativos, nesse espaço estratégico de fronteira. É pertinente apontarmos também os efeitos do impacto da Guerra da Tríplice Aliança na sociedade sulina, com enfoque no retorno dos negros libertos à Jaguarão, de forma a ressaltar a “problemática” da inclusão desses homens na malha do tecido social dessa região austral. Questões como a re-escravização dos soldados negros, a efetivação desses combatentes nas Forças Armadas e, ainda, a relevância do papel do soldado liberto no processo de abolição da escravidão em Jaguarão estarão presentes e entrelaçadas nessa pesquisa.

Palavras- chave: Escravidão, fronteira, resistência, Guerra do Paraguai.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the strategies developed by slaves to free themselves on the southern border of Brazil, along with daily experiences of these captives in the city of Jaguarão between 1865 and 1888. This proposal's aim is to better understand slaves as historical subjects who managed to negotiate their own freedom through strategic battles in the border region between Brazil and Uruguay, in the midst of the Paraguayan War and the abolition of slavery in Brazil. Therefore, to develop this thesis we seek to grasp the daily dynamics of slaves in the resort town of Jaguarão before and during the international armed conflict with Paraguay, in order to understand the relationships between masters and slaves along the border. It is pertinent to also point out the effects of the impact of the Triple Alliance War on the southern society, focusing on the return of freed blacks to Jaguarao in order to emphasize the "problem" of including these men in the netting of the social web of this southern region. Issues such as the re-enslavement of black soldiers, the effectiveness of the combatants in the armed forces, and also the important role of the soldiers released in the process of the abolition of slavery in Jaguarão will be assessed and intertwined in this research.

Keywords: Slavery, border, resistance, Paraguayan War

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Arquivo Público do Estado do rio Grande do Sul: APERS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: AHRs

Arquivo Histórico do Exército: AHEx

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão: IHGJ

LISTA DE FIGURAS

Figura 0 1- Localização geográfica de Jaguarão	35
Figura 02- Mapa estatístico do trabalho	79
Figura 03- Anúncio de fuga de escravo	110
Figura 04. Aliciamento de escravos	114
Figura 05- Concessão de cartas de liberdade no período de 1865- 1869	129
Figura 06- Estatística de crimes cometidos na Província do Rio Grande do Sul (1863 a 1867)	133
Figura 07-- Mapas de deserções, apreensões e apresentações nos meses de maio e junho de 1869	137
Figura 08- Sátira do jornal <i>Cabichuí</i>	153
Figura 09 - Acampamento brasileiro frente a Uruguaiana	155
Figura 10- Artilharia e infantaria no campo de batalha	157
Figura 11- A recepção dos Voluntários da Pátria	160
Figura 12- Escravos e livres na população de Jaguarão, 1872	174
Figura 13- Relatório de Presidente de Província	180
Figura 14- Quota do Fundo de Emancipação para a província do rio Grande do Sul em 1880	181
Figura 15: Decreto nº 5.135 de 13 de novembro de 1872, Art nº 57, inciso 1º	184
Figura 16-Concessão de liberdade 1883- 1884	200

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Arrecadação dos produtos	36
Tabela 02- Fluxo de gado na fronteira em 1864	37
Tabela 03- Inventários	63
Tabela 04- Mapa demonstrativo de charqueadas em 1856 em Jaguarão	77
Tabela 05 – Negros uruguaioes escravizados	85
Tabela 06- Roubo de escravos no Uruguai	87
Tabela 07- Negros vendidos como escravos para Jaguarão	88
Tabela- 09 - Substituição por escravos	131
Tabela-10- Diretoria eleita da Sociedade Emancipadora Jaguareense	193
Tabela 11 - Liberdades Concedidas 1881-1884	198
Tabela 12 - Contratos de serviço	203

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1- A formação histórica da fronteira viva no Rio Grande do Sul	26
1.1- A formação histórica da fronteira no Rio Grande do Sul	26
1.1.1- A formação histórica da região fronteira de Jaguarão	33
1.2- O impacto das guerras no processo de delimitação da fronteira do Rio Grande do Sul	41
1.3- A fronteira viva sul-rio-grandense na historiografia	50
Capítulo 2- A economia escravista no Rio Grande do Sul	56
2.1 - A economia escravista em Jaguarão	75
2.2. A sociedade e a elite estancieira em Jaguarão	94
Capítulo 3- O escravo na fronteira: estratégias de liberdade	104
3.1- Estratégias de liberdade na fronteira de Jaguarão	108
3.2- A liberdade “camuflada”	125
4- O processo de abolição da escravidão em Jaguarão: da Guerra do Paraguai à abolição	144
4.1- O Soldado Liberto na Guerra do Paraguai	145
4.2- O retorno dos soldados libertos da Guerra do Paraguai	160
4.3- O processo emancipacionista	170
4.4- Movimento emancipacionista/ abolicionista em Jaguarão	185
4.4.1- Sociedade Emancipadora Jaguareense	188

Considerações finais	207
Arquivos Consultados	211
Bibliografia	216
Anexos	234

Introdução

O presente trabalho reúne dois temas amplamente discutidos na historiografia brasileira: escravidão e Guerra do Paraguai. No entanto, procuramos nesse trabalho dar uma abordagem diferenciada a partir da problemática da inserção do escravo como soldado na Guerra do Paraguai. Nesse sentido, percebemos os implicativos que essa inserção do cativo na guerra teve em um contexto mais amplo da sociedade fronteiriça sul-rio-grandense. Portanto, no desenvolvimento dessa pesquisa percebemos que a inserção do escravo na guerra fazia parte de um conjunto de estratégias articuladas pelos próprios cativos como instrumento para alcançarem a liberdade. Nessa perspectiva, a presente tese se propõe a analisar e compreender essas estratégias de liberdade e como foram utilizadas pelos escravos na fronteira da cidade de Jaguarão, entre os anos de 1865-1888.

Entretanto, como nos referimos, a temática central dessa pesquisa está relacionada a uma ampla discussão e tradição historiográfica que em muito nos auxiliou na construção das análises aqui apresentadas. Dessa forma, foi relevante percebermos que nas últimas décadas, a historiografia da escravidão teve seu campo de investigação ampliada pelos pesquisadores, como Sidney Chalhoub, João José Reis e Maria Helena Machado, os quais analisaram a inserção do escravo enquanto protagonista, ou seja, como agente ativo da história, no processo de abolição da escravatura no Brasil.¹ Dada essa renovação historiográfica, estudos sobre a inserção de escravos e libertos em tropas do exército passaram também a ser objeto de atenção dos historiadores. Sendo

¹ Essa nova vertente por ser compreendida através da seguinte bibliografia: CHALHOUB, Sidney. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; MACHADO, Maria Helena P.T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: EDUSP, 1994.

assim, destacam-se nessa renovação historiográfica, autores que estudam a participação dos escravos na Guerra do Paraguai, como: Ricardo Salles, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay, André Toral, Jorge Prata de Souza e Celso Castro.

Ricardo Salles em seu livro "Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército" analisou a formação do exército, durante a Guerra do Paraguai, sua relação com as camadas médias, setores populares livres e escravos. Nesse trabalho enfatizou o processo de mobilização e recrutamento dos escravos e da "camada popular" à organização do exército imperial, discussão relevante para nossa pesquisa, ao abordar a questão da escravidão no contexto da Guerra da Tríplice Aliança, o que nos possibilita entender a participação do soldado-liberto nesse conflito internacional. Compartilhando das discussões dessa nova vertente historiográfica, se destaca também a obra "O Cerne da Discórdia, a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército", do autor Vitor Izecksohn. Nesse livro o historiador discutiu um aspecto relevante para nosso estudo, a reorganização do exército brasileiro, a partir do desenvolvimento do núcleo profissional da força terrestre do Brasil. O ensaio do referido autor nos auxiliou a compreendermos o processo de consolidação dessa força militar na contestação da escravidão ao governo imperial. Outro trabalho que consideramos essencial para nosso estudo, é o texto O Abrigo da Farda: O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888, de autoria de Hendrik Kraay. Nesse ensaio, Kraay analisou a incorporação dos escravos nas forças militares, destacando as estratégias dos cativos em se alistar no exército como voluntários para conseguir a liberdade, essa prática foi denominada por esse autor, de "abrigo da farda".

Ainda na mesma direção, na historiografia do Rio Grande do Sul, destacamos o artigo "Sobre fronteira e liberdade-representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864- 1870)" de autoria de Paulo Moreira, no qual discutiu o tema do escravo na Guerra do Paraguai no sul do Brasil. Esse artigo nos auxiliou na discussão em relação à escravidão e a fronteira meridional, assim como o impacto da

Guerra do Paraguai no cotidiano da sociedade sulina. O autor ao apresentar nesse ensaio diferentes casos de resistências de escravos na fronteira, no período da guerra, nos forneceu subsídios para entender o impacto da guerra na organização dos cativos contra o sistema escravista. Segundo Moreira, a “Guerra do Paraguai criou um quadro favorável para insurreição, que em outros momentos pareceriam formas de suicídio coletivo”.² Fundamentados em tal análise percebemos que a Guerra do Paraguai proporcionou aos escravos mais uma possibilidade de liberdade tanto através de levantes, fugas ou da própria participação dos cativos no conflito bélico.

Além desses debates, é preciso percebermos que entre os estudos que analisaram a questão da escravidão na fronteira meridional do Brasil temos Keila Greinberg, Rachel Caé, Jônatas Caratti, Paulo Moreira Staudt entre outros autores que já estão amplamente discutidos nesse trabalho, que apresentam o escravo como sujeito de sua própria luta pela liberdade. Também buscamos a historiografia referente a história da escravidão na cidade de Jaguarão. Dentre a qual em muito nos auxiliou trabalhos acadêmicos como: a dissertação de mestrado de Jônatas Caratti³ que abordou a dinâmica do comércio de escravos em Jaguarão, na primeira metade do século XIX. Esse autor analisou o impacto das leis

² MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Sobre fronteira e liberdade- representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864- 1870)*. Anos 90, Porto Alegre. N 9. Julho de 1998, p. 8.

³ CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. Dissertação apresentada a UNISINOS. São Leopoldo, 2010. CARATTI, Jônatas Marques. *Em busca da posse cativa: o Tratado de Devolução de Escravos entre a República Oriental do Uruguai e o Império brasileiro a partir de uma relação nominal de escravos fugidos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1851)*. In: Anais do 4º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil meridional. Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009. CARATTI, Jônatas Marques. *Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860- 1880)*. In: IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre. 2009. CARATTI, Jônatas Marques. *Escravidão e hierarquias sociais na fronteira sul do Rio Grande de São Pedro nas primeiras décadas do século XIX: notas iniciais de pesquisa*. In: 4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil meridional. Curitiba-PR maio de 2009.

abolicionistas uruguaiais nas regiões de fronteira, a partir das trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842- 1862). Outro trabalho relevante é o de Gabriel Aladrén⁴ que busca analisar a relação da guerra e da escravidão nas primeiras décadas dos oitocentos, a fim de entender as experiências de escravos e negros livres, as hierarquias sociais e as formas de estruturação do sistema escravista em um contexto de fronteira. Além desses historiadores, podemos ainda destacar o trabalho de Paulo Roberto Moreira Staudt⁵ em seu artigo “Voluntários negros da pátria: o recrutamento de escravos e libertos na Guerra do Paraguai” que se aproxima de nossa problemática ao buscar compreender a participação de indivíduos negros no conflito do Brasil contra o Paraguai (1865/1870), ou seja, esse autor analisou como os escravos, libertos e negros livres se inseriram, ou foram inseridos neste conflito internacional. Nessa perspectiva, destacamos que nossa pesquisa também busca compreender a participação dos cativos na Guerra do Paraguai, entretanto, nosso foco incide especificamente sobre a análise das estratégias de liberdade dos escravos na cidade de Jaguarão, no período da Guerra do Paraguai, e o processo emancipacionista/ abolicionista dessa região de fronteira. A partir dessas discussões, aliadas as fontes, procuramos então compreender as estruturas articuladas pelos próprios escravos para alcançarem sua liberdade e ampliar as discussões sobre as estratégias desses cativos que impulsionaram e contribuíram a abolição em Jaguarão.

Como vemos, nossa tese se insere em uma discussão de História social da escravidão. Os historiadores que optam, como nós, por realizar uma história social têm como característica direcionar suas pesquisas e objetos aos modos de organização da sociedade, suas relações

⁴ ALADRÉN, Gabriel. *Escravidão e hierarquias sociais na fronteira sul do Rio Grande de São Pedro nas primeiras décadas do século XIX: notas iniciais de pesquisa*. IN: 4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil meridional, maio de 2009.

⁵ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Voluntários Negros da Pátria: O recrutamento de escravos e libertos na Guerra do Paraguai*. In: POSSAMAI, Paulo César (org). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2010, páginas 175 a 198.

conflituosas ou interativas entre os grupos sociais. O foco do nosso trabalho, atrelado à história social, é analisar as formas de vida e estratégias de sobrevivências de grupos excluídos ou discriminados, com vistas a perceber como se formaram as desigualdades sociais e os processos de transformações da sociedade, por fim, compreender como determinados grupos organizam suas posições em relação ao trabalho. Nessa direção, buscamos compreender como se organizaram os escravos, de forma a perceber como se estabeleceram relações conflituosas com seus senhores e principalmente, como a partir da ação desse grupo se estruturaram os processos de transformação social que contribuíram para a abolição da escravatura. Assim, visamos, na direção dos estudos da história social da escravidão, analisar as experiências dos escravos na fronteira meridional do sul do Brasil, entendendo esses cativos enquanto sujeitos históricos que conseguiram agenciar sua própria liberdade. Nessa perspectiva, Eleonora Felix da Silva afirma que a renovação historiográfica da história social contribuiu para os estudos da escravidão:

Rompendo com as interpretações tradicionais, são as experiências dos cativos, agindo em favor da conquista da liberdade que interessa nos estudos sobre o tema. Ainda sob influência thompsoniana, tematiza-se as relações conflituosas entre senhores e escravos. Incluem-se também estudos sobre família, cultura, cotidiano e as múltiplas formas de resistência escrava.⁶

Sendo assim, fundamentados nos debates da História social da escravidão, conforme discorreu Eleonora Felix da Silva, buscamos problematizar as formas como os cativos agenciaram estratégias para alcançar sua liberdade e contribuíram para fragilizar e corroer o sistema escravista no Rio Grande do Sul.

⁶ SILVA, Eleonora Felix da. *E.P. Thompson e as contribuições para a História Social e os estudos sobre escravidão*. Disponível em: http://www.janduarte.com.br/textos/e_p_thompson.pdf, acesso em 14/11/11, às 15 h.

Dentro dessa discussão, se faz importante aqui, discorrermos sobre a trajetória que fizemos até chegar a proposta dessa tese, pois, o presente tema de estudo faz parte de nossas reflexões desde as pesquisas realizadas durante o mestrado, no qual analisamos o recrutamento militar para o exército, durante a Guerra do Paraguai no Rio Grande do Sul. Nesse período nos deparamos com documentos sobre a participação dos escravos na referida guerra na região fronteira do sul do Brasil, mas, não os analisamos por não estarem no foco de nossos estudos e que agora contribuíram para a composição dessa tese. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, analisamos documentos como as Ordens do Dia do Exército, arquivos Militares e arquivos particulares nos quais encontramos referências sobre recrutamento e fuga de cativos que buscavam participar irregularmente da referida guerra em prol da liberdade. Sendo assim, para realizarmos esta pesquisa nos apoiamos em uma variedade documental que nos possibilitou relacioná-las adequadamente, a fim de responder nossos questionamentos sobre as estratégias articuladas pelos escravos para alcançarem sua liberdade. Portanto, o nosso “corpus” documental pautou-se em fontes investigadas nas seguintes instituições: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul; Museu Hipólito José da Costa- RS; Arquivo do Colégio Militar de Porto Alegre e Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul pesquisamos nos livros da Câmara Municipal; pasta Autoridade Militar; Relatório de Presidente de Província; Guarda Nacional; Polícia; Justiça; Diversos e Arquivos particulares. O arquivo “Autoridades Militares” foi relevante para compreendermos a dinâmica das relações sociais entre os militares que participaram da Guerra do Paraguai, naquele período, através das “fés de ofícios”, cartas e demais documentos de guerra. No fundo “Requerimentos”, destacamos diferentes solicitações como, o pedido dos escravos ao Presidente de Província para participar da Guerra como voluntários, nos quais exigiam ser enquadrados na arma de Artilharia, especialidade onde a maioria do contingente era formado por homens livres e estrangeiros. Tal solicitação, por sua vez, já nos indicou a

necessidade que os africanos livres e libertos, tinham em não fazer parte do mesmo Batalhão, em que se encontrava a maioria dos libertos que receberam sua alforria pela contingência da guerra. A partir da referida questão, podemos entender que, se havia a imprescindível vontade dos negros livres e libertos de não se misturarem com os “escravos” da guerra, era porque, mesmo conseguindo a liberdade, esses soldados negros, designados em sua maioria à arma de Infantaria, muitas das vezes, não conseguiam deixar de ser vinculados à escravidão. Como de fato ocorreu em inúmeros casos, analisados nos arquivos particulares e de justiça, nos quais pudemos observar que esses soldados foram re-escravizados após a guerra. Os requerimentos indicam também, outras questões, como: pedidos de isenção da Guerra para parentes e filhos; solicitação de substituição de um convocado livre à guerra por um escravo; denúncia de senhores que exigiam seus cativos de volta por não ter-lhes concedido a liberdade e acusações de rapto de escravos para servirem na guerra.

Na pasta da Justiça encontramos documentos que informavam sobre o cargo de recrutador, relações nominais dos recrutas por município, incluindo a designação de escravos como substitutos ou doados, correspondências de civis convocados, o cotidiano do campo de batalha. Através desses documentos entendemos as relações sociais no teatro de operações, doações em dinheiro e homens, assim como a evasão dos recrutas, como as fugas de libertos. Nos arquivos da Guarda Nacional e Polícia, verificamos correspondências entre os Guardas sobre o cotidiano das batalhas, solicitações para não participarem do *front*, exigência por maior número de contingente, armamento, fardamento, víveres e cartas pessoais em que esses Guardas Nacionais pediam à família o envio de “escravos”, para lhes servirem nos acampamentos. Na pasta de Polícia existiam pedidos de reforços às cidades, devido ao aumento de roubo e mortes, além de fugas e insurreições de escravos. Esses documentos encontrados tanto nos fundos da Polícia como da Guarda Nacional nos possibilitaram recuperar o enredo histórico sobre os escravos na região fronteira de Jaguarão.

A partir da vasta documentação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, analisamos o acervo dos Tabelionatos (Registros Diversos e Transmissões e Notas), bem como, os documentos Cartas de Alforria, Compra e Venda de Escravos e Processos-Crimes da cidade de Jaguarão. As Cartas de Liberdade foram importantes para verificarmos as liberdades concedidas em prol da guerra e ainda o impacto da Guerra do Paraguai no movimento abolicionista de Jaguarão, e assim, percebermos a relação entre a quantidade e a possibilidade em que eram doadas essas cartas após o período desse conflito internacional. Nos processos crimes verificamos os casos de homicídios, roubos, agressões físicas e verbais, que envolviam escravos e soldados libertos, dentre outros, como a escravização de negros uruguaios.

A partir dessa fonte, pudemos verificar quantitativamente e qualitativamente os crimes em que os escravos eram citados. Por fim, no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão localizamos mais especificamente os jornais da cidade, através dos quais analisamos o contexto social do município após a Guerra do Paraguai, o desenvolvimento do movimento abolicionista e a participação do soldado liberto no cotidiano daquela fronteira sulina. Assim, a partir desse contato com as fontes citadas e leituras bibliográficas sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, iniciamos a análise do contexto da escravidão na fronteira meridional do império brasileiro e o impacto da Guerra do Paraguai nessa região austral.

Portanto, para desenvolvermos a presente tese buscamos apreender a dinâmica cotidiana dos escravos nas estâncias da cidade fronteira de Jaguarão, antes, durante e após o conflito internacional com o Paraguai, de forma a compreender as relações entre senhores e cativos, nesse espaço estratégico de fronteira. Outra questão relevante foi percebermos como eram recrutados os escravos para participar da Guerra contra o Paraguai, seu cotidiano nesse conflito e inserção social desses negros nas forças militares após 1870. Posteriormente compreendemos o processo emancipacionista/ abolicionista na cidade de Jaguarão.

Sendo assim, a escolha dessa abordagem espacial do município de Jaguarão se justifica por dois motivos: o primeiro pela inediticidade do foco do estudo e em segundo pela possibilidade de realizarmos um estudo de maior amplitude temporal, através da pesquisa de um número mais expressivo de fontes. Essa opção, portanto, permitiu compreendermos momentos distintos de um mesmo processo histórico, tanto nas especificidades regionais, como na análise com outros espaços fronteiriços, como a república uruguaia. Ao estudarmos as permanências e rupturas da sociedade sul-rio-grandense no período de intensas transformações, a partir da Guerra da Tríplice Aliança até a abolição dos escravos, visamos contribuir para o estudo da história social do escravo no Rio Grande do Sul e no Brasil. Ao reconstruirmos a dinâmica peculiar dos processos sociais que compunham as estratégias cotidianas dos escravos interligados às práticas sociais e econômicas de uma zona de contato fronteiriça, buscamos preencher a lacuna de estudos sobre as estratégias de liberdade dos escravos no período da Guerra do Paraguai, na região de campanha fronteiriça do Brasil.

Dentro desse debate, como já apontamos, nosso objetivo nessa pesquisa foi analisar a escravidão na fronteira meridional do Brasil, no contexto da Guerra do Paraguai até o período da abolição. Esse estudo buscou ainda apreender a dinâmica cotidiana dos escravos na cidade de Jaguarão, um espaço estratégico da fronteira austral do Brasil escravista dividida com a República do Uruguai. Dessa forma, a fim de nortearmos o caminho que iremos percorrer ao longo dessa pesquisa apontamos os seguintes questionamentos sobre a situação limítrofe do escravo entre a liberdade e a escravidão, na fronteira do Brasil com o Uruguai: Como eram as tensas relações entre senhores e escravos na região meridional brasileira? Qual foi o impacto da Guerra do Paraguai no cotidiano do escravo e na sociedade de Jaguarão? Qual o papel social do soldado liberto no movimento abolicionista sul-rio-grandense? Com vistas a responder tais questionamentos estruturamos nossa tese em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, discorremos sobre o conceito de fronteira. Analisamos as especificidades apresentadas pela fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Tal aproximação possibilitava as relações sociais, políticas e econômicas dos grandes estancieiros sul-rio-grandenses, que do outro lado do limite fronteiriço, possuíam grandes propriedades rurais, com próspera criação bovina e estreitos vínculos familiares. O limite fronteiriço entre o império brasileiro e a república uruguaia despertava nos escravos sulinos o sonho da manumissão, que poderiam alcançar atravessando a fronteira: através de fugas, revoltas e participações em guerras, como soldados. Devido essa relação proporcionada pelo convívio intenso na fronteira sul do país, entre rio-grandenses e uruguaios, grande parte dos distúrbios sócio-políticos e econômicos na república uruguaia, envolviam a sociedade sul-rio-grandense. Ao entendermos essa ligação fronteiriça que constituía um sistema no qual existiam vários níveis de cooperação, como social, econômico e político, podemos compreender a participação dos rio-grandenses nos conflitos armados existentes no Uruguai, entre os partidos *Blanco e Colorado*⁷, pois esses brasileiros necessitavam garantir a segurança de suas propriedades e seus interesses políticos, econômicos e sociais, localizados naquele país.

Com o intuito de continuarmos nossa análise, dividimos o segundo capítulo em três momentos. No primeiro momento realizamos uma discussão bibliográfica sobre o sistema escravista no Rio Grande do Sul com vistas a compreender como as relações entre a economia e a escravidão se articularam de forma própria das regiões fronteiriças, assim como a cidade de Jaguarão. Dessa forma, na segunda parte analisamos o sistema escravista jaguareense e suas implicações no cotidiano da fronteira

⁷ Segundo Alberto Zun Felde, O Partido Blanco era arraigado no meio rural e fiel à tradição hispânica, o qual encarava a defesa dos interesses americanos e orientais. O Partido Colorado localizava-se, principalmente, na cidade de Montevidéu e oferecia a imagem mais urbanizada. Desta forma, este partido aceitava as correntes liberais européias e se identificava com os imigrantes.

dessa cidade e por último buscamos compreender como se estruturavam as relações entre os senhores e seus escravos.

Dessa forma, no segundo capítulo procuramos demonstrar que a cidade de Jaguarão apresentava em sua organização social, política e econômica, alguns aspectos que também foram comuns a modelos estabelecidos em outras regiões do Rio Grande do Sul, marcadas pela presença da fronteira. Assim, esse capítulo nos auxiliou a compreender como se estruturaram na sociedade jaguareense, sua política e economia escravista de forma a perceber como a fronteira foi utilizada pelos escravos enquanto um meio e um instrumento para alcançarem sua liberdade.

Nesse capítulo, buscamos compreender a economia escravista em Jaguarão com vistas a entender a dinâmica social na qual estavam inseridos os estancieiros e os escravos. Assim, pudemos visualizar que as relações entre os escravos e seus senhores eram estabelecidas através de um sistema de exploração do trabalho. Ainda destacamos que pelo fato de Jaguarão ser uma cidade marcada pela fronteira, as guerras foram parte central na construção das práticas sociais, econômicas e políticas dessa região. Nesse contexto de fronteira, notamos que o pilar da economia dessa cidade, que sustentava o poderio político da elite local, era a escravidão. Por fim, no segundo capítulo, consideramos, devido aos desajustes promovidos pelas guerras e a presença da fronteira, que os cativos passaram a construir estratégias de liberdade, as quais se constituíram enquanto parte do cotidiano dessa cidade.

Esse último tema foi desenvolvido em nosso terceiro capítulo, no qual analisamos as estratégias de liberdade articuladas pelos escravos de Jaguarão e as categorizamos em três tipos: fugas, ações de liberdade ou alistamento no exército para lutar na Guerra do Paraguai. Essas três estratégias foram amplamente utilizadas pelos escravos como instrumentos de resistência, enquanto que a fronteira era utilizada como uma peça articuladora de suas estratégias para conquistarem a liberdade. Buscamos, nesse capítulo, demonstrar que o espaço fronteiriço que dividia a cidade de Jaguarão de Rio Branco foi utilizado pelos escravos enquanto

um importante meio para a obtenção da liberdade após o ano de 1842, no qual o Uruguai proclamou a abolição em seu território.

Nessa direção, com vistas a compreender a categoria de estratégia, alistamento, analisamos o papel da Guerra do Paraguai em território sul-rio-grandense e como a fronteira meridional se tornou um cenário instável. Buscamos, nesse capítulo, demonstrar que a configuração dos conflitos sociais do sul do Brasil foi se intensificando durante a guerra. O cotidiano dos acampamentos das tropas uruguaias, argentinas e brasileiras tornava cada vez mais inseguro à propriedade privada dos estancieiros. Assim, a Guerra do Paraguai passou a ser visualizada pelos escravos fronteiriços como mais uma possibilidade de liberdade.

A fuga de cativos para o campo de batalha, assim como crimes, desordem e sabotagem dos serviços, tornavam-se atividades corriqueiras na fronteira meridional. Dessa forma, as autoridades sulinas passaram a temer o número de fugas e insurreições escravas, devido a essa latente mobilidade fronteiriça, ocasionada pela eclosão dessa guerra internacional. A partir dessas análises com o objetivo de ampliação de nosso olhar sobre as contribuições das ações dos escravos para os processos emancipacionistas e abolicionistas, no quarto e último capítulo dessa tese, analisamos como as estratégias apresentadas no capítulo anterior, enfraqueceram o sistema escravista e forneceram as bases para a constituição de um processo abolicionista em Jaguarão. Primeiramente, analisamos como os movimentos emancipacionistas forjaram-se em meio às reivindicações promovidas pelos próprios escravos.

O sistema escravista após o fim da Guerra do Paraguai, devido a inúmeros fatores, estava enfraquecido. Dentro desse contexto, os escravos articularam suas estratégias de liberdade, as quais ganhavam força, paulatinamente, conforme a escravidão se desarticulava. Dessa forma, nesse capítulo analisamos a participação dos escravos na Guerra do Paraguai e principalmente as relações que se estabeleceram entre o retorno dos ex-escravos da guerra e o avanço das sociedades abolicionistas na cidade de Jaguarão.

Capítulo 1: A formação histórica da fronteira viva no Rio Grande do Sul

A sociedade sul-rio-grandense em sua história apresenta um conjunto de peculiaridades culturais próprias de uma realidade margeada por guerras de território. Essas contribuíram para a constituição de um espaço que Mariana Flores da Cunha Thompson Flores convencionou chamar de fronteira viva. A fronteira viva, para a autora, assim como para Everardo Backheuser, é uma região que pode ser compreendida pela presença de conflitos que se formam no cotidiano das trocas culturais, econômicas, sociais e políticas de ordem internacional, conforme analisaremos na terceira parte do presente capítulo.⁸

Sendo assim, a partir dessa conceituação, com o intuito de compreender como o escravo na segunda metade do século XIX se utilizou dos espaços de fronteira, especificamente na cidade de Jaguarão, para alcançar sua liberdade, no presente capítulo, analisaremos a formação histórica da fronteira no Rio Grande do Sul. Esse foco nos permitirá compreender como ocorreu a constituição e delimitação das fronteiras no Rio Grande do Sul e o impacto das guerras nesse processo e por fim, perceber como os historiadores sul-rio-grandenses têm tratado esse tema.

1.1- A formação histórica da fronteira no Rio Grande do Sul

A formação histórica da fronteira no Rio Grande do Sul em primeiro momento se deu em um longo processo de lutas territoriais entre as metrópoles colonizadoras, Portugal e Espanha. No entanto, em um

⁸ Ver mais: THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Porto Alegre: PPGHIST/ UFRGS, 2007. Dissertação de Mestrado. BACKHEUSER, Everardo. *Curso de Geo-política geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

segundo momento a delimitação dos traçados limítrofes das fronteiras se reordenaram em decorrência dos movimentos de independência que se propagaram pela América Latina no decurso do século XIX. Os quais atenderam aos interesses sociais, políticos e econômicos decorrentes da ascensão da burguesia industrial na Europa e do surgimento das idéias liberais no século XVIII.

A primeira fase de delimitação das fronteiras sul-rio-grandenses, foi marcada pelas lutas entre Portugal e Espanha durante os séculos XVII, XVIII. Os territórios disputados entre as nações correspondem à área que hoje é identificada como Estado do Rio Grande do Sul, região que pertenceu inicialmente aos espanhóis. Neste território durante os séculos XVII e XVIII os jesuítas criaram assentamentos para a catequese de índios. De acordo com Batomeu Meliá primeiramente foram fundadas as missões do Tape e posteriormente os chamados Trinta Povos (sete deles no noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul).⁹

Com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento (1680) pelos portugueses, iniciaram-se avanços e recuos nos limites dos territórios entre os atuais Uruguai e Rio Grande do Sul. Essa região desde o início de sua ocupação européia foi caracterizada pela instabilidade e formação de uma sociedade militarizada. A militarização apontada teria se constituído, de acordo com Luiz Roberto Pecoits Targa, pela necessidade constante de defesa de seus territórios. Assim, a guerra, o contrabando, o comércio e o controle de homens e rebanhos proporcionaram a esse território, oportunidades de enriquecimento e poder. O Rio Grande do Sul por ter se constituído numa região fronteira, não pode ter sua história compreendida fora das relações culturais, sociais, políticas e econômicas próprias desse espaço.¹⁰

⁹ MELIÁ, Batomeu. *La lengua guaraní del Paraguay: historia, sociedad y literatura*, Madri, Editoria. MAFRE, 1992, p. 102. Ver mais: KUHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Sociedade e família no Sul da América portuguesa – século XVIII*. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos & NEUMANN, Eduardo Santos (org). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

¹⁰ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – período colonial*. São Paulo: Brasil, 1979.

Conforme podemos perceber, a militarização da sociedade sul rio-grandense foi consequência das constantes lutas territoriais e acabou por influenciar na formação de uma cultura diferenciada do restante do país, voltada para suas relações com a fronteira e preservação de seus domínios. O Rio Grande do Sul, ao ser conquistado pelos portugueses no século XVIII, apresentava acampamentos de fronteira, que se destinavam à vigilância e defesa da região. Os assentamentos militares fronteiriços, de acordo com Wilma Peres Costa, tinham como função criar uma retaguarda militar para defesa da Colônia de Sacramento, ao mesmo tempo em que serviam para consolidar a posse dessa região austral.¹¹ Nesse sentido, Fernando Uricoechea¹² afirmou que a estrutura de relações econômicas, sociais, políticas e militares montadas com o processo de ocupação e colonização de uma área de fronteira móvel, como a do Rio Grande do Sul, gerou a necessidade de homens preparados para situações de enfrentamento, que pudessem assegurar a manutenção do domínio territorial.¹³ Assim, podemos afirmar que a militarização da sociedade sul-rio-grandense transcendeu o aspecto de preservação territorial e constituiu-se enquanto uma característica cultural.

A partir da ocupação portuguesa, a vila de Rio Grande foi o primeiro povoamento de defesa das fronteiras, criado em 1737. As constantes lutas entre os espanhóis e portugueses pelo domínio da Colônia do Santíssimo Sacramento e o avanço português no atual litoral do Rio Grande do Sul (Campos de Viamão e Tramandaí), levou ambas as nações a buscarem pela via diplomática a assinatura de tratados para a definição de suas fronteiras. Os tratados realizados entre Portugal e Espanha tinham a função de delimitar fronteiras e assegurar a posse de territórios. Sendo

¹¹ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles*. São Paulo- Campinas: Hucitec- Editora da Unicamp, 1996, p 81-82.

¹² URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo, DIFEL, 1978. cap VII.

¹³ Sobre a formação da sociedade senhorial gaúcha pode-se verificar a obra *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional (o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul)* de Fernando Henrique Cardoso.

assim, foram assinados o Tratado de Madri¹⁴ em 1750, o Tratado de El Pardo¹⁵ em 1761 e o Tratado de Santo Ildefonso em 1777¹⁶. Esse último, conforme discorreu Tau Golin, colocou fim ao conflito deflagrado pela disputa entre as nações ibéricas pela posse do território da Colônia do Santíssimo Sacramento.¹⁷

Após o tratado de Santo Ildefonso, o investimento dos colonizadores foi voltado à manutenção de novas delimitações territoriais. Portanto, o final do século XVIII e início do XIX foi marcado pelo surgimento e desenvolvimento de núcleos de povoação que se distribuíram pela fronteira com vistas à preservação territorial. Nesse contexto, segundo Sérgio da Costa Franco, em 1801 os portugueses se apropriaram da faixa territorial situada entre os rios Piratini e Jaguarão, nos chamados Campos Neutrais (1802), sob a liderança do Coronel Manuel Marques de Souza. Os espanhóis foram forçados pelos portugueses a recuarem e abandonarem oito guardas, entre elas a “Guarda da Lagoa” e a do “Quilombo” (próximas ao local conhecido como Cerrito), ambas no atual território do município de Jaguarão. Logo depois, ainda se retiraram para Serro Largo, atual Melo, no Uruguai.¹⁸ O resultado

¹⁴ Por esse Tratado a Espanha ficaria com a posse da Colônia do Santíssimo Sacramento e com todo o território situado à margem esquerda do Rio Ibicuí, enquanto que Portugal receberia o território à direita do mesmo Ibicuí, incluindo os sete povos das missões jesuíticas, além de todo o território do atual litoral do Rio Grande do Sul, ocupado pelos luso-brasileiros (lagunenses e paulistas), para a criação de gado. GOLIN, Tau. *A fronteira: os tratados de limites Brasil-Uruguai- Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2004. V 1. p. 174.

¹⁵ Esse Tratado anulou o Tratado de Madri e foi o prenúncio da política espanhola de reconquista das terras disputadas na região, o que culminou com a tomada de Rio Grande (1763), posteriormente retomada pelos portugueses (1776). GOLIN, T. *A fronteira: os tratados de limites* p. 174.

¹⁶ O Tratado de Santo Ildefonso ocorreu devido a negociação inspirada por Alexandre Gusmão, então secretário do rei de Portugal. Os limites foram pactuados com base na ocupação efetiva de territórios por ambas coroas –o princípio *uti possedetis* – fato este que permitiu a expansão territorial portuguesa pelos espanhóis. In: GOLIN, T. *A fronteira: os tratados de limites* p. 177.

¹⁷ GOLIN, T. *A fronteira: os tratados de limites ...*, p. 175- 179.

¹⁸ FRANCO. Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790- 1833)*. Caxias do Sul- RS: IEL, 1980, p 15-17.

desse avanço português foi a demarcação da fronteira estabelecida em Jaguarão (1792). Conforme discorreu Sérgio da Costa Franco, os avanços portugueses, entre 1801- 1802 empurraram “para trás em todas as frentes, permitindo que a divisa se transferisse do Taim para o Chuí, do Piratini para o Jaguarão, e da Coxilha Grande para os cerros do Jarau”.¹⁹ A interiorização dos avanços portugueses, conforme citado, não apenas contribuiu para a ampliação dos domínios lusos, como também promoveu constituição de trocas culturais no espaço fronteiriço.

No início do século XIX com o cultivo intensificado de terras e a ampliação da criação de animais, houve o desenvolvimento da economia pecuária extensiva na região meridional do Brasil. Esse desenvolvimento estimulou a fundação de povoados na faixa fronteiriça do sul do Brasil com o Uruguai, origem dos municípios de Alegrete, Bagé e Jaguarão.

É importante compreendermos o caso da região limite de Alegrete. Esse município foi dividido, a partir da emancipação de dois dos seus distritos. Logo, Uruguaiana em 1846 e em 1857 Santana do Livramento localizadas respectivamente, nas fronteiras com a Argentina (Paso de Los Libres) e Uruguai (Rivera) formaram uma nova delimitação fronteiriça na margem meridional do Brasil. Dessa forma, inferimos que a fronteira austral do Império, no início do século XIX, passou a ser composta por Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento, Bagé e Jaguarão. As cidades de Jaguarão e Uruguaiana estão localizadas na beira de rios, as demais em fronteiras secas (Bagé, Santana do Livramento e Alegrete). As primeiras junto das barrancas dos rios Uruguai, Quaraí e Jaguarão, respectivamente. As de fronteira seca, em pontos estratégicos das planícies do pampa gaúcho. Santana do Livramento tem ainda a particularidade de se conectar com Rivera (Uruguai), como se fosse uma cidade única.²⁰

De acordo com Helen Osório esse processo de manutenção territorial foi impulsionado pelo desenvolvimento da produção charqueadora no

¹⁹ FRANCO. Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790- 1833)*. Caxias do Sul- RS: IEL, 1980, p 11- 14.

²⁰ GOLIN, T. *A fronteira: os tratados de limites* p 90.

litoral rio-grandense, para onde era escoada a produção pecuária das zonas recém incorporadas. O charque produzido no litoral conectava o Rio Grande do Sul, através do porto da cidade do Rio Grande, com as regiões da grande lavoura exportadora do norte, pelos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.²¹

Conforme afirmou Gabriela Bonassa Garcia, as cidades de Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento e Bagé, já citadas, localizam-se na região sudoeste da fronteira sul-rio-grandense, chamada de Campanha.²² Essa porção sulina se destacou pela atividade pecuária. Segundo Luís Augusto Ebling Farinatti, os municípios da província que detinham os maiores rebanhos, eram Alegrete, com 772.232 cabeças de gado vacum e Bagé com 531.640 reses.²³ Essa referência, apresentada por Farinatti, demonstra a relevância dessa região rio-grandense para a formação e desenvolvimento econômico daquela localidade. A estrutura social desses municípios era constituída por homens livres e escravos.

O modo de produção escravista estava presente na região de fronteira. Essa mão-de-obra era empregada nas charqueadas, na agricultura e na pecuária. Segundo Mario Maestri:

A charqueada foi essencialmente movida pelo braço do homem negro escravizado. Ainda não havia condições para uma classe de trabalhadores assalariados. A produção de charque exigia um trabalho intenso, pesado

²¹ OSÓRIO, Helen. *Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial*. Anais da segunda jornada de História Regional Comparada. Porto Alegre, PUCRS, 2005.

²² De acordo com Gabriela Bonassa Garcia a Campanha rio- grandense só pode constituir-se como tal a partir do modo específico que suas terras foram apropriadas e atividades produtivas, que ali foram desenvolvidas, elementos que lhe proporcionaram um perfil diferenciado das demais regiões do estado. As características físicas desse espaço influenciaram na formação da região, além da ação humana no tempo com um dos seus elementos definidores. GARCIA, Gabriela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio- grandense oitocentista*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 2005, p 13-14.

²³ FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825- 1865)*. Santa Maria: Ed da Universidade/ UFSM, 2010, p. 89.

*e prolongado. Somente baixas despesas e nenhum salário garantiriam altos lucros. O trabalhador livre, naqueles tempos de fronteiras amplas, preferia viver como, vagabundo a trabalhar sob tais condições, para o charqueador, o trabalho compulsório do negro escravizado era melhor, se não única, alternativa. As condições de trabalho em uma charqueada escravista eram duras. Prática sazonal, nos períodos em que não havia a produção de charque o escravo também trabalhava em olarias e demais lidas, e nos períodos de produção as jornadas de trabalho eram superior a 14 horas por dia. Muitas vezes o negro literalmente desfalecia de cansaço e sono sem afastar-se de suas tarefas.*²⁴

Como podemos observar nesse trecho citado, Maestri enfatiza a exploração do trabalho escravo nas charqueadas e afirma ainda, que essa atividade era movida essencialmente pelo trabalhador cativo. A utilização da mão-de-obra do negro na produção da carne salgada, nessa região fronteira, era importante para manter a produção no Brasil. Essa economia também era desenvolvida nos *saladeros* da república uruguaia. De acordo com Maestri, o Charque produzido no Uruguai era de melhor qualidade, fabricado em condições mais avançadas em termos de tecnologia e de organização produtiva (mão de obra livre, divisão do trabalho, maior produtividade e capacidade de produção), o que causava uma forte concorrência ao produto do Rio Grande do Sul.²⁵

A participação do escravo na economia fronteira, também estava vinculada a criação de gado. Essa atividade ao ser desenvolvida nessa região de fronteira acarretava muitas vezes, problemas políticos. Essas questões foram ocasionadas pelas idas e vindas dos cativos na fronteira, devido ao trabalho na pecuária extensiva. O trânsito de escravos nesse espaço internacional possibilitava a mudança da condição livre ou escrava do indivíduo dependendo do lugar onde ele estava ou do lugar onde vivia. Devido a essas possibilidades, a situação fronteira constituía-se como um elemento peculiar que possibilitava diversos movimentos entre a

²⁴ MAESTRI, Mario. *O Escravo Gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p. 45.

²⁵ MAESTRI, M. *O Escravo Gaúcho...* p. 73.

liberdade e a escravidão. Estudar essa fronteira no período oitocentista demanda apreender seu processo de continua recriação, dando ênfase à sua produção cotidiana, tema que será aprofundado no terceiro capítulo.

1.1.1- A formação histórica da região fronteiriça de Jaguarão

O recorte espacial dessa pesquisa incide sobre o município de Jaguarão, porção da campanha fronteiriça entre Brasil e Uruguai. Esta região, de acordo com Jonatas Marques Caratti, teve papel relevante na economia oitocentista, devido a grande concentração fundiária, pecuária extensiva, fornecimento de gado *vaccum* às charqueadas, além de possuir um dos maiores plantéis de escravos da província sul-rio-grandense.²⁶

A história da formação da fronteira de Jaguarão acompanhou o processo de ocupação tardia do Rio Grande do Sul. No período entre 1790 a 1792, as autoridades portuguesas concederam terras a colonos lusos interessados na costa do Rio Jaguarão, da Lagoa Mirim e de seus afluentes. Em 1802, Jaguarão foi fundada para ser a sede da guarda militar e base de operações na disputa do território entre luso- brasileiros e hispânicos, haja vista sua localização estratégica na fronteira sul, conforme afirmou Sérgio da Costa Franco.²⁷

Como dito anteriormente, as terras que hoje pertencem ao município de Jaguarão, pertenciam à Coroa espanhola. A ausência de limites precisos permitiu que, apoiados pela Vila de Rio Grande, as autoridades portuguesas concedessem sesmarias a portugueses na localidade de Jaguarão, o que afrontou o domínio espanhol.²⁸ Essa região foi motivo de disputas entre portugueses e espanhóis, porque sua localização geopolítica era central no controle aduaneiro, na indústria agropastoril e comércio.

²⁶ CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. Dissertação apresentada a UNISINOS. São Leopoldo, 2010.

²⁷ FRANCO, Sergio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790- 1833)*. IEL: Rio Grande do Sul. 1980.

²⁸ FRANCO. S. C. *Origens de Jaguarão ...* p. 13- 14.

No período entre 1802 a 1811, houve um considerável crescimento na cidade e consequente aumento populacional em Jaguarão, em razão da movimentação militar resultado das guerras no Uruguai, do comércio e da criação de gado. Segundo Roberto Duarte Martins, tal povoado ao passar por essas significativas mudanças, em 31 de janeiro de 1812, foi elevado à freguesia, denominada de Espírito Santo de Jaguarão.²⁹

O município de Jaguarão encontra-se no escudo Uruguaio-Sul-Rio-Grandense, cravado entre as grandes lagoas Mirim e dos Patos e a serra do sudeste, na porção meridional do Rio Grande do Sul. Essa localidade faz fronteira com a cidade de Rio Branco, no Uruguai, às margens do Rio Jaguarão, e é localizada na região pertencente à bacia hidrográfica do Rio da Prata, um dos poucos acessos fluviais ao interior do continente, o que permite contato com oceano Atlântico. No ano de 1850, Jaguarão fazia limites a nordeste com Arroio Grande, Pelotas e Rio Grande; a noroeste com as regiões do Herval e Bagé. Ao sudoeste estava localizada próxima as estradas que levam do Brasil ao Uruguai, via Passo do Centurião, Barcelos e Picada do Maia. De acordo com o seguinte mapa:

²⁹ MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. Tese. Universidade Politécnica da Catalunha, 2001, p. 52.

O cotidiano da fronteira de Jaguarão era marcado pelas instabilidades das lutas, da fuga dos escravos ao Uruguai e pelo contrabando de gado. Mariana Thompson Flores explica a existência de duas formas características de contrabando. O primeiro era o pequeno contrabando, aquele realizado por indivíduos com seus cavalos, para atender ao consumo da sua família e de amigos. A segunda prática era o grande contrabando, realizado por comerciantes- contrabandistas que abasteciam suas casas de comércio com produtos importados. Tais contrabandistas dispunham de uma grande logística que envolvia transportes homens para descarregar as mercadorias e cúmplices nas alfândegas.³⁰

Devido às elevadas taxas alfandegárias impostas à comercialização na região de fronteira, o contrabando tornou-se prática corriqueira na cidade de Jaguarão. O percentual da arrecadação dos produtos negociados no período entre 1854 e 1855 segue discriminado abaixo:

Tabela 01 - Arrecadação

Atividade ↓	Ano →	1854	1855
Por cabeça de animais destinados a venda ao público		10,0%	11,6%
Taxa sobre as passagens dos rios		32,5%	32,4%
Imposto por venda a varejo de bebidas.		22,2%	28,2%
Foros e laudêmicos de terrenos municipais		5,2%	6,5%
Outros impostos		30,0%	30,2%

Fonte: MARTINS, Duarte Roberto. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. Tese apresentada ao Programa de

³⁰ THONPSON FLORES. Mariana Flores da Cunha. *A criminalidade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1845-1889)*. Anais do IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre, 2002, p. 61.

Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Politécnica da Catalunha. Barcelona, 2001, p.53.

Segundo Bruni Stelmach Pessi, as taxas alfandegárias eram consideradas altas pelos estancieiros sul-rio-grandenses que possuíam terras dos dois lados da fronteira. Dessa forma, o abastecimento de matéria-prima das charqueadas dependia muitas vezes do gado importado ilegalmente do Uruguai.³¹

Segundo o relatório do Presidente de Província, Esperidião Eloy de Barros Pimentel, no ano de 1864, o fluxo de importação e exportação de gado na fronteira de Jaguarão era respectivamente, de 124.530 para importação e 2.668 para exportação. A seguinte tabela demonstra o fluxo de importação e exportação de gado na fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

Tabela 02- Fluxo de gado na fronteira em 1864

FLUXO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GADO		
FRONTEIRAS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
Chuí	9.282	1.513
Jaguarão	124.5 30	2.668
Bagé	32.338	1.386
Quaraí	8.233	32.898
TOTAL	174.383	38.898

Fonte: AHRS. Relatório de Presidente de Província, 1864. p. 16.

A tabela nos apresenta a intensa movimentação do fluxo de gado na fronteira. O tráfico era ocasionado em sua maioria, devido ao grande

³¹ PESSI. Bruni Stelmach. *O impacto do fim do tráfico na escravidão das charqueadas pelotenses (c.1846- c1874)*. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Novembro, 2008. p 26.

número de estancieiros que possuíam terras tanto no Brasil como no Uruguai. Os fazendeiros, conforme afirmou Bruni S. Pessi, para burlarem o sistema alfandegário realizavam a engorda do gado em seus campos orientais e depois conduziavam o mesmo gado às charqueadas no Rio Grande do Sul, transitando na faixa de fronteira, sem realizar o pagamento do imposto devido.

De acordo com Suzana Bleil de Souza, o contrabando não pode ser definido unicamente como ato ilegal, ele tem que ser explicado em seu contexto sócio- econômico.³² Dessa forma, o comércio legal e ilegal na cidade de Jaguarão assumia características de uma estratégia de sobrevivência e oportunidade de enriquecimento. Essa sociedade realizava compras para abastecimento familiar e comercial através do contrabando, tornando esse comércio informal em um mecanismo próprio da região.

Ao conceituarmos contrabando como mecanismo próprio da região, concordamos com Mariana Thompson Flores, que o contrabando mesmo sendo considerado prática do cotidiano fronteiriço, não pode ser analisado com naturalidade e extrair dessa prática apenas seu aspecto criminoso, mas deve ser entendido principalmente como um componente cultural.³³ Além dessa prática cotidiana realizada pelos estancieiros, existiam também ladrões que roubavam o gado para vendê-lo em pé ou carneado no Uruguai. A respeito do caráter contraventor do roubo de gado na fronteira, o jornal *Atalaia do Sul* de 1876 traz a notícia intitulada, “Furto de Gado”³⁴ :

No segundo distrito desta cidade é geral o clamor dos criadores de gados, contra os ladrões que de dia recrudescem de audácia. No Arroio do Meio muitos

³² SOUZA. Suzana Bleil de. Os caminhos e os homens do contrabando. IN: *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995, p. 135.

³³ THOMPSON FLORES. Mariana flores da cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação, UFRGS. Porto Alegre, 2007, p. 50.

³⁴ Furto de gado. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão, Ano XVI. 15 abril de 1878, p. 4.

*criadores são constantemente vítimas dessa quadrilha que vaga pela campanha roubando gado...*³⁵

Essa notícia explicita a insegurança dos criadores em relação aos ladrões que buscavam roubar o gado no Rio Grande do Sul para vendê-lo no Uruguai. Esse ato ilegal, que era realizado cotidianamente na fronteira sulina, apresentamos também a matéria “A fuga” que discorre sobre a prisão de um ladrão de gado em Pelotas, que estava sendo conduzido para prisão de Jaguarão. Na observação seguinte, podemos averiguar que o criminoso fugiu das autoridades competentes pelo rio Jaguarão, deixando os estancieiros preocupados com a insegurança de suas propriedades, pois,

*No vapor Mirim vinha sendo escoltado para esta cidade um indivíduo que a requisição de autoridade deste lugar foi preso em Pelotas. Já quase chegando ao porto, entendeu ele que seria muito melhor saltar ao rio, do que desembarcar pela prancha e as vistas dos curiosos seguir escoltado para cadeia civil. Bom nadador foi num momento em que atravessou e ganhou a terra do outro lado, à vista da escolta e dos passageiros. O fugitivo que segundo nos consta é acusado de furto de gado, naturalmente a esta hora já estará incorporado aos seus companheiros, e bem bom assaltos já terá comido.*³⁶

A utilização da fronteira como fuga por foragidos uruguaios e criminosos brasileiros aumentava a criminalidade nessa região sul- rio-grandense. Nesse sentido, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Jerônimo Francisco Coelho apontou as causas da criminalidade cometida por estrangeiros em seu relatório, do ano de 1865:

A facilidade com que esses criminosos se passam a qualquer ponto de nossa vasta fronteira para os Estados vizinhos, com um dos quais somente temos tratado de extradição, porém está sujeita a tão morosas

³⁵ Furto de gado. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão, Ano XVI. 15 abril. 1878, p.5.

¹⁴ A Fuga. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão, Ano XVI. 02 maio. 1878.

³⁶ Relatório com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Ilm. e Exm. Sr. visconde de Boa -Vista. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1865. p 20. IN: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/897/>> acessado em 12/ 03/2011, às 15h.

*formalidades, que completamente inutilizam os fins do tratado. Criminosos dos Estados vizinhos vem clandestinamente para nosso território aumentando o número dos primeiros.*³⁷

O fato de que a fronteira podia servir de fuga e esconderijo foi comprovado pelo caso de roubo de gado realizado em Jaguarão, na estância de José Luiz Corrêa da Câmara, no ano de 1867. Esse estancieiro denunciou Antonio Benedito e Epifânio José de Oliveira pelo roubo de sua propriedade. Nesse sentido, as autoridades policiais abriram o processo contra os acusados, na data de 12 de setembro de 1867. Segundo os autos desse processo crime, as iniciais da estância de José Luiz Corrêa da Câmara apareceram no couro do gado apreendido junto dos acusados, o que configurou prova contra os mesmos. Ao término do processo, apenas Antônio Benedito foi preso, enquanto Epifânio havia fugido para o Uruguai.³⁸ Esse roubo de gado em Jaguarão e a fuga do criminoso Epifânio para o lado oriental foi apenas mais um exemplo de inúmeros casos semelhantes que ocorreram no período oitocentista na fronteira meridional.³⁹

Como mencionado, o roubo de gado era um crime comum em toda fronteira da província do Rio Grande do Sul. Esse ato ilegal possuía sua peculiaridade por ser cometido em uma região fronteira, na qual a natureza do crime assumia diferentes significados, dependendo da posição social do sujeito que o praticava. Dessa forma, podemos constatar que o crime ocorrido em uma fronteira diferenciava-se do mesmo crime praticado em outros lugares, já que seu próprio espaço oferecia possibilidades de fuga bastante significativas. Além dos crimes de roubo e contrabando, as guerras também foram de grande importância no processo de formação política e econômica da região de fronteira, conforme veremos a seguir

³ APERS. Acervo do Judiciário, 1ª vara civil e crime. Processo nº 2601, Maço: 20. 1867.

³⁹ THOMPSON FLORES. M. F. C. *A criminalidade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1845-1889)*. IX Encontro estadual de História. 2002, p.45.

1.2- O impacto das guerras no processo de delimitação da fronteira do Rio Grande do Sul

Ao longo do século XIX ocorreram diferentes conflitos na região platina em consequência das lutas entre os jovens Estados independentes da América Latina pela dominação territorial e estabelecimento de linhas limítrofes com vistas a garantir suas soberanias nacionais. De acordo com Luiz Roberto Pecoits Targa, esse processo gerou tensão entre os novos países, o que culminou em conflitos militares, como: as campanhas de 1827 e 1851- contra a Argentina; conflitos na Banda Oriental- entre 1821 e 1864 e a Guerra do Paraguai- entre 1864 a 1870.⁴⁰ Esse contexto contribuiu para a formação da fronteira sul-rio-grandense.

Em Jaguarão não se deu de forma diferente, as guerras tiveram um papel relevante para a formação da sua fronteira com o Uruguai, mas principalmente para o desenvolvimento e crescimento da própria cidade. Um exemplo dessa afirmação, foi o considerável aumento populacional na cidade fronteira de Jaguarão, devido à movimentação militar resultante das guerras na Banda Oriental, do comércio e da criação de gado nos anos de 1802 e 1811. Como resultado das significativas mudanças pelas quais passou o povoado, em 31 de janeiro de 1812 ele foi elevado à freguesia, primeiramente denominada de Espírito Santo de Jaguarão.⁴¹ Nesse mesmo período, a Banda Oriental enfrentava a luta interna por sua independência política, destacando-se nesse cenário o caudilho José Gervásio Artigas. O líder uruguaio lutava concomitantemente contra a elite de estancieiros orientais e a elite de unitários argentinos. A invasão e conquista de Montevideu por Artigas, em 1815, prejudicou o comércio e a manutenção das propriedades na fronteira do Rio Grande do Sul, fundamentalmente na cidade de Jaguarão.

O comércio fronteiriço tanto nas zonas de fronteira do Estado, quanto em Jaguarão, era fundamental para a economia regional e do Império. Dessa forma, os conflitos internos do Uruguai prejudicavam diretamente a

⁴⁰ TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Rio Grande do Sul: Fronteira entre duas formações históricas. Ensaios FEE, Porto Alegre, 11, (2): 308- 344, 1991.

⁴¹ MARTINS, R. D. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil- Uruguai: ...*, p. 52.

economia imperial. Com o intuito de conter os prejuízos, o Império do Brasil, por sua vez, determinou a invasão da Banda Oriental. Em decorrência dessa guerra, a região chamada de Cisplatina foi anexada ao Brasil em 1821 e Jaguarão deixou de ser uma cidade de fronteira internacional.⁴² Nesse período em que ocorreu a nacionalização da fronteira de Jaguarão, o estabelecimento de relações comerciais, sociais e políticas uniu brasileiros e uruguaios. Essa nova condição de fronteira durou pelo menos até 1825, quando eclodiu a guerra da Cisplatina. Essa guerra ocorreu entre Brasil e Argentina no período de 1825 a 1828. O motivo desse novo conflito era a disputa pelo domínio da Província da Cisplatina, atual Uruguai, região cobiçada pelos portugueses e espanhóis.⁴³ O resultado desse conflito foi a independência do Uruguai que se constitui politicamente enquanto República em 1828. A partir desse fato, a fronteira de Jaguarão voltou a ser internacional.

Diante dessa tensa realidade fronteiriça, Jaguarão foi elevada ao *status* de vila, em 06 de agosto de 1832.⁴⁴ A partir desse combate bélico a nova formação territorial da república uruguaia⁴⁵, passou a influenciar o cotidiano dos estancieiros rio-grandenses, que depois do período de anexação da Província Cisplatina, passaram a ter propriedades, gado, relações comerciais e parentes naquele território internacional.⁴⁶

⁴² MARTINS, R. D. *A construção do espaço no sul do Brasil. De fronteira ao mercosul: O caso de Jaguarão*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Nº 69 (54), 1 de agosto de 2000.

⁴³ Sobre a Guerra da Cisplatina ver: ALADRÉN, Gabriel. *Experiências de liberdade em tempos de guerra pretos e pardos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828)*. Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC Vitória – 2008. FREGA, Ana. Caminos de libertad en tiempos de revolución. Los esclavos en La Provincia Oriental Artiguista, 1815-1820. In: BETANCUR; BORUCKI e FREGA (orgs). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense*. Vol. 1. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004, p. 45-66. CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora UnB, 1983. GOLIN, Tau. *A fronteira: os tratados de limites Brasil- Uruguai- Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. v. 1. Porto Alegre: L&PM, 2004.

⁴⁴ MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira...*, p. 65.

⁴⁵ Possuía sua parte setentrional atrelada a porção austral do Brasil.

⁴⁶ Ver em anexo 1, o mapa da zona de influência uruguaia na fronteira da cidade de Jaguarão.

De acordo com Gabriel Aladrén na década de 1830 após a Guerra Cisplatina o governo imperial para compensar o esforço de guerra, estabeleceu onerosos tributos sobre a produção do charque, do couro e dos muares que representavam os principais gêneros exportados pela elite pecuarista sulina.⁴⁷ Essa política acabava beneficiando a entrada do charque uruguaio no mercado brasileiro, o que desestabilizou a economia da região, a produção da carne salgada na república uruguaia era mais barata do que no Rio Grande do Sul. Esse fato somado ao baixo imposto cobrado na alfândega brasileira aos uruguaio gerou insatisfação entre o grupo dos estancieiros brasileiros.

A partir desse descontentamento em 1835, os estancieiros organizaram um levante que derrubou o governador provincial do Rio Grande do Sul. Com esse sucesso obtido, os revoltosos deflagraram a Guerra dos Farrapos, que se arrastou por dez anos (1835-1845) e resultou na proclamação da chamada República Rio-grandense. As principais queixas que motivaram esse movimento sulino, segundo Pesavento, foi o desfalque econômico da província, desvio de dinheiro das “províncias do norte” e, ainda, o aumento abusivo de impostos.⁴⁸

A cidade de Jaguarão viveu uma situação particular, pois foi uma das cidades, ao lado de Porto Alegre e Rio Grande, que não foi conquistada pelos farroupilhas. Por isso, passou a ser um território militar ligado ao governo central. Essa particularidade não a eximiu dos graves problemas deixados pela guerra, como a sua desorganização e o refreamento do seu desenvolvimento. Após esse conflito, Jaguarão retomou suas atividades econômicas, mas, ficou praticamente despovoada, com terrenos urbanos vazios e casebres fechados.⁴⁹ Nesse período de guerra, houve uma grande movimentação populacional para outras cidades e também para o Uruguai. Para salvar suas propriedades, estancieiros passavam para o

⁴⁷ ALADRÉN, Gabriel. *Experiências de liberdade...*, p. 5-6. Sobre a Guerra Cisplatina ver: CARNEIRO, D. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora UnB, 1983, p. 32- 34.

⁴⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p 39.

⁴⁹ MARTINS, R.D. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil- Uruguaio: ...*, p. 78.

lado uruguaio da fronteira, levando seu gado e escravos.⁵⁰ Essa migração desestruturou a região, deixou campos e estâncias despovoadas.

A Revolução Farroupilha terminou em 1845, com o acordo de paz selado entre as tropas imperiais (comandadas por Caxias) e as forças farroupilhas. Esse pacto assegurava vantagens exigidas pelos poderosos estancieiros gaúchos como a garantia ao direito da propriedade e a anistia do Império para com os revoltosos. Os soldados e oficiais do exército farroupilha seriam incorporados ao exército imperial, ocupando postos militares equivalentes e os escravos fugitivos que lutavam ao lado dos farrapos teriam o direito à liberdade. Não iremos aprofundar as discussões sobre a Revolução Farroupilha, nesse trabalho, por não ser nosso objeto de pesquisa.

No entanto, devemos observar que esse conflito foi decorrente dos desajustes estabelecidos após o fim da Guerra da Cisplatina. O objetivo aqui foi apenas apresentar o contexto dessa guerra que influenciou diretamente no cotidiano da fronteira sul-rio-grandense, com vistas a compreendermos a situação social, política e econômica da região estudada.⁵¹ Ao término da Guerra dos Farrapos, o Sul do Brasil passou por um momento de “paz,” até o ano de 1851, quando foi desencadeado a chamada Guerra Grande, que envolveu a Argentina e o Uruguai.

Essa guerra teve como estopim a disputa entre Argentina e Uruguai pelo domínio da bacia do Prata. De acordo com Ana Luiza Setti Reckziegel, a bacia do Prata composta pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai apresentava um papel relevante na economia e política na região Platina. O rio Paraná cruzava o território argentino, constituindo a única via de comunicação fluvial do Paraguai com o oceano Atlântico. O rio Uruguai separava a fronteira sudoeste do Brasil, Argentina e Uruguai. Funcionava

⁵⁰ PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: GOLIN, Tau (org). *Império*. Passo Fundo-RS: Méritos, 2006, v 1, p.42.

⁵¹ Para entender mais sobre a guerra dos Farrapos ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense. 1990. FLORES. Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: UFRGS. 2004. FILHO. Ferreira. *História Geral do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Globo, 1978; PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: GOLIN, Tau (org). *Império*. Passo Fundo-RS: Méritos, 2006.

como via de trânsito para o comércio da região e o rio Paraguai escoava o comércio da zona de Campanha dos três países Brasil, Uruguai e Argentina.⁵²

Nessa perspectiva, de acordo com Sandra Pesavento, o governo brasileiro buscou realizar a internacionalização das águas do Prata. Em contrapartida, Juan Manuel Rosas, presidente da Argentina e líder da Confederação Argentina⁵³ defendia o bloqueio das águas dos rios dessa bacia para navegação e comércio com outros países e forçou o controle exclusivista e aduaneiro do porto de Buenos Aires. O Brasil, diante desse quadro, apoiou politicamente o Uruguai e o amparou militarmente para garantir que o governo Blanco, aliado de Rosas, não assumisse o poder e controlasse o porto de Montevideú, cuja localização estratégica se encontrava no território oriental banhado pelo rio da Prata. Dessa forma, com o apoio militar do Brasil ao Uruguai, essa contenda aumentou o fluxo comercial, demográfico e social da fronteira de Jaguarão, pois a vila tornou-se ponto estratégico das tropas brasileiras. Com o movimento logístico e operacional da Guerra Grande, Jaguarão se desenvolveu e passou a categoria de cidade, em 1854.

⁵² RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *Rio Grande do Sul e Uruguai: os bastidores da diplomacia marginal, 1893-1897*. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF]: A Fundação, 2007.

⁵³ Após a independência do Uruguai em 1828 o país se encontrava dividido entre dois grupos que lutavam pelo poder político. Essa disputa política ocorria entre os caudilhos blancos ligados a Manuel Oribe e os Colorados ligados a Rivera. Em 1830 as eleições da República Oriental eram disputadas, por José Fructuoso Rivera e por Juan Antonio Lavalleja, esse último, apoiado por Manuel Oribe. Essas eleições de 1830 foram vencidas por Rivera, o que ocasionou a organização de guerra civil para tomada do poder político. Em 1835, Manuel Oribe venceu as eleições e Rivera assumiu o comando militar da campanha. Ao perder as eleições Rivera iniciou um conflito, para retomada o governo, apoiado pela França. Essa rebelião deu início ao confronto que desencadeou a Guerra Grande. MAIZTEGUI CASAS, Lincoln R. *Orientales: un historia política del uruguay, de los origenes a 1865*. Montevideo: Planeta, 2005.

Ao término dessa guerra em 1852, o Brasil celebrou com o Uruguai, os seguintes tratados: “Tratado de Comércio e Navegação,” que estabelecia o livre trânsito de gado pela linha de fronteira entre os dois Estados; o “Tratado de Intervenção,” que concedia ao Brasil direito de mediar assuntos da soberania oriental; o “Tratado de Extradicação,” que exigia a devolução dos cativos fugidos para república uruguaia, onde já havia sido extinta a escravidão e o “Tratado de Limites”, que oficializou as divisas entre os dois países, confirmando no extremo- oeste, a linha do rio Quarai e na fronteira leste, o direito a livre navegação do Uruguai na lagoa Mirim e no rio Jaguarão.

Após a assinatura desses tratados entre 1852 a 1864 os proprietários brasileiros continuaram a reclamar junto ao Império por proteção de seus interesses no país vizinho. A política imperial pretendia manter a paz na região platina e não se envolver em problemas diplomáticos e militares contra as Repúblicas do Prata. Tais resoluções diplomáticas do Império auxiliaram o Estado a manter o equilíbrio de poder político naquela região. No entanto, promoveram o acirramento das tensões entre o governo e a elite sul-rio-grandense.

As propriedades dos estancieiros brasileiros situadas em território uruguaio tornaram-se alvo de confiscos e crimes, como: assassinatos, roubos de gado *vacum* e cavalos e, ainda, o recrutamento forçado de escravos brasileiros para o serviço militar uruguaio. Nesse contexto, o Ministro dos Estrangeiros Sinimbu afirmou que:

*Continuam os assassinatos dos súditos brasileiros no Estado Oriental, assaltos a propriedades brasileiras, violência contra súditos do Império e passagem de partidas orientais para dentro do nosso território, a fim de neles praticarem abusos inadmissíveis contra pessoas e contra bens.*⁵⁴

O relato do Ministro nos exemplifica o contexto delicado em que viviam os brasileiros residentes em terras uruguaias, que não apenas perdiam seus bens, como também muitas vezes eram vítimas de violência

⁵⁴ FRAGOSO, T. *História da Guerra ...*, p. 127.

direta e pessoal. A situação tensa com o Uruguai continuou, principalmente quando Bernardo Berro assumiu a presidência dessa República em 1861. Esse governante passou a realizar uma política protecionista em relação a posse de terras por estrangeiros. Tal problema era grave considerando que havia cerca de 48% de estrangeiros habitando esse país. Dentre os estrangeiros destacavam-se os brasileiros que possuíam praticamente a metade do território uruguaio.⁵⁵ Nesse sentido, Berro colocou fim ao Tratado de Comércio e Navegação de 1851:

*Para ampliar e facilitar o comércio pela fronteira da Província do Rio Grande de São Pedro se faz com o Estado Oriental do Uruguai, se convém que seria mantido pelo espaço de dez anos a exceção de direitos de consumo de que atualmente tem o charque e demais produtos, importados em da Província de Rio Grande pela referida fronteira, convém em que continuem equiparados a iguais produtos da Província: e como compensação se convém igualmente na total abolição do direito que cobra atualmente o Estado Oriental pela exportação do gado em pé para a mencionada Província do Rio Grande, convém em que essa exportação se faça de agora em diante livremente e isenta pelos mesmos dez anos desse e de qualquer outro direito.*⁵⁶

A atitude de Berro acabava com o livre trânsito de gado pela fronteira e, ainda, instituiu o imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul. Outra imposição daquele governante foi a orientação às autoridades dos departamentos para acabarem com a escravidão velada nas propriedades dos brasileiros e a obrigatoriedade do registro de contrato de peonagem negra.⁵⁷ Dessa forma, a política uruguaia entrou em confronto com os interesses dos estancieiros sul-rio-grandenses, os quais

⁵⁵ GOLIN, Tau. *A Fronteira: os tratados de limites Brasil- Uruguai- Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. v 2. Porto Alegre: L&PM, 2004, p. 34.

⁵⁶ *Tratados y convenios internacionales*. Montevideo: Ministerio de Relaciones exteriores, Direccion de Tratados, s/r, p. 37-42. Apud: GOLIN, T. *A Fronteira...*, p. 35-56.

⁵⁷ PALERMO. Eduardo R. *Secuestros y tráfico de esclavos em La frontera uruguaya: estudio de casos posteriores a 1850*. In: revista tema Livre. < www.revistatemalivre.com > acessado em 23/11/ 2010 às 13h.

utilizavam escravos como peões em suas propriedades, em ambos os lados da fronteira.⁵⁸ Esse foi um dos fatores que contribuiu para a formação de um conflito internacional entre o Uruguai e o Brasil, e posteriormente, em 1864, para a eclosão da Guerra do Paraguai. Conforme discorreu Virgílio Corrêa Filho, em 11 de novembro de 1864, o governo de Assunção capturou o navio mercante *Marquês de Olinda*,⁵⁹ que levava a bordo o novo Presidente da Província do Mato Grosso, Coronel Carneiro de Campos, diversos passageiros e recursos materiais.

O Império pediu explicações ao Paraguai pela sua ação arbitrária. Em resposta, o governo paraguaio enviou uma nota que proibia a navegação de navios brasileiros no rio Paraguai.⁶⁰ Esse ato foi imposto para proibir a ligação do Império com a província do Mato Grosso. Após esta declaração do Paraguai, Solano López, iniciou o estado de guerra contra o Império brasileiro. Invadiu respectivamente, no dia 23 de dezembro de 1864, a Província de Mato Grosso e, posteriormente, a Província do Rio Grande do Sul em 1865. As atenções do Estado brasileiro se voltaram para um inimigo externo comum após a eclosão da Guerra do Paraguai, o que preocupou os estancieiros sulinos. Com a guerra instaurada nos campos sul-rio-grandenses a instabilidade na fronteira tornava-se latente, possibilitando o maior número de fugas de escravos e insurreições.

Nesse período da Guerra do Paraguai, principalmente no início, quando o teatro de operações ocorria em terras brasileiras, esta fronteira meridional tornou-se ainda mais móvel e insegura. A configuração da fronteira durante a guerra foi se moldando ao cotidiano das tropas que acampavam nesse limite fronteiriço. Tanto tropas uruguaias, como argentinas e brasileiras conviviam num mesmo espaço, repleto de trocas

⁵⁸ GOLIN, T. *A fronteira: os tratados de limites...*, p. 195-196.

⁵⁹ Segundo Virgílio Corrêa Filho este navio brasileiro pertencia à Companhia de navegação por Vapor do Alto Paraguai, esta companhia era subsidiada pelo Império para manter linha regular ligando Montevidéu a Cuiabá. FILHO, Virgílio Ferreira. *História Geral do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Globo, 1978, p. 42.

⁶⁰ DORATIOTO, F.M. *Maldita Guerra...*, p. 67.

de experiências entre orientais, brasileiros, alemães, portugueses, portenhos, brancos e negros.

Segundo Paulo Moreira “numa zona de fronteira como o Rio Grande do Sul, congregavam-se dois medos: o do estrangeiro e o da escravidão.”⁶¹ Os medos apontados pelo autor demonstram a preocupação dos estancieiros sul-rio-grandenses com a manutenção de suas propriedades, pois o estrangeiro poderia a qualquer momento tomar suas terras ao mesmo tempo em que seus escravos poderiam aproveitar-se do período bélico para fugir. Essa perspectiva nos leva a pensar como a guerra do Paraguai foi impactante no cotidiano de Jaguarão. Com o estado de guerra, tanto o estrangeiro como a escravidão, circulavam livremente pela fronteira, transformando e resignificando suas próprias condições.

Nesse sentido, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai passou a ser visualizada pelos escravos fronteiriços como mais uma possibilidade de liberdade. A fuga de escravos para o campo de batalha era uma atividade corriqueira na fronteira meridional.⁶² Esse estado de guerra estimulou além da fuga, outras formas de resistência à escravidão como: crimes, desordem e sabotagem dos serviços, conforme será analisado em nosso quarto capítulo.

Podemos inferir, assim, que realmente existia uma “fronteira viva”, entre estes dois países, coexistindo uma troca de relações e experiências sociais, políticas, econômicas e militares. Devido esta inter-relação proporcionada pelo convívio intenso na fronteira sul do país, entre sul-rio-grandenses e uruguaios, grande parte dos distúrbios políticos no Uruguai envolviam diretamente a elite sulina. Nesse sentido, podemos compreender o impacto da guerra no cotidiano da escravidão na fronteira meridional do Brasil Império.

⁶¹ MOREIRA, Paulo Roberto Stuart. *Sobre fronteira e liberdade- representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1865- 1870)*. Anos 90, Porto Alegre, nº 9, julho de 1998.

⁶² Durante a Guerra do Paraguai o governo criou a Lei dos Voluntários da Pátria, nº 3.371, que dava direito a liberdade àqueles escravos que participassem da guerra.

Entretanto, o conceito de “fronteira viva” não pode ser simplificado apenas ao seu caráter de mobilidade cultural nessa região. Dessa forma, com o intuito de aprofundarmos nossa compreensão sobre tal conceito, analisaremos como a historiografia contemporânea tem tratado esse tema.

1.3- A fronteira viva sul-rio-grandense na historiografia

A fronteira entre o Rio Grande do Sul e a república uruguaia apresentava sua peculiaridade, devido à intensa aproximação desses povos. Tal situação facilitava as relações sociais, políticas e econômicas dos grandes fazendeiros sul-rio-grandenses. Estes estancieiros possuíam grandes propriedades rurais, com próspera criação bovina e estreitos vínculos familiares com o Uruguai, como discutimos no subtítulo anterior. Portanto, estudar essa fronteira, no período oitocentista, demanda apreender seu processo de continua recriação e como ela foi cotidianamente transformada.

A historiografia sobre a fronteira do Rio Grande do Sul está perpassada por um viés conservador, tendo como principal representante, Moises Vellinho. Em seu livro *Fronteira*, Vellinho discutiu a teoria da fronteira-limite, que se centra na ideia de uma fronteira historicamente determinada por guerras militares ou diplomáticas.⁶³ Essa proposta nos parece frágil por entender a fronteira como limite e pressupor a separação dos povos nos domínios social, político-administrativo, econômico e cultural. Partir desse princípio seria negar o caráter dialético das relações sociais na fronteira, pois nesse espaço ocorrem constantes trocas culturais entre os indivíduos que por ali passam. Assim, em nosso trabalho optamos por adotar um conceito de fronteira oposto ao empregado por Moysés Vellinho. Entendemos a fronteira sul-rio-grandense como um espaço dinâmico, construído a partir da troca de experiências sociais, políticas e econômicas entre povo de nações distintas. Dessa forma, em oposição à ideia de Vellinho percebemos a fronteira como uma zona de

⁶³ VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1975.

intercâmbio político, econômico e, mais do que isso, de integração social. Nessa direção, segundo Mariana Thompson Flores, ao mesmo tempo em que “o limite separa geopoliticamente dois territórios, também os aproxima enquanto espaço dinâmico, uma vez que, o cotidiano fronteiriço promove a integração das comunidades internacionais, antes mesmo de qualquer projeto de integração”.⁶⁴

Para nosso estudo sobre as estratégias de liberdade dos escravos na fronteira de Jaguarão, é importante compreendermos a existência dessa enquanto espaço de aproximação, de trocas de experiências e de integração no cotidiano do escravo sulino. Ao entendermos a fronteira como espaço de integração, não estamos aqui, defendendo a ideia de uma integração completa entre duas comunidades. Nesse sentido, concordamos com Mariana Thompson Flores, que apesar de considerar a fronteira um espaço de total integração, afirma que não podemos esquecer “a existência de elementos que demarcam constantemente a alteridade dessas comunidades”.⁶⁵ Dessa forma, na mesma direção da autora, percebemos a fronteira enquanto um local que não suprime as identidades originárias de cada comunidade.

Seguindo essa perspectiva da fronteira como espaço de integração, Ana Frega define a “zona fronteira” entre a república uruguaia e o Brasil, como zona de encontro e exclusão, como canal transcultural onde os vínculos familiares, de negócios, de amizade e de dependência circulavam mutuamente. As relações de compadrio na região de fronteira, conforme discorreu Fábio Kuhn⁶⁶, na maioria das vezes podiam ter maior peso que as disposições provenientes dos governos centrais.⁶⁷ Nesse mesmo sentido, Edmundo A. Heredia afirma que em síntese as regiões em geral e

⁶⁴ THOMPSON FLORES, M. F. C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira...*, p. 36.

⁶⁵ THOMPSON FLORES, M. F. C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira...*, p. 37.

⁶⁶ KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*. Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2006.

⁶⁷ FREGA, Ana. *Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828- 1830*. In: Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF]: A Fundação, 2007, p. 35. Tradução minha do original.

as de fronteira com suas próprias particularidades, tem marcadas características culturais; nas segundas também, se desenvolvem uma vida singular de encontros e vinculações de diversas formas de vida política e social, que tem identificação de cidadãos de outra nação fronteiriça por suas afinidades culturais, ou em troca, contrastes sociais, políticos, culturais e étnicos.⁶⁸ De acordo com Frega e Heredita, a zona de fronteira entre o Brasil e a república uruguaia foi constituída por um espaço de inter-relações sociais, políticas e econômicas que influenciaram na formação de um “canal transcultural”.

Sobre a conceituação de fronteira como espaço de interação e troca de experiências entre sociedades internacionais, concordamos com Mary Louise Pratt.⁶⁹ Para a autora, a fronteira se constitui enquanto zona de contato. Em sua discussão Pratt põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas relações entre colonizadores e colonizados, não em termos de separação ou segregação, mas de presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações assimétricas de poder. Nessa perspectiva podemos entender as práticas familiares, econômicas, sociais e políticas que uniam uruguaios e brasileiros no espaço “assimétrico de poder” da fronteira viva sul-rio-grandense.

A fronteira viva do sul do Brasil se apresenta enquanto um espaço de caráter ambíguo, o qual poderia possibilitar a liberdade ou a escravidão. Sobre esse aspecto Keila Grinberg e Rachel da Silveira Caé apresentam o conceito de fronteira enquanto solo livre.⁷⁰ Segundo essas autoras a definição de território estava ligado a possibilidade de aquisição de direitos. Nesse sentido, o trânsito dos escravos no limite fronteiriço

⁶⁸ HEREDITA, Edmundo. A. *Cono Sur: el fin de las regiones de frontera*. In: Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF]: A Fundação, 2007, p. 199.

⁶⁹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

⁷⁰ GRINBERG, Keila, CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão, fronteira e relações diplomáticas, Brasil- Uruguai, 1840-1860. Seminário internacional “O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade*. UNIRIO, 2009.

possibilitava a mudança da condição do indivíduo, dependendo do lugar onde ele estava ou do lugar onde vivia. Nessas condições, o solo livre poderia conferir liberdade a um indivíduo. No caso da fronteira entre Jaguarão e Rio Branco (Uruguai), devido as diferenças das leis brasileiras e uruguaias, a passagem para o lado uruguaio da fronteira representava aos escravos sulinos a possibilidade de liberdade. Dessa forma, em busca dessa liberdade, os escravos brasileiros investiriam em fugas, revoltas e participação em guerras. Paulo Roberto Staudt Moreira, ao estudar as práticas e representações dos escravos na Guerra do Paraguai, afirmou que os cativos aproveitavam esses momentos de guerra para mudarem suas vidas. A fronteira, como ressaltou Moreira, “era percebida de forma diferente pelos diversos grupos sociais, de acordo com suas expectativas e desejos”.⁷¹ Os escravos viam a fronteira como uma estratégia para alcançar a liberdade e não como um instrumento de comércio ou trocas culturais. Mariana Thompson Flores compartilha com Moreira a ideia de fronteira dinâmica capaz de, num mesmo espaço e tempo, revelar a constituição de variados significados para diferentes agentes.⁷²

Esses trabalhos discutem as diferentes práticas sociais que os senhores e os escravos possuíam do mesmo limite fronteiriço. Enquanto o estancieiro encarava a fronteira como um problema para sua propriedade, devido sua instabilidade e difícil controle. O escravo entendia o mesmo espaço como solução para sua condição servil. Nessa perspectiva Mario Maestri afirma que no sul, desde o período colonial, os escravos viam as terras de “além-fronteira” como um destino seguro. Nessa perspectiva os negros cativos que alcançavam as regiões castelhanas eram recebidos como homens- livres. No Uruguai e na Província argentina de Entre Rios, estes podiam empregar-se como assalariado e viver com status de indivíduo livre.⁷³ De acordo com Grinberg e Caé esse espaço de fronteira

⁷¹ MOREIRA, Paulo Roberto Stuart. *Sobre fronteira e liberdade- representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1865- 1870)*. Anos 90 Porto Alegre, nº 9, julho de 1998.

⁷² THOMPSON FLORES, M. F. C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira...*, p. 39.

⁷³ MAESTRI FILHO. M J. *O escravo gaúcho...*, 1984, p. 56.

do Brasil com a república uruguaia, além de possibilitar a liberdade, também representava risco da re-escravização, tanto para os negros uruguaios como para os escravos do Império alforriados.⁷⁴ Assim, as autoras afirmam que “Não só os escravos fugiam para solo uruguaio em busca da liberdade, como muitos traficantes e negociantes de escravos aproveitaram o momento para vender negros orientais livres”.⁷⁵ Nessa perspectiva o espaço da fronteira assume diferentes representações para os negros uruguaios e brasileiros.

Sobre a escravização dos negros uruguaios, Rafael Peter de Lima a partir de correspondências do Ministério das Relações Exteriores estudou casos em que negros uruguaios foram vítimas de tráfico ilegal pela fronteira.⁷⁶ O referido autor analisou os embates diplomáticos provocados pelos casos de escravizações ilegais de cidadãos uruguaios. É importante percebermos nesses trabalhos o caráter ambíguo da segurança e insegurança do negro nessa fronteira sul-rio-grandense. Outro aspecto relevante discutido por Lima é a prática da escravização e do tráfico ilegal do negro uruguaio para abastecer o sistema escravista do império brasileiro.

Segundo Maria Angélica Zubaran, numa conjuntura específica como a da província, marcada pelos espaços fronteiriços, a Lei de 1831 era também interpretada para casos de escravos que tivessem passado do Uruguai para o Brasil. Zubaran afirmou que muitos curadores se utilizavam da Lei de 1831 a fim de libertar escravos sul-rio-grandenses que foram levados por seus senhores para trabalhar em estâncias uruguaias. Keila Grinberg também realizou essa discussão sobre a utilização da lei de 1831 enquanto possibilidade para liberdade do escravo fronteiriço. Essa

⁷⁴ GRINBERG, Keila, CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão, fronteira e relações diplomáticas...*, p. 10- 13.

⁷⁵ GRINBERG, Keila. A fronteira da escravidão: a noção de “solo livre” na margem sul do Império brasileiro. In: *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2007. (Cd-rom)

⁷⁶ LIMA, Rafael Peter de. *Violência na Fronteira: o sequestro de negros do Estado Oriental (Século XIX)*. In: *IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias* / org. Márcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: Corag, 2006.

historiadora ainda afirmou que muitos escravos ao cruzar a fronteira da Argentina ou do Uruguai e retornar ao Brasil foram aos tribunais reclamar seus direitos a liberdade, fundamentados na lei de 1831.⁷⁷ Essa discussão sobre a aplicação da lei de 1831 para obtenção da liberdade do escravo sul-rio-grandense torna-se importante para compreendermos a utilização do aparato jurídico nas lutas contra a escravidão. Entendemos o emprego dessa lei, como mais uma estratégia de luta do cativo, que sabendo dessa possibilidade legal, ultrapassava a fronteira e retornava buscando a legitimidade de sua alforria.

Outro historiador, Gabriel Aladrén também pesquisa sobre a escravidão e as hierarquias sociais na região da Campanha, mais precisamente, na primeira metade do século XIX até o período das guerras Cisplatinas. No entanto, em sua pesquisa vinculou a guerra à escravidão, de forma a perceber como as experiências de escravos e negros livres no sistema escravista da fronteira sulina se transformaram em relação aos conflitos. Portanto, podemos inferir que realmente existia uma “fronteira viva”, entre estes dois países, coexistindo uma troca de relações e experiências sociais, políticas, econômicas e militares. Devido essa inter-relação proporcionada pelo convívio intenso na fronteira de Jaguarão, entre rio-grandenses e uruguaios, grande parte dos distúrbios políticos no Uruguai envolviam diretamente a elite sulina, possuidora de grandes propriedades além das fronteiras brasileiras.

A partir desse debate e conceituação sobre a “fronteira viva”, com vistas a compreendermos mais amplamente como se davam essas relações entre as elites sulinas e os seus escravos na região da fronteira de Jaguarão, no próximo capítulo analisaremos a economia escravista no Rio Grande do Sul.

⁷⁷ GRINBERG, Keila. *Escravidão e liberdade na fronteira entre o império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa*. Cadernos do CHDD. Ano 5, Número Especial, 2007.

Capítulo 2- A economia escravista em Jaguarão

O escravismo no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, apresentou características diferentes do restante do país. Suas principais diferenças se formaram devido ao modelo econômico sul-rio-grandense que se estruturava na produção do charque e no comércio além-fronteiras, assim como na pecuária e na agricultura. No entanto, precisamos perceber que as relações entre senhores e escravos na estância se constituíram de formas diferentes do estabelecido nas fazendas de café ou nos canaviais. De acordo com Targa,

*Uma série de causas impeliu a construção de uma sociedade escravista nos moldes em que ela chegou a se sedimentar nas regiões do leste e do nordeste do Brasil. As causas mais importantes parecem guardar relação com uma fronteira tardiamente definida e sempre envolvida em guerras; com o tipo de firma escravista, seus concorrentes e o seu mercado específico (...)*⁷⁸

Dois fatores característicos do sistema escravista sul-rio-grandense foram destacados por Targa na citação acima, a relação com a fronteira e a constante participação nas guerras. Essas peculiaridades que marcaram o sistema escravista no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, nos auxiliam a compreender as alterações sociais e no próprio sistema escravista em Jaguarão. Dessa forma, centramos nossa análise em Jaguarão, entre os anos de 1865 (ano que Solano Lopes empreendeu tentativas de anexação de territórios do Rio Grande do Sul em meio à Guerra do Paraguai) e 1888 (ano da abolição), que se projeta como um espaço que representa as relações entre o sistema escravista sulino, a fronteira e as guerras. Assim, a cidade de Jaguarão foi selecionada nesse trabalho por apresentar em sua organização social, política e econômica, aspectos comuns ao modelo estabelecido por outras localidades do Rio Grande do Sul que também são fronteiriças. Compreender como se estruturava a sociedade, sua política e economia escravista nos auxiliará

⁷⁸ TARGA, Luiz Roberto Pecoits. As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil — incluindo no que e por que discordamos de F.H.C. Porto Alegre: Ensaio FEE, (12) 2:445-480, 1991, p. 446.

nessa tese, a perceber como a fronteira foi utilizada enquanto uma espécie de “portal” para a liberdade. Conforme conceito apresentado por Homi K. Bhabha, um entre-lugar, um espaço que apenas por uma linha ou nesse caso, um rio, era capaz de separar o escravo de sua liberdade.⁷⁹ Nessa perspectiva, no presente capítulo analisaremos as estruturas sociais, políticas e econômicas dessa cidade que centra em si nosso estudo das relações entre a escravidão e as práticas de liberdade da Guerra do Paraguai à abolição (1865 a 1888), na fronteira entre Jaguarão (Rio Grande do Sul) e Rio Branco (Uruguai). Entretanto, antes de iniciarmos nossa análise do sistema escravista na cidade de Jaguarão, se faz necessário compreendermos a perspectiva da historiografia atual sobre o tema.

A investigação da escravidão no Rio Grande do Sul e, principalmente, sobre as zonas onde preponderou a pecuária extensiva, tendia a restringir o estudo da instituição escrava somente ao espaço das charqueadas. De acordo com Luis Augusto Farinatti a historiografia “tradicional”⁸⁰ considerava a Campanha rio-grandense, no século XIX, como uma área de “extrema especialização da pecuária bovina e ainda possuidora de uma sociedade “dicotomizada” entre grandes estancieiros e seus peões”.⁸¹ Conforme discorreu o autor, essa dicotomização social revelava o abismo que se estabelecia entre os senhores das terras e seus trabalhadores. Na mesma direção Gabriel Aladrén explica que essa

⁷⁹ Sobre o tema, Bhabha trata da fronteira cultural e não especificamente da fronteira física, no entanto, aqui neste trabalho a noção de entre lugar proposta pelo autor nos auxilia a compreender o papel do espaço de fronteira no cotidiano do escravo sul-rio-grandense. BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁸⁰ Como representantes da historiografia tradicional, apresentamos os seguintes autores: Laytano, Dante de. *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937; Laytano, Dante de. *O negro no Rio Grande do Sul*. In: *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*. Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1957; Spalding, Walter. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1953.

⁸¹ FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825- 1865)*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro/ UFRJ, 2010, p. 29-30.

historiografia tradicional caracterizava a formação social sulina a partir da idéia da “democracia pastoril”⁸².

Segundo este historiador, o conceito explicaria a relação de cordialidade entre os senhores e os escravos, na qual os cativos seriam “muito bem tratados, usufruiriam de espaços de liberdade e desfrutariam de uma relação afável com seus senhores.”⁸³ Esse debate traria a idéia de que a escravidão no Rio Grande do Sul fora mais branda que no restante do país. Em contraposição, Farinatti e Aladrén criticaram a historiografia sul-rio-grandense que até meados da década de 1960 fez poucas referências à presença negra na formação social sulina e ainda contribuiu para a criação da imagem de uma democracia escravista nas estâncias.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, algumas décadas antes de Farinatti e Aladrén, mesmo que de forma diferente desses autores, já havia inaugurado críticas à vertente tradicional da historiografia sul-rio-grandense. Em sua obra “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul” discutiu a participação do escravo no sistema produtivo da sociedade sulina.

Esse autor explicou que o cativo assumia a inferioridade imposta por seu senhor, dessa forma não possuíam a capacidade de coordenar uma organização que levasse a destruição do sistema escravista. Cardoso afirmou ainda que a possibilidade efetiva de os escravos “desenvolverem ações coordenadas era muito pequena, pois não possuíam condições para definir alvos que levassem a destruição do sistema escravista.”⁸⁴ Foi exatamente dessa afirmação que Farinatti e Aladrén discordaram e nessa tese também nos posicionamos de forma crítica, pois os escravos desenvolveram estratégias de liberdade, conforme demonstraremos em nosso terceiro capítulo. Nesse sentido, para Cardoso, os cativos

⁸² ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800 a 1835*. Dissertação de mestrado. Niterói/ UFF. 2008, p. 24.

⁸³ ALADRÉN, G. *Liberdades negras nas paragens do Sul...*p. 24- 25.

⁸⁴CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962, p. 159.

aceitavam indiretamente a representação de coisa que lhes era imputada por seus senhores. Do ponto de vista desse autor o escravo assumia o papel de coisa “sujeito ao poder do proprietário e como tal havido por morto, privado de todos os direitos e sem representação nenhuma.”⁸⁵ O autor considerava que a coisificação do escravo correspondia à própria condição social do cativo. É preciso analisarmos essas afirmações de forma a considerarmos que o escravo dentro desse aparato social era sujeito e, portanto, apesar do sistema imputar-lhe a condição de coisa, ainda assim, influía diretamente na organização da sociedade na qual estava inserido.

Ainda no caminho das revisões historiográficas, na década de 1980, uma nova corrente da historiografia representada por, Sidney Chalhoub, Maria Helena P. T. Machado e Keila Grinberg, entre outros, desconstroem a teoria da coisificação do escravo. Esses autores entendem os cativos como sujeitos capazes de articular suas próprias concepções de liberdade, os limites dos seus próprios deveres e direitos frente aos senhores, desenvolvendo diferentes estratégias para negociar sua própria liberdade, se voltando muitas vezes para justiça. Nessa perspectiva, Sidney Chalhoub em “Visões da liberdade” analisa os diferentes significados de liberdade para os escravos que moviam ações cíveis, nas quais pleiteavam liberdade a seus senhores. Esse autor afirma, ainda, que os cativos interferiam, às vezes com sucesso, nas transações de compra e venda. Para Chalhoub, a alforria dos escravos não pode ser considerada apenas enquanto concessões, pois isso revelaria a própria ideologia senhorial. A alforria não se resumia a um benefício concedido pelo proprietário e sim um produto da luta e da resistência escrava.⁸⁶

Compartilhando a teoria de Chalhoub, Keila Grinberg analisou cerca de 400 ações de liberdade que constavam na corte de apelação do Rio de Janeiro, com vistas a compreender a dinâmica jurídica, a lógica de resoluções das ações de escravidão e a luta pela manutenção da

⁸⁵ CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional...*, p. 133.

⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

liberdade. Segundo Grinberg, esse trabalho se concentrou nas chamadas cartas de alforria, “quando os escravos argumentavam que senhores ou seus herdeiros lhes haviam concedido alforria e depois tinham voltado atrás, geralmente usados, quando famílias de escravos argumentavam serem filhos de pessoas ilegalmente escravizadas.”⁸⁷ As ações estudadas pela autora revelam que a luta dos negros alforriados pela manutenção da liberdade chegava aos tribunais. Essa documentação também demonstra que os mesmos tinham iniciativa e, portanto, estavam longe de aceitar sua condição passivamente como afirmara Fernando H. Cardoso. Essa historiadora ainda apresenta análises sobre a re-escravização do negro na fronteira meridional do Brasil com o Uruguai, enfatizando questões diplomáticas e jurídicas que os cativos utilizavam para alcançar a condição de liberdade.⁸⁸

A questão do escravo e suas estratégias para conseguir a liberdade também foram estudadas por Maria Helena P. T. Machado. A historiadora analisou os movimentos sociais da década de 80 do século XIX, no sudeste cafeeiro, especificamente movimentos, idéias e projetos a respeito da abolição e do papel social do negro liberto. Essa autora trouxe para História Social da escravidão um olhar crítico sobre uma historiografia que construía a imagem do escravo violento e rebelde, fundamentado num conceito de resistência, considerado enquanto formas extremas de negação ao sistema.

A autora em sua análise demonstra que os escravos construíram estratégias de resistência no interior do sistema escravista. Considera que resistir significa “que a luta pela liberdade na sociedade oitocentista não se encontrava estática e institucionalizada, mas sim espalhada na dinâmica do cotidiano da sociedade escravista do império brasileiro.”⁸⁹ Portanto,

⁸⁷ GRINBERG, Keila. *A Liberata, a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁸⁸ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁸⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994.

novamente, vemos a oposição a idéia de que os escravos viviam imersos no conformismo e na submissão incondicional.

Dessa forma, podemos perceber que a discussão historiográfica sobre a escravidão no Rio Grande do Sul avançou na década de 1990, devido o diálogo da sua produção acadêmica com a pesquisa histórica das demais regiões do Brasil. Nessa perspectiva, Helen Osório em sua tese de doutorado, apontou a intensificação e ampliação da posse de escravos e sua utilização nas atividades produtivas na sociedade do Rio Grande do Sul colonial.

A autora ainda demonstrou que a região da Campanha era mais do que estabelecimentos pecuários, com unidades produtivas voltadas à agricultura, criação em pequena escala ou a um consórcio de ambas as atividades.⁹⁰ De acordo com Helen Osório, a origem dos escravos no sul do Brasil se equilibrava entre crioulos e africanos. Em sua pesquisa nos inventários e listas nominativas, a maior parte dos senhores (45%), nas áreas rurais do Rio Grande do Sul, possuía de 1 a 4 escravos e 75% deles detinha até 9 cativos.⁹¹

Esses dados demonstram que individualmente a propriedade de escravos no sul não era equivalente ao restante do país, pois os senhores possuíam em sua grande maioria pequenas quantidades de cativos. Essa característica era consequência do tipo de economia da região, mais centrada na pecuária e na produção do charque. No entanto, esses dados também nos revelam uma certa “disseminação” da escravidão, pois todos com alguma posse investiam suas economias na compra de pelo menos um escravo, fosse para serviços domésticos ou para trabalho como jornaleiros.⁹²

⁹⁰ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da extremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 1999.

⁹¹ OSÓRIO, H. *Estancieiros, lavradores e comerciantes...*, p. 80.

⁹² FARINATTI, Luis Augusto. *Escravidão e pecuária na fronteira sul do Brasil: primeiras notas de pesquisa- Alegrete, 1831-1850*. Anais do II Encontro de Pós-graduação em História econômica. Niterói, 2004.

Nessa direção, Farinatti afirmou que, nas estâncias o escravo era empregado em um amplo leque de funções, seja na roça (roceiro), no campo (campeiro) ou na casa (pedreiro, carpinteiro, sapateiro).⁹³ Compartilhando dessa idéia, Paulo Zarth ao analisar os inventários *post-mortem* do planalto gaúcho no século XIX, identificou a existência de escravos campeiros ao lado de roceiros e domésticos nos estabelecimentos rurais.⁹⁴

Paulo Zarth ainda demonstrou que os escravos roceiros constituíam o maior número dos cativos nas estâncias. No entanto, fora da cidade do Rio Grande, afirmou Helen Osório que os escravos campeiros e domadores eram maioria nas estâncias em Rio Grande do Sul, perfazendo assim cerca de 37,7% dos cativos rurais com especialização declarada⁹⁵. Diferentemente do constatado por Zarth, e na mesma direção do que Helen Osório percebeu como padrão do Rio Grande do Sul, ao analisarmos cento e quarenta e cinco documentos de compra e venda de escravos da cidade de Jaguarão, no período entre 1862 a 1881, percebemos que a atividade de campeiro constituía 50% do total das demais especializações dos escravos.⁹⁶ A grande quantidade desses escravos ligados diretamente a lida do gado comprova a relevância do trabalho escravista na indústria pastoril na cidade fronteiriça de Jaguarão.

Nessa direção, entre os testamentos localizados por nós para o desenvolvimento dessa tese, podemos perceber que nem todos apresentam informações sobre a habilidade profissional do escravo identificado no inventário, como podemos perceber nas tabelas a seguir:

⁹³ FARINATTI, Luis Augusto. *Escravidão e pecuária na fronteira sul do Brasil: primeiras notas de pesquisa- Alegrete, 1831-1850*. Anais do II Encontro de Pós-graduação em História econômica. Niterói, 2004.

⁹⁴ Zarth, Paulo A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002.

⁹⁵ OSÓRIO, Helen. *Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial*. Anais da Segunda Jornada de História Regional Comparada. Porto Alegre, PUCRS, 2005.

⁹⁶ APERS – Acervo: Tabelionatos. Livros de Notas, Registros Gerais e Ordinários da Vila de Jaguarão. 1862 -1881.

Tabela 03: Inventários

Ano: 1881 – Processo n°: 189 Inventariada: Clara Eleutéria Pereira	Descrição: 02 escravos, 01 masculino, 01 feminino	Roberto , 22 anos, Crioulo, 800\$; Maria , parda, 17 anos, 70\$.
Ano: 1881 – Processo n°: 190 Inventariada: Dona Fabiana Manoela Peres	Descrição: 01 escravo, 01 masculino	Fausto , preto, 10 anos, 500\$.
Ano: 1881 – Processo n°: 192 Inventariada: Firmina Pereira da Silva	Descrição: 01 escravo, 01 feminino	Teodora , 26 anos, 600\$.
Ano: 1881 – Processo n°: 194 Inventariados: José Teixeira de Mello e sua mulher Luciana Valim de Mello	Descrição: 04 escravos, 01 masculino, 03 feminino	Angelina , preta, 26 anos, 300\$; Salustiana , preta, 10 anos, 200\$; Felícia , preta, 7 anos, Angélica, ingênuas; Félix , preto, 5 anos, Angélica, ingênuo.
Ano: 1882 – Processo n°: 198 Inventariada: Benigna das Chagas Araújo	Descrição: 15 escravos, 10 masculino, 05 feminino	Cândido , pardo, 58 anos, 700\$; Diogo , preto, 49 anos, 500\$; Gonçalo , preto, 47 anos, 500\$; João Maria , 60 anos, Africano, 100\$; Horácio , preto, 25 anos, Crioulo, 700\$; Januário , pardo, 27 anos, Crioulo, 700\$; Silvestre , pardo, 22 anos, 600\$; Francisco , parda, 19 anos, Crioulo, 600\$; José , pardo, 52 anos, Crioulo, 200\$; Caetana , preta, 40 anos, Crioula, 200\$; Júlia , parda, 28 anos, Crioula, 300\$; Maria Angélica , parda, 27 anos,

		Crioula, 300\$; Laurindo , preto, 22 anos, Crioulo, 300\$; Matildes , parda, 14 anos, Crioula, 300\$; Belarmina , preta, 11 anos, Crioula, 200\$.
Ano: 1882 – Processo nº: 199 Inventariada: Joana dos Santos Quadros	Descrição: 01 escravo, 01 masculino	Bento , Crioulo, 500\$.
Ano: 1882 – Processo nº: 201 Inventariado: Jesuíno Inácio da Rosa	Descrição: 04 escravos, 02 masculino, 02 feminino	Dionísio , pardo, 23 anos, 500\$; Gaudêncio , 20 anos, Crioulo, 450\$; Camila , 20 anos, Crioula, 450\$; Teodora , 20 anos, Crioula, 350\$.
Ano: 1882 – Processo nº: 202 Inventariada: Maria Pereira da Silva	Descrição: 06 escravos, 02 masculino, 04 feminino	Izidora , 100\$; Escolástica , 100\$; Carina , 100\$; Felício , 100\$; Estevão , 100\$; Escolástica , 100\$.
Ano: 1882 – Processo nº: 203 Inventariado: Pretestato Antônio de Leiva	Descrição: 03 escravos, 02 masculino, 01 feminino	Genoveva , preta, 20 anos, 300\$; Pedro , preto, 45 anos, 100\$; Reginaldo , preto, 32 anos, 100\$.
Ano: 1881/1882 – Processo nº: 204 Inventariados: Simão Brum da Silveira e sua mulher Bernardina Feijó Brum	Descrição: 03 escravos, 02 masculino, 01 feminino	Bento , preto, 18 anos; Sabino , preto, 16 anos; Rosa , preta, 21 anos
Ano: 1883 – Processo nº: 205 Inventariado: Francisco Laplacette	Descrição: 01 escravo, 01 feminino	Madalena , preta, 20 anos, 250\$.
Ano: 1884 –	Descrição: 06	Rufina (L) , 38 anos,

Processo nº: 207 Inventariada: Ana Lutonia Dias de Mattos	escravos, 04 não libertos, 02 libertos, 02 masculino, 04 feminino	500\$; Joaquim (L), 50 anos, Heleno , 18 anos, 500\$; Maria Rosa , 15 anos, 500\$; Júlia , 15 anos, 500\$; Paulina , 16 anos, 500\$.
Ano: 1881 – Processo nº: 710 Inventariado: João de Farias Santos	Descrição: 04 escravos, 02 masculino, 02 feminino	Manoel Vicente , 28 anos, 650\$; Manoela , 18 anos, 500\$; Nicolau , 15 anos, 600\$; Eva , 11 anos, 300\$.
Ano: 1881 – Processo nº: 711 Inventariado: José Bento Campello	Descrição: 03 escravos, 01 masculino, 02 feminino	Domingos , 40 anos, Crioulo, 400\$; Ana Rosa , 32 anos, Crioula, 400\$; Leocádia , parda, 13 anos, 500\$.
Ano: 1881 – Processo nº: 713 Inventariada: Martiniana Corrêa de Carvalho	Descrição: 13 escravos, 08 masculino, 05 feminino	Raimundo , pardo, 53 anos, 600\$; João , pardo, 40 anos, 1:000\$; Manoela , parda, 42/40 anos, desta Província, de boa saúde, 800\$; Tomás , pardo, 9 anos, 500\$; Roque , 5 anos, Manoela, 200\$; Bento , pardo, 13 anos, Manoela, 600\$; Justino , preto, 48/50 anos, desta Província, campeiro e lavrador, sadio, 700\$; Luiza , parda, 6 anos, Manoela, 200\$; Constantina , parda, 38 anos, 1:000\$; Bernardina , parda, 28 anos, 1:100\$; Adão , pardo, 15 anos, 700\$; Gertrudes , parda, 7 anos, 250\$; Joaquim , preto, 6 anos, 200\$.
Ano: 1881 – Processo nº: 714 Inventariado:	Descrição: 04 escravos, 02 masculino, 02	Joaquim , 62 anos, 100\$; Inês , 52/53 anos, 100\$; José

Miguel da Costa Machado	feminino	Luís , 20 anos, doente, 300\$; Mônica , 18/19 anos, 600\$.
Ano: 1883 – Processo nº: 736 Inventariada: Dona Leocádia Rodrigues Correa	Descrição: 02 escravos, 01 masculino, 01 feminino	Pedro; Avelina.
Ano: 1884 – Processo nº: 746 Inventariado: Francisco Vieira de Aguiar	Descrição: 04 escravos, 03 masculino, 01 feminino	Martinha , 20 anos, 150\$; Carlos , 24 anos, 125\$; Luis , 22 anos, 160\$; Paulino , 16 anos, 140\$;
Ano: 1884 – Processo nº: 751 Inventariado: Manoel Vieira de Aguiar	Descrição: 01 escravo, 01 masculino	Romão , 30 anos.
Ano: 1884 – Processo nº: 752 Inventariada: Maria Madalena da Silveira Villas Boas	Descrição: 03 escravos, 01 masculino, 02 feminino	Noé , 20 anos, 500\$; Rosana , 32 anos, 500\$; Francisca , parda, 17 anos, 500\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 753 Inventariado: Simão Brum da Silveira	Descrição: 03 escravos, 03 masculino	Francisco , pardo, 30 anos, 200\$; Sabino , preto, 18 anos, 200\$; Bento , preto, 20 anos, 300\$.
Ano: 1885 – Processo nº: 758 Inventariado: Feliciano Pereira da Silva	Descrição: 04 escravos, 03 não libertos, 01 liberto, 02 masculino, 02 feminino	Florentina (L), 59 anos, Crioula, 50\$; Veríssimo , pardo, 41 anos, 350\$; João , 20 anos, 380\$; Bonifácia , 23 anos, 250\$.
Ano: 1885 – Processo nº: 761 Inventariado: Joaquim Benvindo Gonçalves	Descrição: 03 escravos, 02 masculino, 01 feminino	Marcelina , preta, 37 anos, 400\$; Manoel , preto, 16 anos, 600\$; Adão , preto, 14 anos, 500\$.
Ano: 1883 – Processo nº: 18 Inventariado: Joaquim Dias Flores	Descrição: 03 escravos, 01 masculino 02 feminino	João , pardo, 30 anos, 700\$; Inês , parda, 22 anos, 600\$; Rozina , parda, 16 anos, 600\$.
Ano: 1883 –	Descrição: 02	Izidro , pardo, 400\$;

Processo nº: 19 Inventariado: Eduardo José Gonçalves	escravos, 02 masculino	Vitorino , pardo, 200\$.
Ano: 1885 – Processo nº: 20 Inventariado: Ana Inácia de Jesus	Descrição: 08 escravos, 06 masculino, 02 feminino	Cipriano , preto, 62 anos, 50\$; Gaspar , pardo, 44anos, 150\$; Morais , parda, 35 anos, 200\$; Serafim , pardo, 32 anos, 200\$; Anarolino , preto, 22 anos, 200\$; Justino , preto, 13 anos, 150\$; Brígida , parda, 49 anos, 30\$; Silvana , parda, 30 anos, 150\$.
Ano: 1885 – Processo nº: 21 Inventariado: Albino Lucas Machado	Descrição: 02 escravos, 02 masculino	Serafim , 32 anos, 200\$; Anarelino , 22 anos, 200\$.
Ano: 1886 – Processo nº: 25 Inventariado: Miguelina Gonçalves da Cunha parda, 19 anos, 150\$; Nazário , pardo, 18 anos, 300\$.	Descrição: 04 escravos, 01 masculino 03 feminino	Silvéria , parda, 32 anos, 200\$; Balisa , parda, 22 anos, 200\$; Eulásia ,
Ano: 1883 – Processo nº: 203 Inventariada: Cândida Maria Furtado	Descrição: 05 escravos, 02 masculino, 03 feminino	Domingas , preta, 64 anos, 20\$; Aniceta , preta, 31 anos, 400\$; José Belmiro , preto, 25 anos, 200\$; Lucinda , preta, 12 anos, 300\$; Bernardo , preto, 41 anos, 200\$.
Ano: 1883 – Processo nº: 206 Inventariado: Manoel Alves da Silva	Descrição: 02 escravos, 01 masculino, 01 feminino	Floripes , preta, 400\$; Gervasio , preto, 550\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 208	Descrição: 01 escravo, 01	Maria , preta, 60 anos mais ou

Inventariado: Antônio Bernardo Paranhos	feminino	menos, 20\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 209 Inventariada: Bernardina Pereira do Nascimento	Descrição: 07 escravos, 04 masculino, 03 feminino	Tomás , preto, 81 anos, sem valor; Maria , preta, 72anos, 50\$; Julia , preta, 33 anos, 400\$; Joaquina , preta, 27 anos, 400\$; Antônio , preto, 26 anos, 450\$; Jacinta , preta, 23 anos, 400\$; João , preto, 19 anos, 450\$; Guilherme , 16 anos, 400\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 211 Inventariado: Emilio Lorena de Aguiar	Descrição: 05 escravos, 04 masculino, 01 feminino	Inácio , 68 anos, 50\$; Cardoso , 62 anos, 60\$; Joaquim , 40 anos, 400\$; Henrique , 26 anos, 400\$; Virginia , 27 anos, 300\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 212 Inventariado: Evaristo José Gonçalves	Descrição: 08 escravos, 05 masculino, 03 feminino	Zeferino , preto, 38 anos, 400\$; Adão , preto, 33 anos, 450\$; Laurindo , 25 anos, com uma perna quebrada, 100\$; Jerônimo , pardo, 24 anos, 450\$; Maria Delfina , preta, 21 anos, 300\$; Eva , preta, 32 anos, 200\$; Joana , preta, 33 anos, 300\$; João , pardo, 14 anos, 400\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 213 Inventariado: Izidoro da Costa Barros	Descrição: 03 escravos, 02 masculino, 01 feminino	Francisco , preto, 30 anos, 150\$; Donato , pardo, 31 anos, 150\$; Florentina , preta, 28 anos, 100\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 214 Inventariado: Luiz	Descrição: 01 escravo, 01 masculino	Anastácio , pardo, 15 anos, 250\$.

Veríssimo Ferreira		
Ano: 1884 – Processo n°: 215 Inventariada: Mariana Gonçalves da Cunha	Descrição: 04 escravos, 02 masculino, 02 feminino	Zeferino , 28 anos, 350\$; João , pardo, 15 anos, 400\$; Maria Delfina , 25 anos; Joana , 35 anos, 200\$.
Ano: 1885 – Processo n°: 219 Inventariada: Dona Ana Maria da Costa	Descrição: 03 escravos, 02 masculino, 01 feminino	José , 60 anos, 50\$; Donato , 26 anos, 350\$; Firmina , 14 anos, 200\$.
Ano: 1885 – Processo n°: 221 Inventariada: Dona Flora Lucas de Medeiros	Descrição: 01 escravo, 01 feminino	Juvita , parda, [?]idade, 400\$.
Ano: 1885 – Processo n°: 223 Inventariado: Major Inácio Machado da Costa	Descrição: 02 escravos, 01 masculino, 01 feminino	Madalena , preta, [?]idade, 200\$; Alexandra , preta, 16 anos, 200\$.
Ano: 1885 – Processo n°: 226 Inventariada: Dona Maria Rodrigues de Figueiredo e Silva	Descrição: 06 escravos, 06 libertos condicionais, 05 masculino, 01 feminino	Abraão (LC), 53 anos, 30\$; Manoel João (LC), 44 anos, 30\$; Felizardo (LC), 17 anos, 12\$; Domingos (LC), 13 anos, ingênuo, 400\$; Guilhermino (LC), 10 anos, ingênuo, 550\$; Rosália (LC), 9 anos ingênuo, 300\$.
Ano: 1885 – Processo n°: 228 Inventariado: Vasco Pinto da Silva	Descrição: 01 escravo, 01 masculino	André , preto, 46 anos, 100\$.
Ano: 1886 – Processo n°: 230 Inventariada: Emerenciana Ana da Silva	Descrição: 04 escravos, 04 libertos condicionais, 03 masculino, 01 feminino	Ventura (LC), 576\$; Adão (LC), 576\$; Leopoldina (LC), 576\$; Catão (LC), 576\$.
Ano: 1886 – Processo n°: 231 Inventariado: Francisco José	Descrição: 02 escravos, 02 libertos condicionais, 02	José (LC), 29/20 anos, 200\$; Belmiro (LC), 28 anos, 250\$.

Pinto Ribeiro	masculino	
Ano: 1886 – Processo nº: 232 Inventariado: Felisberto Machado de Souza	Descrição: 09 escravos, 09 libertos condicionais, 06 masculino, 03 feminino	Domingos (LC), 200\$; Rafael (LC), 200\$; Francisco (LC), 200\$; Inácio (LC), 200\$; Caetano (LC), 200\$; Zeferino (LC), 200\$; Luiza (LC); Josefa (LC), 200\$; Cesária (LC), 200\$.
Ano: 1886 – Processo nº: 235 Inventariada: Zeferina d'uAguiar Cardoso	Descrição: 01 escravo, 01 liberto condicional, 01 feminino	Juliana (LC), preta, 300\$.
Ano: 1887 – Processo nº: 236 Inventariada: Amália Gonçalves Vieira	Descrição: 02 escravos, 02 libertos condicionais, 02 masculino	Simão (LC), preto, 150\$; Jorge (LC), pardo, 240\$.
Ano: 1887 – Processo nº: 237 Inventariado: Camilo Francisco da Silveira	Descrição: 01 escravo, 01 liberto condicional, 01 masculino	Martinho (LC), preto, 600\$.
Ano: 1887 – Processo nº: 242 Inventariado: João Arruppes	Descrição: 02 escravos, 02 libertos condicionais, 01 masculino, 01 feminino	Leonor (LC), preta, 265\$; Eufrásio (LC), Crioulo, 132\$500.
Ano: 1887 – Processo nº: 244 Inventariada: Maria Petronilha de Almeida	Descrição: 02 escravos, 01 masculino, 01 feminino	Malaquias (LC), preto, 500\$; Albana (LC), preta, 500\$.
Ano: 1883 – Processo nº: 7 Inventariada: João José de Souza	Descrição: 03 escravos, 02 masculino, 01 feminino	Caridade , parda, 47 anos, 250/200\$; Izidro , parda, 250\$; Matheus , preto, 150\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 10 Inventariada: Padre	Descrição: 02 escravos, 02 masculino	Pedro Maria , fula, 17 anos mais ou menos, 100\$;

Rafael Balbi		Reginaldo , 28 anos mais ou menos, fugido, 10\$.
Ano: 1886 – Processo nº: 11 Inventariada: Floripes Carolina dos Santos	Descrição: 01 escravo, 01 liberto condicional, 01 masculino	Onofre (LC), 650\$.
Ano: 1885 – Processo nº: 06 Inventariada: Joaquina de São José Damasceno	Descrição: 04 escravos, 03 masculino, 01 feminino	Claudiano , pardo, 31 anos, 400\$; Simão , pardo, 28 anos, 400\$; Tomás , pardo, 27 anos, 200\$; Luísa , parda, 46 anos, 200\$.
Ano: 1886 – Processo nº: 09 Inventariados: Manoel Pereira da Costa e sua mulher Maria Petrona Cortez da Costa	Descrição: 03 escravos, 02 masculino, 01 feminino	Simão , 24 anos, 200\$; Atanásia , 16 anos, 200\$; Ciriaco , 14 anos, 200\$.
Ano: 1886 – Processo nº: 10 Inventariado: Tristão Nobre de Oliveira	Descrição: 04 escravos, 03 não libertos, 01 liberto condicional, 03 masculino, 01 feminino	Juliana , preta, 40 anos, 150\$; Diogo , preto, 18 anos, 200\$; Paulino pardo, 17 anos, 200\$; Henrique (LC), 200\$.
Ano: 1887 – Processo nº: 11 Inventariado: Antônio Vido Nunes	Descrição: 02 escravos, 01 masculino, 01 feminino	Nicolau , 22 anos, 400\$; Cesária , parda, 18 anos, 350\$.
Ano: 1887 – Processo nº: 13 Inventariado: Joaquim Francisco dos Santos Abreu	Descrição: 07 escravos, 04 masculino, 03 feminino	Izabel , preta, 49 anos, 100\$; Joana , parda, 22 anos, 200\$; Rosália , preta, 28 anos, 200\$; Carolina , preta, 14 anos, 100\$; Artur , pardo, 21 anos, 250\$; Guilherme , preto, 35 anos, 150\$; Anselmo , preto, 14 anos, 150\$.
Ano: 1883 – Processo nº: 138 Inventariado:	Descrição: 01 escravo, 01 masculino	Felipe , preto, 150\$.

Laurindo Luis Pereira		
Ano: 1883 – Processo nº: 139 Inventariado: Máximo Antônio Barreto	Descrição: 01 escravo, 01 masculino	Martino , 36 anos, 36 anos, 60\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 140 Inventariada: Aurora Joaquina Gonçalves	Descrição: 03 escravos, 02 masculino, 01 feminino	Dionísio , preto, 27 anos, 400\$; Virgilino , preto, 24 anos, 200\$; Leonarda , preta, 60 anos, 10\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 141 Inventariado: Antônio Soares de Menezes	Descrição: 04 escravos, 02 masculino, 02 feminino	Felíciana , preta, 45 anos, 150\$; Ciriaco , preto, 20 anos, 200\$; Eleutério , preto, 16 anos, 150\$; Honorina , preto, 18 anos, 200\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 145 Inventariado: Manoel Domingos de Lima	Descrição: 02 escravos, 01 masculino, 01 feminino	Marcelina , 38 anos, Crioula, 550\$; Arsênio , 20 anos, 600\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 146 Inventariada: Maria Alexandrina Silveira da Terra	Descrição: 02 escravos, 01 masculino, 01 feminino	Timóteo , preto, 30 anos, 200\$; Cassiana , preta, 26 anos, 350\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 147 Inventariada: Maria Ludgéria	Descrição: 01 escravo, 01 feminino	Ferreira Juliana , 30 anos, 2:000\$.
Ano: 1884 – Processo nº: 149 Inventariado: Pedro Soares de Menezes	Descrição: 05 escravos, 02 masculino, 03 feminino	Teotônia , 26 anos, 140\$; Vicência , 20 anos, 140\$; Fortunata , 14 anos, 140\$; Afonso , 16 anos, 150\$; Joaquim , 22 anos, fugido.
Ano: 1884 – Processo nº: 150 Inventariado: Protásio Teixeira Maciel	Descrição: 04 escravos, 02 masculino, 02 feminino	Gerêncio , 29 anos, 300\$; Maximiano , 27 anos, 400\$; Rafaela , 47 anos, 40\$; Maria do

		Pilar , 31 anos, 200\$.
Ano: 1885 – Processo nº: 153 Inventariado: João André Palma	Descrição: 02 escravos, 02 feminino	Amélia , 28 anos, 400\$; Galdina , 27 anos, 400\$.
Ano: 1885 – Processo nº: 155 Inventariada: Leonídia dos Santos Cunha	Descrição: 03 escravos, 01 masculino, 02 feminino	Marfizia , 26 anos, Crioula, 300\$; Afonso , pardo, 17 anos, 350\$; Apolinária , 38 anos, Crioula, 250\$.
Ano: 1886 – Processo nº: 161 Inventariado: João de Souza Lima	Descrição: 04 escravos, 02 não libertos, 02 libertos condicionais, 02 masculino, 02 feminino	Jacinto (LC), preto, 12\$; Carlota , preta, 22 anos mais ou menos, 550\$; Bernardino , pardo, 28 anos mais ou menos, fugido, 500\$; Felícia (LC), preta, 12\$.
Ano: 1886 – Processo nº: 164 Inventariado: Nasiaseno Pereira da Costa	Descrição: 02 escravos, 02 libertos condicionais, 01 masculino, 01 feminino	Antônia (LC), preta, 44 anos, 469\$; Cipriano (LC), parda, 22 anos, 690\$.
Ano: 1887 – Processo nº: 171 Inventariado: Irineu José Lopes	Descrição: 01 escravo, 01 feminino	Maria da Conceição , parda, 22 anos, 200\$.
Ano: 1887 – Processo nº: 173 Inventariado: José Lourenço d’Avila	Descrição: 01 escravo, 01 liberto condicional	Manoel (LC), 331\$600.

Fonte: Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança / Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre:Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Nos inventários aqui apresentados, registrados entre os anos de 1881 a 1887, são citados cento e trinta e sete homens e cento e duas mulheres em idade adulta, onze crianças e seis idosos em idade a partir de sessenta anos. Nesses inventários, apenas um apresenta indicação de profissão, no caso de Justino, crioulo, com habilidade campeira e lavrador

e em comparação com os demais inventários, pudemos perceber que seu valor é superior aos demais.

Esse detalhe demonstra o quanto essa habilidade era valorizada na cotação do preço do cativo. A atividade de campeiro exercida pelos escravos lhes dava grande mobilidade, pois eram responsáveis pelo trato e deslocamento do gado, muitas vezes até mesmo atravessando a fronteira Brasil/Uruguai para levar ou trazer os animais. Nesse cotidiano peculiar das relações de trabalho escravo, se desenvolveram nas regiões de fronteira, como em Jaguarão, condições para a criação de estratégias de resistência e liberdade pelos escravos, conforme trataremos paulatinamente em nosso terceiro capítulo.

O trabalho de Paulo Moreira faz parte de uma tendência de estudo a respeito das questões sobre o significado e as estratégias de resistência exercidas pelos cativos na sociedade sul-rio-grandense. Moreira, ao abordar a lógica social dos escravos e libertos na cidade de Porto Alegre ao longo da segunda metade do século XIX, reconstrói as experiências de cativos e libertos no meio urbano, bem como as práticas de alforria e a atuação das sociedades que promoviam a libertação de escravos.⁹⁷

A análise de Moreira nos auxilia a compreender a relação entre as estratégias de resistência e busca pela liberdade, cunhadas pelos escravos e os movimentos emancipacionistas que se constituíram nesse processo. Na mesma linha dos debates historiográficos, Jônatas Marques Caratti⁹⁸ analisou a escravidão na fronteira meridional do Brasil, especificamente a cidade de Jaguarão. Sua discussão centrou-se no impacto das leis abolicionistas uruguaias nas regiões de fronteira.⁹⁹ Essa

⁹⁷ MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre, 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003. Ver também: Moreira, Paulo R. S. *Uma parda infância: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça*. 4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil meridional, 2009.

⁹⁸ CARATTI, Jônatas Marques. *Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860- 1880)*. IN: IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre.

⁹⁹ CARATTI, J. M. *Comprando e vendendo escravos na fronteira...*

dialética de trocas entre Brasil/Uruguai, conforme apontou Caratti, se constituíam entre as áreas fronteiriças devido ao constante comércio estabelecido entre essas regiões.

A partir dessa discussão da historiografia podemos perceber que a escravidão no Rio Grande do Sul, especificamente na cidade de Jaguarão, foi diferente, no entanto, teve a mesma intensidade e relevância econômica que nas demais regiões brasileiras. Dessa forma, após compreendermos o olhar da historiografia sobre o tema escravidão no Rio Grande do Sul, passaremos agora a analisar as estruturas sociais, políticas e econômicas na cidade de Jaguarão, na segunda metade do século XIX.

2.1 - A economia escravista em Jaguarão

A cidade de Jaguarão assumiu um papel relevante no Rio Grande do Sul, no contexto econômico da região de fronteira, no século XIX, devido sua localização às margens de um rio navegável que ligava a região da Campanha aos portos de Pelotas e de Rio Grande. O rio Jaguarão passou a ser livre para navegação após a assinatura do tratado de quatro de setembro de 1857, no qual o governo brasileiro decretou a abertura das águas da lagoa Mirim a fim de facilitar o escoamento da produção daquela região à zona portuária costeira de Rio Grande, único porto marítimo exportador do Rio Grande do Sul.¹⁰⁰

Esse caráter contribuiu para o desenvolvimento econômico da região e principalmente para o crescimento da economia escravista de Jaguarão. Dessa forma, vemos que o funcionamento do porto dessa cidade se intensificou com a abertura da navegação da Lagoa Mirim e tornou o porto de Jaguarão estratégico para escoamento da produção do charque de Pelotas. É central observamos nesse contexto que a cidade de Pelotas era um destacado ponto de concentração das charqueadas que reunia

¹⁰⁰Intendência Municipal de Jaguarão. *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão*. Porto Alegre: Livraria Mundo, 1912, p 35-36.

grandes somas de mão-de-obra escrava.¹⁰¹ Portanto, com a abertura do porto de Jaguarão foi necessário a ampliação do emprego do trabalho escravo tanto nas atividades portuárias como na própria produção. De acordo com Ester Judite Bendjouya Gutierrez, os proprietários das estâncias e charqueadas possuíam cativos marinheiros, que eram empregados no serviço de transporte do charque e seus subprodutos.

Os escravos marinheiros, portanto, eram sujeitos relevantes para economia da fronteira meridional do Brasil, que precisava dos rios como estradas para comercialização do produto do charque. Essa autora ainda afirma que esse vai e vem nas águas facilitou a resistência ao cativo pois, “as viagens propiciavam o seqüestro, o assassinato, o estupro, de senhores, de feitores e de senhoras por marujos escravizados.”¹⁰² Nesse sentido, podemos perceber que a resistência escrava não estava presente apenas dentro das estâncias ou das charqueadas, mas sim, espalhada por toda região fronteiriça.

Segundo a Intendência Municipal de Jaguarão entre o período de 1858 a 1860, os portos da lagoa Mirim e do rio Jaguarão funcionaram com êxito, ao transportarem produtos das charqueadas, sal, gêneros alimentícios, tanto no Brasil como no Uruguai.¹⁰³ Entretanto, em vinte e nove de setembro de 1860 foi suspenso pelo governo brasileiro o Tratado de Comércio e Livre Navegação dos portos da lagoa Mirim e seus afluentes em represália ao Decreto de seis de junho de 1860, expedido pelo governo uruguaio, que proibia a navegação brasileira em seus rios Cebollaty, Taquary, Olimar. Tal decreto prejudicou a economia no sul do Brasil, pois a região da Campanha, grande produtora de charque, dependia do transporte fluvial para manter seu abastecimento de sal, indispensável ao preparo da carne e a salga do couro.¹⁰⁴ Nesse contexto a

¹⁰¹ GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Sítio charqueador pelotense. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Império*, v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

¹⁰² GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Sítio charqueador pelotense..., p. 236-237.

¹⁰³ Intendência Municipal de Jaguarão. *Apontamentos para uma monografia...*, p. 32.

¹⁰⁴ MARTINS, D.R. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil- Urugua...* p. 73.

cidade de Jaguarão tornou-se um espaço extremamente estratégico para a economia sul-rio-grandense, devido ao seu porto possibilitar o escoamento de mercadorias para o porto Internacional de Rio Grande.

No entanto, o porto de Jaguarão não escoava apenas a produção do charque de Pelotas, mas também da campanha e da própria cidade. Por exemplo, a charqueada do Coronel Zeferino era situada à margem esquerda do rio Jaguarão e foi fundada por Joaquim dos Santos Pólvora. As charqueadas, somadas à pecuária e ao comércio eram as principais fontes de renda da cidade de Jaguarão e também as atividades de maior concentração de mão-de-obra escrava.¹⁰⁵ Percebemos que em 1856 existiam nove charqueadas em Jaguarão com a produção de 35.163, em 1854 e 41.697, em 1855, totalizando 76.860 rezes mortas, conforme o mapa demonstrativo do movimento dessa indústria em 1856.

Tabela 04: Mapa demonstrativo de charqueadas em 1856 em Jaguarão

XARQUEADAS	Num.	Rezes mortas		Total
		1854	1855	
Xarqueadas existentes ..	9	35.163	41.697	76.860
Deixaram de trabalhar ..	2			
Ficaram existindo	7			
	9			

Fonte: Intendência Municipal de Jaguarão. *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão*. Porto Alegre: Livraria Mundo, 1912.

¹⁰⁵ Intendência Municipal de Jaguarão. *Apontamentos para uma monografia....*,p 34.

Esse mapa apresenta ainda o fechamento de duas charqueadas no ano de 1856. Sérgio da Costa Franco explica que até o ano de 1865, foram fechadas mais cinco indústrias pastoris. O declínio dessas empresas ocorreu devido à instabilidade na fronteira que proporcionava insegurança à propriedade privada e aos negócios.¹⁰⁶ Sobre essas vicissitudes na fronteira de Jaguarão o seguinte relatório da Câmara Jaguareense, remetido ao Presidente de Província em 20 de junho de 1850, comprova a insegurança no sul do Brasil:

*Devendo sempre esperar-se das vossas reuniões remédios para os males que sofremos, só pode ser com prazer que vos vemos reunidos. Incontestavelmente, a falta de segurança individual e de propriedade de que tanto se ressenete este Município, é a primeira, pois que o número de assassinatos que tem aparecido e o descaso com que são cometidos, de certo que não é só atrasados como execrável. A facilidade com que os criminosos se podem evadir à ação da justiça e muito principalmente a impunidade são coisas que reclamam medidas capazes de fazer cessar este mal.*¹⁰⁷

No relatório vemos a insatisfação local com a constante violência na região e a falta de segurança tanto individual, quanto das propriedades. Entretanto, apesar dessa instabilidade, entre os anos de 1830 a 1859 a cidade de Jaguarão se apresentou enquanto pólo comprador de escravos, ao invés de fornecedor para as lavouras cafeeiras da região sudeste. A elevação na porcentagem dos escravos nessa cidade contraria a lógica do tráfico interprovincial, refletido pelo fim do tráfico internacional de escravos de 1850. Somente depois, entre os anos de 1859 a 1868 houve uma

¹⁰⁶FRANCO, S. C. *Origens de Jaguarão...*, p. 32.

¹⁰⁷AHRS- Relatório de Presidente de Província do Rio Grande do Sul. 1850. p 10.

diminuição de 18% da quantidade de mão-de-obra escrava em Jaguarão.

108

Essa queda na quantidade de cativos empregados na economia dessa cidade pode ser entendida, em parte, pela participação desses negros na guerra contra o Paraguai. Os cativos que participassem deste combate contra o Paraguai recebiam a carta de alforria, deixando sua condição escrava, tema que analisaremos em nosso quarto capítulo. De acordo com o mapa estatístico do ano de 1868, apresentado pelo jornal *Atalaia do Sul* da cidade de Jaguarão, o número de habitantes desse município era de 12.171, sendo 6.141 homens e 6.030 mulheres.¹⁰⁹ No gráfico abaixo se destacavam cinco profissões exercidas na cidade de Jaguarão.

Figura 02- Mapa estatístico do trabalho

Fonte: IHGJ. Estatística. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão. 12 de Fevereiro de 1868.

¹⁰⁸ Estatística. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão. 19 de Abril de 1868.

¹⁰⁹ Estatística. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão. 12 de Fevereiro de 1868.

O gráfico aponta para um número de 1.001 lavradores livres, enquanto que Caratti¹¹⁰ afirma que somente no ano de 1859, a cidade de Jaguarão já tinha 5.056 escravos. Podemos dessa forma, notar que o número de lavradores era muito menor do que a quantidade de escravos empregados na economia dessa cidade, que em contrapartida possuía apenas 300 proprietários de terras.

Notemos a partir desses dados, que a mão- de- obra cativa era essencial para a economia dessa região meridional do Brasil. Constatamos ainda, a presença desse trabalho escravo para além das charqueadas e das estâncias, fazendo parte do cotidiano urbano da cidade. Esses escravos desempenhavam várias funções, tanto urbanas como rurais. Faziam trabalho doméstico, de ganho e quando possuíam alguma profissão podiam ser pedreiros, sapateiros, oleiros, sendo que nestes casos entregavam parte do dinheiro aos seus senhores; trabalhavam na lavoura das chácaras próximas às cidades e desempenhavam funções no campo, nas estâncias como peões, domadores e tropeiros.¹¹¹

Jaguarão no início dos anos 70 era distinguida como a quarta cidade mais importante da província, depois de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.¹¹² De acordo, com o mapa estatístico do ano de 1872, apresentado pelo jornal *A Reforma*¹¹³, o total da população de Jaguarão era de 8.076 indivíduos, sendo de 83% deste total de livres, enquanto havia 17% de escravos. Nessa estatística existiam no primeiro distrito 6.710 habitantes, ou seja, 85% livres e 1.199 escravos, que contabilizavam cerca de 15% do total da população. O segundo distrito

¹¹⁰ CARATTI Jônatas Marques. Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860-1880). Porto Alegre: X Encontro Estadual de História: Vestígios do Passado – o historiador e suas fontes. <[http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212983677_ARQUIVO_Comprandoevendendoe scravosnafronte ira.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212983677_ARQUIVO_Comprandoevendendoe%20scravosnafronte%20ira.pdf)> , acesso em 06/10/10.

¹¹¹MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço* ... p. 65.

¹¹²MARTINS, R.D. *A ocupação do espaço* ...,142.

¹¹³ Mapa estatístico da paróquia de Jaguarão. *Jornal A Reforma*, Jaguarão, 12 de janeiro de 1872, p 6.

possuía 1.366 habitantes correspondentes a 76% de livres e 441 cativos, o equivalente a 24%.

A partir dessas porcentagens, apontamos a maior concentração de escravos, no segundo distrito de Jaguarão, onde se localizava a porção mais rural da região e ainda, se compararmos com os dados já apresentados do ano de 1859, podemos perceber que após a Guerra do Paraguai houve na cidade de Jaguarão uma grande diminuição do contingente populacional, tanto de livres quanto de escravos. Apesar da diminuição demográfica podemos entender que ao final da Guerra, a cidade havia retomado seu crescimento, e desenvolvimento econômico, conforme notícia de 14 de novembro de 1873 do jornal *Atalaia do Sul* que indicava segundo dados estatísticos, que Jaguarão contava com aproximadamente 351 fogos a mais em sua região, expressando um crescimento de 351 residências, aproximadamente, 55% em sete anos.¹¹⁴

O crescimento das atividades econômicas de Jaguarão é constatado a partir dos dados apresentados à tesouraria da Fazenda e praça de comércio da Província do Rio Grande do Sul, na qual em 1869, Jaguarão apresentou uma quantia de 185:846\$500 de exportação, enquanto que no ano de 1871 contou com 354:906\$022 mil réis no balancete do comércio exterior.

A partir desses números, relativos à exportação realizada pelo comércio de Jaguarão, podemos verificar que essa cidade cresceu economicamente em cerca de 53% após o período da Guerra do Paraguai. O restabelecimento da paz despertou o desenvolvimento econômico da região de fronteira, incentivando a produção, restaurando e expandindo o comércio. Em 1871 foi inaugurada a comunicação telegráfica entre Jaguarão e Pelotas, no ano seguinte com Porto Alegre e em 1874 foi inaugurada a estação telegráfica na vila de Arroio Grande.¹¹⁵

Para manter a atividade pecuária em crescimento, os estancieiros precisavam lutar contra o roubo de gado que ainda era constante na

¹¹⁴Para compreender a estrutura da cidade de Jaguarão, ver nos anexos a notícia “Estatística”. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 12 de janeiro de 1879, p 4.

¹¹⁵ MARTINS, R. D. A ocupação do espaço..., 139.

região fronteira. Dessa forma, não podemos deixar de notar que a economia escravista da cidade foi profundamente afetada pelas guerras de fronteira, conforme abordamos no capítulo anterior. No período da Guerra Grande (1839- 1851) especificamente em 1842, as relações diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai tornaram-se ainda mais tensas.

Nesse ano a república uruguaia promulgou a abolição da escravidão em seu território. O governo uruguaio decretou a lei de abolição em 1842 devido sua necessidade de arregimentar homens à guerra. Dessa forma, Fructuoso Rivera realizou o engajamento militar dos escravos, concedendo-os a liberdade. Essa lei proibia a utilização de mão-de-obra escrava no território uruguaio e considerava livre o escravo que nascia ou cruzava esse solo livre platino.

A política uruguaia entrou em confronto direto com os interesses dos estancieiros, os quais utilizavam escravos como peões em suas propriedades, em ambos os lados da fronteira. Esses cativos possuíam papel destacado no contexto da mão-de-obra, pois eram responsáveis pelo “transporte” do gado criado no Uruguai às charqueadas do Brasil, que constituíam, cerca de 75% dessas reses vindas do república uruguaia. A tensão na fronteira do império com Uruguai piorou, devido às fugas de escravos¹¹⁶ para esse país. Tais cativos utilizavam da lei de abolição da escravidão dessa república para alcançar a liberdade. Essa lei considerava livre qualquer escravo que passasse para o território uruguaio, ou seja:

Os escravos brasileiros, que forem ao Estado Oriental, embora fugidos, embora roubados, embora impelidos por força maior, como por exemplo, a guerra, a peste, ou qualquer dessas circunstâncias imprevistas, independentes da vontade do homem,

¹¹⁶ Sobre a fuga de escravos do Brasil para o Uruguai após 1840 Ver: PETIZ, Silmei. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Rio Grande do Sul: UPF, 2006.

*são livres, por que a lei não consigna outras exceções, nós não devemos distinguir.*¹¹⁷

Fundamentados nas dificuldades impostas pela abolição no estado uruguaio, os estancieiros rio-grandenses que possuíam terras dos dois lados da fronteira e precisavam manter a estabilidade do trabalho escravo em suas propriedades, utilizaram a estratégia dos contratos de peonagem. Na década de 1850, com a proibição do tráfico Atlântico, a re-escravização e a peonagem tornaram-se práticas corriqueiras no sul do Brasil, pois com o fim das importações de cativos, essa mão-de-obra tornou-se insuficiente para manter a atividade econômica nessa região. A escassez de trabalhadores escravos levou os comerciantes a buscarem força de trabalho nas províncias do sul imperial, praticando assim, o tráfico interprovincial.¹¹⁸

Nesse sentido, Robert Conrad, apontou a importância do tráfico de escravos da Província do Rio Grande do Sul para o Sudeste:

*Os preços no Rio aumentaram desmedidamente nos meses que se seguiram à supressão do tráfico africano, fazendo com que fazendeiros do Sul procurassem fora dos mercados locais, [...], chegando mesmo a irem comprar escravos na província do Rio Grande do Sul, no extremo sul do país.*¹¹⁹

Sendo assim, o Rio Grande do Sul passou a abastecer esse mercado promissor, conforme citação de Robert Conrad, que necessitava de uma grande demanda de recurso humano para o trabalho.¹²⁰ Devido ao crescimento da economia cafeeicultora, a produção brasileira deste produto passou a suprir 75% do consumo mundial e 60% das exportações do país.

¹¹⁷ SILVEIRA, Pedro Maria Amaro. Discurso na Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Coletânea de discursos parlamentares da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999.p. 632.

¹¹⁸ MAESTRI FILHO, M J. *O escravo gaúcho...*, 1984. p 76.

¹¹⁹ CONRAD. Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 1979, p. 65.

¹²⁰ APERS – Acervo: Tabelionatos. Livros de Notas, Registros Gerais e Ordinários da Vila de Jaguarão. Escritura de Compra e Venda. N°22, fl 72.

Portanto, a falta de braços escravos para manter o nível de produção no sudeste instigou o tráfico interprovincial. Para suprir esse comércio, os traficantes sulinos passaram a roubar negros livres no Uruguai, principalmente crianças e batizá-las no Brasil, reduzindo-as à escravidão.

Assim, concordamos com Rachel Caé, quando afirma que, “o roubo de negros livres orientais estaria inserido nessa lógica de abastecimento do mercado interno de cativos, se constituindo como uma nova rede de tráfico ilegal”¹²¹ Essa conexão de abastecimento do mercado interno de cativos supriu a carência do comércio dos escravos, a partir do roubo e escravização de negros livres uruguaios. Sobre esse comércio ilegal Eduardo Palermo afirma, que nos anos 1845-52, enquanto se extinguiu a escravidão no Uruguai, houve o aumento do contrabando de cativos orientais para o Brasil. Esse tráfico ilegal de livres da república uruguaia contribuiu para o elevado crescimento da população escrava no sul do Brasil, possibilitando assim, que tal região se tornasse um potencial centro de negociação de vendas dessa mão-de-obra.¹²²

Essa comercialização foi constatada pelo levantamento e análise documental, realizada nos livros de notas da cidade de Jaguarão. Ao analisarmos as escrituras de compra e venda referente a essa cidade no período de 1850 a 1880, conseguimos perceber o tráfico ilegal realizado na fronteira como um importante circuito de comércio ilegal de negros livres de nacionalidade uruguaia.¹²³

Nesse período, entre 1850 a 1880, encontramos vinte e um casos de venda de uruguaios como escravos para estancieiros de Jaguarão. Dentre esses uruguaios escravizados encontramos treze homens e oito mulheres. Entre os escravizados existiam cinco crianças menores de dez anos e dezesseis adultos sendo que entre esses adultos treze possuíam a especificação de sua profissão, conforme apresentado na tabela a seguir:

¹²¹ CAÉ, Rachel. Mobilidade social de negros e escravos na fronteira sul do Império Brasileiro. Anais do 4º encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional. Curitiba-PR. maio de 2009.

¹²² PALERMO. Eduardo R. *Secuestros y tráfico de esclavos ...*, p. 12.

¹²³ APERS– Acervo: Tabelionatos. Livros de Notas, Registros Gerais e Ordinários da Vila de Jaguarão. Escritura de Compra e Venda. N°22, fl-76.

Tabela 05 - Negros- uruguaioes escravizados¹²⁴

Sexo	62% Homens	38% Mulheres
Idade	76% Adultos	24% Menores de 10 anos de idade
Profissão	76% Com profissão	24% Sem profissão

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Acervo: Tabelionatos. 1º Livros de Notas, Registros Gerais e Ordinários da Vila de Jaguarão.

A partir desse quadro podemos perceber que a maioria dos uruguaioes capturados e vendidos para o Brasil eram homens, que podiam ser melhor utilizados pelos estancieiros na lida com o gado e nas charqueadas. Cabe salientar ainda que entre os cinco menores de 10 anos que foram roubados, quatro deles eram filhos das mulheres capturadas. Comprovando tal perspectiva, encontramos o caso da venda do “crioulo” Quintino, de dois anos de idade, por 250 mil réis, sendo o vendedor Manoel, morador do Uruguai, representado por seu procurador José Teixeira de Melo e o comprador Luis Fernandes Passos, morador de Jaguarão, em 23 de novembro de 1866, conforme o descrito abaixo:

Escritura de venda de escravo crioulo de nome Quintino de idade de dois anos (...) Saibam que no ano de nascimento do nosso senhor Jesus Cristo em mil oitocentos e sessenta e seis aos quatorze dias do mês de dezembro do dito ano, nesta cidade de Jaguarão, neste cartório compareceram presentes partes, como o vendedor Manoel Ortiz, representado por seu procurador João Teixeira de Melo e como comprador Luiz Fernandes Passos, este morador desta cidade e aquele no Estado Oriental, reconhecidos pelas testemunhas a venda do escravo mulato de nome Quintino, de idade de dois anos, mais ou menos, nascido nesta cidade. (...) Foi vendido o

¹²⁴ Ver tabela 6, que especifica os negros uruguaioes vendidos para Jaguarão entre 1853 a 1873.

*escravo a Luiz Fernandes Passos pela Quantia de duzentos e cinqüenta e seis mil réis.”*¹²⁵

Esse documento apresenta a transação de venda de uma criança crioula do Uruguai para o Brasil, na década de 1860. O vendedor Manoel Ortiz era um “comerciante” uruguaio, morador da república uruguaia, que vendeu para o brasileiro Luiz Fernandes Passos um menino negro de mais ou menos dois anos de idade, o qual, “supostamente”, havia nascido em Jaguarão. Essa relação comercial intermediada por um procurador brasileiro na cidade de Jaguarão, requer atenção, pois o escravo vendido vivia e pertencia a um uruguaio. Todavia, perante a lei uruguaia, Quintino não poderia ser considerado um cativo, mas sim um indivíduo livre, amparado pela lei da abolição de 1840 da república uruguaia. Portanto, a partir dessa transação econômica, podemos verificar a prática da re-escravização na fronteira meridional.

Nesse sentido Jônatas Caratti ao analisar as escrituras públicas de compra e venda de escravos, nos chama a atenção à questão do tráfico ilegal realizado na fronteira. Esse autor traz a tona, um importante circuito de comércio ilegal de negros livres de nacionalidade uruguaia, em que Jaguarão mediava, respectivamente, entre o Uruguai, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.¹²⁶ Sobre esse comércio ilegal de indivíduos livres uriguaio, Eduardo Palermo afirma também, que nos anos 1845-52, enquanto se extinguiu a escravidão no Uruguai, houve o aumento do contrabando de cativos uriguaio para o Brasil.¹²⁷

Esse tráfico ilegal de livres nesse estado internacional contribuiu para o elevado crescimento da população escrava no sul do Brasil, possibilitando assim que se tornasse um potencial centro de venda dessa mão-de-obra. Palermo apresenta os seguintes dados que demonstram

¹²⁵ APERS, Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Tabelionato, Transmissão e Notas. Livro 11, nº 36.

¹²⁶ CARATTI, Jônatas Marques. *Em busca da posse cativa: o Tratado de Devolução de Escravos entre a República Oriental do Uruguai e o Império brasileiro a partir de uma relação nominal de escravos fugidos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1851)*. In: Anais do 4º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil meridional. Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009.

¹²⁷ PALERMO, E. R. *Secuestros y tráfico de esclavos ...*, p. 10.

nominalmente indivíduos que foram retirados de sua condição de livre no Estado uruguaio e foram transformados em escravos na província do Rio Grande do Sul.¹²⁸

Tabela 06- Roubo de escravos no Uruguai

Estatística relativa ao decênio de 1 de janeiro de 1857 ao ultimo de dezembro de 1866 das pessoas livres que foram arrebatadas do Uruguai e reduzidas a injusto cativeiro.		
NOMES	NATURALIDADE	RESIDÊNCIA
Leonor, preta e seus filhos Maria e Honorato	Uruguai	Alegrete
Adão, preto	Uruguai	Santa Anna de Livramento
Francisca, preta e seus três filhos	Uruguai	Pelotas
Libório, pardo	Uruguai	Pelotas
Valerio, pardo	Uruguai	Pelotas

Fonte: PALERMO, Eduardo. R. Secuestros y tráfico de esclavos em La frontera uruguaya: estudio de casos posteriores a 1850. p.09.

Esse quadro reproduz o nome de alguns uruguaios que foram escravizados na fronteira meridional do Brasil e revendidos para diferentes cidades. Percebemos que Pelotas aparece como maior receptora desses indivíduos uruguaios. Essa cidade se destacava por possuir maior quantidade de charqueadas e assim, necessitava de grandes contingentes de mão-de-obra cativa. Cabe salientar ainda a captura de mulheres com seus filhos, também representadas no quadro anterior.

¹²⁸ PALERMO, E. R. *Secuestros y tráfico de esclavos ...p 09.*

De acordo com Chagas e Stalla, em 1853, o grupo comandado pelo brasileiro Laurindo José da Costa afirmava que tinha “ ordem para reunir todos os homens de cor e os que fossem casados com suas mulheres e filhos.”¹²⁹ Seguindo essa perspectiva, a prisão de famílias era uma prática muito apreciada pelos contrabandistas, primeiro, por se tornar mais fácil a reunião do maior número de orientais para revenda e, segundo, pela possibilidade de batizar as crianças no Brasil como escravas, tornando a comercialização dos mesmos “legalizadas”.

Em relatórios do Ministério das Relações Exteriores aparecem casos que reportam o roubo de menores negros do Uruguai. O episódio de Carlota e seus quatro filhos, nascidos na república uruguaia, que foram levados, por D. Marcellino Ferreira, súdito brasileiro, para serem vendidos como escravos no Brasil, apresenta-se como um caso entre tantos outros na estatística de negros uruguaios re-escravizados.¹³⁰ Dessa forma, tanto os negros nascidos no Uruguai eram vendidos ao Brasil como escravos, quanto os escravos brasileiros levados ao país vizinho também eram re-escravizados e novamente vendidos para estancieiros de Jaguarão, como vemos na tabela a seguir:

Tabela 07 - Negros vendidos como escravos para Jaguarão

Escravo	Vendedor	Comprador	Valor	Ano
Julião, pardo, 20 anos	Serafim José da Costa (morador no Estado Oriental	Samuel de Siqueira Claro	1:200\$	14/1 1/18 70
Eva, solteira, preta, 25 anos	: Manoel Soares da Silva (morador no Estado Oriental do Uruguai)	João Esteves Yolebes	600\$	25/0 8/18 79

¹²⁹ BORUCKI, A; CHAGAS, K e STALLA, N. *Esclavitud y trabajo...* p. 17.

¹³⁰ AHRs. Relatório do Ministério de Relações Exteriores, 10 de novembro de 1860.

Joaquim, preto, 46 anos, carpinteir o, da nação	José Maria de Medeiros	Albino Fernandes	800\$	10/0 9/18 63
Marcelino , pardo	Joaquim Albaréz (moradora no Estado Oriental do Uruguai)	Luiz de Farias Santos	400 patacõ es prata	15/0 2/18 53
Quintino, mulato, 2 anos	Manoel Ortis (morador no Estado Oriental)	Luiz Fernandes Passos	256\$	14/1 2/18 66;
Maria, solteira, parda, 16 anos	Joaquim Pereira da Silva (moradora no Estado Oriental do Uruguai)	Manoel Nolasco Rodriguez Paz (morador no Estado Oriental)	900\$	19/0 1/18 77
Francisca parda, 12 anos	Joaquina Pereira Silva (moradora no Estado Oriental do Uruguai)	Joaquim Anibal Dutra	400\$	04/0 3/18 79
Camila, 16 anos, crioula	Marcelino Alfaro (morador no Estado oriental)	Cipriano Gonçalves (morador no Estado Oriental)	1:000\$	: 21/0 8/18 69
Francisco , 14 anos, crioulo	Camilo Conde (morador no Estado oriental)	Lucídio Pinto da Fonseca	600\$	02/0 1/18 70
Adão; solteiro; pardo; 20 anos; campeiro; Crioulo	Francisco Teixeira Pinto (morador no Estado oriental)	Josefina da Silva Siqueira	400\$	26/0 1/18 70;

Catatrina, 42 anos, cozinheira crioula	João Francisco da Silva (morador no Estado Oriental)	Sátiro Madruga de Bitencourt	1:200\$	20/1 0/18 70;
Justino, pardo, 2 anos	João Francisco da Silva (morador no Estado Oriental)	Sátiro Madruga de Bitencourt	1:200\$	20/1 0/18 70;
Julião; pardo; 20 anos "mais ou menos"; Crioulo	Serafim José da Costa (morador no Estado Oriental)	Samuel de Siqueira Claro	1:200\$	14/1 1/18 70;
Pedro, pardo, 10 anos	José Teodoro da Roza (morador no Estado Oriental)	João José da Porciúncula (Padre, morador em Rio Grande)	600\$	06/1 2/18 71
Joana; 40 anos; Africana	João Cardoso de Mello (morador no Estado Oriental)	João Cesário Dutra	800\$	30/0 3/18 71
[Sem nome]; pardo; 8 meses "mais ou menos"; Joana (sua mãe)	João Cardoso de Mello (morador no Estado Oriental)	João Cesário Dutra	800\$	30/0 3/18 71;
Rosária, 15 anos, crioula	Hermegild o Silveira (morador do Estado Oriental)	Margarida Soarez de Carvalho	1:000\$	20/0 5/18 74;
Damásio; 16 anos "mais ou	Antônio Valim de Azevedo	Bernardo Vidarte	800\$	16/0 6/18 71

menos”; Crioulo	(morador no Estado Oriental)			
Donato, pardo, 9 anos	Cândido Matias Gonçalve s (morador no Estado Oriental)	João Pedro Canilha	800\$	27/0 9/18 61
João, pardo, 20 anos	José Maria de Lima (morador do Estado Oriental)	Bernardino Fernando da Silva	1:000\$	14/0 1/18 67;
Libania, 19 anos, crioula	José Manoel de Souza (morador do Estado Oriental)	Bernardino Fernando da Silva	800\$	20/0 7/18 68
Pedro, 23 anos crioulo	Severino Caetano da Costa (morador no Estado Oriental do Uruguai)	João Eugênio Caldara	500\$	31/0 8/18 73;

Fonte: Documentos da escravidão : compra e venda de escravos : acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul / Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. – Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Como vemos, na tabela apresentada, dentre os negros vendidos como escravos para estancieiros em Jaguarão encontravam-se treze homens, oito mulheres, cinco crianças de até dez anos de idade, dezesseis adultos, dos quais três possuíam referência a profissão e dezoito não apresentam qualquer indicação de uma habilidade profissional. Notemos que alguns dos vendedores de escravos referidos na tabela acima possuíam nomes brasileiros, mas eram moradores do Uruguai.

Essas vendas ocorreram entre os anos de 1853 e 1879, ou seja, antes e depois do conflito da Guerra do Paraguai e também da proclamação da lei da abolição da escravidão no Uruguai, a qual foi promulgada em 1842. As datas dos registros de compra e venda dos cativos, nos mostra que esses provalmente residiam juntamente com seus senhores no Uruguai e, portanto, não poderiam mais ser considerados escravos, pois todos os habitantes desse país eram considerados livres. No entanto, muitos estacheiros que possuíam propriedades no Uruguai levavam seus escravos para trabalharem em suas terras do outro lado da fronteira, mas esses eram mantidos na condição de cativos. Estabelecido a problemática proposta pelas diferenças entre a legislação brasileira e uruguaia surgiu o contrato de peonagem.

Eduardo Palermo refere-se aos contratos de peonagem realizados na fronteira austral do império, durante o longo processo de abolição da escravidão no país. Tais contratos de peonagem eram uma prolongação disfarçada da escravidão. Segundo esse autor, os contratos perduravam cerca de 17 a 25 anos e o valor médio pago pelos mesmos, era de 687 patações.¹³¹ Cabe destacarmos ainda outra peculiaridade desse acordo, que era a submissão de crianças com a faixa etária entre dois a seis anos.

O contrato de peonagem era freqüentemente utilizado por estancieiros sul-rio-grandenses, que possuíam fazendas no território brasileiro e uruguaio. De acordo com Karla Chagas e Natália Stalla, “a continuidade das fazendas da fronteira implicou na criação de uma legalidade que amparou a aplicação do trabalho forçado”¹³²Esses senhores precisavam garantir que os escravos passassem constantemente para o solo livre do Uruguai e continuassem lhes servindo.

¹³¹ PALERMO, Eduardo R. *Secuestros y tráfico de esclavos em La frontera uruguaya: estudio de casos posteriores a 1850*. In: revista tema Livre. < www.revistatemalivre.com > acessado em 23 de novembro de 2010.

¹³² CHAGAS, Karla, Stalla, Natalia. *Amos y esclavos em las fronteras Del espacio rioplatense (1835- 1862)*. Anais do 3º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, maio de 2007.

Nesse sentido, o contrato de peonagem tornava-se um eficiente mecanismo de manutenção da escravidão, na fronteira instável de Jaguarão. Segundo Borucki, Chagas e Stalla, esses contratos constituíam uma via legal que permitia os senhores sul-rio-grandeses, perpetuar o emprego dos escravos brasileiros. Esse sistema contratual “aprisionava” esses libertos ao trabalho, durante longos anos no território uruguaio, com o intuito de pagar ao seu antigo dono, sua liberdade.¹³³ Comprovando essa perspectiva, encontramos o contrato de locação de serviços na cidade de Jaguarão, em que o estancieiro Florêncio José Correa, contratou os serviços de peonagem do pardo Herculano. Este liberto teria que trabalhar por dez anos para seu patrão, em troca do pagamento de sua liberdade.¹³⁴

*Herculano devedor de 1 conto de réis, emprestado por Florêncio José Correa para compra de sua liberdade, se obriga a pagar 10 anos de serviço a razão de 120 mil contos de réis por ano, com a obrigação do locatário de alimentá-lo, pagar médico e mais despesas.*¹³⁵

Através do caso do escravo Herculano, podemos entender a forma como o contrato de peonagem assegurava ao senhor o trabalho obrigatório do liberto, mesmo que este estivesse em território brasileiro ou uruguaio. A subordinação de Herculano ao trabalho por dez anos ao seu senhor, se deu a partir do momento em que este “emprestou” o dinheiro para o pagamento de sua alforria. Percebemos que mesmo Herculano possuindo oficialmente sua liberdade, continuava submetido ao trabalho escravo, devido sua obrigação em prestar serviços por dez anos, conforme acordado no contrato de trabalho. No entanto, para compreendermos a extensão do poder de submissão imputado aos

¹³³ BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla e STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo: um estudio sobre los afrodescendientes em La frontera uruguaya (1835-1855)*. Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Económica. 2003.

¹³⁴ APERS, Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Tabelionato, Transmissão e Notas. Livro 11, nº 36.

¹³⁵ APERS. Livro de Notas, Jaguarão, 1º Tabelionato. 13 de dezembro de 1870. Livro 15, nº 36.

escravos, se faz necessário analisarmos a organização social e política da elite estancieira em Jaguarão, conforme faremos no próximo tópico.

2.2. A sociedade e a elite estancieira em Jaguarão

Esses contratos de trabalho permaneceram na economia de Jaguarão. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que o sustentáculo político dessa elite estancieira não era apenas o sistema escravista, mas, também, sua participação direta nos conflitos bélicos que atingiam a região, assim como as alianças para casamento e o próprio comércio. Portanto, se faz central nesse momento, compreendermos como esses dispositivos sociais se constituíam como sustentáculos do poder político e social dessa elite e principalmente como legitimadores do sistema escravista já analisado aqui.

A sociedade de Jaguarão continuava sustentada pela base militar, comércio, gado e pela escravidão. A pecuária era a sua principal atividade e a charqueada seu foco industrial. Nessa direção, a partir do contexto histórico de fronteira da região de Jaguarão, a elite que se formou nessa porção meridional do Brasil adquiriu um caráter militarizado. De acordo com Jônatas Caratti a família Porciúncula foi a primeira a povoar Jaguarão. Já em 1814, nas distribuições de terras, na Guarda do Serrito, essa família recebeu terras nas partes mais centrais da cidade, próximas ao mercado, à praça, e ao porto. Na primeira metade do século XIX, os estancieiros da família Porciúncula destacaram-se militarmente, politicamente e até mesmo enquanto representantes da Igreja.¹³⁶

Dessa forma, podemos inferir que o estancieiro estava ligado a figura do Coronel da Guarda Nacional, enquanto chefe militar e político, legitimado pelo consenso de seus liderados, através da aceitação de seu poder de fato, independente de ser ou não de direito e, ainda, por traços específicos como: o predomínio do poder militar e o sentido carismático da

¹³⁶ CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade....* p 201.

liderança.¹³⁷ De acordo com Jonas Moreira Vargas, a presença de uma “elite guerreira” dominando o estrato dos nobilitados foi uma peculiaridade do Rio Grande do Sul. Vargas levantou, ainda, uma interessante distinção regional:

*A partir destes números, fica evidente que a Coroa tendeu a oferecer títulos para famílias da região da campanha e do complexo charqueador, que juntos somavam 34 nobres (60% do total). Neste sentido, ela privilegiava as elites de duas macro-regiões: a) uma economicamente importante para o comércio exportador da Província (a produção e o escoamento do charque), que tinha Pelotas e Rio Grande como seus principais eixos; b) a outra pela localização estratégica, cujas famílias que ali residiam colaboraram fortemente com a defesa da fronteira, seja através da ocupação territorial, seja pela sua participação nas guerras.*¹³⁸

As concessões de títulos de nobreza às elites charqueadoras e pecuaristas do Rio Grande do Sul, conforme apresentado por Vargas, demonstra o papel relevante desses grupos para a economia nacional. A destacada posição política das elites sul-rio-grandenses somadas às suas participações diretas em combates para defesa dos territórios nacionais, conferiram a estes grupos um caráter militarizado. Conforme discorreu Loiva Otero Felix, o fato que delimitava a posição militar do estancieiro¹³⁹ era sua capacidade de negociação com seus aliados e subalternos,

¹³⁷Sobre o sistema político Caudilhismo ver: FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 22.

¹³⁸VARGAS Jonas Moreira. *Em nome do pai, do filho e dos cunhados: disputas políticas e estratégias familiares da estância ao parlamento*. Dissertação de Mestrado, PPGH/ UFRGS, 2007.

¹³⁹De acordo com Tau Golin, os poderes dos estancieiros se confundiam com os do Estado, caracterizavam-se como misto de proprietários e chefe militar e civil, bem como, nas estâncias mantinham grupos armados à disputa pela terra e às guerras de fronteira. GOLIN, Tau. *A fronteira: os tratados de limites Brasil-Uruguai- Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2004. V 2.

participações ativas nas guerras do sul e, ainda, a maior possibilidade em convocar homens à guerra, cavalos e suprimentos:

*Em geral, o caudilho utiliza como meios para obter essa dominação o oportunismo político, militar, econômico, poder de persuasão, inteligência e ainda o emprego de uma clientela mais ou menos numerosa que pode ser de diferentes classes e incluir desde grupos de camponeses em busca de proteção e ajuda até familiares e amigos, incluindo as relações de compadrio.*¹⁴⁰

Dessa forma, segundo a autora, o estancieiro/caudilho exercia a função de protetor de seus agregados, constituindo uma rede de fidelidade. Assim, a correlação de compadrio, enquanto estratégia era fundamental para o estancieiro que galgava o poder político, pois, por intermédio dessa afinidade social, se passava a possuir um expressivo cabedal militar, composto por seus afilhados, agregados, filhos, genros e escravos. Além disso, devido ao seu relacionamento familiar e capacidade de negociação, o fazendeiro poderia angariar suprimentos, como: gado *vaccum*, cavalos, fardamento, armamento, enfim, toda a estrutura necessária à guerra.¹⁴¹

O primeiro exemplo de estancieiro que destacaremos é de Florêncio José Correa,¹⁴² o qual além de suas terras em Jaguarão também possuía propriedade no Uruguai. Possuir terras nos dois países era comum entre os estancieiros jaguarenses, os quais tentavam manter seus escravos em ambas as propriedades. Condições como essa, intensificavam os conflitos entre Brasil e Uruguai, pois como analisou Caratti, devido a essa idéia da propriedade binacional, as leis uruguaias acabavam por influenciar os movimentos emancipacionistas no Brasil e a instigar os escravos a

¹⁴⁰FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p 33.

¹⁴¹ FARINATTI, L. A. *Confins Meridionais*: ... p.18.

¹⁴²APERS. Inventário de Florêncio José Correa. Vara de Órfãos de Jaguarão, 1873.

fugirem em busca da liberdade, como analisaremos em nosso terceiro capítulo.¹⁴³

Como exemplo, na documentação analisada, encontramos o estancieiro- militar Cel Manuel Lucas de Oliveira, um típico representante caudilho que utilizava de sua capacidade de negociação com seus afilhados e agregados para adquirir e manter seu poderio político e militar na região sul do Brasil. Manuel Lucas de Oliveira nasceu em uma estância¹⁴⁴ localizada próximo ao arroio Candiota, no município de Rio Grande, onde cresceu, participou de conflitos armados e estabeleceu suas relações pessoais. Manuel Lucas casou-se com 28 anos em 1832, com sua prima Inês Lucas de Oliveira, formando sua família. Esse estancieiro faleceu em 1874, com 70 anos de idade. Manuel Lucas ausentou-se de sua fazenda apenas para viver em Piratini, onde assumiu o cargo de Capitão da Guarda Nacional, posição esta, que trazia prestígio social e político, já que os comandantes locais tornavam-se os coronéis, que também dirigiam a política da região. No ano de 1835, quando o mencionado capitão desenvolvia suas funções na Guarda Nacional, iniciou a Guerra dos Farrapos¹⁴⁵. Manuel Lucas apoiou os revoltosos farroupilhas, naquela localidade, acompanhando seu amigo, o General Antônio de Souza Neto¹⁴⁶, contra as forças militares imperiais. Dessa forma, passou a

¹⁴³FARINATI, L.A.E. *Confins Meridionais...* p. 234.

¹⁴⁴Segundo GOLIN a estância era identificada como “propriedade privada, a sede era geralmente o seu núcleo. Esse complexo era formado pela casa principal, pela residência do capataz ou caseiro, pela senzala e pelo galpão.” GOLIN, Tau. *O povo no pampa*. Passo Fundo: UPF, 2001.

¹⁴⁵Conforme Moacyr Flores, a Revolução Farroupilha ocorreu porque os liberais, com maioria na Assembléia, ocupando cargos públicos e militares, queriam a igualdade política, através do sistema federativo. Os farrapos fundaram uma República separatista com uma nova bandeira, escudo de armas, hino nacional próprios, ou seja, um Estado Republicano com presidente, ministros, serviço de correios, exército, leis próprias e um projeto de constituição tendo como capitais a Vila de Piratini (10.11.1836- 14.2.1839), Caçapava (14.2.1839- 23.3.1840) e Alegrete até o término da guerra civil. Os Farroupilhas consideravam os brasileiros como estrangeiros. FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

¹⁴⁶Nasceu em Povo Novo, distrito do Município do Rio Grande, a 11 de fevereiro de 1801, provinha de troncos açorianos e paulistas. Seu pai, o estancieiro José de Souza Neto, nascido no Estreito em 1764, era filho de açorianos - Francisco

assumir importantes competências no período da Revolução, uma vez que em 1842, foi eleito Deputado à Assembléia Constituinte, reunida em Alegrete- RS e, posteriormente, foi nomeado Ministro da Guerra e da Marinha, participando assim, dos entendimentos da pacificação, em 1845. O envolvimento nessa guerra concedeu a ele vantagens à sua carreira militar e política, pois em 1847 foi nomeado Coronel e comandante da Guarda Nacional dos municípios de Piratini e Bagé.¹⁴⁷ Durante os anos de 1851 a 1852, Manuel Lucas participou da Guerra Platina contra Oribe e Rosas, comandando uma Brigada de Reserva, sob o comando do General David Canabarro,¹⁴⁸ seu amigo farroupilha, sob as ordens de Caxias Presidente de Província do Rio Grande do Sul. Em 12 de outubro de 1864, após ser deflagrada a Guerra do Paraguai, o General Neto que era amigo

de Souza Soares e dona Ana Alexandra Fernandes; sua mãe, dona Teotônia Bueno da Fonseca, natural de Vacaria, era filha de paulistas descendentes de bandeirantes - Salvador Bueno e dona Inácia Antônio Bueno. Em Bagé Antônio de Souza Neto desenvolveu a maior parte de sua enorme atividade de guerreiro defensor da liberdade, foi um dos chefes líderes da Revolução Farroupilha. Esse militar proclamou em 11 de setembro de 1836 a República rio- grandense. Esse estancieiro- militar participou das guerras contra Oribe e Rosas e contra o Paraguai. A Guerra do Paraguai foi sua última peleia, pois na batalha de Tuiuti morreu em combate. SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Ed Sulina, 1969.

¹⁴⁷ AHRs. Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira. Arquivo Diversos, 1865.

¹⁴⁸ Canabarro, militar brasileiro nascido na estância de Pinheiros, pertencente aos seus pais, uma légua da freguesia-sede de Taquari, foi um dos heróis da Revolução Farroupilha (1835-1845), lutando pela independência do Rio Grande em diversas batalhas. Era filho de José Martins Coelho com de sua esposa Mariana Inácia de Jesus, ainda criança se mudou com os pais para uma estância em Santana do Livramento. Iniciou sua vida de militar, contando com apenas quinze anos de idade ao se apresentar perante o nobre Dom Diogo de Sousa, *conde de Rio Pardo*, para lutar na primeira campanha cisplatina (1811-1812). Dessa campanha saiu promovido a alferes. Retornou a lutar na guerra contra Artigas (1816/1820). Posteriormente engajou-se na Guerra da Cisplatina (1825-1828) onde foi promovida a tenente por bravura e estratégia. Após a Guerra dos Farrapos voltou à vida do campo na sua estância fronteira de Santana do Livramento. Participou ainda da guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e na guerra contra Aguirre (1864). No início (1865-1867) da Guerra do Paraguai (1865-1870) lutou contra a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul. Faleceu aos 71 anos, na Fazenda São Gregório, interior de Livramento. ALMEIDA. Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria*. Rio de Janeiro: Porto Alegre: Ed. Globo, 1966.

de Manuel Lucas lhe enviou uma carta solicitando ajuda para reunir voluntários para esse conflito internacional.

Em 31 de janeiro de 1865, Manuel Lucas enviou, por intermédio do General Caldwell¹⁴⁹ um requerimento ao governo imperial, solicitando a permissão para organizar dois Corpos de Voluntários da Pátria, fundamentado nas vantagens do Decreto 3.371 de 7 de janeiro de 1865.¹⁵⁰ A partir dessa data, o referido Coronel iniciou suas estratégias, a fim de arregimentar soldados e aprovisionamentos à guerra, segundo seu seguinte relato, do ano de 1865:

*Escrevi ao Leandro d'Ávila, ao Francisco e ao Vicente, pedindo-lhes os filhos, como a Dona Serafina Moreira Barão, no mesmo sentido. Pedi também a Justino de Oliveira dois filhos para os Voluntários da Pátria e ainda ao compadre Faustino.*¹⁵¹

De acordo com as práticas sociais do poder político-militar dos estancieiros sulinos podemos entender o interesse de Manuel Lucas em participar da guerra e convidar seus amigos e parentes a fazerem parte dos seus Corpos. Nesse sentido, podemos afirmar que a política dessa região fronteiriça era caracterizada por sua lógica caudilhesca,¹⁵² devido

¹⁴⁹ João Frederico Caldwell, magistrado militar português nasceu em Portugal, em 1801 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1873. Participou como oficial de cavalaria das operações contra a Revolução Pernambucana de 1817, passando depois a integrar o grupo que almejava a independência do Brasil. Foi comandante das armas nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul. Como ministro interino da Guerra em 1870, alcançou a patente de marechal-de-campo. FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

¹⁵⁰ Estes dois Corpos eram compostos por oito companhias cada um e propunha o Coronel ainda serem empregados neles e no Estado- Maior, oficiais “reformados” que existiam nos municípios de Pelotas, Jaguarão, Canguçu e Piratini, pedindo assim, o comando desta Força por ele organizada.

¹⁵¹ MOREIRA, Paulo Roberto Stuardt. (Transcrição e revisão) *Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira- 1864 a 1865*. AHRGS, Porto Alegre: EST, 1997. op cit., p. 75 - 76.

¹⁵² Segundo Bobbio, o caudilhismo tinha uma organização paramilitar. Esses caudilhos recrutavam homens na área rural e constituíam tropas para defender seus interesses. Esses senhores locais possuíam poder carismático, exercido de

seu contexto histórico de guerras. Sendo assim, a trajetória do Coronel Manuel Lucas de Oliveira nos auxilia a compreender a ambivalência dos estancieiros e donos de escravos no Rio Grande do Sul, que não apenas se dedicavam à pecuária, ao charque e ao comércio, com ajuda da mão-de-obra escrava, mas também viam nos conflitos bélicos possibilidades de ascensão social e política.

Nesse contexto fronteiriço podemos entender as relações de poder em Jaguarão com o sistema escravista da região. Assim, de acordo com Farinatti¹⁵³ o cotidiano da elite da fronteira sul-rio-grandense era composto por famílias de estancieiros que possuíam laços de parentesco e amizades que ultrapassavam os laços consangüíneos e abrangiam gamas de relações pessoais, estabelecidas por parentesco, afilhados e agregados, que se estendiam para muito além dos limites da co-residência, englobando os “laços rituais”.¹⁵⁴

Tais composições familiares juntamente com o poder caudilho do estancieiro constituíam alianças estratégicas e ampliavam a teia de relacionamentos de poder desenvolvidos nas dinâmicas sociais. Esse domínio do estancieiro era estabelecido em seu cotidiano com a alargada teia de relacionamentos familiares, que era composta por uma vasta malha parental, na qual circulavam favores, proteção, lealdade, serviços, créditos, informações e cuidados. Podemos observar essa circulação de favores e proteção, a partir de um trecho de uma carta enviada por Manuel Lucas a Caxias, em 08 de junho de 1865, em que esse estancieiro pedia

forma autoritária e paternalista. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. vol 1, p.156.

¹⁵³Sobre a relação da rede de dependência de uma estrutura de poder socialmente articulada como a família ver: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 17-20. FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825- 1865)*. Santa Maria: Ed da Universidade/ UFSM, 2010.

¹⁵⁴Ver mais em: SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da História da família no Brasil. In: *Pensando família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UERJ, 1987; FARIA Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998; BURGUIÈRE, André (org). *História da família*. vol. 2, Terramar, Lisboa. 1998.

um emprego na pasta da Fazenda, no Rio de Janeiro, para seu sobrinho e amigo Tomás Brum da Silveira:

*Hoje segue para esta Corte, o meu Sobrinho e Amigo Tomás Brum da Silveira, pessoa de reconhecido mérito, que vai solicitar do Governo de S.M o Imperador, um emprego de Fazenda que lhe garanta um futuro na educação de seus filhos, e como é merecedor de utilizar os valioso auspícios de V. Exa., me atrevo a recomendá-lo a V. Exa. Mesmo certo, que não desmerecerá em tempo algum dos favores com que V. Exa. o honrar(...)*¹⁵⁵

Outra estratégia política e econômica muito utilizada era o casamento. Esse funcionava, muitas vezes, para unir indivíduos da mesma família, a fim de não dividir o cabedal econômico das estâncias entre outras linhagens. Dessa forma, podemos inferir que o caso de alianças particulares, matrimônio entre parentes, correspondiam na maior parte do tempo, por acordos acerca dos bens.¹⁵⁶ Os consórcios consangüíneos faziam parte do tecido social da elite agrária sul-riograndense. Verificamos tal evento em Candiota, localizada entre as cidades de Jaguarão e Bagé, a partir do diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira, que nos permite acompanhar em seu registro a constituição do casamento “familiar” entre seus sobrinhos Antônio Lucas de Souza e Virgínia, no dia vinte e seis de abril de 1865:

26 de Abril de 1865(...)Chegou o padre de Bagé, ao meio dia e efetuou-se o casório de meu sobrinho Antônio Lucas de Souza, com minha sobrinha Virgínia, às 6 da tarde, tendo assistido ao ato um

¹⁵⁵AHRS. Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira. Arquivo Diversos, 1865.

¹⁵⁶Sobre a importância do casamento para estabelecer laços e aumentar o poderio social ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista no Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

numeroso concurso de famílias, passando-se a noite na melhor harmonia.”¹⁵⁷

Esse casamento na família Lucas de Oliveira¹⁵⁸ foi um exemplo de inúmeros atos realizados no mesmo consenso. Porém, não podemos deixar de explicitar aqui, que ocorriam casamentos entre diferentes famílias, da mesma região. Segundo Farinati,¹⁵⁹ o matrimônio entre famílias, que possuíam diversificadas atividades sócio-econômicas, ocorria em prol do alargamento de poder na esfera social. Assim, o estancieiro ao buscar a garantia e a manutenção de seu poderio local, bem como, de sua posição social, procurava estabelecer relações horizontais e verticais. Segundo Levi,¹⁶⁰ não bastava simplesmente adquirir o poder e uma privilegiada posição na sociedade, também era necessário manter a dominação. Essa faceta envolvia um reiterado processo de negociação e acomodação com os subalternos, que visava à reprodução e a manutenção dos grupos da elite no poder. Assim, a sociedade de Jaguarão estava engajada na produção pecuária e os homens mais ricos dessa região eram os estancieiros que possuíam a base do seu poder nas relações familiares e pessoais que consistiam em alianças estratégicas com agregados, afilhados, parentes, amigos e escravos para adquirir e manter o poder político, econômico e militar, nessa região instável de fronteira.

Portanto, para compreendermos a economia escravista na fronteira meridional do Brasil, procuramos entender a lógica social em que os estancieiros e os escravos estavam inseridos. A relação entre o escravo e o fazendeiro no Rio Grande do Sul se dava a partir do sistema de exploração do trabalho, conforme afirmou Maria Helena P. T. Machado,

¹⁵⁷AHRS. Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira. Arquivo Diversos, 1865.

¹⁵⁸A família Lucas de Oliveira era composta por estancieiros que estavam localizados no município de Bagé e Piratini, região da fronteira meridional do Brasil, onde possuíam grandes estâncias e extenso poder sócio-político e militar na região. Conforme inventário de Manuel Lucas de Oliveira, Vicente Lucas de Oliveira e Manuel Lucas de Oliveira Junior.

¹⁵⁹FARINATTI, L. A. E. *Confins Confins Meridionais...* p.35.

¹⁶⁰LEVI, Giovanni. *Centro e Periferia de uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.

“considerada desde sempre como o pilar da ordem escravista, sistema de eitos e controle da produtividade da mão-de-obra, obtidos através da constante supervisão.”¹⁶¹

Nesse sentido, podemos destacar que as guerras e a “fronteira viva” foram fundamentais para construção da sociedade e economia da cidade fronteiriça de Jaguarão. Dessa forma, não podemos deixar de destacar que nesse contexto de fronteira, o sustentáculo econômico capaz de manter o poderio político, militar e social desses estancieiros, era a escravidão. Esse espaço fronteiriço entre o Brasil e a república uruguaia era compreendido pelos cativos enquanto estratégia de liberdade, que se fazia presente no cotidiano dessa sociedade sulina. A partir dessa perspectiva, analisaremos no próximo capítulo as práticas de liberdade realizadas pelos escravos na fronteira meridional do império brasileiro.

¹⁶¹MACHADO, Maria Helena P T. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994. p. 35.

Capítulo 3- O escravo na fronteira sulina: estratégias de liberdade

Os escravos resistiram à escravidão opondo-se ao trabalho, fugindo, suicidando-se, justificando seus senhores, aquilombando-se e rebelando-se.

Mario Maestri. *A servidão Negra*.

1988: 136.

Ao analisarmos a situação dos escravos da região sul do Brasil na segunda metade do século XIX, é possível observarmos que eles viviam pressionados entre duas fronteiras, uma física e outra cultural, ambas “móveis e maleáveis”.¹⁶² A primeira, geográfica, correspondente aos limites físicos entre o Rio Grande do Sul e a república uruguaia, cujos territórios foram disputados historicamente desde a época da colonização.

A segunda fronteira relativa à situação limítrofe vivida pelos escravos da região sul do Brasil entre a liberdade e a escravidão. Nesse contexto, os escravos compreendiam a fronteira como uma possibilidade de liberdade. De acordo com Jônatas Caratti, a relação entre a escravidão e a fronteira “traz a tona o tema das fugas de escravos rio-grandenses para as terras da república uruguaia”.¹⁶³ Nesse sentido, buscamos aprofundar as análises sobre o papel da fronteira enquanto um instrumento de busca da liberdade pelos escravos.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é analisar as estratégias elaboradas pelos escravos de Jaguarão para alcançar sua liberdade, seja através de fuga, ações de liberdade ou se alistando no exército em meio a

¹⁶² Conforme analisamos em nosso primeiro capítulo. Ver mais: OSÓRIO, Helen. *O Império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2007, p.55-56.

¹⁶³ CARATTI, Jônatas. *Em busca da posse cativa: o Tratado de Devolução de Escravos entre a República Oriental do Uruguai e o Império brasileiro a partir de uma relação nominal de escravos fugidos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1851)*. In: 4º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional. Curitiba, 2009, p.1.

Guerra do Paraguai. A fronteira viva, conceito já trabalhado no primeiro capítulo desta tese, entre Brasil e Uruguai, foi amplamente utilizada pelos escravos como instrumento de resistência ao mesmo tempo em que era também uma peça articuladora de suas estratégias para alcançarem a liberdade. Sendo assim, no presente capítulo, demonstraremos que o espaço de fronteira entre Jaguarão e Rio Branco se tornou um destacado meio para a obtenção da liberdade após 1842, ano em que foi proclamada a abolição na república uruguaia.

A partir dessa perspectiva, podemos questionar: como uma fronteira física entre dois países pode se tornar um instrumento de resistência? Para respondermos a essa problemática, antes se faz necessário compreendermos o que significa o conceito de resistência. Nessa perspectiva, conforme João José Reis e Eduardo Silva, resistir, podia significar barganhar e negociar “a acomodação em si mesma, transpirava espírito crítico, disfarçava ações subversivas e freqüentemente confundia-se com seu aparente oposto, a resistência”.¹⁶⁴

De acordo com o citado, resistir dentro do universo do escravo não significava apenas a organização de uma revolta, mas, podia ser pela própria acomodação, pois essa servia como um disfarce de ações subversivas. Assim, a fuga, como afirmaram os autores João José Reis e Flávio Gomes, era a forma mais comum de resistência à escravidão.¹⁶⁵ Nessa mesma direção, Kátia Mattoso considera que essa prática é na verdade a “expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado”¹⁶⁶. Para essa autora, o escravo ao fugir não escapava apenas de seu senhor, mas de problemas cotidianos. A fuga dos escravos, na região meridional do Brasil, se apresentava como um meio para alcançar a liberdade, isso porque as leis de abolição da república uruguaia datavam

¹⁶⁴ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Cia das Letras, 1989, p.78.

¹⁶⁵ REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. Cia das Letras. São Paulo, 1996, p. 9.

¹⁶⁶ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense, 2001, p. 153.

de 1842. Dessa forma, podemos inferir que as ações políticas no país vizinho, influenciavam as práticas cotidianas do sul do Brasil.

A fuga realizada através do espaço fronteiriço sul-rio-grandense proporcionava aos escravos o status de liberdade, enquanto que as fugas praticadas em outras regiões do Brasil mantinham o fugitivo ainda na categoria de escravo, que poderia ser capturado por seu senhor e voltar para as mesmas condições do cativeiro.¹⁶⁷ Nessa perspectiva, Maria Helena Machado e João José Reis preferem utilizar o conceito de “adaptação”, por entenderem que não existe uma oposição entre resistência escrava e acomodação.

Esse conceito de “adaptação” permite pensarmos em diferentes estratégias de liberdades de acordo com cada região. Segundo Helga Piccolo “em um país de dimensões continentais parece evidente que adaptações teriam que existir, não tendo a escravidão um único padrão, mas uma diversidade de possibilidades”.¹⁶⁸ Conforme discorreu a autora, as práticas dos escravos de busca da liberdade variavam conforme suas culturas locais. Portanto, fundamentados nas idéias de Maria Helena Machado, João José Reis e Helga Piccolo, entendemos que a estratégia de fuga realizada no espaço austral do Brasil com o Uruguai assumia a particularidade própria de um espaço dividido por uma fronteira viva, que integrava realidades e possibilidades entre os dois países, Brasil e Uruguai.

Gabriela Barretto de Sá ainda nos apresenta as ações cíveis como estratégias de defesa para aquisição ou manutenção da liberdade.¹⁶⁹ Nessa mesma perspectiva Keila Grinberg considera que o Direito no século XIX podia atuar como elemento para garantir a liberdade. Podemos

¹⁶⁷ PETIZ, Silmei Sant’Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além fronteira*. Passo Fundo: UPF, 2006.

¹⁶⁸ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Cadernos de Estudos da UFRGS, n 6, outubro, 1992.

¹⁶⁹ BARRETO DE SÁ, Gabriela. *Entre mordaças e direitos: ações de liberdade e resistência escrava na história do direito no Brasil*. In: XI Congresso luso-brasileiro de ciências sociais. Salvador, 2011, p 3.

entender através da discussão dessa autora que as ações de liberdade,¹⁷⁰ e as ações de manutenção da liberdade eram relevantes para entendermos como a própria escravidão começava a perder sua legitimidade na sociedade brasileira devido ao número expressivo de ações de liberdade, além das fugas já rotineiras dos escravos.¹⁷¹ De acordo com Maria Helena Machado resistência escrava significa, “impor determinados limites ao poder do senhor, onerá-lo em sua amplitude e colocar à mostra suas inconsistências”.¹⁷²

Nessa citação vemos duas formas de resistência, uma que busca imputar limites ao poder escravista, enquanto que a segunda colocava a mostra a fragilidade do sistema através da oneração, ou seja, prejuízo, do senhor de escravos. Através dessa conceituação vemos que as fugas e as ações de liberdade limitavam o poder dos senhores pelo constante risco dos prejuízos financeiros referentes à perda de escravos. Nessa perspectiva, procuramos analisar no presente capítulo as estratégias de liberdade utilizadas pelos escravos em Jaguarão, fronteira meridional do Brasil com o Uruguai.

Ao discutirmos tais práticas estamos considerando-as, de acordo com Machado, como possibilidades de corromper o trabalho escravo através da oneração dos senhores. Dessa forma, destacamos três categorias de estratégias de liberdade: as fugas para o território uruguaio, utilização das ações de liberdade, ações de manutenção de liberdade¹⁷³ e

¹⁷⁰ Keila Krinberg entende que as ações de liberdade eram àquelas em que os escravos, apoiados em um procurador iniciavam um processo judicial contra seus senhores argumentando seu direito à libertação e as ações de manutenção da liberdade eram àquelas em que o liberto procurava a justiça para garantir seu status de livre. GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos: a propósito...*, p.6.

¹⁷¹ GRINBERG, Keila. Re-escravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli (org). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Ed da UNICAMP, 2006.

¹⁷² MACHADO, M. H. P.T. *O Plano e o pânico...*, 1994.

¹⁷³ Sobre esse conceito já apresentado nessa tese, ver mais em: GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial*. Almanack Brasziliense, nº06, novembro de 2007; GRINBERG, Keila. Re-escravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli (org). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Ed da UNICAMP, 2006.

a participação dos escravos enquanto soldados na Guerra do Paraguai. Em um segundo momento, discutiremos as resistências dos escravos que buscavam “impor determinados limites ao poder do senhor” através de crimes cometidos contra seus senhores, com vistas a alcançar a liberdade. Para realizarmos essa discussão partiremos da análise de fugas de escravos publicadas em jornais de Jaguarão¹⁷⁴ e em processos criminais.

3.1. Estratégias de liberdade na fronteira de Jaguarão

De acordo com João José Reis, a fuga trazia possibilidades como a vida livre, encontro com parentes, ou de se livrar de um senhor cruel.¹⁷⁵ Percebemos a fuga na fronteira como um ato de resistência, em que o escravo lutava contra o sistema escravista, ao ultrapassar a fronteira e conquistar sua liberdade. Nesse sentido Silmei Petiz afirma que as fugas para o além-fronteira tinha por finalidade a obtenção da liberdade e a possibilidade de dar um novo rumo a vida do cativo.¹⁷⁶

Para analisarmos o papel da fronteira nas práticas de fuga dos escravos, apresentaremos diferentes tipos de fugas elaboradas pelos escravos na cidade de Jaguarão, entre 1865 a 1888, registradas em anúncios de jornais e em processos-crime. De acordo com Luiz Mott, os anúncios de jornais referentes a escravos, são fontes que podem fornecer ricas informações sobre inúmeros aspectos da estrutura e dinâmica da população escrava, além de apresentarem registros do cotidiano.¹⁷⁷

Em nossa pesquisa coletamos uma amostragem de trinta anúncios de fugas do jornal *O Jaguareense* entre os anos de 1856 a 1871. Nesses avisos de fuga, aparecem as características do fugitivo, como nome,

¹⁷⁴ Os jornais que iremos nos apoiar são: *Atalaia do Sul*, *A Reforma*, *Onze de Junho*, entre o período de 1865 a 1888 da cidade de Jaguarão.

¹⁷⁵ João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Cia das Letras, 1989, p. 19.

¹⁷⁶ PETIZ, Silmei Sant’Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além fronteira*. Passo Fundo: UPF, 2006, p. 136.

¹⁷⁷ MOTT, Luiz. *O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe*. In: *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro- SP: 1986.

idade, sexo, cor, proprietário, estado de saúde, sinais de castigo físicos e ainda as propriedades que o escravo se utilizou para fuga, como pecúlio, armas e cavalos. Dentre essa amostragem aparecem vinte e oito escravos e apenas duas escravas. Sobre esse assunto João Reis e Eduardo Silva afirmaram que a fuga dos homens jovens era mais expressiva, porque os mesmos não tinham ainda assumido responsabilidades com mulher e criança,¹⁷⁸ ou seja, constituído uma família, diferente das mulheres que frequentemente muito cedo já estavam ligadas aos filhos. Entre esses cativos do sexo masculino a idade regulava entre dezoito a quarenta e oito anos.

Quanto a cor dos fugitivos, foram descritos quinze “de cor” crioulo, quatro pardos, três “de cor” fula, três africanos e um mulato. De acordo com Sheila de Castro Faria, a utilização de certas denominações, que a princípio nos parece referir-se à cor do indivíduo, são na verdade formas de diferenciar escravos de homens livres, distanciar ou aproximar homens e mulheres do cativo.¹⁷⁹ Assim, essa autora se refere à cor/condição, uma vez que termos como preto, crioulo, pardo, nos informam muito mais da condição de cativo de uma pessoa do que basicamente a cor da pele, muitas vezes se referem a uma hierarquia social.¹⁸⁰ Quanto à profissão, dezesseis não foram especificados e seis aparecem como campeiros, dois campeiros/ carneadores, dois carpinteiros, um carneador, um ferreiro e um pedreiro. As mulheres foram apresentadas como

¹⁷⁸ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

¹⁷⁹ FARIA, Sheila S. de Castro. *A colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Niterói: tese de doutorado, UFF 1994.

¹⁸⁰ De acordo com Hebe Maria Mattos a cor não era tão mencionada no final do século XIX, a não ser quando se tratava de um recém liberto, em geral estranhos e suspeitos continuavam tendo sua cor/condição mencionada, neste sentido a cor/condição aparecia como uma referência negativa. Talvez por isso ela é mencionada nos anúncios com tanta freqüência e de formas às vezes enfática. CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 104.

crioulas, com a idade entre dezoito e vinte anos e apenas possuía profissão declarada de quitandeira.¹⁸¹

Outro aspecto interessante dos anúncios referentes às fugas da cidade de Jaguarão é que 80% iniciavam apresentando a gratificação e apenas depois especificavam que àquele aviso dizia respeito a escravos fugidos, como no seguinte exemplo:

Figura 03- Anúncio de fuga de escravo

Fonte: IHGJ. *Jornal O Jaguareense*, 26 de fevereiro de 1856.

Como podemos ver na figura nº 03 a palavra gratificação aparece de forma destacada, como meio para prender a atenção do leitor e até conquistar possíveis aliados para auxiliar na captura do escravo fugido. Os escravos utilizavam diferentes táticas de fuga, além de usarem o cavalo

¹⁸¹ IHGJ. *Jornal O Jaguareense*. Jaguarão, 1856 a 1871.

para conseguir evadir-se o mais rápido das estâncias, como no caso de Joaquim apresentado em anúncio no jornal *O Jaguareense* no ano de 1856.

*Fugiu a João Pedro Gonçalves um escravo, crioulo, de nome Joaquim, de idade entre 20 a 22 anos, de cor meio fula, alto e magro, tem o rosto bastante picado de bexigas, fala bem e é muito expressivo; julga-se ter passado para o Estado Oriental por ter levado consigo arreios e mala preparada para viajar a cavalo. Quem o apreender e o levar a seu dono residente nesta cidade será gratificado com a quantia de duzentos mil réis. Jaguarão 6 de fevereiro de 1856.*¹⁸²

O anúncio do proprietário João Pedro Gonçalves da cidade de Jaguarão apresentou as características físicas, personalidade e as posses que o escravo Joaquim utilizou para a referida fuga. Segundo João Pedro, o escravo Joaquim era crioulo, com a cor meio fula, tinha entre 20 a 22 anos, era alto, magro, tinha bexigas no rosto, falava bem e era expressivo. Ao fugir Joaquim levou consigo arreios, cavalo, mala preparada para viajar, ou seja, podemos perceber que a estratégia de Joaquim foi bem organizada.

O escravo se preparou para fuga ao levar seus pertences em uma mala e o cavalo, que usaria para atravessar rapidamente a fronteira para república uruguaia. Possivelmente Joaquim roubou o cavalo tanto para fuga como para vendê-lo no novo país, até conseguir um emprego para se manter. Uma característica destacada de Joaquim, por seu senhor, era sua capacidade expressiva, com boa eloquência. Esse atributo do escravo pode indicar que o mesmo era ladino. Conforme Joice Fernanda de Souza Oliveira o escravo astuto e esperto era chamado de ladino¹⁸³, esse por sua vez, era entendido como um indivíduo que aprendeu sobre o universo

¹⁸² Cem patações. *Jornal Atalaia do Sul. Jaguarão*, 7 de fevereiro de 1856, p. 04.

¹⁸³ Sobre os escravos ladinos ver mais em: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo Hucitec/História Social, USP, 1998.

ao qual estava inserido e foi capaz de criar suas próprias percepções para conquistar seus direitos.¹⁸⁴

No entanto, diferentemente do escravo fugido de João Pedro, outros escravos também fugiam a pé até o rio Jaguarão e tentavam atravessar a fronteira a nado. Nesse sentido é ilustrativa a fuga de Pedro, apresentado no jornal *Atalaia do Sul* em 1880.

*No dia 1º do corrente, apareceu no rio Jaguarão o cadáver do preto de nome Pedro, escravo do Sr. Isidoro Leandro de Souza. O Sr. Subdelegado de polícia Candido José Machado logo que teve ciência deste aparecimento seguiu em companhia do Sr. Dr. Espínola e do seu respectivo escrivão a fim de proceder o respectivo corpo de delito, para o lugar onde se achava o cadáver nos fundos da chácara do Sr. Leandro. Do exame cadavérico e do auto de perguntas só se evidência que Pedro suicidou-se lançando-se ao rio, rumo ao Uruguai. Um dia antes de aparecer o cadáver foram encontrados o chapéu do infeliz Pedro.*¹⁸⁵

Sobre a estratégia do escravo Pedro, a polícia considerou a morte do cativo como suicídio, afogamento. Ao analisarmos outras notícias do jornal *Atalaia do Sul* em que outros escravos conseguiram atravessar o rio Jaguarão a nado, podemos inferir que Pedro não estava querendo se matar, mas sim, conseguir sua liberdade. Esse rio era a fronteira física que separava Jaguarão de Rio Branco e, portanto, a escravidão da liberdade.

Em alguns anúncios aparece um dado particularmente interessante apresentado pelos estancieiros, que era o aliciamento dos escravos sul-rio-grandenses por uruguaiois, que atravessavam a fronteira para buscarem mão-de-obra e soldados para república uruguaia. A referência a um possível sedutor nos anúncios pesquisados sugere que o senhor atribuía às facilidades da fuga do cativo, as ações desses aliciadores. Provavelmente, esta atribuição da fuga a prováveis “acobertadores” estava relacionada com a experiência que esses senhores tiveram em

¹⁸⁴ OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. *A voz escrava nos processos-crimes: histórias de escravos ladinos na escravidão brasileira*. In: <www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/joice_oliveira.pdf>

¹⁸⁵ Afogado. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 05 de março de 1880, p. 5.

relação às fugas anteriores. Muitos evadidos eram encontrados em território uruguaio trabalhando ou servindo as forças militares, como homens livres. Para exemplificar esses anúncios em que os senhores denunciavam o possível envolvimento de aliciadores uruguaios de escravos brasileiros, apresentamos o caso do escravo Eduardo Nogués:

*No mês de março próximo passado, fugiu um escravo de nome Eduardo Nogués, de cor pardo, claro, com 19 a 20 anos de idade, de regular estatura, delgado de corpo, sem barba e com buço no bigode. Levou um chapéu preto e poncho de fazenda de algodão, imitando o baladrao, de cor de alecrim desbotado e com três listas largas de cor mais escura e forrado com baieta pelhã cor de rosa. Há veemente suspeitas de que fosse seduzido para ir para o Estado Oriental, assim como foram outros. O abaixo-assinado, senhor do sobredito escravo, protesta com todo rigor da lei, contra quem o tiver acoutado, ou facilitado os meios de ir embarcado para o Estado visinho.*¹⁸⁶

Nesse anúncio o senhor do escravo descreveu as características físicas e ainda a vestimenta com que o cativo havia fugido. Além disso, o mesmo estancieiro afirmou sua suspeita referente a sedução do escravo por uruguaios, ou seja, o aliciamento, como já havia acontecido com outros negros. A fim de ratificarmos essa prática de cooptação de escravos por uruguaios, destacamos a notícia do jornal *Atalaia do Sul*, intitulada Aliciamento de escravos. Essa notícia explicita o processo de sedução de escravos para participarem como soldados da guerra civil (Guerra Grande) na república uruguaia:

Nos primeiros dias de março desapareceram ao mesmo tempo uns quatro escravos moços desta cidade. Um deles já voltou ao poder de seu senhor Oliveira Palma: contando-nos que um oriental de nome Pedro Ramirez, Capitão das forças do governo oriental, e que durante a atual guerra civil do estado Oriental, tem por várias vezes estado emigrado nesta cidade, aonde tem recebido inúmeros favores, aliciara esses escravos que desapareceram, fazendo- os embarcar em um hiate que

¹⁸⁶ Escravo Fugido. Jornal *O Jaguareense*. Jaguarão, 02 de abril de 1872, p. 4.

já os esperava na barra do rio Jaguarão, e transportando-os para Sebollaty, como soldados engajados para o exército do governo oriental.¹⁸⁷

Podemos perceber que a prática da fuga dos escravos pela fronteira meridional, não era apenas um esforço individual, pois também contava, muitas vezes, com uma rede de relações entre os fugitivos e moradores da república uruguaia. Observamos a apresentação dessa matéria no jornal *A Reforma*, conforme figura 04:

Figura 04. Aliciamento de escravos

Fonte: IHGJ. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 20 de fevereiro de 1851, p 3.

¹⁸⁷ Aliciamento de escravos. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 20 de fevereiro de 1851, p 3.

Ao analisarmos essa imagem observamos que o que aparece como título “Aliciamento de escravos” é na verdade uma chamada para o texto, pois a matéria se apresenta enquanto um alerta aos proprietários de escravos. A partir desse texto, os senhores deveriam aumentar sua atenção sobre a presença dos aliciadores na cidade de Jaguarão, além de redobrar os cuidados com seus cativos. Dessa forma, podemos inferir que a estratégia da utilização da fronteira como possibilidade de liberdade, não atendia apenas aos interesses individuais dos escravos, mas também, aos interesses da própria sociedade uruguaia.

Ao buscarmos compreender as estratégias de fugas dos escravos na fronteira sul-rio-grandense por outra perspectiva nos fundamentamos também nos processos crimes. Nesse sentido, Maria Helena Machado, enfatiza que “apesar do caráter institucional desta fonte, ela permite a compreensão de aspectos da vida cotidiana, uma vez que, interessada a justiça em reconstituir o evento criminoso, penetra no dia-a-dia dos implicados, desvenda a sua vida íntima, investiga seus laços familiares e afetivos registrando o corriqueiro de suas existências”.¹⁸⁸ Assim, ressaltamos que a escolha dos processos crimes como fonte de estudo nos permite a aproximação do nosso sujeito histórico que é o escravo.

Em 1865 foi aberto o inquérito policial contra os escravos Joaquim, preto, 30 anos, lavrador; Boaventura, solteiro, preto, 23 anos, lavrador, Domingos, solteiro, 28 anos, lavrador; Bento, preto, 26 anos, Campeiro; Carlos, solteiro, preto, 20 e tantos anos, marinheiro; Antônio, solteiro, preto, 37 mais ou menos, lavrador e João Marçal (liberto), acusados de insurreição. A acusação foi fundamentada na organização de uma fuga coletiva de diferentes estâncias pertencentes aos seguintes fazendeiros: Sr. Antônio Caetano de Oliveira; Sra. Dona Damásia Joaquina da Silva; Sr. Manoel Pinto da Silva; Sr. José Mendes da Silva e Sr. Cândido Inácio Dubril.

Em outubro de 1864, cerca de um ano antes da abertura do inquérito, esses réus se reuniram sob o comando de Joaquim e do Liberto João

¹⁸⁸ MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 23

Marçal para planejarem uma insurreição e obtenção da liberdade através do uso da força. De acordo com os depoimentos de Boaventura, Antônio e Carlos, os objetivos dessa sublevação seria o assassinato de seus senhores e posteriormente dos brancos, bem como de todos os demais que se impusessem a fuga. Nos depoimentos ainda constava que os organizadores da fuga pretendiam saquear a Câmara e outras casas da cidade e depois fugirem para a república uruguaia, onde conseguiriam suas liberdades.

Durante as inquirições foi apurado que os líderes do levante eram os referidos réus, mas que estes contavam com um grupo superior a vinte cativos que estavam participando das articulações da insurreição. Durante o inquérito, o liberto João Maçal não foi encontrado, pois segundo os outros líderes, o mesmo se encontrava no Uruguai. Após as apurações do processo crime os réus receberam as seguintes condenações: O réu Joaquim a 150 açoites; Os réus Carlos, Domingos e Bento a 75 açoites e após serem devolvidos aos seus respectivos senhores, todos deveriam usar um ferro no pescoço, por dois meses. Quanto ao réu João Marçal, citado no inquérito, foi absolvido por não comprovarem sua ação no referido crime.¹⁸⁹

A partir desse processo-crime podemos perceber que as fugas não eram apenas individuais ou se concentravam em uma estância, pelo contrario, poderiam ser organizadas em proporções maiores, como essa insurreição apresentada. Nessa estratégia de fuga verificamos que os líderes do levante pertenciam a diferentes estâncias e ainda possuíam a ajuda de um liberto que provavelmente já estava estabelecido na república uruguaia, onde os fugitivos buscavam chegar para alcançar a liberdade.

De acordo com João José Reis, na posição relativamente privilegiada e independente dos libertos destacava-se como forte símbolo da possibilidade de resistência, dessa forma, esses libertos desempenhavam

¹⁸⁹ Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu / Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, p.324.

um papel fundamental no interior da comunidade negra, a de recrutar “rebeldes”, para mobilização das fugas.¹⁹⁰

Nesse sentido Wellington Castellucci Junior afirma que tanto os escravos quanto os forros demonstraram, por meio de variadas formas de lutas individuais e coletivas, que nunca estiveram dispostos a se submeter aos projetos da sociedade escravista na qual estavam inseridos. Para os primeiros, a liberdade nunca se constituiu em uma miragem inatingível e para os libertos, “a liberdade significou mais do que uma carta de liberdade e o fato de não mais se submeterem a um senhor; ela era, antes de qualquer coisa, a possibilidade de se mover e de determinar as condições e os modos pelos quais eles desejavam sobreviver, inclusive o de determinar o direito de não trabalhar”.¹⁹¹

Podemos verificar que a organização da fuga coletiva na fronteira sul-rio-grandense contava com alianças do outro lado da fronteira, o que possibilitava muitas vezes as facilidades para atravessar o rio Jaguarão e posteriormente inserir os fugitivos na estrutura econômica ou militar do estado uruguaio.

Outro crime que encontramos recorrentemente nos processos eram intitulados de roubos. O que nos chama atenção nesses casos era que esse delito muitas vezes era cometido por um liberto que ainda possuía sua família, na condição escrava. Como no caso do roubo realizado por Antônio Mina de Rosa e seus cinco filhos, da estância de João Pereira Soares.

O réu: Antônio Mina, liberto, casado, preto, 60 anos mais ou menos, lavrador era casado com Rosa e tinha cinco filhos com a cativa. Segundo o inquérito João havia tentado roubar sua esposa e seus cinco filhos da fazenda do Sr. João Pereira Soares, porque o mesmo não quis receber o pecúlio de João para conceder liberdade a Rosa. Dessa forma, o réu

¹⁹⁰ REIS, João José. *Resistência escrava na Bahia "poderemos brincar, folgar e cantar..."*: o protesto Escravo na América. In: Afro-Ásia, 14, 1983.

¹⁹¹ CASTELLUCCI JUNIOR. Wellington. *A força e o machado: resistência escrava e Quotidiano de libertos na comarca de Nazareth Das farinhas. Recôncavo baiano, 1830-1852*. In: Revista de História, nº 156 (1º semestre de 2007), p. 188.

afirmou que a única possibilidade que lhe cabia era organizar a fuga de sua esposa e filhos e evadir-se para a república uruguaia, onde conseguiriam conquistar a liberdade. O processo se estendeu por cinco meses e durante esse período João conseguiu comprovar sua posição a partir de três depoimentos. Nesse caso como João não conseguiu roubar Rosa e as cinco crianças, foi absolvido.¹⁹²

A tática dos cativos em fugir para o Uruguai se intensificou a partir de 1842, ano em que esse país aboliu a escravidão. Essa mobilidade espacial dos escravos pela região fronteira provocou questões diplomáticas entre Brasil e Uruguai. De acordo com Fábio Kuhn, com o fim da Guerra Grande, em 12 de dezembro de 1851, foi assinado um tratado entre esses países, o qual legitimava o princípio da extradição e a devolução dos escravos brasileiros.¹⁹³ Em notas de 20 de julho e 10 de setembro de 1858, o tratado foi reconhecido pelas autoridades platinas. Nesse acordo destacava-se a necessidade de devolução aos senhores brasileiros, dos escravos que tivessem cruzado qualquer uma das fronteiras, sem o consentimento de seu senhor.

O governo da República Oriental do Uruguai reconhece o princípio da devolução a respeito dos escravos pertencentes aos súditos brasileiros, que contra a vontade de seus senhores foram de qualquer maneira ao território da dita República, e ali ficaram. Se observam em devolução as seguintes regras:

1º - Os referidos escravos serão reclamados ou diretamente pelo Governo Imperial, ou por meio de seu representante na República.

2º - Se admite que a reclamação pode ser feita pelo Presidente da Província de São Pedro de Rio Grande do Sul, no caso em que o escravo pertencerem a

¹⁹² Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu / Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, p 298.

¹⁹³ KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p 86-87.

súbditos brasileiros residentes ou estabelecidos na mesma Província.

3° - Se admite igualmente que a reclamação pode ser feita pelo senhor do escravo e para autoridade do lugar em que estivera, quando o senhor do escravo entrasse em sua perseguição para capturá-lo no território Oriental, ou quando mande também em sua perseguição um agente especialmente autorizado para o dito fim.

4° - A reclamação de que se trata deverá ser acompanhada do título ou documento que, seguem as leis do Brasil, sirva para provar a propriedade que se reclama.

5° - Os gastos que se fizerem para a apreensão e devolução dos escravos reclamados, correrão por conta do reclamante.¹⁹⁴

Nesse decreto-lei a república uruguaia reconhecia o princípio da devolução dos escravos pertencentes aos súditos brasileiros que se encontrassem em território do Uruguai. Para se concretizar essa ação política, o governo uruguaio apresentou cinco incisos no artigo da referida lei, a qual declarava que o governo imperial, o presidente da província do Rio Grande do Sul ou os senhores poderiam reivindicar a posse de seu escravo, desde que comprovasse sua propriedade.

De acordo com Jônatas Caratti no ano desse Tratado de Devolução de Escravos, em 1851, o número de fugas realizadas para o Uruguai passou de 944 para 1206,¹⁹⁵ ou seja, podemos identificar que essa lei de extradição do escravo brasileiro, não inibiu a fuga dos cativos para o território internacional. Em consequência dessa estratégia utilizada pelos cativos, muitos senhores entraram com pedido de extradição.¹⁹⁶ Mas, com

¹⁹⁴ CARATTI, Jônatas Marques. *Em busca da posse cativa: o Tratado de Devolução de Escravos entre a República Oriental do Uruguai e o Império brasileiro a partir de uma relação nominal de escravos fugidos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1851). Anais do 4º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil meridional.* Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009.

¹⁹⁵ CARATTI, Jônatas Marques. *Em busca da posse cativa...*, p 03.

¹⁹⁶ Sobre ações de escravização e de liberdade Ver: Keila Grinberg. *A Liberata, a lei da ambigüidade.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; Sidney Chalhoub.

o propósito de se apoderar da mão- de- obra brasileira, o governo uruguaio passou a não cumprir integralmente a lei de 12 de outubro de 1851. Nesse sentido, o deputado Gonçalves Vieira realizou a seguinte denúncia contra a república uruguaia:

Quando em cumprimento desse Tratado qualquer de nós vai à procura de sua propriedade, é agarrado e levado ao juiz, então lhe perguntam se esteve em algum tempo no Estado Oriental, e se diz que sim, não entregam o escravo, porque pegam no Aviso de 20 de maio do nosso Ministério da Justiça e dizem: o escravo é livre, porque nenhuma lei de vosso país o declarou livre. Entretanto, no Tratado de 1851 se reconheceu o princípio da devolução dos escravos!

197

Fundamentados no Tratado de 1851 os senhores sul-rio-grandenses apelavam à justiça por meio de ações de escravidão para reaver sua mão-de-obra escrava que se encontrava livre em território uruguaio. Essa condição jurídica de liberdade proporcionada ao escravo brasileiro em território uruguaio se transformou em uma cotidiana prática para os cativos da fronteira. Os escravos ao saberem que possuíam esse direito à liberdade por se encontrarem em território uruguaio, se utilizaram dessa lei, como mais uma estratégia de liberdade.

Podemos observar tal situação, a partir do processo crime de Antônio Theodózio Gonçalves, morador e escrivão de órfãos da cidade de Jaguarão. Esse escrivão possuía uma escrava doméstica que cuidava da casa na cidade. Essa escrava, ciente da lei que proibia a escravização de um indivíduo livre, denunciou-o à autoridade criminal. Essa cativa acusou Theodózio a tê-la escravizado, sendo ela uma pessoa livre, por ter vindo da república uruguaia. Diante da acusação contra o escrivão de Jaguarão,

Visões de liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 1990 e Hebe Mattos. *Das cores do silêncio.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁹⁷ VIEIRA, Gonçalves. Discurso. In: PICCOLO. Helga Iracema Landgraf. *Coletânea Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1835- 1889.* Porto Alegre: Assembléia Legislativa do estado do RS, 1998. V 1. p 391.

as autoridades policiais prenderam o Sr Theodózio. Após seis meses, o processo criminal foi encerrado e foi constatado que a mulher que se dizia livre, era uma escrava. Assim, o Sr. Theodózio foi absolvido pelo Júri. Esse escrivão ao sair da cadeia iniciou uma ação de escravidão contra a cativa, que utilizou indevidamente a lei para conseguir sua liberdade. Ao longo de meses de espera, o Sr. Theodózio venceu a ação de escravidão, mas não conseguiu recuperar sua cativa, pois a mesma havia fugido.¹⁹⁸ O processo crime aberto contra o Sr Theodózio foi utilizado como estratégia por sua escrava para conseguir a liberdade.

Nesse caso do escrivão de Jaguarão encontramos dois tipos específicos de ações judiciais. A ação iniciada pela escrava por meio de um procurador é a ação de liberdade e, posteriormente, a ação de escravidão, impetrada pelo escrivão. De acordo com Keila Grinberg, ambas as ações judiciais, são consideradas ações de re-escravização. Para essa autora, os processos de re-escravização tratavam de “discutir as possibilidades e a própria legitimidade da passagem da liberdade para escravidão”.¹⁹⁹ A partir desse processo crime apresentado, podemos afirmar que outra possibilidade de resistência era proporcionada pelas ações cíveis, que eram utilizadas como defesa em prol da aquisição e manutenção da liberdade.

De acordo com Gabriela Barreto de Sá a existência das ações de liberdade demonstram como o campo jurídico serviu para disputas entre senhores e escravos. “A partir destas ações, os embates entre o direito à propriedade e o direito à liberdade, passaram a estar submetidos à tutela legal”.²⁰⁰ Nesse sentido Keila Grinberg ao analisar as ações de liberdade na Corte de apelação do Rio de Janeiro demonstra que advogados a partir da apelação fundamentados em tratados, decretos e leis, ou seja, um

¹⁹⁸ Jornal *Echo do Sul*. Jaguarão, 30 de julho de 1865, p.3.

¹⁹⁹ GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial*. Almanack brasiliense, nº 6, novembro de 2007.

²⁰⁰ BARRETO DE SÁ, Gabriela. *Entre mordidas e direitos: ações de liberdade e resistência escrava na história do direito no Brasil*. In: XI Congresso luso-brasileiro de ciências sociais. Salvador, 2011, p. 4.

aparato jurídico, poderiam garantir a liberdade dos escravos.²⁰¹ Partindo dessa consideração, encontramos no jornal *A Reforma* do ano de 1872 outro caso de ação de liberdade iniciada por escravos contra seu senhor. Essa ação civil foi realizada pelos cativos do Sr. Antônio Nogueira d'Oliveira, morador dos arredores da cidade de Jaguarão. Esses cativos lutavam para sair da posse desse estancieiro.

*Esses escravos foram depositados, na forma da lei; porém o Sr. Nogueira conseguiu fazer nomear depositário um seu amigo, de modo que os libertandos nunca saíram do poder de Antonio Nogueira d'Oliveira, de quem receberam toda espécie de castigo, ficando encarcerados durante muitos meses.*²⁰²

Antonio Nogueira ainda era acusado pelo jornal de assassinato, por ter sumido com uma “*pobre negra velha*,” que era uma das libertandas que entrou com a ação contra ele. Segundo o jornal, Nogueira era “uzeiro e vizeiro em despachar gente em sua chácara”²⁰³ e, por isso, muitos pensaram que ele havia “despachado” essa negra. De acordo com esse jornal, tal processo subiu por apelação para relação do Distrito, onde ficou pendente de resolução por dois anos. Esse entrave jurídico perdurou porque o Sr. Nogueira não enviou dinheiro para o preparo dos autos. Esse senhor tinha o interesse de manter por mais tempo essa ação civil sem resolução, para continuar com a posse dos libertandos.

Como vemos, os castigos e maus-tratos eram práticas que também impulsionavam a fuga dos cativos. O castigo severo era condenado pela sociedade e nesse sentido a fuga justificava-se devido a esses atos. De acordo com Caratti,²⁰⁴ muitos cativos percebendo os desmandos de seus senhores e, dos feitores, recorriam às autoridades com vistas a justificar suas fugas, crimes e pedir proteção à justiça.

²⁰¹ GRINBERG, Keila. *A Liberata, a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

²⁰² ABUSO. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 19 de maio de 1872. p 2.

²⁰³ ABUSO. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 19 de maio de 1872. p 4.

²⁰⁴ CARATTI, Jônatas Marques. *Em busca da posse cativa...*, p. 5.

A respeito das fugas decorrentes dos castigos excessivos, o jornal *Onze de Junho* apresentou a notícia “Violência”, na qual afirma em que a tempos tem tratado e denunciado às autoridades competentes o caso de injustiça e tortura que a escrava Josefina era submetida por Cypriano Machado, morador de Bretanhas.²⁰⁵ De acordo com essa matéria, no dia vinte e três de maio as dez horas da noite, Ignácio Cassú, a mando do Sr. Cypriano pediu ao Sr. João Ferreira de Araújo, para verificar em torno de sua quinta se encontrava “negra fugida” Josefina. Após a autorização do proprietário da quinta, Ignácio acompanhado por oito homens montados em bons cavalos, carregando pistolas e facões, encontraram Josefina num pequeno galpão da quinta. Ao acharem a dita escrava, os mesmos homens a agarraram pelos cabelos e a açoitaram na frente de todos moradores da quinta.

Conforme a matéria, a referida negra desprotegida da justiça era obrigada a servir como escrava, mesmo sendo livre e afirmou que: “Reclamamos pois em nome da lei ao Sr. Delegado de polícia do termo que trate de fazer a tal respeito tais averiguações precisas como a lei o determina”.²⁰⁶ Nesse caso de Josefina aparecem duas questões relevantes, a primeira diz respeito a fuga devido aos maus tratos e a denuncia da sociedade, referente a castigos tão severos. De acordo com Geosiane Mendes Machado, no primeiro código imperial, os castigos, desde que fossem moderados poderiam ser aplicados aos cativos sem que o senhor precisasse responder por isso, “mas castigá-los severamente era algo condenado pelos órgãos competentes”.²⁰⁷

Em contraposição a essas práticas é que a imprensa passou a denunciar os abusos dos senhores em relação aos seus cativos. Outra questão apresentada era o fato de Josefina enquanto livre ser obrigada a trabalhar na condição de escrava. Tanto os castigos como a re-escravização eram causas corriqueiras nas ações cíveis como foco de

²⁰⁵ Violência. Jornal *Onze de Junho*. Jaguarão, 06 de junho de 1869.

²⁰⁶ Violência. Jornal *Onze de Junho*. Jaguarão, 06 de junho de 1869, p 6.

²⁰⁷ MACHADO, Geosiane Mendes. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, Março de 2010.

denúncia da imprensa de Jaguarão. Como percebemos as fugas e as ações de liberdade enquanto estratégias se misturam na documentação, pois muitos escravos ao iniciarem as ações não deixam de utilizar as fugas além fronteira como meio alternativo para alcançarem sua liberdade.

Outra estratégia de resistência que iremos abordar nessa pesquisa é a participação dos escravos na Guerra do Paraguai, como prática para conseguirem a liberdade. De acordo com Álvaro Pereira do Nascimento o “universo militar” foi um dos caminhos seguidos pelos cativos para se esquivarem da escravidão.²⁰⁸ Nesse mesmo sentido, Hendrik Kraay ao analisar a incorporação dos escravos nas forças militares, destacou as estratégias dos cativos em se alistar no exército como voluntários para conseguir a liberdade.

Kraay denominou essa prática dos escravos como o “abrigo da farda”. Esse autor afirmou que os soldados buscavam garantir suas liberdades através do “manto protetor do uniforme”. O “abrigo da farda” era uma estratégia utilizada pelos escravos, para se distanciarem de seus senhores e estabelecerem novas identidades. A instituição Exército era utilizada pelos escravos que se alistavam como “*aliado insuspeito em suas lutas com seus senhores*”.²⁰⁹ Para esse autor, os cativos buscavam esta medida como forma de mudança social:

*Independente de sua ocupação ou da condição social de seus senhores, os escravos desenvolveram diversas estratégias para melhorar suas vidas, desde fazer corpo mole no trabalho, passando pela afirmação de culturas autônomas, até a revolta manifesta, num processo constante de conflitos.*²¹⁰

Os escravos utilizavam diferentes táticas no intuito de ir à guerra, para a obtenção de sua liberdade. O cativo podia participar da Guerra do Paraguai como substituo, mas isto dependeria da vontade de seu senhor.

²⁰⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do cativo ao mar: escravos da marinha de Guerra*. Estudos Afro- Asiáticos. Rio de Janeiro, 2000, n° 38, p. 1.

²⁰⁹ KRAAY, Hendrik. “O Abrigo da Farda”. *O Exército Brasileiro e os escravos fugidos, 1800- 1881*. Salvador. *Afro-Ásia*, n°17, 1996, p. 27.

²¹⁰ KRAAY, H. “O abrigo da farda”..., p. 35.

A partir do momento em que eles entenderam a participação na guerra como uma via de libertação, passaram a pressionar seus proprietários. As rebeliões, assassinatos, resistência ao trabalho e delitos, foram utilizados com a finalidade de serem enviados como substitutos ou vendidos ao império para servirem as Forças Armadas e garantirem seu status de livre.

3.2- A liberdade “camuflada”

A participação dos escravos na Guerra da Tríplice Aliança foi empregada pelo governo imperial devido aos problemas em suprir as forças armadas de contingentes regulares. A partir da difícil mobilização das tropas no vasto território brasileiro. Os escravos ingressaram nos batalhões por doações dos senhores e do governo imperial, pelo recrutamento forçado, por substituição de guardas nacionais designados, por compra pelo Estado e pelas sociedades abolicionistas e, ainda, pela estratégia de fuga aos campos de batalha.

Esse problema em suprir a força de linha com recursos humanos foi fruto do prolongamento da guerra. Nesse sentido, o General Manoel Luís Osório comunicou ao presidente do Gabinete Liberal João Lustosa Paranaguá, em 1866, que havia dificuldades em se obter novos soldados no sul do país.²¹¹

*A demora nas reuniões de tropas nasce das circunstâncias difíceis de serem vencidas de momento; muita gente estava oculta nas matas, muitos outros tinham passado ao Estado Oriental e é difícil reunir com presteza esses elementos dispersos; e já que falo no Estado Oriental, cabe aqui dizer a V. Exa. que pedi ao General Flores permissão para mandar reunir naquele país os elementos próprios para o serviço da guerra.*²¹²

O comunicado do General Osório apresenta a dificuldade do Estado em arregimentar soldados à guerra e indica os problemas que o Rio

²¹¹ OSÓRIO FILHO, João. *História do General Osório*. Pelotas, RS. Typografia do Diário Popular, 1915, p 87.

²¹² IZECKSOHN. V. *O Cerne da Discórdia*. ... p. 108.

Grande do Sul possuía por ser uma região de fronteira. Devido as dificuldades enfrentadas pelo império em enviar e manter soldados na guerra, o governo optou pelo recrutamento coercitivo. Portanto, em janeiro de 1868, foi ordenada às autoridades locais a seguinte posição: “atuem com todo rigor no recrutamento, na prisão de designados e na aquisição de voluntários”.²¹³

Fundamentado nessa Lei de Recrutamento, o império foi obrigado a recomendar a conscrição dos escravos. Nesse sentido, o governo brasileiro ordenou a liberdade desses cativos, para que eles pudessem participar da Guerra do Paraguai. O recrutamento de escravos foi largamente utilizado a fim de aumentar as fileiras do contingente brasileiro.²¹⁴ O tributo que era imposto aos senhores de escravos em doar ou vender seus cativos à guerra causou certo desconforto entre os fazendeiros e o governo. Os fazendeiros consideravam a utilização de escravos libertos para a defesa do país, como uma ameaça à segurança e à propriedade. Essa insegurança dos estancieiros foi apresentada no seguinte Relatório da Província de São Paulo, em 1868.

*No relatório de 1868, apresentado à Assembléia Provincial, o presidente de São Paulo afirmou que a continuação da guerra traria conseqüências desastrosas à economia, e já se sentia a falta de mão de obra na agricultura e na indústria, além de a moeda nacional desvalorizar-se e tender a, progressivamente, diminuir ainda mais de valor.*²¹⁵

²¹³ Ofícios de J.T. Bastos, São Paulo, 12/11/1866 para o juiz de Itapetininga; 13/11/1866, para o Juiz de Mogi-Mirim; 17/11/1866, para o promotor público de Iguape; 21/11/1866, para o subdelegado de polícia de Caraguatatuba; 26/11/1866, para o capitão do porto de Santos; 26/11/1866 e 16/4/1867, “ aos delegados de polícia –circular”; 9/11/1867 “ aos comandantes superiores – circular; 3/11/1868, “ aos chefes de polícia” – da província-, APESP, *Correspondência reservada do governo com funcionários da província (1866 - 1888)*, livro 0908. Apud: DORATIOTO, F.M. *Maldita Guerra...* p. 267.

²¹⁴ IZECKSOHN. V. *O Cerne da Discórdia*. ...p. 89.

²¹⁵ Osório para Monteiro, 23/5/1867, em J. B. Magalhães, Op. Cit., p.174; demais informações às PP. 170-2, 180-2. Apud: DORATIOTO F.M. *Maldita Guerra*. p113- 114.

A participação dos libertos nas fileiras do exército era relevante para o desenvolvimento do conflito internacional. Tal necessidade fez com que o imperador decretasse a Lei nº 3.725, que libertava os escravos da Nação, com a finalidade de servir a força militar:

*Nº 3.725- Decreto de 6 de novembro de 1866. Hei por bem ordenar que aos escravos da Nação que estiverem nas condições de servirem no Exército, se dê gratuitamente a liberdade para se empregarem naquele serviço e sendo casado, estenda-se o mesmo benefício a suas mulheres.*²¹⁶

Houve um grande incentivo governamental para levar o maior número de ex-escravos à guerra. Os cativos também podiam ser doados em substituição àqueles que queriam evadir-se do serviço militar.²¹⁷ Podemos perceber a questão da substituição por escravos, a partir da declaração de um senhor da cidade de Jaguarão, que teve seu filho convocado à guerra:

*Tendo um filho que não é Guarda Nacional e devido às circunstâncias em que nos achamos com a Guerra do Paraguai e querendo concorrer com o meu contingente para o triunfo do País, resolvi oferecer, para sentar Praça no Exército, em substituição ao meu filho, o meu escravo Marcolino de Camargo, ao qual concedi liberdade para tal fim.*²¹⁸

Esse requerimento apresenta o caso de substituição do filho de um estancieiro Jaguareense, por um escravo de nome Marcolino de Camargo. Essa prática de libertação dos cativos para substituírem seus senhores foi realizada constantemente durante o período da Guerra do Paraguai. Nesse contexto Jonas Caratti realizou um relevante levantamento das

²¹⁶ AHEX. Coleção das Leis do Brasil. Decreto Lei nº 3.725 de 6/ 11/ 1866. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1870.

²¹⁷ O serviço militar passou a ser realizado pela conscrição de todos os homens maiores de 18 anos e menores de 50 anos, que possuísem boas condições físicas para lutar no *front*.

²¹⁸ MELLO, Silvio Luzardo de Almeida. *O Exército e a Abolição da Escravatura- O Exército e a Proclamação da República*. Florianópolis: Insular, 2003, p.48.

cartas de liberdades no Rio Grande do Sul. O pesquisador identificou um total de 512 registros de alforrias e cerca de 530 cativos para o período de 1865 a 1888. Nesse estudo foi destacado ainda, o aumento do número de liberdades na década de 1860, com 146 concessões a liberdade contra 36 no ano de 1850.²¹⁹

Nessa perspectiva, a partir do entrecruzamento das cartas de liberdade e requerimentos pesquisados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, na pasta de requerimentos de autoridades militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul encontramos 41 cartas de liberdade referentes à substituição à guerra na cidade de Jaguarão. Essas cartas de liberdade apresentam em sua estrutura o nome do senhor, o nome do escravo doado em substituição, a data, os anos que eram destinados para o cativo servir nas forças militares e ainda indica a substituição por Guardas Nacionais ou civis, conforme o anexo 1.

De com as tabelas do anexo 1, podemos verificar que das 41 cartas de liberdade apresentadas 23 foram doadas para substituição dos seus senhores, 14 para substituir os filhos dos proprietários, 1 para um sobrinho, 1 para enteado e 2 para outros, nesse sentido verificamos que 57% de substituições foram para os próprios proprietários de escravos, que em sua maioria eram Guardas Nacionais. Outro aspecto relevante foi a incorporação de sobrenomes, normalmente os mesmos dos senhores, em nomes de 16 escravos que foram libertos para participar da guerra em substituição. Nesse sentido, Paulo Moreira afirma que:

Os substitutos quando alistados recebiam do Exército o fardamento composto de uma blusa de brim, uma calça do mesmo tecido, uma camisa, um chapéu, uma gravata, uma manta de lã, um capote e um par de sapatos. Se estes itens eram fornecidos como acessórios imprescindíveis para o serviço militar, ao último deles - o par de sapatos - somava-se o simbolismo de demarcação do ingresso ao mundo dos livres. Calçados e portando um sobrenome - na maioria dos casos oriundos das pessoas

²¹⁹ CARATTI, J. M. *O solo da liberdade...* p 54.

*que os libertaram -, eles tinham ainda que sobreviver à guerra para conseguirem a liberdade completa.*²²⁰

De acordo com Moreira ao serem enviados a guerra os escravos recebiam do exército o fardamento completo e principalmente os sapatos que além de serem primordiais para a luta nos campos de batalhas, também possuía um significado relevante para os soldados, que era a liberdade. Além disso, Moreira ainda chama atenção para o simbolismo dessa liberdade representado nos sobrenomes adquiridos pelos libertos ao engajarem no exército. Essas liberdades foram concedidas no período entre 1865 a 1869, nesse período verificamos que conforme a guerra ia se prolongando, as doações de cartas de liberdade iam diminuindo em Jaguarão, conforme o quadro abaixo:

Figura 05- Concessão de cartas de liberdade no período de 1865- 1869

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Acervo: Tabelionatos Livros de Transmissões e Notas, Registros Gerais e Diversos do município de Jaguarão.

²²⁰ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Voluntários negros da pátria: o recrutamento de escravos e libertos na Guerra do Paraguai. In: POSSAMAI, Paulo César. *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do sul*. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, p. 196.

A partir desse gráfico podemos verificar que no primeiro ano de guerra em 1865, o número de soldados voluntários era maior, seja por doações pecuniárias, por voluntariado, por substituição, ou doação de escravos à guerra. Com o passar dos anos houve uma diminuição de soldados, conforme o gráfico. O mesmo apresenta uma queda brusca de doações de cartas de liberdade do ano de 1865 para o ano de 1869, em Jaguarão. Nessas cartas de liberdade verificamos cativos com idade entre 18 a 38 anos, divididos entre pardos, crioulos, pretos/ crioulos e pardos/ crioulos. Das 44 cartas de liberdades que foram concedidas para o serviço militar em guerra, podemos trazer aqui como exemplo, o caso do escravo Faustino José Gonçalves, preto, 18 anos, doado por Honório José Gonçalves, no dia 22 de novembro de 1866.²²¹ A carta de liberdade concedida ao escravo Faustino, escrita por seu senhor dizia:

*A carta foi concedida para que sirva em um dos Corpos do Exército que foi destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em meu lugar, afim de que este goze dos favores e isenções que concede o art. 20 do Decreto 2.029 de 18-11-57 por se achar ele isento do serviço do exército.*²²²

Nessa carta fica explícita a concessão da manumissão do cativo em prol da substituição de seu senhor no serviço militar. Outra questão relevante era o tempo atribuído de 9 a 12 anos de serviço militar obrigatório ao liberto, ficando esse submetido à força militar. O soldado-liberto recebia uma liberdade condicionada, pois, esse negro deixava sua condição de escravo para se tornar um soldado, durante 9 a 12 anos de serviço, para conseguir sua liberdade. Segundo o Relatório da Comissão de Alistamento realizado na província do Rio Grande do Sul, podemos identificar abaixo, o número de escravos por senhores que foram libertos, a fim de servirem ao exército.

²²¹ Na documentação consultada os únicos dados referentes aos escravos são relativos a cor e idade.

²²² APERS. Carta de Liberdade, Livro de Notas do 1º Tabelionato de Jaguarão. 22 de novembro de 1866.

Tabela- 09 - Substituição por escravos

Contribuintes	Nº de escravos	Observações
Antônio Joaquim da Silva	2	Por seus filhos menores
José Luís Cardoso Sales	2	Por seus filhos menores
José Manoel Felizardo	2	Por seus filhos menores
Fco. Antônio Borges	2	Por seus filhos menores
João Rodrigues Facundes	2	Por seus filhos menores
Constantino Antônio	1	Por seus filhos menores
Antônio Bernadino Ferreira	2	Por seus filhos menores
Evaristo José Gonçalves	1	Por seu filho

Fonte: AHRS. Comissão de Alistamento. In: Diversos, maço 214, Porto Alegre-RS. 1867.

Em 1868, devido a participação dos escravos na guerra, cerca de 4.000 escravos haviam sido libertados e enviados ao conflito. De acordo com Paulo Queiroz Duarte, a região que mais contribuiu para engrossar as fileiras dos contingentes à guerra foi o sul do Brasil, com 43.864 indivíduos, sendo 1.474 escravos. Esse contingente de cativos

encontrava-se dividido entre seis categorias: Da nação, casa imperial, gratuitos, conventos, conta do governo e substitutos.²²³ Esses escravos foram doados e conseqüentemente receberam a liberdade. Os escravos da nação eram àqueles que pertenciam ao estado²²⁴; os da Casa Imperial e dos Conventos eram doações particulares dessas entidades e, no caso dos primeiros, da família do imperador ao estado para colaboração no esforço à guerra. Os escravos da Casa do Governo eram àqueles, que custaram alguma quantia ao governo, seja sob forma de compra ou indenização. Os escravos gratuitos eram concedidos ao governo em prol de prêmios honoríficos, que incluíam doações de medalhas e títulos nobiliárquicos. Ao analisarmos as fontes documentais podemos constatar ainda, que os cativos doados em substituição para o serviço militar eram, muitas vezes, os que já possuíam em sua vida pregressa as marcas de fugas, crimes, “preguiça” e sabotagem dos serviços.

Nesse interím, os crimes passaram a ser táticas que os escravos utilizavam com o intuito de serem enviados aos campos de batalha, seja como substitutos ou vendidos ao império, para servirem as forças armadas. Ao cometerem o ato de delito os cativos eram considerados por seus senhores como um problema e, portanto, eram enviados à guerra. Dessa forma, muitos escravos visando a liberdade passaram a pressionar

²²³ Fonte: Relatório com que o Ex. Sr. Dr. Francisco Marcondes Homem de Melo entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1868. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1068/000002.html>> acessado em 17/06/2011.

²²⁴ Nesse caso se faz essencial diferenciarmos escravos da Nação dos Africanos livres, pois, de acordo com Enidelce Bertin, podemos considerar africanos livres apenas “aqueles cuja embarcação houvesse sido apreendida e julgada ilegal pela comissão mista instalada no Rio de Janeiro, além dos considerados ilegalmente introduzidos no país pelas autoridades judiciais. A população de africanos livres no Brasil foi estimada em cerca de 11 mil indivíduos, o que representa ínfima porção quando considerados os cerca de 500 mil escravos importados, após a proibição do tráfico em 1831.” BERTIN, Enidelce. *Reivindicações e resistência: o não dos africanos livres* (São Paulo, séc. XIX). Afro-Ásia, 40 (2009), 105-143. Ver mais: BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese de doutorado, FFLCH/ USP, 2006.

seus proprietários por meio de crimes como: assassinatos, rebeliões, resistência ao trabalho e contravenções com a finalidade de serem enviados a tropa de linha. Os crimes se constituíam enquanto resistências ao sistema escravista, assim como, práticas de liberdade para os escravos. De acordo com os Relatórios de Presidente de Província do período entre 1865 a 1867, houve um crescimento considerável nos crimes cometidos no Rio Grande do Sul, conforme o seguinte quadro:

Figura 06- Estatística de crimes cometidos na Província do Rio Grande do Sul (1863 a 1867)

Fonte: Relatórios de Presidente de Província referente aos anos de 1863, 1865, 1866, 1867, 1869, 1870. < <http://brazil.crl.edu/>> acessado em 10/07/2011

De acordo com esse quadro podemos perceber o crescimento de crimes no ápice da Guerra do Paraguai, entre 1866 a 1867. Nesse período, o Rio Grande do Sul se destacou pelo envio de maior quantidade

de contingente humano aos campos de batalha, fato este, que deixou a província desguarnecida e vulnerável aos delitos.²²⁵

Exemplificamos a prática de tais delitos, a partir do caso do escravo Inácio que matou sua senhora Maria Jerônimo Gonçalves da Silva. O escravo Inácio, crioulo, solteiro, roceiro e campeiro, natural de Santa Catarina, matou sua senhora na manhã do dia 18 de dezembro de 1866. Esse crime ocorreu quando o cativo estava trabalhando na roça e sua senhora o surpreendeu. De acordo com Inácio, Maria Jerônimo apareceu na roça com um porrete na mão, gritando e chamando-o de preguiçoso. No momento em que a senhora foi bater no escravo, o mesmo pegou sua enxada e golpeou Maria Jerônimo. Em depoimento, o assassino ao ser inquirido pela polícia respondeu que, “o escravo Adão, de Maria de Quadros, andava aconselhando a ele que matasse sua senhora, porque os paraguaios tinham de entrar e acabar com os brasileiros e que assim haviam de ficar forros”.²²⁶

Nessa parte do depoimento de Inácio a associação da Guerra do Paraguai com a possibilidade de liberdade explica como o contexto bélico da região contribuiu para intensificar as práticas de liberdade e resistência cometidas pelos escravos. Outro caso de resistência de escravo contra o trabalho forçado ocorreu na cidade de Santa Maria, entre o Sr. Hildebrando e seu escravo. O Senhor Hildebrando decidido a castigar seu escravo o perseguiu pela mata com um grande cassetete. Em um certo ponto da perseguição o escravo parou para enfrentar o Sr Hildebrando, mas, esse não conseguiu bater no cativo, porque seu cassetete não podia ser usado livremente na mata fechada, dessa forma, o fugitivo aproveitou e golpeou com uma pequena faca o Sr. Hildebrando. Quando o escravo tentava matar o Sr Hildebrando, apareceu na mata sua esposa, segurando

²²⁵ PINTO, Genivaldo Gonçalves. A provincial na Guerra do Paraguai. In: GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria. *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.111.

²²⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justificando o cativo, a cultura de resistência escrava. In: GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria. *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

uma arma de caça. Essa senhora rapidamente engatilhou a arma e atirou no negro, matando-o.²²⁷

Casos como os citados nos quais os escravos agrediram seus senhores, o primeiro de Maria Jerônimo morta por seu escravo e o segundo de Hildebrando ferido também por seu cativo, nos auxiliam a compreender o quanto o sistema escravista foi abalado pelo contexto da Guerra do Paraguai, conflito que atingia o Rio Grande do Sul de forma direta devido a fronteira. As relações entre senhores e escravos passaram a ser mediadas pelas estratégias de liberdade elaboradas pelos cativos. Portanto, podemos afirmar que os estancieiros consideravam a guerra uma ameaça à segurança e à propriedade, devido ao perigo latente de fugas, levantes, insurreições, roubos e crimes. As fugas dos escravos tornaram-se corriqueiras nos anos de guerra, pois esses cativos viam a chance de conquistar a liberdade no engajamento militar. De acordo com Álvaro Pereira em momentos de guerra, os escravos enganavam recrutadores e assentavam nas forças armadas sem o consentimento dos seus proprietários. Alguns cativos apresentavam-se como voluntários para escapar de donos brutais.²²⁸ Podemos constatar a fuga dos escravos através dos requerimentos de senhores exigindo ao chefe de polícia, o retorno de seus escravos, que estavam na guerra sem seu consentimento, conforme a seguinte solicitação:

*Que seja excluído do estado efetivo do 3º Batalhão de Artilharia a pé, o soldado Raymundo Manoel, que foi escuso do serviço militar por se ter verificado ser escravo e haver sido reclamado, pelo chefe de polícia da Província do Rio Grande do Sul.*²²⁹

A determinação do Comandante do 3º Batalhão de Artilharia em devolver o escravo Raymundo Manoel, não era condizente com a lei do império, pois segundo Richard Graham, “o governo imperial adotou uma posição em que os escravos que lutassem se tornariam livres, mesmo que

²²⁷ Cenas da escravidão. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 16 de janeiro de 1868.

²²⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar ..., p. 4.

²²⁹ AHRS. Ordens do Dia do Exército, nº 18, dia 18 de abril de 1865. p 10.

tivessem fugido para unirem-se as fileiras do exército”.²³⁰ Portanto, era certo que ocorriam fugas de cativos para servir nas tropas da guerra com o intuito de se obter a liberdade, porém conforme afirmamos, anteriormente, essa liberdade era concedida em troca de nove anos²³¹ de serviços militares prestados pelos ex-escravos. A partir da concessão dessa liberdade, a deserção nos campos de batalha se tornou uma forma de resistência dos soldados-negros, fugindo do domínio do seu “novo senhor”, o exército.

O caso de deserção nos dois primeiros anos de conflito foram de 36,09% e 42,85%, respectivamente. De acordo com Doratioto, a fuga começou a tornar-se prática constante nos acampamentos.²³² Nessa perspectiva, o governo imperial criou em 1865 os Conselhos de Disciplina para investigar as deserções dos praças; os Conselhos de Investigação para analisar os atos criminosos em geral e a deserção dos oficiais. Ainda foram fundados os Conselhos de Guerra para julgar em primeira instância e segunda instância os crimes militares e as juntas de Justiça Militar.²³³ Para o melhor funcionamento desses Conselhos, foram criadas duas Juntas Militares, em caráter provisório de guerra, pelo Decreto nº 3499 de 8 de julho de 1865. Essas Juntas foram instaladas, respectivamente, na província do Rio Grande do Sul e na província de Mato Grosso e seriam compostas da seguinte forma:

Cada uma dessas Juntas serão compostas de 1 presidente, que será o presidente da respectiva Província e de 6 membros, sendo 3 militares e 3 magistrados ou bacharéis formados em Direito, designado pelo governo e interinamente pelo respectivo Presidente, os membros

²³⁰ GRAHAM, Richard. A escravidão brasileira reexaminada. In: *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 37.

²³¹ A Lei da substituição decretada em 11 de outubro de 1865, afirmava no Art 1 que “ o cidadão Guarda Nacional, que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove anos, com idoneidades regulada pela lei, ficará isento, não só do recrutamento como do serviço da Guarda Nacional.”In: AHRs. Ordem do Dia do Exército, nº 3, 509 de 12 de setembro de 1865.

²³² DORATIOTO, F.M. *Maldita Guerra...*

²³³ ROMERO, Junior. *Um velho advogado na justiça militar*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1962, p.12.

militares poderão ser oficiais gerais ou superiores de qualquer das classes do exército.²³⁴

Nesse sentido, Visconde de Taunay nos fornece dados sobre as deserções que ocorreram nos campos de batalha em seu Diário do Exército do ano de 1869, conforme a seguinte figura:

Figura 07- Mapas de deserções, apreensões e apresentações nos meses de maio junho de

MES DE MAIO		Desertaram	Apreenderam-se	Apresentaram-se	Totais		Diferenças	
					Das deserções	Das apreensões e apresentações	Para mais por arma	Para menos por arma
ARMAS	Artilharia	5	6	3	5	9	4	
	Cavalaria	8			8			8
	Infantaria	64	37	4	64	38		26
Soma		77	43	7	77	47	4	34

MÊS DE JUNHO		Desertaram	Foram apreendidos	Apresentaram-se	Totais		Diferenças	
					Desertados	Apreendidos e apresentados	Para mais por arma	Para menos por arma
ARMAS	Artilharia	2	1		2	1		1
	Cavalaria	5	4		5	4		1
	Infantaria	69	25	16	69	41		28
Soma		76	30	16	76	46		30

1869

Fonte: TAUNAY, A d'Escragnoille. *Diário do Exército*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1958.

²³⁴ BRASIL, Colação das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865, Tomo XXV, parte 1, p. 309.

Esse mapa de deserção nos indica a grande quantidade de desertores e a ação de captura da polícia, que conseguia recuperar quase 50% do total desses fugitivos. As três armas do exército: a artilharia, a cavalaria e a infantaria demonstram números de deserção, durante dois meses do ano de 1869. Dessa forma, podemos identificar que o maior número de fugas ocorreu da arma de infantaria, na qual se concentrava o maior número de ex-escravos recrutados à guerra.

De acordo com o documento do Conselho de Estado do ano de 1867, no 41º Corpo de Voluntários, foi apresentado ao Conselho de Guerra o caso de deserção do Soldado José Aplínio de Oliveira, pertencente a 1ª Companhia de infantaria. O Conselho de Guerra, composto dos, Srs. Major Antônio Alves Pereira, como presidente, Capitão Bernardino da Costa Pacheco, como interrogante, Tenentes Zeferino Oliveira Fagundes, Martiâiano Soares de Azanibuja, Alferes José Prospero da Silva, Antônio Joaquim de Oliveira, como vogais, e bacharel Melciades Augusto de Azevedo Pedra, como auditor de guerra, condenou o réu na pena da primeira parte do artigo 14 dos autos de guerra. O Sr. Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, relator da junta de justiça militar, revogou a sentença do Conselho de Guerra.

Essa revogação ocorreu porque o referido relator entendeu que a ausência do réu foi motivada por circunstâncias independentes da sua vontade, em 27 de Julho ultimo, dessa forma o Dr. Guilherme Cordeiro absolveu o réu pelo crime em 31 de março de 1867.²³⁵ O soldado Luiz Francisco Dias do 38º corpo de voluntários da pátria, também foi acusado de deserção, mas recebeu absolvição da Junta Militar por comprovar seus assentamentos e ter participado nos combates de 2 e 4, na batalha 24 e guerrilha de 25 de maio de 1866.²³⁶

Diferente desses casos de deserção em que os réus foram absolvidos, em 1867 o soldado José Rodrigues Maciel do 13º batalhão de

²³⁵ SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra, 1867- 1870. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 120.

²³⁶ SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Consultas do Conselho de Estado ..., p. 72.

infantaria foi condenado á morte por crime de deserção. O referido praça recorreu em devido a alta clemência do imperador para que o mesmo absolvesse o réu da pena de morte que lhe foi imposta em virtude do art. 14 dos autos de guerra de 1763, pelos tribunais militares por ter cometido o crime de deserção em tempo de guerra. O marechal do exército comandante em chefe daquelas forças, enviou um ofício em 12 de julho de novembro de 1867, ao Ministério da Guerra, com a documentação do crime de deserção do soldado José Rodrigues completamente provado pelos depoimentos das testemunhas inquiridas nos conselhos de investigação e de guerra, e ainda comprovado pela confissão do próprio soldado ao Conselho de Guerra.

Perante essa documentação o imperador mantendo sua opinião declarou que conforme casos semelhantes deveriam imputar ao soldado “a mínima severidade da pena do citado art. 14 dos autos de guerra de 1763, quando a deserção não se verifica para o inimigo”. Ao final do processo, foi declarado que José Rodrigues teria sua pena de morte mudada para prisão com trabalho por dez anos.²³⁷ O jornal *Onze de Junho* da cidade de Jaguarão trouxe em 27 de março de 1867, a notícia da deserção do furriel, negro, da arma de Infantaria, que teria desertado no dia 22 do corrente ano.²³⁸ Diversos casos de deserções também eram apresentadas nas Ordens do Dia do Exército, como o caso do soldado negro José Maria da 1ª Companhia de infantaria em 14 de dezembro de 1865, em que foi condenado pelo Conselho de Guerra a sentença de quatro meses de prisão.²³⁹

O soldado na condição de desertor não podia voltar à sua casa, ou até mesmo à sua cidade, para não correr o risco de ser aprisionado e enviado novamente aos campos de batalha. Nesse caso, muitos desses desertores precisavam se deslocar constantemente a fim de não serem capturados. Nessa incessante fuga, esses transgressores ao passarem pelas cidades cometiam roubos, para poder se manter durante o longo

²³⁷ SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Consultas do Conselho de Estado ...,p. 125.

²³⁸ Ocorrências. *Jornal Onze de Junho*. Jaguarão. 27 de março de 1867.

²³⁹ AHRs. Ordens do Dia do Exército, nº 20, dia 20 de abril de 1865. p 11.

período da guerra.²⁴⁰ Ainda no 41º Corpo de Voluntários o Soldado Bento Braz de Moura da 3ª Companhia de infantaria foi acusado de deserção, em tempo de guerra. O Capitão responsável pela Companhia enviou um inquérito no qual confirmava o crime do réu. A resolução do Conselho foi de absolver o referido soldado por não estar provado seu crime, nesse mesmo viés a junta de justiça militar, confirmou a sentença do Conselho de guerra, em 24 do abril de 1867.²⁴¹

Sobre os crimes cometidos pelos desertores, o jornal *Atalaia do Sul* de 1869, trouxe a notícia intitulada “vandalismo” que apresentava o caso de um cabo de esquadra junto com mais três soldados negros do 2º Regimento de Cavalaria, que haviam desertado e estavam seguindo para o Passo da Cruz, a três léguas da cidade de Jaguarão, onde realizaram três crimes aos redores da cidade. O primeiro delito desses quatro desertores foi realizado na estrada perto de Serrito,²⁴² contra Alípio Lima, que carregava em uma mula diversas encomendas para serem entregues na fazenda no senhor Florisbelo D’Ávila.

Os quatro ex- soldados intimaram Alípio para entregar- lhes seu cavalo e a mula. Alípio tentou lutar contra os ladrões, mas não obteve êxito e foi roubado, além de ser deixado a pé na estrada. O segundo crime foi cometido contra o crioulo peão, do senhor José Maria da Silva Alvariz, que estava na venda de Maria Ferreira. Os desertores roubaram o cavalo do peão, mas este recorreu a um vizinho e pediu um cavalo para ir atrás dos ladrões. O negro subiu ao cavalo seguindo no mesmo caminho que os ladrões, percorreram a fazenda do senhor Tenente-Coronel Adeodato José de Faria. Quando o peão chegou à referida fazenda, os desertores

²⁴⁰ SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra, 1867- 1870. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 90.

²⁴¹ SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra, 1867- 1870. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 80.

²⁴² Serrito cidade do Sul do Rio Grande do Sul, próxima a cidade de Bagé, parte da região da campanha sul-rio-grandense. In: COSTA, Rogério Haesbaert da. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

estavam prestes a cometer o terceiro delito, que era roubar uma tropilha de cavalos.

Em seguida, esse homem pegou um revolver do dono da estância e defrontou-se com os bandidos, que lhe receberam com tiros. No tiroteio o peão fugiu em direção da casa do Sr. Tenente-Coronel e, conseqüentemente, os desertores perseguiram o crioulo, atirando em todos que estavam em frente a referida casa. O peão e o Tenente-Coronel ficaram levemente feridos, enquanto que os ladrões fugiram sem levar os cavalos da estância.²⁴³

Nesse caso comentado pelo jornal *Atalaia do Sul*, podemos verificar a presença dos atos criminosos no cotidiano dos desertores e da população, que vivia próximo ao teatro de operações da guerra. No referido caso, percebemos que o alvo dos ex-soldados era a obtenção de cavalos, que provavelmente seriam vendidos em Passo da Cruz.²⁴⁴ Os crimes e o comércio de mercadorias “ilegais” eram atividades corriqueiras na zona de guerra, situação que preocupava a população de Jaguarão, que se encontrava desguarnecida de poder policial.²⁴⁵

Outro caso de deserção foi apresentado na Ordem do Dia do Exército, mas esse, dizia respeito a fuga de um soldado “escravo”, que era reclamado por seu senhor. Francisco Cardeal soldado do batalhão de infantaria foi designado à província do Rio Grande do Sul, no vapor *Gerente* e aproveitou o momento para desertar em 16 de abril de 1866. Em 4 de Março de 1866, chegou ao comandante do Batalhão de Francisco Cardeal um aviso no qual alertava sobre a possibilidade desse soldado ser na verdade um escravo fugido. Dessa forma, logo foi designada a movimentação do referido soldado de volta ao Rio Grande do Sul, para averiguar a reclamação de José Lopes da Conceição. Nesse

²⁴³ Vandalismo. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 25 de agosto de 1869.

²⁴⁴ Passo da Cruz localiza-se próximo ao rio Quaraí, próximo a cidade de Uruguaiana. In: COSTA, Rogério Haesbaert da. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

²⁴⁵ SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra, 1867- 1870. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 130.

sentido, foi ordenado ao comandante do batalhão de Francisco Cardeal que:

*Mande proceder a conselho de disciplina a respeito do soldado ' Francisco Cardeal, que tendo embarcado ao destino á esta corte, no vapor Gerente, em virtude do aviso de 4 do dito mez de Março por haver suspeita de ser o escravo reclamado por José Lopes da Conceição, desertara do referido vapor ao chegar á província do Rio Grande do Sul, como participou o gerente da companhia brasileira de paquetes a vapor.*²⁴⁶

Podemos verificar a partir da história de deserção de Francisco Cardeal, que o mesmo havia fugido de seu senhor para ingressar nas forças militares, no intuito de conseguir a liberdade. Quando esse “soldado-liberto” percebeu que poderia perder sua condição de livre desertou para escapar da escravidão. Conforme observamos no caso de Francisco Cardeal, o número de deserções era elevado no Exército Brasileiro²⁴⁷.

Com a situação da guerra muitos ex-escravos se aproveitavam para fugir ao Uruguai, onde acreditavam que poderiam viver livremente. Todavia, o General Osório enviou um ofício ao comandante das forças, General Caxias, explicando que “no Estado Oriental existiam foragidos de 3 a 4 mil desertores” e pedia permissão para mandar reunir no Uruguai esses desertores e trazê-los para o exercito brasileiro.²⁴⁸ Além da participação dos escravos nos batalhões das forças militares, os libertos também faziam questão de participar dessa contenda bélica. Esses homens livres associavam sua participação no *front* como possibilidade de ascender economicamente e socialmente, devido a Lei dos Voluntários da Pátria.

Os cativos utilizaram a fuga, ações cíveis, a participação na Guerra do Paraguai e até crimes como táticas, estratégias vinculadas a república

²⁴⁶ AHEx. Ordens do Dia do Exército, nº 10, dia 12 de fevereiro de 1866. p. 7.

²⁴⁷ SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra, 1867- 1870. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 120.

²⁴⁸ OSÓRIO J. L. OSÓRIO FILHO. *História do General Osório*. Pelotas, RS. Typografia do Diário Popular, 1915, p 293.

uruguaia, a fim de alcançarem e confirmarem seus status de homens livres da escravidão. Essas três categorias aqui analisadas, fugas, ações de liberdade e alistamento do exército durante a Guerra do Paraguai, somadas aos crimes cometidos pelos cativos, nos auxiliam a compreender a relação entre estratégias de liberdade e resistência, pois para alcançarem sua liberdade os escravos precisavam elaborar instrumentos de resistência, que hora se apresentavam de forma “acomodada” ou “não adaptada” e em outros momentos de maneira violenta.

O escravo em primeiro investia na fuga para o Uruguai, com vistas a alcançar seu status de homem livre. No entanto, em casos nos quais os cativos possuíam família outras estratégias precisavam ser elaboradas como fugas coletivas, tentativa de compra de seus familiares ou roubo dos mesmos, como vimos, até chegar ao ponto de assassinar seus senhores. As ações de liberdade, como analisamos aqui, e os alistamentos no exército, às vezes permitidos pelos próprios senhores, as vezes não, se constituíam como estratégias de resistência e busca da liberdade alternativas as fugas. Dessa forma, a partir dessa análise, com vistas à ampliação de nosso objeto de pesquisa, buscaremos no próximo capítulo analisar como essas estratégias corroeram o sistema escravista de forma contundente e contribuíram para a constituição de um processo abolicionista em Jaguarão, a partir do engajamento do soldado-liberto na Guerra do Paraguai e a fundação de sociedades emancipacionistas.

4- O processo de abolição da escravidão em Jaguarão: da Guerra do Paraguai à abolição

Nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam como uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las

Giovanni Lévi

A economia do sistema escravista no Rio Grande do Sul sofreu, entre os anos de 1865 a 1870, um contundente enfraquecimento devido a Guerra do Paraguai, entre outros fatores. Essa guerra atingiu diretamente as regiões de fronteira entre o Rio Grande do Sul e Uruguai, conforme já discutido em nosso primeiro capítulo. Tais regiões possuíam uma demarcada estrutura social fundamentada na escravidão, tema que analisamos no segundo capítulo desta tese, que ao tornarem-se centros desse conflito, acabaram por entrar em crise.

A partir desse momento se estabeleceu uma relação dialética entre o sistema escravista, os escravos e a crise do modelo, pois, quanto maiores eram os fatores que contribuíam para a desarticulação da economia da escravidão, como as leis internacionais e as guerras, mais os escravos viam nesse contexto a possibilidade de resistir e até reagir a ele. Assim, a resistência promovida pelos próprios cativos ao sistema escravista contribuiu para a articulação dos movimentos emancipacionistas/ abolicionistas²⁴⁹. Conforme discorreu Maria Helena P. T. Machado,

Cientes de que a escravidão perdia a legitimidade, os grupos de escravos passavam a ganhar em ousadia e

²⁴⁹ De acordo com Robert Conrad o período entre 1850 a 1879 foi marcado pela proliferação do ideal emancipacionista e entre 1880 a 1888, pela difusão do movimento abolicionista em todo país. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850- 1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

*articulação, se utilizando da quebra do consenso sobre a escravidão para avançar em todo o tipo de reivindicação. Revoltando-se, fugindo, cometendo crimes, reivindicando melhorias, assim como salário e autonomia de ir e vir, os escravos no decorrer da década mostraram que confrontavam a escravidão tanto por dentro do sistema quanto por fora dele, exigindo simplesmente a liberdade.*²⁵⁰

Os movimentos emancipacionistas acabaram por forjarem-se em meio às reivindicações dos escravos fortalecidos pela fragilização do sistema escravista, conforme afirmou a autora. Dentro desse contexto de desintegração do sistema, os cativos articularam estratégias para alcançarem sua liberdade, como procuramos demonstrar no capítulo anterior. Essas estratégias de liberdade e resistência ganhavam força conforme a escravidão era desarticulada diante dos conflitos bélicos que assolavam o Brasil, ao mesmo tempo em que contribuíam para a falência do modelo escravista sul-rio-grandense.

A partir dessa perspectiva, no presente capítulo analisaremos a participação dos negros na Guerra do Paraguai, as relações entre o retorno dos soldados libertos à sociedade, ou seja, ex-escravos que ganharam sua liberdade ao se engajarem no exército e, as sociedades abolicionistas na cidade de Jaguarão. Portanto, iniciaremos nossas análises retomando a discussão já realizada no terceiro capítulo desta tese sobre a participação do soldado liberto na Guerra do Paraguai.

4.1- O Soldado Liberto na Guerra do Paraguai

A participação dos escravos do Brasil na Guerra do Paraguai ocorreu a partir da difícil mobilização do governo imperial em arregimentar contingente de homens livres para suprir as forças militares. Nesse

²⁵⁰ MACHADO, Maria Helena P.T. Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebelião dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, K; SALLES, R. *Brasil Imperial*, vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.372.

sentido, o governo brasileiro necessitou complementar o exército e passou a recrutar para seu contingente os escravos. Assim, o ingresso desses soldados libertos nos batalhões militares se deu a partir das doações do governo e dos senhores, recrutamento forçado, substituição e ainda pela estratégia de fuga praticada pelos escravos, que buscavam participar da guerra em prol da liberdade. Nessa perspectiva, Vitor Izeckshon afirmou que a necessidade do recrutamento militar de cativos numa sociedade de base econômica escravista, foi responsável por:

*Afetar de modo distinto os interesses dos vários setores que influíam na vida política do Brasil evidenciando graves distorções entre a atuação do governo e as aspirações dos proprietários que compunham a base social preferencial do estado brasileiro.*²⁵¹

O recrutamento de escravos atingia diretamente os interesses dos senhores que os viam enquanto investimento e propriedade. Desde o fim do tráfico negreiro a mão de obra escrava tornara-se mais cara, pois segundo Mário Maestri, “o cativo era muito caro. Em 1831, em Rio Grande, o preço médio do cativo novo era de 350\$000 mil réis. Após o fim do tráfico, em 1850, ele valia uma boiada”.²⁵² Tamanha valorização da mão-de-obra escrava, conforme constatou o autor, tornava o escravo uma propriedade não dispensável e por isso o desvio dessa força de trabalho para os campos de batalha deixou os proprietários de escravos insatisfeitos com o governo, como analisou Vitor Izecksohn. Nesse mesmo sentido, Ricardo Salles argumentou que a Guerra do Paraguai, na década de 1870, foi um dos fatores responsáveis para desestruturação do sistema escravista do império:

A alforria do escravo combatente tinha dois lados: encobrir o fato de a civilização escravista fundar parte de sua glória dos campos de batalha num segmento da população não reconhecido como portador de seus

²⁵¹ IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. RJ: BIBLIX. 1997, p.88.

²⁵² MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 72.

*padrões culturais e morais e, ao mesmo tempo, incorporar e atender um interesse imediato desses setores, a liberdade.*²⁵³

Dessa forma, podemos entender que a instituição exército passou a representar a possibilidade de realização dos anseios de liberdade dos escravos. No entanto, podemos perceber que como o exército assumiu essa condição, acabou levando para dentro da instituição às contradições da sociedade. Nesse ínterim, para ampliar seus contingentes de soldados empregou o recrutamento à força, realizado entre os escravos e a população das camadas médias.

Nesse mesmo viés, Fernando Novais afirmou que a modernização do exército era incompatível e inviabilizava o estado escravista, pois, “numa sociedade escravista, o Estado não pode ter o monopólio da violência legítima, porque a sociedade organiza-se sobre a violência privada dos senhores contra seus escravos”.²⁵⁴ Na visão do autor, o sistema escravista permitia e conferia aos proprietários um poder paralelo ao do Estado, pois, esses tinham o direito de empreender castigos corporais aos seus escravos, exercendo uma violência privada. Assim, o sistema escravista contribuía para uma dispersão do poder e enfraquecimento do Estado.

Nesse contexto, de acordo com esses autores, podemos perceber que a participação dos escravos nas forças armadas foi um fator relevante para o desajuste entre os senhores de escravo e o Estado, assim como, para o fortalecimento das próprias associações emancipacionistas/abolicionistas. A questão sobre a formação de um exército composto por ex-escravos em uma sociedade escravista foi responsável por desencadear discussões sobre a estrutura política do império na sociedade brasileira. Nesse sentido, o emprego dos cativos nas forças armadas despertou insatisfação entre os senhores de escravos, pois tal

²⁵³ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p 75.

²⁵⁴ NOVAIS, Fernando A. O significado da “Guerra do Paraguai” na História do Brasil. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro (org). *A Guerra do Paraguai. 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume- Demurá, 1995, p. 79.

fornecimento de força humana à guerra desguarnecia a economia do país e era entendida pelos senhores como uma ameaça à propriedade e a segurança pública e privada. De acordo com Geosiane Mendes Machado, outra reclamação da sociedade em relação ao recrutamento de cativos era a indisciplina do corpo policial, pois “muitas vezes eram os próprios praças que precisavam ser reprimidos, comprometendo o serviço na repressão dos crimes”.²⁵⁵

Nessa perspectiva, a elite militar também encarava o engajamento desses negros na força bélica como uma ameaça à estrutura militar, ao associá-los a contraventores, insubordinados, indisciplinados, criminosos e desertores.²⁵⁶ Esses oficiais militares consideravam os libertos como um péssimo exemplo à tropa. De acordo com Doratioto, para o General Caxias, comandante da Força do exército brasileiro, a presença dos alforriados nos contingentes aumentava o péssimo desempenho militar, indisciplina, roubos e deserções.

Esse oficial considerava o comportamento dos libertos inadequado à tropa militar e atribuía a esse “desajustamento”, o fato desses homens negros “não compreenderem o que era a pátria, sociedade e família, e que ainda se consideravam escravos, que apenas haviam mudado de senhor”.²⁵⁷ Nas palavras de Caxias, citadas por Doratioto, podemos perceber que o oficialato não encarava o escravo que entrava para força militar como um soldado liberto, mas ainda, como um cativo que deixara de servir a um senhor para servir ao governo em prol da guerra. No entanto, ainda podemos perceber que os comportamentos indisciplinados dos escravos apontados pelos próprios oficiais eram entendidos como

²⁵⁵ MACHADO, Geosiane Mendes. *Universo militar: liberdade à vista. Minas Gerais século XIX*. In: Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2009, p. 6.

²⁵⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Voluntários negros da pátria: o recrutamento de Escravos e libertos na Guerra do Paraguai. In: POSSAMAI, Paulo César (org). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2010, p. 178.

²⁵⁷ LIMA E SILVA. Luis Alves de. *Apud DORATIOTO, Maldita Guerra...* p. 274.

uma característica não “civilizada”, ou seja, inferior a dos brancos que serviam ao exército. Esse olhar discriminatório era próprio de uma época acostumada a ver os negros enquanto força de trabalho braçal e por isso inferior a dos brancos.

Dessa forma, os oficiais associavam os “desajustes” dos batalhões devido à inserção do contingente negro. Na direção do pensamento de Caxias, o conselheiro Paranhos, em seu discurso sobre os escravos nas fileiras militares, afirmou ainda que era uma afronta aos oficiais do exército e aos Guardas Nacionais a obrigação de lutar na guerra com indivíduos que há pouco eram cativos, e que “obtiveram a liberdade, não porque o seu caráter e costumes os tornassem dignos dela, mas unicamente pela necessidade de reforçar o Exército”.²⁵⁸ Apesar do exército se apresentar enquanto um meio para alcançarem a liberdade, após o engajamento, os negros ainda tinham que enfrentar a recepção dos oficiais que os viam com desprezo, conforme discorreu Jorge Souza.

Assim, partir do caso de “insubordinação” do soldado Prudêncio apresentado nas Ordens do Dia do Exército, podemos perceber como esses soldados resistiam cotidianamente a sua associação com a escravidão e ainda de que forma os oficiais os percebiam e os tratavam. O soldado Prudêncio em 20 de março de 1869 foi levado ao Conselho de Guerra pelo crime de insubordinação e foi condenado a quatro anos de prisão com trabalhos forçados.

Esse processo contra Prudêncio foi encaminhado pelo oficial comandante de seu batalhão, pois segundo os autos dos crimes, esse praça se recusou a obedecer as ordens de seu superior. De acordo com o depoimento desse soldado, a ordem que o sargento lhe deu, não condizia com seus trabalhos de guerra, pois segundo Prudêncio “limpar botinas era trabalho de escravo e não de soldado”.²⁵⁹ Portanto, Prudêncio se recusou a realizar tal tarefa e seu superior insatisfeito postou uma arma em sua direção. Nessas condições Prudêncio para se defender, agarrou com os

²⁵⁸ SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996. Apud: Ata do Conselho de Estado, Sessão de 5 de novembro de 1866. p. 85.

²⁵⁹ AHEx. Ordens do Dia do Exército, nº 09, dia 20 de março de 1869, p 22.

dentes o braço do seu comandante, ferindo-o.²⁶⁰ Esse episódio de “má conduta” cometido pelo negro Prudêncio aparece nas páginas oficiais dos documentos do Exército, como crime. Ao analisarmos a suposta infração do soldado, entendemos que o liberto se revoltou contra os desmandos, ofensas e práticas abusivas de poder que eram exercidas pelo seu superior-sargento. De acordo com o processo crime desse soldado, verificamos a tensão de relacionamentos existentes entre os libertos e seus superiores, nos contingentes do Exército Brasileiro.

A fim de continuarmos a análise dos abusos de poder dos oficiais para com os praças negros, apresentamos o caso do soldado Manoel do Sacramento, pertencente ao 10º Batalhão de Infantaria. No documento nº 57 do Conselho de Estado, referente ao Ministério da Guerra, em 17 de novembro de 1869, foi expedido à condenação de pena de morte a Manoel do Sacramento referente ao crime de insubordinação e ferimento a um oficial. No processo criminal do réu Manoel do Sacramento, negro, da companhia do 10º Batalhão de Infantaria²⁶¹, escrito por um oficial, constava que o comandante, Tenente Alexandre Francisco da Costa, designou a troca de serviço desse soldado, que estava em um dos postos avançados do exército para fazer a sentinela do Passo.

O referido soldado se recusou a mudar de serviço por querer ficar na sentinela das armas, contudo o comandante ao buscar fazer-se obedecer, foi ferido pelo réu com o sabre-baioneta. Durante o processo, o réu ao ser interrogado, respondeu aos artigos de acusação que o Tenente Alexandre Francisco da Costa dirigiu a ele, réu, com a “espada nua a fim de castigá-lo” porque o acusado se negava a deixar sua sentinela das armas para ir a um posto avançado, “onde o perigo dos inimigos estava mais próximo”.²⁶²

²⁶⁰ AHEx. Ordens do Dia do Exército, nº 09, dia 20 de março de 1869, p 23.

²⁶¹ SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. *Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro. Typographia nacional. 1884. p 350.

²⁶² SILVA. M. J.N. *Consultas do Conselho de Estado...*, p.351.

Manoel do Sacramento afirmou ainda que na ocasião quando o Tenente dirigiu-se a ele com intuito de castigá-lo, ele estava armando a baioneta. O referido oficial bateu com a carabina nas mãos do soldado e este, afirmou que “estando portando o sabre- baioneta feriu casualmente o Tenente Alexandre”.²⁶³ Durante o andamento do processo foram inquiridas três testemunhas, que ratificaram a insubordinação de Manoel em se negar a render uma das sentinelas avançadas. As testemunhas, 1º sargento e 2º sargento, confirmaram o fato do réu ter ferido o Tenente com o sabre-baioneta, mas negaram que o oficial tivesse, antes disso, tentado bater com pranchadas no soldado para obrigá-lo ao serviço. Fundamentado nesse processo apresentado ao Conselho de Guerra em sessão de 23 de julho de 1869, o juiz proferiu a sentença do acusado, para este ser condenado a pena de morte, de acordo com seguinte incurso na íntegra do art. 10 do regulamento de 1763:

*Aquele que recusar por palavras ou discursos obedecer as ordens dos seus superiores concernentes ao serviço será condenado a trabalhar nas fortificações, porém si se lhe opuser, servindo-se de qualquer arma ou ameaça será arcabusado.*²⁶⁴

Nesse inquérito do soldado Manoel do Sacramento, podemos verificar a “insubordinação” desse praça para com seu superior, mas também identificamos nesse processo, a tentativa do soldado negro em se proteger e resistir aos desmandos do oficialato, que desconsideravam e menosprezavam a condição dos negros enquanto soldados libertos. Portanto, podemos inferir que a insubordinação era mais uma das formas de resistência utilizada pelos ex-cativos nos campos de batalha.

A crítica depreciativa em relação à participação dos negros nas forças militares brasileiras, além de ser realizada por brasileiros, também foi utilizada como propaganda ideológica pela imprensa paraguaia.²⁶⁵

²⁶³ SILVA. M. J. N. *Consultas do Conselho de Estado...*, p 351.

²⁶⁴ SILVA. M.J. N. *Consultas do Conselho de Estado ...*, p 349.

²⁶⁵ Sobre a imprensa como arma da Guerra do Paraguai, ver: SILVEIRA, Mauro César. *A Batalha de Papel- a Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: LP&M. 1998.

Devido à participação dos libertos na guerra, este aspecto passou a ser assunto em jornais paraguaios, como o *Cabichuí*.²⁶⁶ Esse jornal guarani associava o soldado negro brasileiro à covardia dos primatas. Tal afirmação era utilizada para tentar diminuir a força do exército brasileiro e incentivar a ação dos soldados paraguaios. De acordo com a pesquisa de André Toral, o Exército Brasileiro aparecia na propaganda lopizta como o exército *macacuno* e seus líderes “macacos que pretendiam escravizar o povo paraguaio, conduzindo-os da liberdade à escravidão”.²⁶⁷

Nesse sentido, a seguinte figura caricata do jornal paraguaio *Cabichuí*, apresenta o Marquês de Caxias recepcionando Bartolomé Mitre, com uma banda de música composta por soldados brasileiros, representados grotescamente como macacos. Essa representação do jornal buscava depreciar a força militar brasileira em relação aos soldados paraguaios. Esses jornais do Paraguai eram publicados e controlados pelo governo, veiculando suas opiniões, pois os redatores eram funcionários públicos ou oficiais e soldados do exército, sendo assim “num exército e num país desalentados pela guerra, pela fome, pela miséria e que não vislumbrava nenhum sinal de paz no horizonte, a criação dos jornais, inclusive os ilustrados, era uma medida tomada explicitamente para fortalecer a moral do Exército”.²⁶⁸

Conforme discorreu André Toral, os jornais no Paraguai eram armas de combate que contribuíam para a desconstrução da imagem do exército

²⁶⁶De acordo com Marcelo Santos Rodrigues o *Cabichuí* “era um jornal impresso pela “Imprensa Del Ejercito”, no quartel general paraguaio de Passo Pacu, durante a Guerra do Paraguai (1865- 1870). Esse jornal foi fundado por Juan Crisóstomo Centurión y Martínez e Natalício de Maria Talavera, os quais juntamente com o padre Fidel Maíz, foram seus principais redatores. Esse periódico teve 95 edições e foi publicado entre 13 de maio de 1867 a 20 de agosto de 1868”. In: RODRIGUES, Marcelo Santos. *Cabichuí: a Guerra do Paraguai nas páginas de um jornal satírico*. Brasiliana, São Paulo, ano 1, nº 22. <[http://www. Brasiliana.usp.br](http://www.Brasiliana.usp.br)> acessado em 20/09/ 2011, às 15h.

²⁶⁷ TORAL, André Amaral de. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. Estudos Avançados, 9 (24), 1995.

²⁶⁸ TORAL, André. *Imagens em Desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864- 1870)*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001, p.69.

brasileiro. Vejamos a seguir a caricatura apresentada no jornal *Cabichuí*, que referimos:

Figura 08- Sátira do jornal *Cabichuí*

Fonte: DORATIOTO, Francisco. M. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 273.

Conforme vemos, a caricatura no período da Guerra do Paraguai funcionou enquanto maior disseminadora de notícias sobre este conflito internacional, já que no século XIX, uma parcela considerável da população era analfabeta. Como alternativa, as ilustrações tornavam-se “verdadeiros” textos jornalísticos. Podemos então, considerar que “a caricatura é uma forma de comunicação social, com sua linguagem própria e com um sistema de elementos que compõem esta linguagem,”²⁶⁹ tornando-se na imprensa, um relevante documento histórico, repleto de

²⁶⁹ FONSECA, Joaquim da. *Caricatura. A imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 25.

informações sociais e políticas que permeiam o imaginário social de um período.²⁷⁰ De acordo com Onici Flores:

*A ilustração mostra os pormenores caracterizadores de personagens, situações, ambientes, objetos. Os comentários relativos à situação representada aparecem por escrito. Escrita/ilustração integram-se, associando-os a consideração do inter discurso que se faz presente como memória, dando uma orientação ao sentido num contexto dado aquele e não outro qualquer.*²⁷¹

Ao compreendermos a caricatura enquanto um documento histórico podemos considerá-la uma importante fonte, para analisarmos o tema proposto deste trabalho acadêmico, pois de acordo com Michel Vovelle:

*As fontes iconográficas não somente são abundantes, mesmo em seu inventário atual, como também oferecem perspectivas renovadas de reflexão. Não obstante afigurar-se paradoxal, eu diria que, em certos aspectos, elas podem parecer mais “inocentes” ou, afinal de contas, mais reveladoras que o discurso escrito ou oral, graças às significações que delas podemos extrair, em termos de confissões involuntárias.*²⁷²

O cotidiano da Guerra do Paraguai, em território sul-rio-grandense, também foi retratado pelo pintor argentino Candido Lopez que, em 1865, se voluntariou para lutar contra o Paraguai. Esse portenho se incorporou às fileiras do batalhão do General Wenceslao Paunero e, ao se alistar, propôs também servir a sua pátria como um “historiador do pincel”.²⁷³ A obra de Lopez é caracterizada pelo detalhe, por assim “retratar” o

²⁷⁰ FERRER, Francisca Carla Santos. *O Recrutamento militar na Guerra do Paraguai: voluntariado e coerção*. Dissertação de mestrado, PUC- RS em julho de 2004. p 84.

²⁷¹ FLORES, Onici Claro. *A leitura da Charge: 500 anos*. Canoas- RS: Ed da ULBRA, 2002, p.50.

²⁷² VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 70.

²⁷³ ROA BASTOS, Augusto; RICCI, Franco Maria. *Imagens de La Guerra del Paraguay*. Itália, Millani, 1984.

cotidiano da guerra. Os críticos de arte o consideram um pintor cronista.²⁷⁴ Para Roa Bastos e Ricci, esse pintor via, “a pintura como linguagem artificial de representação é construído pela seleção do pintor que não busca criar uma imagem equivalente da percepção sensorial do real, sem um modelo visual com a ideia do real”.²⁷⁵

Figura 09 - Acampamento brasileiro frente a Uruguaiana

Fonte: ROA BASTOS, Augusto; RICCI, Franco Maria. *Imagens de La Guerra del Paraguay*. Itália, Millani, 1984, p. 110-111.

Essa pintura “Acampamento frente a Uruguaiana,” nos apresenta indícios do cotidiano dos acampamentos da Tríplice Aliança em território brasileiro. Na obra podemos perceber que o pintor retratou dentre as estruturas de trabalho no acampamento militar, os negros realizando as atividades braçais, carregando equipamentos, montando o próprio

²⁷⁴ FERRER, Francisca Carla Santos. Candido Lopez e a Guerra do Paraguai. In: FLORES, Moacyr. *Arte em movimento: imagens da História*. Porto Alegre: Palier, 2004. p 33-44.

²⁷⁵ ROA BASTOS, A; RICCI, F M. *Imagens de La Guerra* ...p.221.

acampamento, enquanto os oficiais indicavam as atividades. Como vemos, Candido Lopez buscou retratar nessa tela o dia a dia dos soldados do 1º Batalhão de San Nicolas. Através do conhecimento das relações sociais e corriqueiras desses soldados brasileiros, é possível reconhecermos as práticas de acomodações e resistências desses libertos num contexto de guerra. Seguindo tal perspectiva os soldados libertos com o intuito de se distanciarem da condição de escravos, procuravam servir na artilharia, que era a linha bélica mais especializada e formada, principalmente por estrangeiros. No corpo da arma de artilharia se destacavam os alemães, os antigos *Brumers*,²⁷⁶ que conheciam profundamente a arte da guerra. Enquanto que a infantaria era conhecida por possuir o maior número de ex-escravos e intitulada a “arma negra.” Essa arma era destinada aos piores momentos e situações de combate, pois, cabia a Infantaria resistir ao primeiro impacto dos adversários, conforme podemos perceber na seguinte imagem:

²⁷⁶ Esses *Brumers*, veteranos da guerra Franco- prussiana vieram para o Brasil contratados pelo governo imperial, para lutarem na campanha contra o ditador Juan Manoel de Rosas e seu preposto no Uruguai, o presidente Oribe. Após essa guerra, esses mercenários alemães receberam como pagamento terras, dinheiro e a possibilidade de permanecer no Brasil. In: BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Canoas: PAH, 1968.

Figura 10- Artilharia e infantaria no campo de batalha

Fonte: CUARTEROLO, Miguel Ángel. *Soldados de la Memoria, imágenes y Hombres de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta. 2000, p. 52-53.

A partir dessa fotografia podemos visualizar a organização para o ataque da infantaria no terreno de combate, enquanto a artilharia localizava-se a retaguarda, apoiando a tropa. Por conseguinte, a maior parte dos ex-escravos era enviada a infantaria, a fim de arcar com as maiores dificuldades da guerra, mas também para dificultar as fugas que se tornavam difíceis de serem realizadas a pé do que a cavalo.²⁷⁷ De acordo com Daniela Vallandro de Carvalho, as circunstâncias de guerra eram favoráveis aos escravos, pois nesse período de instabilidade, as “alterações causadas nas unidades produtivas, pela maior mobilidade potencializada pelas contingências militares ou ainda pelo aumento do alistamento e recrutamento, colocava estes cativos face a face com novas

²⁷⁷ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *A república rio-grandense e o rio da prata: A questão dos escravos libertos*. Anais do II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”. Porto Alegre, 26- 28/10/ 2005.

oportunidades”.²⁷⁸

Além da possibilidade de liberdade alcançada pelos cativos, a guerra também proporcionou a esses soldados negros disporem da condição de cidadãos patriotas, merecedores do respeito da sociedade e o direito à cidadania. Daniela Carvalho ainda ressaltou que a participação dos escravos como soldados nas guerras fomentou, junto a esse grupo, “uma cultura política que mesclava ideias que acompanhavam os projetos de liberdade, como o direito a cidadania plena, concedido pela participação na guerra como soldado”.²⁷⁹ Portanto, entendemos que o escravo que recebeu sua liberdade para lutar na Guerra do Paraguai, se apresentava como homem livre e cidadão brasileiro ao retornar ao Brasil, após esse conflito internacional, devido a lei de 1823 e a Constituição de 1824.

Conforme o Art 5º, parágrafos 1 e 6, da lei apresentada no Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do império do Brasil em 1823, eram cidadãos “todos os homens livres, habitantes no Brasil e nele nascidos e os escravos que obtiverem Carta de Alforria”.²⁸⁰ Na mesma direção, o artigo 6º da Constituição de 1824, considerava, conforme também analisou Beatriz Mamigonian, cidadãos brasileiros os “nascidos no Brasil, fossem ingênuos (nascidos livres) ou libertos; os filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior; os portugueses residentes no Brasil que tivessem aderido à causa da independência; e os estrangeiros naturalizados”.²⁸¹ Tanto a lei de 1823, quanto a Constituição de 1824, davam margem para que os soldados libertos ao retornarem da Guerra do Paraguai, desde que nascidos no Brasil, fossem considerados cidadãos patriotas.

A partir dessa reflexão sobre a obtenção da cidadania por escravos

²⁷⁸ CARVALHO. Daniela Vallandro de. “*Nunca o inimigo havia visto as costas destes filhos da liberdade*”: *Experiências negras na guerra (Brasil Meridional, 1835-1845)*. In: Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, p. 2.

²⁷⁹ CARVALHO. D. V. “*Nunca o inimigo havia visto as costas...*”, p. 4.

²⁸⁰ CARVALHO. D. V. “*Nunca o inimigo havia visto as costas...*”, p. 6.

²⁸¹ MAMIGONIAN. Beatriz Gallotti. *Razões de direito e considerações políticas: Os direitos dos africanos no Brasil oitocentista em contexto atlântico*. In: Anais do 5º Encontro Escravidão E Liberdade No Brasil Meridional. Porto Alegre, 2011, p. 4.

libertos, Mamigonian, analisou os casos dos africanos escravizados no Brasil, posteriormente alforriados e, que não eram aceitos como cidadãos. Como exemplo a autora discorreu sobre o caso do José Thomaz de Souza nascido em Moçambique, escravizado no Brasil, alforriado no Rio Grande do Sul e forçado a servir no corpo da Guarda Nacional da vila da União.

A partir do caso de José Thomaz, a autora nos revela que o governo brasileiro não entendia os africanos alforriados no Brasil como cidadãos. Em contrapartida, nesse caso, Joaquim Thomaz do Amaral, encarregado da legação brasileira em Montevideu, entendia que José Thomaz enquanto ex-escravo e alforriado no Brasil tinha o direito a ser reconhecido como cidadão do império brasileiro.

A argumentação de Amaral evidencia a contradição aberta entre o artigo 5º da lei de 1823 que considerava todo o escravo alforriado no Brasil enquanto cidadão dessa nação e a Constituição de 1824 que apenas se referia aos nascidos no Brasil ou naturalizados, excluindo, assim, os africanos escravizados e posteriormente alforriados no império brasileiro. Essa contradição aberta na legislação do Brasil permitia que os ex-escravos africanos ficassem descobertos de proteção do império e sujeitos a possíveis abusos e até re-escravizações, conforme analisou Mamigonian.²⁸²

A partir dessa discussão, entendemos que a presença dos soldados libertos no exército colaborou para o questionamento do sistema escravista, principalmente a partir do fim da Guerra do Paraguai. Nesse período os alforriados passaram a incorporar o exército na condição social de Soldados, Cabos e Sargentos e essa instituição militar, por sua vez, retornou desse conflito internacional como um forte ator político na sociedade brasileira. A partir desse contexto social, pós-Guerra do Paraguai, que contribuiu para extinção da escravidão no Brasil e especificamente na região sul desse país, analisaremos a seguir o processo dinâmico da abolição na região fronteira de Jaguarão.

²⁸² MAMIGONIAN. B. G. *Razões de direito e considerações políticas*: ...p. 4-8.

4.2- O retorno dos soldados libertos da Guerra do Paraguai

Os soldados libertos após a Guerra do Paraguai em 1870 foram recebidos no Rio Grande do Sul, de acordo com o jornal *A Sentinela do Sul*, com foguetes festivos e música nas ruas, demonstrando o contentamento de nacionais e estrangeiros pela vitória contra o Paraguai. Para atestar essa afirmação, esse periódico, trouxe a seguinte imagem:

Figura 11- A recepção dos Voluntários da Pátria

Fonte: *Os Voluntários do Decreto*. Jornal *A Sentinela do Sul*. Porto Alegre, 03, de março de 1870, p.3.

Essa caricatura intitulada “Os voluntários do Decreto,” representa a recepção dos Voluntários da Pátria na capital da província do Rio Grande do Sul. Podemos visualizar nessa imagem, os oficiais comandantes desse grupamento de soldados em seus cavalos, a frente da tropa de voluntários. Os combatentes aparecem marchando com a bandeira nacional, estampando a vitória do Exército Brasileiro. Além disso, percebemos, ainda, na imagem, os cidadãos nas sacadas das janelas tremulando o pendão nacional, bem como senhoras e cavalheiros dando vivas aos soldados. Esse jornal ainda noticiou o término da guerra da seguinte forma:

*A guerra está terminada. Está consumado o tratado de aliança e vingada a honra nacional, nos mesmos termos em que o império a colocou no dia da afronta. Nesta cruzada santa contra a barbárie e o despotismo. O Brasil mostrou ao mundo a bravura do soldado brasileiro e o heroísmo de seus generais (...).*²⁸³

Podemos perceber que o fim da Guerra do Paraguai foi um evento muito festejado pela sociedade sulina, pois significava a vitória do governo imperial. Essa atmosfera de saudações, festas e jantares aconteceu no Rio Grande do Sul, como demonstração de agradecimento aos homens que lutaram contra o Paraguai. Nessa mesma proporção, de acordo com matéria do *Jornal Atalaia do Sul*, na cidade de Jaguarão a notícia da morte de Solano Lopez e, conseqüentemente, a conclusão da Guerra do Paraguai também foi recebida pela população jaguareense com entusiasmo, música nas ruas e foguetes na Praça da Matriz.²⁸⁴

Os soldados foram esperados por seus familiares e amigos, por festas organizadas pela sociedade. Dessa forma, foi publicado no jornal *Atalaia do Sul*, a organização dos festejos na cidade que seriam promovidos para recepcionar os soldados do 3º Corpo de Infantaria e o 5º de Caçadores a Cavalos. Constava no periódico que seria realizado um baile, no salão da Sociedade Recreação Familiar e um jantar, na praça de D. Afonso.²⁸⁵ Assim em 22 de junho de 1870, o jornal *Atalaia do Sul* noticiou o baile oferecido aos oficiais do 3º Batalhão de Infantaria e do 5º de Caçadores a Cavalos, que ocorreu no dia 18 daquele mês, na casa da Sociedade Recreação Familiar Jaguareense. Segundo esse jornal:

O vasto salão achava-se perfeitamente preparado; um troféu de armas levantado em uma das paredes do edifício tornava imponente aquela patriótica reunião; em um quadro transparente lia-se a seguinte dedicatória: O povo jaguareense ao 3º de infantaria e 5º de caçadores. As

²⁸³ Triunfo. *Jornal A Sentinela do Sul*. Porto Alegre, 03, de março de 1870, p.3.

²⁸⁴ Regosijo. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 18 de março de 1870, p. 4.

²⁸⁵ Festejos. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 29 de maio de 1870, p. 2.

*bandeiras aliadas, brasileira, argentina e oriental realçavam o ornamento de guerra.*²⁸⁶

A princípio foi demonstrado nos jornais, conforme apresentamos, que todos os militares foram recebidos com respeito e entusiasmo pela sociedade sulina, mas ao certo essa recepção não foi realizada da mesma forma para todos os soldados, pois de acordo com o jornal *Onze de Junho*, de 05 de agosto de 1870, muitos soldados negros foram recebidos por seus antigos senhores, com algemas, castigos e, ainda subjugados a escravidão. A graduação de Cabo ou Sargento proporcionado a alguns ex-escravos no conflito contra o Paraguai, não os abrigou a possibilidade plena da liberdade e de ascensão social. De acordo com o jornal *Onze de Junho*, de 05 de agosto de 1870 da cidade de Jaguarão:

*Há pouco tempo noticiou a “Reforma” da Corte, que alguns Voluntários da Pátria de volta da campanha do Paraguai, eram reduzidos ao cativo e que mais de um deles, fora castigado com açoites.*²⁸⁷

Dessa forma, a Secretaria de Polícia da Província do Rio de Janeiro, buscando assegurar a liberdade dos soldados libertos, despachou o seguinte aviso, que foi transcrito pelo jornal jaguareense *A voz do povo*:

Em ofício de 20 de setembro ultimo, remetendo por cópia o de chefe de polícia desta província, consulta V. Exa se os indivíduos de condição servil que fizeram parte do exército e armada na guerra que sustentou o império com o governo da república do Paraguai embora se alistassem ocultando sua verdadeira condição, devem ser restituídos à liberdade ficando salvo a seus senhores o direito de reclamar indenização do governo imperial com a prova do domínio; e em resposta, declaro a V. Exc. que o fato de terem tido praça esses indivíduos no exército ou na armada constituem seu favor uma presunção de liberdade, e sem que esta seja iludida em juízo competente não só, não podem ser entregues como escravos pois que como homens livres serviram à nação. Como devem ser imediatamente soltos, cajo estejam presos, cumprindo aos pretensos senhores intentar a

²⁸⁶ Baile. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão. 22 de junho de 1870, p. 3.

²⁸⁷ *Jornal Onze de Junho*. Jaguarão, 05 de agosto de 1870, p.2.

*ação, a que tiverem direito, como já se declarou ao chefe de polícia da corte em avisos de 3 de fevereiro e 15 de junho deste ano.*²⁸⁸

O referido documento reforçava a condição livre do soldado liberto e afirmava que esses não poderiam retornar a condição de escravos, por isso todos os re-escravizados deveriam ser soltos imediatamente. Todavia, o que observamos é que mesmo após essa ordem do Secretário de Polícia, que deveria valer para todas as províncias, continuou havendo diversos casos de re-escravização de soldados.

Os estancieiros, movidos pelo ressentimento de não serem indenizados pelo governo, ou por não aceitarem a liberdade de sua propriedade, tentaram reconduzir ao cativeiro seus antigos escravos, reconhecidos nas ruas, mesmo que a farda proporcionasse instrumento de liberdade. Dessa forma, segundo Hendrik Kraay, os soldados libertos buscavam garantir suas liberdades através do “manto protetor do uniforme”, o “abrigo da farda” era, portanto, uma estratégia utilizada pelos escravos, para se distanciarem de seus senhores e estabelecerem novas identidades. A instituição Exército era utilizada pelos escravos que se alistavam como “aliado insuspeito em suas lutas com seus senhores”.²⁸⁹

Nesta direção, citamos o documento nº 104 do Conselho de Estado, sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra, pelo qual foi apresentado o caso do ex-escravo Pedro. Esse soldado, ao retornar do citado conflito internacional, foi reclamado enquanto propriedade por João Bráulio Muniz. O estancieiro declarou que seu escravo Pedro, fugira de seu poder, mudara o nome e que tinha assentado praça, em um dos batalhões de artilharia de 1º linha do exército.

Este mesmo senhor alegou que, depois de comprovar a identidade do cativo e seu direito de propriedade, o Ministério da Guerra, em vez de mandar que o escravo fosse devolvido, ordenou que lhe pagassem o valor

²⁸⁸ Aviso. *Jornal A Voz do Povo*. Jaguarão, 30 de novembro de 1870, p.3.

²⁸⁹ KRAAY, Hendrik. “O Abrigo da Farda”. *O Exército Brasileiro e os escravos fugidos, 1800- 1881*. p 6.< http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p29.pdf> acessado em 10/02/2010, às 9h.

de uma apólice de 1:000\$000 réis. Mas, como o governo não pagou e nem devolveu Pedro, o requerente exigiu o cumprimento de sua indenização prometida. Dessa forma a Seção do Conselho de Estado, depois de examinar a documentação entendeu que, embora tivesse havido cautela para que não se admitissem como voluntários os escravos, que fugissem do poder de seus senhores, alguns casos foram comprovados, como no exemplo de Pedro. A partir do momento em que o escravo conseguia alistar-se e servir nas forças de linha, o decoreto militar providenciaria que esses soldados-libertos não voltassem à condição de cativos. Assim, foi resolvido que, como havia sido criado o fundo de emancipação, deste deveria ser deduzido à indenização do Sr. João Bráulio Muniz.²⁹⁰

O caso do escravo Pedro, evidencia a prática que os senhores empreendiam em reduzir à escravidão os soldados-libertos. Em muitos episódios como o de Pedro, os donos de escravos capturavam os soldados, a fim de conseguir o pagamento pela sua indenização, o qual não fora, efetivamente, cumprido pelo governo imperial. Nessa perspectiva, a fim de analisarmos essa prática de re-escravização dos soldados após a Guerra do Paraguai, destacamos a ocorrência apresentada no ofício nº 56, de 28 de setembro de 1871, aberta por Antônio Jacinto de Medeiros Sampaio Junior, a respeito do “escravo” Evaristo. Por meio desta, Medeiros reclamava a entrega do escravo Evaristo, que com o suposto nome de Antônio José Francisco, assentou praça na companhia de infantaria para fins de guerra. Não obstante a reclamação do Sr. Jacinto não foi atendida pelas autoridades, que declararam o seguinte:

1º- Que bem procedeu a essa presidência resolvendo, de acordo com a imperial resolução de 15 de maio de 1872, que a dita praça não deve mais voltar ao cativo.

²⁹⁰SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Resolução de 15 de maio de 1872. Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1884.

2º- Que não pode ser aceita a reclamação do dito Antônio Jacinto de Medeiros Sampaio Junior, sem que este se habilite com sentença, proferida em processo e juízo competente e devidamente homologada em 2ª instância, que o declare senhor do reclamado escravo, e ser este o próprio e idêntico indivíduo que se acha praça com o suposto nome de Antônio José Francisco.

3º- Finalmente que, dado o caso do reclamante depois de provado o seu direito na forma indicada, não chegar a razoável acordo com o governo imperial. “Sobre o valor da indenização, deve este ser fixado mediante o arbitramento determinado na mencionada resolução imperial.”²⁹¹

Conforme a resolução, o soldado-liberto que lutou na Guerra do Paraguai não poderia retornar a condição de escravo. Além disso, o senhor que argumentava que Antônio José Francisco era o seu escravo chamado Evaristo teria que provar o mesmo e por fim, entrar com novo processo com vistas resolver a questão junto ao império. Segundo Marcelo Rodrigues, a indenização de um proprietário de escravo, que havia servido na Guerra do Paraguai, ocorria da seguinte forma:

O processo começava com o requerimento do proprietário do escravo que subia ao imperador e seus ministros. Posteriormente, era decretada a prisão do suspeito de ser escravo, para que este não fugisse. Seguidamente, o requerente pedia indenização, que era analisado pelo Conselho Superior Militar, o qual despachava o parecer ao ministério da Guerra. Por fim, o referido despacho era encaminhado a Fazenda, para findar com o pagamento devido.”²⁹²

As autoridades, mesmo concluindo casos judiciais a favor dos libertos, ainda, verificaram a saga do Voluntário da Pátria João Fernandes Barcelos, crioulo, natural de Santa Maria. Ao iniciar a Guerra do Paraguai, João Fernandes alistou-se no 12º Batalhão de Cavalaria. Após a

²⁹¹ SILVA, Manoel Joaquim do Nascimento. Resolução de 15 de maio de 1872. Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1884.

²⁹² RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: Os caminhos da memória, entre a comemoração e o esquecimento*. Tese de doutorado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. p 239.

reconquista de Uruguiana, João foi transferido para o 4º Corpo de Caçadores a Cavalo, recebendo promoção a cabo. Após essa guerra, João Fernandes ao desembarcar no Rio de Janeiro, foi detido por não apresentar guia que comprovasse a sua baixa do exército. Assim, João ficou detido por três dias, na fortaleza de Villegaignon, depois foi recolhido para o Asilo de Mendigos, onde permaneceu por cinco dias. Nesse período, João Fernandes foi submetido a castigos físicos por não conseguir provar através de documentação sua condição de soldado liberto, em que tentou comprová-la por meio de seu fardamento de guerra. Não obtendo êxito, o mencionado cabo foi considerado escravo fugido do Dr. Joaquim José de Oliveira, portanto, preso na Casa de Detenção, por sete meses, com o nome de Antônio. Passado os sete meses, João não foi reclamado por nenhum senhor e, contudo, foi julgado abandonado.

Dessa forma, o cabo foi avaliado por 400 a 800 mil réis, para ser vendido em praça pública. Quando João estava exposto, para ser vendido como escravo foi reconhecido por dois Voluntários da Pátria que haviam servido com ele na guerra. A partir desse momento, o cabo João foi levado para o Quartel-General, para ser interrogado e comprovar sua condição de liberto pelos serviços à pátria.²⁹³ Diante do problema vivido por João Fernandes, encontramos vários requerimentos de militares pedindo ao governo imperial, documentos que comprovassem sua participação no conflito contra o Paraguai. Dentre essas solicitações, destacamos o seguinte documento do Cabo-de-Esquadra Felipe da Costa.

(...) Felipe da Costa, cabo de esquadra número quarenta e quatro, natural da África, com vinte e nove anos de idade, cor preta, barba cerrada, nariz e boca regular, altura alto, olho pretos, estado solteiro. Outrora pertencendo ao dezesseis, Corpo da Marinha. Compareceu seu bastante procurador o senhor Mauricio José de Matos (...) com o fim especial de requerer perante ao governo Imperial o diploma da medalha de mérito militar e da campanha geral do Paraguai, de conformidade com o decreto de vinte oito de julho de mil

²⁹³ Jornal *Opinião Liberal*. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro, 1870, p. 3.

*oitocentos sessenta e nove, publicado em Ordem do Dia (...).*²⁹⁴

A partir dessa situação, órgãos como jornais, associações e grupos abolicionistas, passaram a denunciar e lutar pelo direito adquirido dos soldados libertos. Nesse sentido, o jornal *Rio Grandense* continuou a denunciar que alguns Voluntários da Pátria, de volta da Campanha do Paraguai, foram reduzidos ao cativeiro e que vários foram castigados com açoites: “Acaba de dar-se notícia que em Pelotas um voluntário da pátria fora violentamente preso e conduzido para o poder de um particular que se dizia seu senhor”.²⁹⁵

Compartilhando as denúncias do jornal *Rio Grandense*, o periódico *Atalaia do Sul*, datado em seis de setembro de 1870, também denunciou casos de Guardas Nacionais que foram presos, açoitados e re-escravizados, após a Guerra do Paraguai. Segundo o referido jornal, os cidadãos brasileiros que acreditaram na Lei nº 3.505²⁹⁶ dos Guardas Nacionais, não gozaram de nenhuma garantia de seus direitos adquiridos. Muitos desses soldados foram surrados e presos pelas autoridades, como foi apresentado no artigo “*cidadão surrado*”:

Não estamos a declamar, os fatos falam por nós. Aqui mesmo na capital, à vista e face das primeiras autoridades da província, praticam-se fatos que depõem grandemente contra a civilização. Vimos a pouco o Sr. Baptista espancar cruelmente a um infeliz que se invalidou no serviço da pátria. Vimos ainda, um ex-sargento do 26 corpo de Voluntários da Pátria, ser

²⁹⁴ APERS. 1º Livro de Notas. Jaguarão. Número 15, v 36. Julho de 1870 a março de 1871.

²⁹⁵ Jornal *Rio Grandense*, Rio Grande. Outubro de 1870, p. 3.

²⁹⁶ O império decretou em 4 de agosto de 1865 a Lei que equiparava os Corpos de Voluntários da Pátria aos Corpos de Voluntários da Guarda Nacional. Este Decreto- Lei nº 3505 afirmava em artigo único que: os corpos da Guarda Nacional, que com a sua organização atual, com os seus oficiais e praças voluntariamente se prestarem para o serviço de guerra, serão equiparados aos Corpos de Voluntários da Pátria e gozarão de todas as vantagens que a estes são concedidas. In: BRASIL. Decreto n. 3.505, de 4 de agosto de 1865. In: Leis do Brasil, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865, p. 329.

*arrastado à cadeia pública e nela detido por mais de 4 dias sem se lhe apresentar nota de culpa, pois nenhum fato criminoso havia praticado. Pois bem, isso ainda não é tudo. Há 3 dias foi preso no solitário do quartel de 1ª linha, o cidadão da Guarda Nacional, Francisco Lino Rodrigues e como o infeliz batesse à porta com mais força pedindo que o retirassem daquele imundo e horrendo ergástulo, foi brutalmente seviciado. Três homens, segundo nos informaram, penetraram na prisão, todos de baioneta caladas e armados de chibata e deram tanto no cidadão brasileiro que o sangue espadanou jorros!*²⁹⁷

No referido artigo, do jornal *Atalaia do Sul*, destacamos duas ações cometidas contra militares. A primeira ação refere-se ao espancamento do ex-escravo efetuado por seu antigo senhor, por ter se ferido na guerra e, ficar inválido aos serviços nas estâncias. Quanto à segunda ação, o cidadão Francisco Lino Rodrigues, foi preso, espancado e, ainda, quando tentou lutar para assegurar a sua liberdade, foi assassinado. Este pode ser entendido como uma retaliação contra um soldado preso, que ousou exigir seus direitos à liberdade. Tais casos apresentados acima comprovam nossa tese de que houve a re-escravização de muitos soldados ao retornarem do conflito internacional contra o Paraguai e que o “manto de proteção da farda”, não conseguiu garantir a todos o mesmo abrigo.

O direito à liberdade concedida pelo Decreto-Lei número 3.371, de 7 de janeiro de 1865, aos Voluntários da Pátria, não foi o único artigo a ser desrespeitado pelos estancieiros, autoridades civis e militares. O artigo 2º e 9º, da mesma lei que apresentavam as seguintes garantias, também, foram desrespeitados:

Art. 2º- Os voluntários da Guarda Nacional terão, além do soldo que recebem os voluntários do exército, mais 300 réis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixas e braço de terra de 22 500 braças quadradas nas

²⁹⁷ Cidadão Surrado. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão, 06 de setembro de 1870, p.3.

colônias militares ou agrícolas, além de outras honrarias militares e pensão por invalidez ou morte.

*Art. 9º- Os voluntários terão direito aos empregos públicos, de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos.*²⁹⁸

Segundo esses artigos, da Lei 3.371 de 7 de janeiro de 1865, após a Guerra do Paraguai, os militares teriam garantia a terras, gratificação de 300\$000, honrarias militares, pensão por invalidez ou morte e empregos públicos. Todavia, na prática, o que constatamos é que esses direitos adquiridos após cinco anos de guerra foram negados a muitos ex-combatentes. Cabe ressaltar que, ao pensarmos em ex-combatentes, estamos nos referindo tanto aos Voluntários da Pátria quanto aos Guardas Nacionais, pois em ambas as forças militares, a presença do soldado negro tornou-se uma possibilidade viável, conforme evidencia o Decreto-Lei nº 3.509, de doze de setembro de 1865:

Decreto-lei 3.509 de 12 de setembro de 1865.

Art1º- O cidadão guarda- nacional que por si apresentar outra pessoa para o serviço do exército por tempo de nove anos, com a idoneidade regulada pelas leis militares, ficará isento não só do recrutamento, senão também do serviço da guarda- nacional. O substituído é responsável pelo o que o substituiu, no caso de deserção.

*Art2º- Os apresentados nos termos do artigo antecedente terão o mesmo premio e vencimentos concedidos aos Voluntários da Pátria.*²⁹⁹

A partir desse decreto que possibilitava a substituição do Guarda Nacional por um indivíduo em boas condições, detectamos que a maioria dos substitutos entregues ao governo pelos Guardas Nacionais era de origem escrava, como discutimos anteriormente. Entretanto, a partir de 1870, tornaram-se recorrentes as denúncias sobre a re-escravização de soldados libertos e os protestos de reivindicação dos direitos adquiridos

²⁹⁸ AHEX. Coleção das Leis do Brasil. Decreto n. 3371 de 7 de janeiro de 1865. In: Leis do Brasil, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865, p. 3.

²⁹⁹ AHEX. Ordem do Dia do Exército. Nº 455 de 23 de junho de 1865, p. 331.

por lei aos ex-combatentes da guerra. Coube a união dos libertos, dos escravos fugidos para guerra, pobres livres e até oficiais da elite, lutar pelas suas liberdades, soldos, terras, indenizações e, ou seja, o conjunto de benefícios prometidos àqueles que participaram da guerra em defesa do Brasil. Essa ligação entre brasileiros de diferentes províncias, raças e condições sociais foi construída a partir de laços de cooperação e dependência, durante as batalhas. De acordo com José Murilo de Carvalho, o principal fator de produção de identidade nacional foi a Guerra contra o Paraguai, que mobilizou cerca de 140 mil soldados vindos de todas as províncias, tendo em vista que, “nenhum acontecimento político anterior tinha tido caráter tão nacional e envolvido parcelas tão grandes da população”.³⁰⁰ Dessa forma, como vimos, diante da nova condição de livre dos soldados libertos ao retornarem da Guerra do Paraguai e principalmente pela representação nacionalista que tal conflito adquirira, intensificaram-se os movimentos emancipacionistas, conforme analisaremos a seguir.

4.3- O processo emancipacionista

O término da Guerra do Paraguai trouxe a tona ao contexto social do Brasil as discussões sobre a escravidão. Esse assunto voltou a ser discutido por liberais, conservadores e pelo próprio imperador. De acordo com Maria Helena Machado, “a intervenção do estado nas relações antes privadas entre os senhores e seus escravos é uma das principais características da política emancipacionista do XIX, tendo sido uma das vias de consolidação de poder do estado monárquico”.³⁰¹ Essa intervenção do império nas práticas da escravidão brasileira, ainda antes do final da Guerra do Paraguai, manifestou-se em diversas leis e decretos que influíam no comércio de escravos e nas próprias relações entre senhores e seus cativos, como vemos no decreto n°. 1695, de 15 de

³⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p 77.

³⁰¹ MACHADO, M. H. P.T. *Teremos grandes desastres, se não houver...*, p. 372.

setembro de 1869, o qual proibida a venda em separado dos filhos de seus pais e ainda dos casais, conforme vemos na citação a seguir:

Art. 2.º Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 annos.

Fonte: Atos do poder – Decreto n. 1695 de 15 de setembro de 1869. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1869/leis1869_101.pdf, acesso 14/11/2011, às 18h.

A obrigatoriedade da venda dos escravos juntamente com seus filhos ou esposas/esposos, conforme referido no Decreto dos Atos do Poder, muitas vezes poderia inviabilizar o comércio, pois encarecia o mesmo. Nessa perspectiva, apenas dois anos depois, por iniciativa do imperador, aliado ao partido conservador chefiado por Visconde do Rio Branco, o projeto da Lei do Ventre Livre foi apresentado à Câmara, em 12 de maio de 1871. Em Jaguarão, a referida lei foi assim noticiada:

*No dia 27 do passado, por aqui unanimidade, fora aprovado no Senado em última discussão o projeto do governo relativamente ao estado servil. Grande concurso do povo, que enchia as galerias, nesse ato em manifestações a aplausos frenéticos saudando o Senado, e fazendo cair sobre o tapete da sala uma chuva de flores. (...) No dia seguinte, 28, o projeto era lei, sancionado pela princesa regente.*³⁰²

A Lei do Ventre Livre foi promulgada em 28 de setembro de 1871. Essa lei considerava livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data da respectiva lei. Esse decreto despertou críticas por parte dos abolicionistas, pois consideravam ilegítima a possibilidade de libertar apenas os ingênuos, já que, os mesmos necessitavam dos cuidados da mãe, que ainda continuaria na condição servil. Conforme estabelecido pela lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871, chamada Lei do Ventre Livre:

A princesa imperial regente, em nome de Sua Majestade o imperador o senhor d. Pedro II, faz saber a todos os

³⁰² Elemento Servil. *Jornal A Reforma*, Jaguarão. 15 de outubro de 1871, p. 2.

súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: *Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.*

§1. *Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.*³⁰³

Como vemos a própria lei apresentava em si mesma a solução para resolver esse “problema” do ventre livre. Conforme analisou Robson Martins, a lei estabelecia duas possibilidades para os ingênuos nascidos sob a égide da liberdade: primeiro esses poderiam ficar junto com suas mães, aos cuidados dos senhores, até os vinte e um anos de idade, ou serem entregues ao governo.

Na segunda alternativa, os recém-nascidos ficariam em poder da mãe e do senhor que os manteria até a idade de oito anos. Quando esses completassem os oito anos de idade, o proprietário poderia optar por entregar o ingênuo ao Estado e receber uma indenização de 600\$000 ou, ainda poderia mantê-lo até a idade de vinte e um anos prestando serviços não remunerados, com vistas a pagar seu sustento na infância.³⁰⁴

³⁰³ Lei do Ventre Livre. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br/index.php/documentos – Hist C3 B3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html, acessado em 14/11/2011, as 9:15min.

³⁰⁴ MARTINS, Robson L. M. “Atos dignos de louvor”: Imprensa, alforrias e abolição No sul do espírito santo, 1885-1888. In: *Afro-Ásia*, 27 (2002), p. 193-221.

Portanto, a lei do Ventre Livre conferiu liberdade aos ingênuos, no entanto, esses não teriam condições de serem separados de suas mães e acabavam por permanecer na condição de escravos.

Devido às condições explicitadas, os senhores com vistas a se beneficiarem da mão-de-obra desses “livres”, optavam em sua maioria, por mantê-los até os 21 anos. Os reflexos da lei estavam presentes na imprensa, que traziam debates, como o do jornal *A Reforma*, de 26 de outubro de 1871, intitulado “*Elemento Servil*”.

*É hoje lei do Império a proposta apresentada pelo governo às camadas legislativas sobre o elemento servil. Não está resolvida essa magna questão por essa lei. Porém ela significa o primeiro e decisivo passo para a sua solução. Pela lei de 28 de setembro de 1871, a escravidão no Brasil só poderá ser extinta, em um período longo, e pouco a pouco, na proporção dos óbitos de escravos que se forem dando, e das alforrias, que forem sendo concedidas. (...) É prudente estarmos de sobre aviso, e não descansarmos na certeza que nos dá a lei de 28 de setembro, o fim do braço escravo por muito tempo ainda.*³⁰⁵

Seguindo a perspectiva do texto acima, podemos perceber que a sociedade jaguareense entendia a Lei de 1871 como permissiva à perpetuação do sistema escravista no Brasil. Logo, a escravidão só poderia ser resolvida num período longo de tempo. Essa lei causou divergentes discussões entre os proprietários de escravos e os abolicionistas, dessa forma, segundo Maria Helena Machado:

O gradualismo foi uma calculada política desenvolvida desde meados do XIX pelo estado com vistas a controlar a aquisição da liberdade pelos africanos e seus descendentes, assim protegendo o acesso dos senhores a uma mão-de-obra considerada tanto naturalmente fadada a servir como potencialmente indisciplinada e bárbara, é também verdade que na implementação das políticas emancipacionistas, o estado acabou sendo

³⁰⁵ Elemento Servil. *Jornal a Reforma*. Jaguarão, 26 de outubro de 1871, p. 4.

*obrigado a se defrontar com o poderio privado dos senhores.*³⁰⁶

Ao propor essa emancipação gradual dos escravos a partir da década de 1870, o governo entrou em confronto com os senhores de escravos que percebiam essa atitude como uma “afronta” ao sistema econômico instaurado no país. O mesmo prejudicava diretamente esse setor da sociedade, que era detentora da mão-de-obra escrava. Dentre as leis e decretos que o império buscou utilizar para iniciar o processo gradualista da extinção da escravidão, destaca-se a Lei do Ventre Livre, de 1871 e a do sexagenário, de 1885. A Lei do Ventre Livre tinha por principal objetivo possibilitar a transição, lenta e gradual, da escravidão para a adoção da mão-de-obra livre. Para entendermos o impacto dessa lei em Jaguarão, apresentamos a seguinte figura, que representa o mapa estatístico do ano de 1872, desse município:

Figura 12- Escravos e livres na população de Jaguarão, 1872

Fonte: Mapa estatístico da Paróquia de Jaguarão. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 12 de janeiro de 1872.

De acordo, com a figura acima, o total da população de Jaguarão era de 8.076 indivíduos, sendo de 83% deste total de livres, enquanto havia

³⁰⁶ MACHADO, M. H. P.T. *Teremos grandes desastres, se não houver...*, p.372-373.

17% de escravos. Segundo essa estatística, existiam no primeiro distrito 6.710 habitantes, ou seja, 85% livres e 1.199 escravos, que contabilizavam cerca de 15%. O segundo distrito possuía 1.366 habitantes correspondentes a 76% de livres e 441 cativos, o equivalente a 24%. A partir dessas porcentagens, identificamos a maior concentração de escravos, no segundo distrito de Jaguarão, onde se localizava a porção mais rural da região. De acordo com Robert Conrad “o número de pessoas mantidas ilegalmente como escravas era de quase meio milhão”,³⁰⁷ no Brasil, sendo que até 1872, não era necessário registrar escravos e a posse de elementos ilegalmente escravizados era raramente questionada. Somente a partir desta data é que nos inventários passaram a ser solicitadas as folhas de matrículas de escravos, as quais eram anexadas, para fins de comprovação pelos herdeiros.³⁰⁸

A partir da Lei de 1871 passou a ser necessário realizar o registro geral dos escravos (matrícula), atitude essa, que não era cobrada antes do referido regulamento, sendo, então, possível possuir ou comercializar muitos cativos sem os preceitos legais. O governo pensando nas fraudes que poderiam ocorrer estipulou aos senhores de escravos que seriam multados de 100 a 200 mil réis àqueles proprietários que por omissão não cumprissem os regulamentos da referida lei. O estatuto da Lei nº 2040, ou lei do Ventre Livre, foi veiculada no jornal *A Reforma*, para servir como convocação aos proprietários, para concretizarem o teor da lei.

Pela mesa de rendas gerais do município de Jaguarão na província do Rio Grande do Sul em 14 de março de 1872 faz-se público, em execução do regulamento de 1 de dezembro de 1871, que filhos livres de mulher escrava nascidos desde o dia 28 de setembro até 31 de dezembro do dito ano, que se acharem neste município deverão ser dados à matrícula na mesma mesa de rendas gerais no mês de abril do corrente ano, e de então em diante dentro de três meses contados da data do nascimento;

³⁰⁷ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...*, p. 55.

³⁰⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...*, p. 55- 57.

*apresentando os interessados em duplicata, com a declaração do nome por inteiro e o lugar da residência do senhor da mãe. Do matriculado o nome, sexo, cor, dia, mês e ano do nascimento, naturalidade e filiação deste. Se os matriculados não tiverem ainda batizados, declararão os nomes que tiverem que receber. Também serão declarados os que tenham falecido antes de serem dados à matrículas dentro do prazo de três meses, os que falecerem depois de matriculados. As pessoas a quem incube dar à matrícula dos filhos livres de escravas, não o fazendo no tempo, receberão multas de 100\$000 a 200\$000, por cada indivíduo não matriculado.*³⁰⁹

De acordo com essa referência jornalística, o senhor tinha que providenciar a matrícula dos ingênuos fornecendo ao governo seu nome, sexo, cor e filiação. Outro aspecto importante a salientar é que o ingênuo deveria ser declarado, mesmo que não fosse batizado ou, mesmo se já fosse falecido. Essas medidas buscavam legitimar a liberdade dos filhos das cativas além de conter as possíveis fraudes dos proprietários de escravos. Emília Viotti da Costa,³¹⁰ apresenta diferentes formas utilizadas pelos proprietários para burlar a Lei nº 2040.

Essa autora afirma que os senhores custavam a registrar seus cativos, fundamentados no Decreto de 1872, que ampliava o prazo de matrícula dos ingênuos. Além disso, os fazendeiros alteravam atestados de batismo para manter no cativeiro as crianças nascidas depois da promulgação da lei. Outra prática consistia na venda da criança livre com sua mãe. Segundo José Flávio Motta,³¹¹ existia um mercado de compra e venda de escravas com seus filhos ingênuos. Esses embora legalmente não possuíssem valor monetário, eram implicitamente avaliados nas transações que envolviam suas mães, o que sugeria que os mesmos valiam algo enquanto futuros trabalhadores. Nesse sentido, a seguir,

³⁰⁹ Matrícula dos filhos livres de mulher escrava. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 18 de janeiro de 1872, p.4.

³¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: UNESP, 2008, p 58.

³¹¹ MOTTA, José Flávio. *Derradeiras Transações. O Comércio de Escravos nos Anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo)*. Almanack Braziliense: São Paulo, n. 10, nov. 2009, p. 159.

analisaremos dois casos de ingênuos vendidos juntamente com suas mães, ambos legitimados pela lei n. 1695 de 1869 que tornava obrigatória a venda conjunta de pais e filhos e casais, vejamos:

Elidia; 23 anos; Crioula

Data da venda: 08/10/1873; Valor da venda: 600\$

Vendedor: Perpétua Nunes Cardoso

Comprador: Antônio Teodósio Gonsalves

Observação: O valor é referente à venda juntamente com seu filho Avelino.

Avelino; 2 anos; Elidia (sua mãe)

Data da venda: 08/10/1873; Valor da venda: 600\$

Vendedor: Perpétua Nunes Cardoso

Comprador: Antônio Teodósio Gonsalves

Observação: O valor é referente á venda juntamente com sua mãe.

Pedro; 1 ano; Crioulo desta Cidade

Data da venda: 02/03/1872; Valor da venda: 200\$

Vendedor: Pacífico Ferreira Dutra

Comprador: Cândido Corrêa da Silva³¹²

No primeiro caso referente à venda de Elidia, crioula de vinte e três anos de idade com seu filho Avelino de dois anos, no ano de 1873, podemos perceber que o ingênuo deve ter nascido antes de entrar em vigor a Lei do Ventre Livre e, portanto, sua venda juntamente com sua mãe estaria correta. Entretanto, devido ao fato de Avelino já ter dois anos de idade podemos aventar a possibilidade deste, ter nascido após vigorar a lei e mesmo assim ter sido vendido, pois os registros dos ingênuos somente passaram a ser obrigatórios após a lei do ventre livre.

Enquanto que no segundo caso, Pedro tinha um ano em março de 1872, considerando que a Lei nº 2040 somente entrou em vigor no mês de setembro de 1872, portanto, após seu nascimento e por conseguinte, sua venda era lícita. No entanto, a venda de Pedro, com apenas um ano de

³¹² Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul / Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: Companhia Rio grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

idade em separado de sua mãe nos leva a considerar que a mesma deveria ter morrido ou essa venda seria ilegal, como já referimos em nossa análise da lei de 1869.

A partir dessa análise, devemos considerar que apesar dos empasses criados, tanto a lei de 1869, quanto a do ventre livre, tinham como característica conduzir o sistema escravista a sua paulatina desintegração. Nessa perspectiva, no artigo 3º da Lei nº 2040, estava previsto uma quota anual para a libertação que seria destinada às províncias através do fundo de emancipação. Este foi instituído no Art 3º da Lei de 28 de setembro de 1871 era composto pelos seguintes incisos:

§ 1º O fundo da emancipação compõem-se:

1º Da taxa dos escravos

2º Dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade de escravos.

3º Do produto de seis loterias anuais, isentos de impostos, e da décima parte das que forem concedidas de agora em diante para correrem na capital do Império

4º Das multas impostas em virtude da lei

5º Das quotas que sejam marcadas no orçamento geral e nos provinciais e municipais

6º De subscrições doações e legados com este destino

§ 2º As quotas marcadas nos orçamentos provinciais e municipais, assim como as subscrições, doações e legados serão aplicadas à emancipação nas Províncias Comarcas, Município e Freguesias designadas”.³¹³

Esse aparato legal buscava libertar os escravos, de acordo com a renda anual disponível desse Fundo. Para isso, o referido Fundo seria financiado a partir do tributo cobrado sobre propriedade, na transferência de escravos de um dono para outro, por imposto sobre escravos e por seis loterias anuais, mais um décimo das outras loterias existentes no império. Logo, esse Fundo reuniria recursos pecuniários a serem destinados a cada província do país e a um município neutro à libertação de quantos escravos fosse possível. Essa cota recebida por província seria

³¹³ AHRS. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871, Rio de Janeiro, 1876, p. 150- 151.

proporcional ao número de escravos residentes. A execução das cartas de liberdade, deveria se proceder à matrícula dos escravos de todo o império brasileiro.

Havia casos de cativos doentes, idosos ou pouco aptos ao trabalho, em Jaguarão, que eram libertados pelo Fundo de Emancipação por até dois contos de réis. Nesse sentido, de acordo com Carmem Schiavon, o maior beneficiado com o Fundo de Emancipação eram os proprietários de escravos, pois “poderiam receber indenização por escravos velhos doentes e/ ou inválidos. Os quais de outra forma lhe caberiam sustentar”.³¹⁴

Dessa forma, houve casos de “manipulação” desse Fundo, para favorecer alguns senhores, que podiam livrar-se de alguns escravos “indesejados” em condições vantajosas. As quotas distribuídas às províncias eram calculadas de acordo com o número de cativos existentes nelas e esses contabilizados a partir do pagamento das taxas de matrículas efetuadas pelos senhores ao registrar seus escravos. No Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Sul, do ano de 1885, ele relata como estava ocorrendo a contabilidade dos escravos existentes na província, conforme vemos no documento a seguir:

³¹⁴ SCHIAVON, Carmem G Burgert. *Maçonaria e abolição da escravatura no sul do Brasil*. Rio Grande: ed da FURG, 2005. p.37.

Figura 13- Relatório de Presidente de Província

O quadro junto mostra que ainda figuram na matrícula da Província 22,709 escravos; d'onde parece resultar que, sendo em 30 de Junho de 1884 o numero delles 60,000, conforme a estatística organizada na Thesouraria de Fazenda, só ter-se-bão libertado 37,291 ou menos, porque a morte e a mudança de domicilio também influem no decrescimento.

Mas a verdade é que um terço, aproximadamente, dos escravos matriculados já estão libertados, ou não existem, porque, sendo em todos os tempos muito morosa a baixa na matrícula, em razão de taxas atrasadas, tem cessado quasi completamente depois da promessa feita pelo actual projecto emancipador, de serem remettidas todas as taxas deixando o senhor de dar escravo á nova matrícula.

Desde o anno passado tenho mui instantemente recommendado que se active a cobrança das taxas, afim de obrigar o senhor a fazer as averbações; mas, nada obstante, pelas notas que mensalmente me ha remettido a Thesouraria de Fazenda, vejo quão lentamente se fazem essas declarações, aliás indispensaveis á verdade da estatística.

Recorri a outro meio para verificar o numero de escravos existentes na Província. Sendo sujeitos á taxa geral os residentes dentro dos limites urbanos, e a uma taxa provincial, verifica-se que no anno financeiro proximo findo a Fazenda Geral arrecadou 14:332\$000 réis, que, na razão de 16\$000 réis corresponde a 1,054 escravos, e a Fazenda Provincial arrecadou 97:392\$000 réis, que, na razão de 12\$000 réis, corresponde a 8,116.

Sommadas as duas parcellas, temos 9,170 escravos, e suppondo ainda em dívida cerca de um terço da taxa, póde-se affirmar que não excede de 12,000 o numero dos escravos existentes no Rio Grande do Sul.

Fonte: Fala que s. Exc. o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, vice-presidente da província do Rio Grande do Sul, dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial, no dia 20 de outubro de 1885, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária. Porto Alegre, Officinas Typographicas do Conservador, 1887. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/000179.html>, acessado em 10/07/2011, às 15:35.

Nesse documento o presidente da província relata que no ano de 1885 ainda era muito baixo o número de registros e isso dificultava a realização das estatísticas da quantidade de escravos existentes no Rio Grande do Sul. Ainda discorreu sobre a intensificação nas cobranças das taxas de matrícula dos senhores, mas que esses ainda estavam realizando as mesmas de forma muito lenta, pois preferiam ao vender o escravo deixar os custos do registro para o próximo proprietário. Dessa forma, no relatório, o presidente alerta para o fato de que registrados na

província tinham 22,709 escravos, enquanto que pela a estatística da Fazenda até o ano de 1884 existiam cerca de 60,000 cativos, ou seja, ele considerava que foram libertados ou morreram 37,291. A partir do relato do documento vemos que as matrículas obrigatórias dos escravos instituídas após a Lei do Ventre Livre eram um instrumento de realização estatística e acompanhamento da ação do Fundo de Emancipação, pois os municípios que investiam na libertação de escravos recebiam cotas desse fundo. Nessa direção vemos, conforme o Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Sul, do ano de 1881, que a cidade de Jaguarão estava entre os municípios que receberam quotas do Fundo de Emancipação, conforme o documento a seguir:

Figura 14- Quota do Fundo de Emancipação para a província do rio Grande do Sul em 1880

A quota de 249:775\$052 reis que, na segunda distribuição do fundo de emancipação, coube a esta Província, foi, nos termos do artigo 1º do decreto n. 6341 de 20 de Setembro de 1876 e aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 15 de Maio de 1880, repartida pela maneira seguinte :

Município da Capital.....	26:017\$804
• do Rio Grande.....	15:126\$111
• da Uruguayana.....	3:578\$432
• de S. José do Norte.....	3:575\$143
• • Alegrete.....	5:015\$725
• • Santa Victoria do Palmar.....	2:999\$568
• • D. Pedrito.....	5:107\$817
• • Pelotas.....	23:953\$787
	<hr/>
	85:374\$387

Município de Jaguarão	8:936\$213
“ “ Bagé.....	10:034\$739
“ “ Itaquy	3:318\$601
“ “ S. Borja.....	5:150\$574
“ “ Sant’Anna do Livramento.....	7:985\$692
“ “ S. João Baptista de Quarahy.....	1:621\$477
“ do Arroio Grande.....	4:430\$283
“ de Caçapava	9:742\$018
“ da Cachoeira.....	5:920\$200
“ de Cangussú.....	8:597\$446
“ da Conceição do Arroio.....	4:420\$416
“ “ Cruz Alta.....	7:699\$549
“ “ Encruzilhada.....	6:627\$335
“ do Passo Fundo.....	5:173\$597
“ de Piratiny.....	10:074\$207
“ do Rosario e S. Vicente.....	3:256\$110
“ de Rio Pardo.....	8:209\$344
“ “ Santo Antonio da Patrulha.....	10:330\$749
“ “ Santo Angelo	4:410\$549
“ “ S. Gabriel.....	6:245\$311
“ “ S. Jeronymo	4:315\$168
“ “ S. João Baptista de Camaquã.....	4:397\$393
“ “ S. Leopoldo.....	3:039\$036
“ “ Santa Maria da Boca do Monte.....	4:242\$810
“ “ S. Sebastião do Cahy.....	2:410\$837
“ “ São Sepé	2:417\$415
“ “ Taquary.....	7:683\$104
“ do Triunpho.....	4:854\$996
“ de S. João do Monte Negro.....	1:854\$996
	<hr/> 249:775\$052

Têm sido libertados até á presente data 385 escravos, faltando concluir-se os trabalhos de emancipação nos municípios de Alegrete, Itaquy, Quarahy e Piratiny.

Fonte: Fala com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, 2º vice-presidente da província, abril a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 7 de março de 1881, e relatório com que lhe foi passada a administração pelo Exm. Sr. Dr. Henrique D’Avila, a 4 do mesmo mês. Porto Alegre, Typ. da Reforma, 1881. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u758/000020.html> > acessado em 10/07/2011, às 13h.

Nesse documento do ano de 1881, identificamos que a província do Rio Grande do Sul recebeu um montante de 249: 775\$052 réis e libertou 385 escravos. Em Jaguarão foi destinado a cota de 8:936\$213. Dessa forma, podemos perceber que, conforme analisou Emília Viotti da Costa,³¹⁵ mesmo perante irregularidades na execução da Lei nº 2040, que por muitas vezes garantiam o poder do senhor sobre seus cativos, a mesma lei, também trouxe aos estancieiros o receio das conseqüências para o término da escravidão.

³¹⁵ COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

De acordo com o jornal *A Reforma*, por toda parte havia sido despertada na sociedade jaguarense o “sentimento originalizado pelo delírio da liberdade que a nova lei sobre o elemento servil produziu na classe dos escravos”.³¹⁶ Nesse sentido, podemos inferir que os cativos não ficaram à mercê dos caprichos dos poderosos e da lei. Houve por parte dos escravos a apropriação da lógica social da Lei do Ventre Livre; em outras palavras, os escravizados utilizaram diferentes táticas de resistência, para lutar contra as fraudes da lei, já citadas.

Com relação à apreensão do Regulamento n° 2040 pelo elemento servil, o jornal *A Reforma* trouxe o caso de uma escrava do Sr. Joaquim Corrêa Mirapalheta, que residia em Jaguarão. No referente episódio, a cativa tentou perante o Juiz de Órfãos da cidade de Jaguarão, “obrigar” seu senhor a conceder-lhe a liberdade, pagando o previsto na nova Lei de 1871. O dinheiro que essa escrava possuía foi fornecido por um terceiro. Entretanto, de acordo com Robson Martins o artigo 57, inciso 1° do decreto n° 5.135 de 13 de novembro de 1872, do governo imperial, estava proibida a prática de intervenção de terceiros para a compra da alforria de escravos, afirmando que a “alforria mediante pecúlio só seria permitida se fosse por iniciativa do próprio escravo”.³¹⁷

Este decreto procurou limitar a ação de terceiros na relação que o senhor tinha com o seu escravo, pois impedia que terceiros negociassem diretamente a alforria de escravos em troca de contratos de trabalho. A partir desse decreto, terceiros poderiam até conferir o pecúlio necessário aos escravos, mas a negociação seria realizada diretamente entre o cativo e seu senhor. No referente decreto constava:

³¹⁶ Elemento Servil. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 14 de abril de 1872, p. 3.

³¹⁷ MARTINS, Robson L. M. “*Atos dignos de louvor*”, p. 207.

Figura 15: Decreto nº 5.135 de 13 de novembro de 1872, Art nº 57, inciso 1º:

Art. 57. Não poderá requerer arbitramento, para execução do art. 4.º, § 2.º da lei, o escravo que não exhibir, no mesmo acto em juizo, dinheiro ou titulos de peculio, cuja somma equivalha ao seu preço razoavel.

§ 1.º Não é permitida a liberalidade de terceiro para a alforria, excepto como elemento para a constituição do peculio; e só por meio deste e por iniciativa do escravo será admitido o exercicio do direito á alforria, nos termos do art. 4.º, § 2.º da lei.

Fonte: Coleção Leis do Império. Decreto nº 5.135 de 13 de novembro de 1872. In: http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1872/Leis-1872/Legimp-1872_96.pdf. Acessado em 15/11/2011, às 16 horas

O referido processo seguiu os seus termos até o momento em que o Juiz de Órfão, Sr. José Luiz Corrêa, mandou o arbitramento requerido pela escrava do Sr. Joaquim Corrêa Mirapalheta. A decisão desse juizado confirmou que a nova lei do elemento servil, dava direito de liberdade à escrava.³¹⁸ Após essa deliberação do Juiz de Órfãos da cidade de Jaguarão a favor da liberdade da referida escrava, o jornal *A Reforma* trouxe o seguinte “desabafo” de um estancieiro:

*A vigorar este principio ninguém pode mais contra com segurança com nenhum dos escravos. A desordem a mais completa está assim estabelecida no trabalho baseado sobre o braço escravo. De um dia para o outro, um fazendeiro pode ficar sem os seus melhores escravos, e forçado a parar os seus trabalhos.*³¹⁹

Com base nessa citação, percebemos a preocupação dos senhores de escravos diante da possível “desordem” que a Lei do Ventre Livre poderia acarretar a uma economia escravista. Nesse sentido, podemos

³¹⁸ Elemento Servil. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 14 de abril de 1872, p.3.

³¹⁹ Elemento Servil. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 20 de abril de 1872, p. 3.

entender que a Lei nº 2040 permitia a compra da liberdade pelo próprio cativo, desde que o mesmo tivesse pecúlio suficiente para indenizar seu valor.

Após a Guerra do Paraguai, durante as décadas de 1870 e 1880, os escravos vinham resistindo ao sistema escravista de diferentes maneiras, diminuindo assim, a autoridade senhorial. Verificamos em nosso terceiro capítulo, algumas das táticas utilizadas pelos cativos que comprovam o enfraquecimento do domínio incontestável dos senhores.

Os escravos ao fugirem e pedirem auxílio às autoridades policiais e judiciais demonstravam a quebra do poder absoluto dos seus senhores. As denúncias de longas jornadas de trabalho e de castigos corporais também foram outras formas de enfraquecimento do domínio escravista, assim como, os conflitos nas propriedades que, muitas vezes, acarretaram desfechos violentos, com ferimento ou morte de feitores e senhores. Junto a esses movimentos dos cativos, os grupos emancipacionistas/abolicionistas também cresceram e se fortaleceram em todo o Brasil. Nesse sentido, abordaremos, a seguir, esses centros que lutavam pela abolição, em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, destacando a participação dos ex-combatentes da Guerra do Paraguai nesse processo de emancipação.

4.4- Movimento emancipacionista/abolicionista em Jaguarão

Conforme analisamos, após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai a sociedade brasileira, apoiada pela imprensa, passou a questionar o sistema escravista. Como notamos em diferentes jornais, as críticas e denúncias contra a re-escravização de soldados libertos, assim como o relato de maus tratos e homicídios retratam a crise nas relações entre senhores e escravos ao final do conflito. A atitude do apoio popular não se esgotou apenas na teoria, haja vista que nesse momento, surgiram em vários cantos do Brasil grupos que se uniram para lutar pela libertação dos escravos, tanto que cidadãos de diferentes camadas sociais se organizaram, espontaneamente, em sociedades que combatiam a

escravidão no império.³²⁰ A campanha emancipacionista conquistou adeptos em todo o país e produziu lideranças distintas como os próprios escravos libertos, militares que participaram da Guerra do Paraguai, literatos, intelectuais, comerciantes, dentre outros, que compartilhavam a idéia da liberdade. No Rio Grande do Sul não foi diferente, pois, grupos emancipacionistas e abolicionistas também foram importantes na luta contra a continuidade da escravidão. Desse modo, cabe destacar a seguir algumas dessas sociedades, as quais foram relevantes para a história abolicionista sulina.

Em 1870, antes da Lei Rio Branco, foi criada em Cruz Alta, uma Sociedade Libertadora com o fim de alforriar os ingênuos. De acordo com Cristiane de Quadros de Bortolli, esse grupo embora tenha tido duração efêmera, conseguiu libertar mais de cem crianças, sendo essa cidade a primeira da província a levantar a bandeira contra a escravidão.³²¹ Indo de encontro a afirmação dessa autora, a historiadora Carmem Schiavon afirmou que a primeira Sociedade de Emancipação de Escravos do Brasil foi criada em março de 1869, na cidade do Rio Grande.

Conforme essa autora a referida Sociedade foi uma “iniciativa direta da Loja maçônica “Acácia Rio-Grandense” e tinha por finalidade a manumissão de escravas na idade de procriação, pois seus fundadores concebiam que a escravidão deveria terminar pela libertação do ventre escravo e, também, pela sua natural extinção”.³²² Em agosto de 1871, foi criada a Sociedade Libertadora de Passo Fundo. Na década de 70, também surgiram em Porto Alegre, a Sociedade Visconde do Rio Branco e a Sociedade Esperança e Caridade. Nesse ínterim, o movimento

³²⁰ SCHIAVON. Carmem G. Burgert. *A primeira sociedade de emancipação de escravos do Brasil*. In: Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

³²¹ BORTOLLI. Cristiane de Quadros de. *Vestígios do passado. A escravidão no planalto médio gaúcho (1850-1888)*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História. Passo Fundo, janeiro de 2003.

³²² SCHIAVON. C. G. B. *A primeira sociedade de emancipação ...*, p.4.

abolicionista na província do Rio Grande do Sul intensificou-se na década de 1880.³²³

De acordo com Margaret Marchiori Bakos havia quatro tipos de lutas abolicionistas no Rio Grande do Sul. A primeira dizia respeito à *sociedade civil* que se direcionava a um conjunto de organismos denominados privados. A segunda era a *imprensa*, que se constituía em uma prática social representante do contexto histórico. A terceira provinha dos *partidos políticos*, que pretendiam articular as questões latentes da sociedade civil. O quarto movimento estava ligado por um discurso, “republicano castilhistas bastante peculiar no Estado”, que vinculava a necessidade de passagem da monarquia à república e a substituição do trabalho servil pelo livre, através da libertação imediata e sem indenização dos escravos.³²⁴

Ao concordarmos com essa diversidade da luta abolicionista, apresentada por Bakos, no entanto, não estamos propondo aqui, estudarmos separadamente cada “modelo”, mas sim, percebermos que essas quatro categorias de luta, citadas pela autora, contra a escravidão não foram únicas, pois os movimentos populares, conforme discorreu Maria Helena Machado,³²⁵ e as estratégias de liberdade dos próprios escravos, conforme analisamos em nosso terceiro capítulo, também foram decisivas para o desenvolvimento do abolicionismo no Brasil, assim como na luta comum em prol da liberdade, no contexto de Jaguarão.

Nesse contexto, Maria Angélica Zubaran afirma que a década de 1880 foi marcada pela emergência da criação de sociedades abolicionistas principalmente, na capital da província sulina, ou seja, em Porto Alegre. Assim, foram fundadas, a Sociedade Emancipadora Rio Branco (1881); a Seção Abolicionista do Partenon Literário (1883); a

³²³ Nesse mesmo ano foi fundada no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e a Associação Central Abolicionista, a fim de organizar a luta contra a escravidão. Com o propósito de unificar os movimentos abolicionistas foi criado em 1883 a Confederação Abolicionista, que buscava organizar e planejar estratégias antiescravistas a nível nacional.

³²⁴ BAKOS, Margaret M. *Abolicionismo no Rio Grande do Sul*. Caderno de História nº 29 do Memorial do Rio Grande Sul.

³²⁵ MACHADO, M. H. P. T. O plano e o pânico....

Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade (1883); a Libertadora Mercantil (1883) e o Centro Abolicionista de Porto Alegre (1883).³²⁶ Na mesma direção de análise de Zubaran percebemos que os movimentos abolicionistas na capital do Rio Grande do Sul entre os anos de 1880, passaram a se organizar no interior dessa província, formando uma grande rede ideológica contra a escravidão. Nesta direção, abordaremos analisaremos a Sociedade Emancipadora Jaguareense, fundada em vinte e oito de setembro de 1881, na cidade de Jaguarão.

4.4.1- Sociedade Emancipadora Jaguareense

A partir do que apresentamos anteriormente, com base na categorização dos diferentes modelos abolicionistas apresentados por Bakos, e Machado a imprensa desempenhou um papel fundamental quanto às reivindicações deflagradas contra os atrasos do fim da escravidão. Em Jaguarão, esse meio de comunicação também atuou na denúncia da utilização da mão-de-obra escrava. Conforme podemos verificar, tal fato no artigo “*Emancipação*” do jornal *Atalaia do Sul*:

O século décimo nono, parece ter sido reservado para glória dos grandes acontecimentos. Na ordem física, a navegação a vapor, os caminhos de ferro, a eletricidade, a multiplicidade das maquinas applicadas a agricultura, a indústria e outras maravilhas. Na ordem moral, os povos assumem a iniciativa individual, e formando o espírito de associação, se esforçam com entusiasmo pela libertação do pensamento, da consciência em matéria da religião e política, as leis humanizam-se, as instituições filosóficas se aperfeiçoam e a barbárie extingue-se. Mas apesar destas tendências tão prenunciadas, que são resultado fecundo da cumulação de muitos séculos e martírios e sofrimentos da humanidade, dessa luta do espírito com a matéria de que nos falam os grandes pensadores, ainda hoje existem restos de barbárie, cuja extirpação tem sido lenta: e um

³²⁶ ZUBARAN, Maria Angélica. *A invenção branca da liberdade negra: Memória social da abolição em Porto Alegre*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Julho, Agosto, Setembro de 2009, Vol. 6, Ano VI, nº 3.

*deles é a escravidão humana que ainda assola esse país (...).*³²⁷

Nesse artigo o jornal traz à tona a discussão, da presença da escravidão “num mundo que se pretendia civilizado”. Logo depois desse “recado” à sociedade jaguareense, um grupo de pessoas buscou se organizar para lutar contra a escravidão. Sendo assim, no dia onze de setembro de 1881, o jornal *Atalaia do Sul* trouxe como manchete de primeira página, a convocação da Sociedade Emancipadora Jaguareense, para realização da reunião da sua primeira assembléia geral. Nesta seria discutida a aprovação dos estatutos da associação e realizadas eleições para diretoria e comissões do referido grupo. De acordo com a notícia, a convocação contou com a presença de duzentos sócios. O Sr. José Thomaz de Porciúncula se apresentou na cadeira de presidente, junto com uma comissão, que foi responsável por confeccionar o Estatuto da Sociedade, os quais definiam:

Art 1º- A Sociedade Emancipadora Jaguareense tem sua sede nesta cidade, estendendo-se, porém, a sua ação a todo município de Jaguarão.

Art 2º- Seu principal objetivo é facilitar ao escravo os meios necessários para que se torne livre.

Art 3º- A sociedade assume a obrigação de dirigir os primeiros passos de seus libertados em sua nova vida, de fazê-los contrair hábitos de trabalho, de recomendá-los a qualquer mestre de artes ou ofício, quando tiverem propensão para aprenderem alguma arte ou ofício; de procurar-lhes ocupação, quando por si não acharem.

*Art 4º- A sociedade empregará os precisos esforços para dar a seus libertos a indispensável instrução primária, pedindo para esse fim à Câmara Municipal ou à Assembléia Provincial a criação de uma escola noturna nesta cidade.*³²⁸

Por intermédio desses primeiros quatro artigos, podemos entender o objetivo dessa Sociedade, a qual tinha como propósito atender ao município de Jaguarão, libertar os escravos e lhes proporcionar apoio

³²⁷ Emancipação. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 29 de agosto de 1881, p. 3.

³²⁸ Emancipação. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 29 de agosto de 1881, p. 3. Vide o Estatuto completo nos anexos.

após a liberdade ser concedida. Esse apoio se fundamentava na inserção dos ex-cativos na sociedade, por meio da educação. O estatuto estava dividido em nove artigos, que continham de um a quatro capítulos, que versavam sobre os direitos e deveres dos associados, da diretoria e dos libertos. O quarto artigo apresentava as comissões auxiliares e dentre essas destacamos aqui, as Comissões da Liberdade e da Caridade, as quais eram relevantes à aquisição de pecúlio para manumissões.

A Comissão da Liberdade era responsável por escolher o escravo ou os escravos que tivessem de ser alforriados; entender-se com os senhores sobre a quantia suficiente para a respectiva alforria e procurar, tendo em vista o dinheiro em caixa, escravos para serem alforriados pela Sociedade, “desenvolvendo todo zelo para consegui-los pelo menor preço, a fim de beneficiar o maior número de cativos”.³²⁹

A Comissão de caridade era composta, exclusivamente, por sócias e a elas competia um papel de agenciar ofertas para os leilões, que tivessem que ser feitos em prol do Fundo de Emancipação e cooperar para o bom resultado dos benefícios, que fossem oferecidos por qualquer companhia artística, ou associação particular, no teatro ou fora dele.³³⁰ No artigo dois, título sete do selecionado Estatuto constavam as obrigações dos libertos para com a Sociedade Emancipadora:

Art 56- Sendo um dos fins da Sociedade tornar os seus libertos pessoas úteis a si e a sociedade pela contração ao trabalho, e devendo eles concorrer para que faça a outros escravos o que a eles se fez, impõe-se-lhes a obrigação de entrarem para o fundo emancipador, a título de indenização, com as economias de seu trabalho, tirando para si do que ganharem o necessário para viver.

Art 57- Quando houver o liberto satisfeito o seu contrato com a Sociedade, fica exonerado da obrigação imposta pelo art. 56, e será então obrigado a inscrever-se como sócio efetivo, na classe dos contribuintes, com todos os ônus e privilégios previstos pelo Estatuto.

Art 58- Se por algum acidente imprevisto o liberto se inutilizar para o trabalho, ficará por isso completamente

³²⁹ Emancipação. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 29 de agosto de 1881, p. 2.

³³⁰ Emancipação. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 29 de agosto de 1881, p. 2.

exonerado das obrigações que estes Estatutos lhe impõem e das que tiverem sido estipuladas no contrato judicial. Cessam também essas obrigações por morte do liberto, não ficando à Sociedade o direito de exigir coisa alguma durante a sua enfermidade.

*Art 59- Adoecendo o liberto, durante a sua enfermidade deixará a Sociedade de exigir dele que dê quantia alguma para amortização de sua dívida, continuando, porém, o liberto a satisfazer o preceito no art. 56 logo que se achar completamente restabelecido.*³³¹

A partir desses artigos, sobre as obrigações dos libertos, podemos compreender a relação imposta pela Sociedade Emancipadora àqueles que essa concedia liberdade. A manumissão “*doadada*” pela Associação Abolicionista, não era realizada da maneira “sublime” que eles apresentavam à sociedade jaguarense, em seus pronunciamentos e festas. A liberdade e a preocupação da inserção social do liberto no trabalho livre era concedida pela Emancipadora em troca do compromisso do liberto, em pagar por sua liberdade e depois continuar “doando” pecúlio para esse grupo, como sócios efetivos.

Em outras palavras, essa liberdade que era apresentada enquanto doação da Sociedade Emancipadora Jaguarense aos escravos, não ocorria de fato. Pois, como podemos observar no Estatuto, quem comprava a liberdade eram os próprios cativos, por intermédio dessa associação. Essa compra é bem aparente no artigo 56, na seguinte passagem que explicitava que os libertos deveriam “concorrer para que faça a outros escravos o que a eles se fez, impõe-se-lhes a obrigação de entrarem para o fundo emancipador, a título de indenização, com as economias de seu trabalho, tirando para si do que ganharem o necessário para viver”.³³² Nesse artigo percebemos a imposição de pagamento da alforria, que era colocada para os escravos que eram libertos pela Emancipadora Jaguarense, pois os libertos tinham a obrigação de

³³¹ Estatuto. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 11 de setembro de 1881, p.3.

³³² Estatuto. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 11 de setembro de 1881, p. 3.

entrarem para “o fundo emancipador, a título de indenização, com as economias de seu trabalho”.³³³

Além dessa obrigação em participar do fundo emancipador, o liberto após sanar sua dívida de indenização com esse grupo abolicionista, ainda tinha obrigação, ser sócio efetivo, na classe dos contribuintes. No artigo 57 foi apresentado o tipo de sócio que o liberto deveria ser dentro desse grupo. Segundo o referido artigo o liberto seria “obrigado a inscrever-se como sócio efetivo, na classe dos contribuintes, com todos os ônus e privilégios previstos pelo Estatuto”.³³⁴

Todavia, existia um diferencial entre os sócios efetivos, apresentado no capítulo 1 do artigo 2º, do Estatuto, intitulado “Dos sócios efetivos”. Entre esses sócios existiam os contribuintes e os não contribuintes. Na categoria de sócio contribuinte, em que os libertos foram incluídos, era obrigação desses associados “concorrerem para as despesas e estabilidade da Sociedade, com a mensalidade de um mil réis”.³³⁵ Na classe de sócios não contribuintes estavam as pessoas que “prestassem serviços gratuitos a Sociedade em todo e qualquer sentido”.³³⁶

Por intermédio dessa apresentação, de alguns pontos específicos do Estatuto da Sociedade Emancipadora Jaguareense, que foi aprovado por unanimidade, em onze de setembro de 1881, percebemos a integração dos libertos na estrutura desse grupo abolicionista. Mesmo com muitas obrigações os ex-escravos também tinham direitos adquiridos enquanto sócios.

Esses homens podiam participar das reuniões e ainda, se candidatarem a cargos da diretoria. Sendo assim, podemos inferir que, a luta abolicionista em Jaguarão contava com a participação dos negros, seja, enquanto membros da Sociedade Emancipadora ou em diferentes organizações de resistência individual ou em grupo. Ao ser aprovado, em onze de setembro de 1881, o referido Estatuto da Sociedade

³³³ Estatuto. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 11 de setembro de 1881, p. 3.

³³⁴ Estatuto. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão..., p. 2.

³³⁵ Estatuto. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 11 de setembro de 1881, p. 2.

³³⁶ Estatuto. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 11 de setembro de 1881, p.2.

Emancipadora Jaguareense, também foi eleito sua diretoria, a qual passou a contar com o seguinte quadro de dirigentes:

Tabela 10- Diretoria eleita da Sociedade Emancipadora Jaguareense

DIRETORIA ELEITA	
Presidente	José Thomaz da Porciúncula
Secretário	João Ignácio Goulart
Tesoureiro	Manoel Maseda
Procurador	Jacinto Augusto Cabral
Diretores	<i>General</i> Augusto Cesar da Silva <i>Capitão</i> Antonio Maria Pinto Coronel Thomaz Afonso da Silva <i>Capitão</i> Dionísio A. da Silveira, Domingos Rache Joaquim José da Cunha;
Comissão da Liberdade	Dr. Carlos Barbosa Gonçalves; <i>Major</i> José Manuel Gularte <i>Capitão</i> Antônio Augusto Sarmento e Melo
Comissão de Contas	Marcílio José de Matos José da Costa Carneiro Virgiliano José da Porciúncula Junior.

Fonte: Estatuto. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 11 de setembro de 1881.

A partir desse quadro, podemos observar a participação dos militares na direção da Sociedade Emancipadora Jaguareense. Não podemos deixar de mencionar o engajamento dos ex-participantes da Guerra do Paraguai integrados na luta abolicionista. Outros nomes que se destacam são o do presidente José Thomaz da Porciúncula e o do representante de contas José da Porciúncula Junior, ambos pertencentes à tradicional e elitizada

família de Jaguarão. Cabe ressaltarmos aqui o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves³³⁷ que participava da Comissão da Liberdade foi uma figura de notável destaque nos eventos sociais e políticos de Jaguarão.

Dessa forma, em contato com os abolicionistas do Rio de Janeiro, Carlos Barbosa, engajou-se na causa abolicionista e se tornou o presidente e diretor da Comissão de Liberdade da Sociedade Emancipadora Jaguareense, bem como o responsável pela criação do jornal *A Ordem*. Após a reunião da criação da Sociedade Emancipadora Jaguareense, na noite do dia onze de setembro de 1881, por volta das oito horas, uma procissão de escravos saiu às ruas de Jaguarão, conforme foi descrito pelo jornal *Atalaia do Sul*:

*Com archotes às mãos, elevando acima das cabeças a trêmula chama, o numeroso contingente de cativos, acompanhado por uma banda musical e fogos de artifício, cruzou as principais vias da cidade em direção às residências de abolicionistas, onde foram recebidos com doces e licores. Penetraram o interior de onde, até então, jamais lhes fora facultado ingressar para manifestações deste porte.*³³⁸

Como percebemos na citação acima, o jornal *Atalaia do Sul* ao descrever a manifestação evidencia sua expressão por ter como manifestantes os próprios escravos. O referido jornal ainda continuou discorrendo sobre a inauguração da Sociedade Emancipadora na cidade de Jaguarão. De acordo com suas matérias, após a reunião que criou a Sociedade Emancipadora Jaguareense e a manifestação dos escravos, para essa entidade abolicionista, foi designada uma inauguração solene, na noite de vinte e oito de setembro de 1881, a qual teve como local o

³³⁷ Tal personalidade nasceu na cidade de Pelotas, em 8 de abril de 1851 e, logo na infância, passou a estudar em Jaguarão. Carlos Barbosa aos quinze anos de idade foi para o Rio de Janeiro e obteve o diploma de Bacharel em Ciências e Letras. Em 1870, na capital do país, recebeu o grau de Doutor em Medicina, então com 24 anos de idade. Em 1879, após uma estadia na Europa, retornou à fronteira sulina e, no meio político, trabalhou em diferentes esferas. In: IHGJ. Intendência Municipal de Jaguarão. Apontamentos para uma monografia de Jaguarão. Porto Alegre, 11 de maio de 1912, p. 67.

³³⁸ Manifestação. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 15 de setembro de 1881, p.4.

Clube Jaguareense. Essa data escolhida pela diretoria da Sociedade à sua inauguração era intencional, pois marcava os dez anos da sanção da Lei do Ventre Livre. Para essa festa inaugural foi organizado atividades para arrecadação de pecúlio, com o fim de libertar escravos, nessa noite de festa. Nesse sentido, a Sociedade Emancipadora convidou a Associação de Senhoras para participarem da organização do evento, para doarem jóias e outros bens de valor. Essas doações seriam entregues à realização de leilões, que deveriam ser realizados nos dias 24 e 25 de setembro.³³⁹ Não obstante, ressaltamos que o pedido de ofertas da Comissão da Emancipadora, não se restringiu a associação de senhoras. O apelo foi realizado para toda sociedade jaguareense, pela seguinte nota publicada no jornal *Atalaia do Sul*:

*Convida-se as pessoas que dignarem remeter ofertas para os leilões beneficentes da Emancipadora Jaguareense, a enviá-las até o dia 23 do corrente, à casa do Diretor Sr. Joaquim José da Cunha, à rua do Comércio.*³⁴⁰

Ao atender aos pedidos de doações, a fim de conseguir fundo para libertação de escravos, surgiram muitas ofertas, que puderam ser conferidas nos leilões. Em função das chuvas que assolaram a região sulina em setembro, a instalação da Sociedade Emancipadora foi adiada. Então, em vinte e nove de setembro de 1881, o *Atalaia do Sul* publicou a seguinte nota, convidando a população jaguareense à nova data de inauguração:

*De ordem do Sr. Presidente e em conformidade com o que dispõe o art. 85 dos Estatutos da Sociedade, convida-se a população desta cidade para assistir a solene sessão de inauguração e instalação da Emancipadora Jaguareense, que deve ter lugar no dia 2 de outubro, às 7 horas da noite, no clube jaguareense.*³⁴¹

³³⁹ Liberdade. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 16 de setembro de 1881, p.2.

³⁴⁰ Convite. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 17 de setembro de 1881, p. 3.

³⁴¹ Nota. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 29 de setembro de 1881, p. 3.

Depois dessa referida nota, o presidente da associação teve que lançar mais dois convites, pois devido à chuva incessante, a data de inauguração mudou do dia dois para o dia sete. Porém, somente no dia nove de setembro, realmente foi concretizado o ato solene de instalação da Sociedade Emancipadora Jaguareense, em meio ao clima de festa e entusiasmo dos convidados, conforme apresentado pelo jornal *Atalaia do Sul*.³⁴² A abertura da solenidade foi realizada pelo presidente José Thomaz da Porciúncula, que proferiu um discurso a favor da liberdade e da civilização. Em seguida a festa foi marcada pela doação da liberdade de quatro escravos por seus senhores.

Esse ato foi pronunciado pelo presidente ao ler os nomes dos cativos e de seus senhores, da seguinte forma: “a Estácia, por Joaquim Licurgo de Figueiredo; outros dois, *sem nome*, pelo Capitão Joaquim Francisco das Chagas e sua genitora, Francisca de Ávila e, finalmente, o quarto escravo, pelo capitão Manoel José da Rocha”.³⁴³ Ainda de acordo com a matéria intitulada “Emancipadora Jaguareense”, publicada em 15/10/1881,³⁴⁴ a Sociedade Emancipadora, nessa mesma noite, ainda alforriou o preto Catão, a partir da arrecadação dos leilões. As alforrias nesse dia festivo não terminaram até a leitura do ofício firmado por Theodora Netto, esposa do Coronel Manoel Amaro Barbosa. Nesse documento foi declarada a liberdade da escrava de nome Ignez, que recebeu sua carta de liberdade em mãos durante a solenidade.³⁴⁵

Nesse ínterim, de acordo com Eduardo Alvares de Souza, o decorrer da festa foi marcado por inúmeros discursos proferidos por representantes de diferentes entidades como loja maçônica, jornais e militares. Conforme analisado por Eduardo Souza, no período que se seguiu entre 1881 a 1884, a Sociedade Emancipadora Jaguareense continuou seu trabalho,

³⁴² Sociedade Emancipadora. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 15 de setembro de 1881, p. 2.

³⁴³ SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Sociedade Emancipadora Jaguareense*. In: Cadernos Jaguareenses. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. vol 3, p. 30.

³⁴⁴ Emancipadora Jaguareense. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 15 de setembro de 1881, p. 3.

³⁴⁵ SOARES, E. A. S. *Sociedade Emancipadora...*, p. 31.

realizando leilões, festas e atividades culturais. Sendo assim, destacamos a presença do Circo Uruguaio na cidade de Jaguarão, que realizou *shows* a fim de arrecadar verbas à causa abolicionista.³⁴⁶ Podemos verificar o acima descrito, de acordo com o jornal *Atalaia do Sul*:

*Os dignos diretores desta companhia, Srs. Bozan e Valentim, tem se mostrado agradecidos as imensas simpatias que merecem do público jaguareense. Para isso não têm se furtado a socorrer aos desvalidos da fortuna. Há dias se exibiu uma brilhante função, cujo produto foi para a liberdade de um infeliz escravo. Ontem, outro espetáculo foi oferecido a desventurada viúva de Marcos Ourives, carregada de filhinhos e na mais extrema pobreza. Hoje ainda os humanitários artistas trabalham para dedicar o produto de seu suor ao infeliz Alexandre, artista músico, que se acha gravemente enfermo. Por tantos atos de abnegação e humanidade são os Srs. Bonzan e Valentim credores dos maiores encômios e da bem merecida proteção do ilustrado povo jaguareense*³⁴⁷

Dessa forma, em vinte e oito de setembro de 1884, foi realizado às oito horas da noite, no teatro, o grande festival, preparado pela Sociedade Emancipadora para a comemoração do 13º aniversário da Lei do ventre Livre. De acordo com Celso Castilho “o teatro, como em tantas outras ocasiões do começo da década de 1880, mais uma vez abriu espaço para centenas de pessoas participarem coletivamente de alforrias, faceta básica na construção de um amplo movimento popular”.³⁴⁸

Dessa forma, entendemos que essas comemorações nos teatros e centros públicos, proporcionaram uma maior difusão do pensamento abolicionista na sociedade, à medida que esses eventos poderiam ser vivenciados por uma maior quantidade da população, enquanto a um “amplo movimento popular”. Esse evento, da Emancipadora, foi iniciado com as palavras de agradecimento à sociedade jaguareense pelo apoio à

³⁴⁶ SOARES, E. A. S. *Sociedade Emancipadora Jaguareense...*, p. 32.

³⁴⁷ Circo Uruguaio. *Jornal Atalaia do Sul*, 14 de dezembro de 1881, p.4.

³⁴⁸ CASTILHO, Celso. O ‘25 de março’ e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife. Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Da abolição à emancipação: raça gênero e identidades” na ANPUH- São Paulo, 2011, p.4.

causa abolicionista. A festa terminou às onze horas da noite na cidade de Jaguarão.

Em outra ocasião, de acordo com Eduardo Soares, foi realizado uma reunião da Emancipadora Jaguareense, em três de novembro de 1884, no paço da Câmara Municipal, o presidente explanou sobre sua felicidade com as vitórias que foram conseguidas, após o início da propaganda abolicionista no município, desenvolvidas pela imprensa.³⁴⁹ De acordo com Soares a Sociedade Emancipadora Jaguareense, afirmava que a emancipação completa do município de Jaguarão, dependia apenas do esforço da população.³⁵⁰

No que se refere as liberdades no município de Jaguarão, podemos constatar a partir do catálogo seletivo de cartas de liberdade do acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul que durante o período entre 1881 a 1884, foram registradas apenas vinte e cinco alforrias, conforme analisamos nas cartas de liberdade selecionadas no cartório do município de Jaguarão. Entre essas cartas de liberdade aparecem dezesseis concedidas a mulheres e nove a homens.

Tabela 11 - Liberdades Concedidas 1881-1884

MULHERES	HOMENS
Maria ; parda; 17;	Honorato ; preto; 18;
Raquel ; parda; 40	Leandro ; preto; 30;
Lídia e Raquel (sua mãe, escrava da mesma senhora); pardas.	Daniel ; desta Província; 31
Cuspunana ; parda;	Domingos ; preto;

³⁴⁹ SOARES, E. A. S. *Sociedade Emancipadora Jaguareense...*, p. 45.

³⁵⁰ SOARES, E. A. S. *Sociedade Emancipadora Jaguareense...*p. 85.

Catarina ; preta;	Manoel Faustino (preto)
Valentina ; desta Província; 37	Abel ; 59;
Cecília e Maria (sua mãe, escrava da mesma senhora); preta	José ; pardo;
Domingas e Cecília (sua mãe, escrava da mesma senhora); parda	Alberto ; pardo; 18
Bertolda ; solteira e Joaquina (sua mãe); parda;	Maximiano ; preto;
Luzia ; preta; Crioula; 30	
Domingas ;	
Marfisa e Madalena (sua mãe); parda	

Fonte: Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul / Porto Alegre: CORAG, 2006.

Seguindo essa tabela, podemos identificar que foram libertadas quinze mulheres. Entre essas manumissões se destacam cinco cartas de alforrias que foram concedidas a escravos do sexo feminino, acompanhadas das suas mães. A princípio não consta a idade dessas libertas. Das cartas de liberdade concedidas entre os anos de 1881 a 1884, segundo o catálogo de cartas de liberdade, compiladas pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul, foram doadas apenas nove dessas cartas para escravos do sexo masculino. Essa diferença, entre a concessão maior de liberdade a escravas, pode ser atribuída ao superior empenho de homens no trabalho das estâncias.

Ao analisarmos em que condições foram doadas as vinte e cinco cartas de liberdade, entre os anos de 1881 a 1884, apresentamos o seguinte gráfico, composto por 32% de liberdades concedidas por

condição do “liberto” servir ao seu senhor até sua morte; 21% de concessões sob pagamento e 47% sem ônus algum ao ex- escravo.³⁵¹

Figura 16-Concessão de liberdade 1883- 1884

Fonte: Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul / Porto Alegre: CORAG, 2006.

Esse gráfico apresenta o período de 1883 a 1884, no qual a luta abolicionista tomou fôlego no município de Jaguarão, assim como em todo o Rio Grande do Sul, 47% das manumissões foram realizadas sem ônus algum para os cativos, enquanto cinquenta e três por cento não foram gratuitas.³⁵² Segundo Robson Martins os senhores de escravos ao enfrentarem os desafios das leis emancipacionistas e posteriormente a

³⁵¹ Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul / Porto Alegre: CORAG, 2006.

³⁵² Ver mais em: BERTIN, Enidelce. Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação. São Paulo: HUMANITAS, 2004.

proximidade da abolição da escravidão, passaram a doar alforrias gratuitas, com o verdadeiro intuito dos libertos reconhecerem as suas boas ações e continuassem trabalhando para seus antigos proprietários e não os abandonassem.³⁵³

Nesse sentido, podemos entender que na verdade a intenção dos senhores em libertar seus escravos era de mantê-los obedientes e prestativos por um maior espaço de tempo, pela esperança que mantinham de, ao fim desse período, gozar de liberdade. Essas libertações sem ônus, não eram apenas doadas ou gratuitas, mas sim conquistadas. Existiam ainda as doações que eram conferidas aos escravos sob determinadas condições, que os mantinham subjugados a escravidão.

Essas liberdades condicionais eram àquelas em que os próprios senhores libertavam seus escravos sob condição de prestação de serviço por três ou cinco anos, e somente a partir da data estabelecida por ambos, o “liberto” poderia viver em plena liberdade. Apesar da proibição de que terceiros interferissem na alforria dos escravos com o intuito de estabelecimento de contratos de prestação de serviços, exceto nos casos em que os terceiros contribuíam para o pecúlio a ser utilizado pelo escravo para compra de sua alforria, conforme já discurremos, os acordos entre senhores e escravos que viabilizavam o estabelecimento dos contratos de locação continuaram.

De acordo com Marília Bueno de Araújo Ariza, os contratos de locação³⁵⁴ de serviços corresponderam ao prolongamento do domínio senhorial, “estendendo laços de dependência e assegurando a exploração

³⁵³ MARTINS, Robson L. M. “*Atos dignos de louvor*”..., p. 197.

³⁵⁴ Os contratos de locação consistem em acordos formalizados em cartório, dando conta da locação dos serviços dos trabalhadores libertandos como forma de pagamento a empréstimos realizados para a compra de suas alforrias. Embora a lei 2040, também chamada Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, tenha, em 1871, regulamentado a locação de serviços de libertandos. In: ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *O ofício da liberdade: primeiros apontamentos sobre trabalhadores libertandos em São Paulo no século XIX*. Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Da abolição à emancipação: raça gênero e identidades” na ANPUH- São Paulo, 2011, p. 1.

continuada da força de trabalho de homens e mulheres escravizados”.³⁵⁵ Assim, entendemos que apesar da progressiva intenção abolicionista por parte de grande número de legisladores e da pressão de clubes abolicionistas que começavam a proliferar no estado do Rio Grande do Sul e no país, as leis criadas procuraram retardar ao máximo a liberdade dos escravos, utilizando-se de subterfúgios como pecúlio, contrato de trabalho, entre outros. Nessa perspectiva, segundo Paulo Moreira, no Rio Grande do Sul, os senhores comprometeram-se “quando do abolicionismo, a dar liberdade aos cativos, mas eles foram obrigados a continuar trabalhando, sem pagamento, para seus antigos senhores durante o período de um a sete anos”.³⁵⁶ Nesse sentido Thiago Leitão de Araújo afirma que:

Uma das especificidades da emancipação dos escravos na província do Rio Grande de São Pedro, quando comparada a outras regiões do Império do Brasil, diz respeito a concessão em massa de alforrias com prazos estipulados para a prestação de serviços, que variavam de 1 a 7 anos de trabalho como forma de indenizar os senhores pela liberdade outorgada.³⁵⁷

A partir dessa discussão sobre os contratos de prestação de serviço, ou liberdades condicionais, apresentamos a seguir uma tabela sobre as liberdades condicionadas a contratos de trabalho em Jaguarão no período entre a década de 1850 a 1880.

³⁵⁵ ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *O ofício da liberdade...*, p.13.

³⁵⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da liberdade máscaras do cativo: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das Cartas de Alforria*. Porto Alegre (1858-1888) Porto Alegre: Arquivo Público do Estado: Edpucrs, 1996, p. 56.

³⁵⁷ ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Encruzilhadas da escravidão: reorganização das relações de trabalho nas últimas décadas da escravidão (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro)*. In: Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Da abolição à emancipação: raça gênero e identidades” na ANPUH-São Paulo, 2011, p. 1.

Tabela 12 - Contratos de serviço

	Década de 1850	Década de 1860	Década de 1870	Década de 1880
Nº de contrato	3	2	15	7

Fonte: Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul / – Porto Alegre: CORAG, 2006, p 331- 376.

A partir dessa tabela podemos verificar que entre as décadas de 1850 a 1860 houve uma pequena quantidade de contratos de trabalho, diferente dos períodos posteriores de 1870 a 1880. Destacamos ainda, que na década de 1870 houve o maior pico de contratos de serviços.

Dessa forma, podemos inferir que a lei emancipacionista de 1871, de acordo com Marília Ariza estimulou a concessão de liberdades a partir da condição de trabalhos, nessa perspectiva essa historiadora afirmou que a partir da década de 70 houve um interesse acentuado do governo de “enquadrar a população liberta em arranjos de trabalho que permitissem a continuidade da lógica do domínio senhorial e da exploração do trabalho num espaço que se ampliava e em que as possibilidades de controle social já não eram as mesmas”.³⁵⁸

Entendemos que os acordos de locação de serviços buscavam garantir a continuidade do domínio senhorial sobre a força de trabalho do pretense liberto. Assim, os números que a Sociedade Emancipadora apresentava em relação à quantidade de libertos no município de Jaguarão entre o período de 1883 a 1884, se torna expressivo, ao compararmos com a quantidade de cartas de liberdades concedidas durante esse período, mesmo levando em consideração o falecimento, fuga ou qualquer outra obstrução da atualização da Mesa de Rendas.

De acordo com o jornal *Diário de Pelotas* no ano de 1884, o número de escravos em Jaguarão era de 1.946 e não apenas 500³⁵⁹ como a Emancipadora Jaguareense afirmou. Além desse jornal verificamos no

³⁵⁸ ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *O ofício da liberdade primeiros ...*, p.4.

³⁵⁹ Liberdades. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 22 de setembro de 1881, p. 3.

Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Sul, o quadro numérico de matriculados no município de Jaguarão até agosto de 1885. Esse documento apresentava 1.232 cativos matriculados no município de Jaguarão, ou seja, durante onze meses de setembro de 1884 a agosto de 1885, foram registradas setecentos e quatorze manumissões, nessa cidade.

A partir do entrecruzamento dos dados apresentados pela Sociedade Emancipadora Jaguareense, cartas de liberdade e Relatório do Presidente de Província verificamos oscilações no que se refere à quantidade de escravos e libertos em Jaguarão. Mas não podemos deixar de apontar a relevância do movimento abolicionista no município de Jaguarão, já que no ano de 1887 foi verificada a permanência de duzentos escravos³⁶⁰ nessa região. Diferente de Porto Alegre, as libertações foram concedidas mediante estabelecimento de contratos de trabalho, para todos os cativos. Jaguarão permaneceu utilizando o trabalho servil até o ano de 1888, período da promulgação da Lei Aurea. Em treze de maio de 1888, a sociedade jaguareense recebeu a sanção dessa lei com muita festa. A municipalidade saudou a liberdade com foguetes e disparos de morteiros. No dia seguinte, o Clube Militar espalhou pela cidade folhetins que convidavam a população a fazer parte da passeata dos militares.

As 6 horas começou o povo a encaminhar-se para o edifício onde estava instalado o Clube Militar, ao mesmo tempo em que as bandas militares partiam de seus quartéis na mesma direção. Meia hora depois, o edifício do Clube não comportava o grande número de pessoas que iam tomar parte na manifestação. Chegada a hora o grupo marchou até o edifício da guarnição, onde estava na sacada o ilustre Comandante, General Resin. Dirigiu-se ao General o Dr. Argolo Ferrão, em nome do exército como verdadeiro sustentador da integridade nacional e liberdade pública, e que, assim como S. Exa. sentia naquele momento o delirante prazer de ver a pátria livre

³⁶⁰ AZAMBUJA, Graciano. *Anuário Estatístico da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1888, p 198.

*para poder tomar assento ao banquete das nações cultas
onde cada homem é um cidadão*³⁶¹

Esse discurso do Dr. Argolo Ferrão para o Comandante General do Exército de Jaguarão, exalta a participação dessa força militar na luta contra o sistema escravista no Brasil. Conforme o relato do jornal, esse braço armado também era representado por ex-escravos que participaram da Guerra do Paraguai e se uniram para lutar contra a escravidão. Contudo, o retorno do exército da Guerra do Paraguai marcou o início de uma nova fase para essa força militar. A partir desse conflito bélico a sua estrutura hierárquica passou a ser organizada pelo mérito. Nesse sentido, o exército se tornou um dos principais canais para camadas médias e ex-escravos realizarem sua aspiração de ascensão social.

Essa nova modificação na estrutura militar foi fundamental para organização e união dos militares e ex-combatentes na luta contra escravidão. Assim, podemos concluir que, a Guerra do Paraguai causou relevante impacto na sociedade jaguareense, ao possibilitar a participação ativa dos soldados libertos na luta abolicionista. Dessa forma, podemos inferir que, a nova concepção desse soldado liberto como cidadão, proporcionou mudanças significativas na estrutura da sociedade escravista desse município.

Como vimos nesse capítulo, o processo abolicionista na cidade de Jaguarão e no Rio Grande do Sul estava inserido dentro de uma conjuntura mais ampla de desarticulação do próprio sistema escravista. A peculiaridade fronteiriça da cidade de Jaguarão, somada as constantes estratégias de fuga e resistência articuladas pelos próprios escravos, até a inserção desses na Guerra do Paraguai, foram fatores que contribuíram para o enfraquecimento do uso da mão-de-obra escrava, ou até mesmo, de sua inviabilização.

Aos poucos o sistema se desarticulava e principalmente com o retorno de números expressivos de ex-escravos combatentes na Guerra, em uma nova condição de cidadãos, outra postura frente a abolição se popularizou em meio a sociedade. Conforme analisado, o soldado liberto

³⁶¹ Abolição. Jornal *A Ordem*. Jaguarão, 16 de maio de 1888, p.3.

não foi recebido da mesma forma que os oficiais, enfrentaram tentativas de re-escravização e até humilhações, entretanto, em sua nova condição de cidadão patriota tinha meios para articular uma resistência e crítica ao velho sistema, associando-se as Sociedades Emancipacionistas e posteriormente aderindo aos movimentos abolicionistas.

Considerações finais

A partir de 1865, com a eclosão da Guerra do Paraguai, a fronteira meridional se tornou, ainda mais, um espaço instável. A configuração dessa demarcação territorial foi se alterando durante a guerra. Devido a presença dos acampamentos de tropas uruguaias, argentinas e brasileiras, o cotidiano das cidades fronteiriças e próximas ao cenário de conflito tornava-se cada vez mais inseguro à propriedade privada dos estancieiros. Em meio a essa nova dinâmica social, marcada pela Guerra, as práticas e relações entre os escravos e seus senhores nas regiões diretamente afetadas pelo conflito foram alteradas de forma mais acelerada.

Os escravos rapidamente passaram a ver na Guerra do Paraguai um meio para alcançarem sua liberdade, fosse através de fugas pela fronteira ou alistamentos no exército brasileiro. Dentre as estratégias elaboradas pelos escravos para alcançarem sua liberdade, a fuga para o campo de batalha tornou-se corriqueira na fronteira meridional. O ambiente desestabilizado pela Guerra do Paraguai não estimulou apenas as fugas, mas, também outras formas de resistência à escravidão como: crimes, desordem e sabotagem dos serviços. Sendo assim, as autoridades sulinas passaram a temer o aumento do número de fugas e insurreições escravas, em meio a eclosão desse conflito internacional.

A fronteira entre o Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai apresentava uma peculiaridade: a possibilidade de liberdade aos escravos. Devido às diferenças entre a legislação brasileira e uruguaia os escravos que viviam no Brasil ao fugirem para a República Oriental do Uruguai eram considerados livres, por isso, a fronteira se tornou no cotidiano dos cativos um meio para alcançarem sua liberdade. Tal aproximação facilitava as relações sociais, políticas e econômicas dos grandes fazendeiros sul-rio-grandenses que, do outro lado do limite fronteiriço, possuíam grandes propriedades rurais, com próspera criação bovina e estreitos vínculos familiares.

Dessa forma, nesse trabalho buscamos analisar a escravidão na fronteira meridional do Brasil, especificamente na cidade de Jaguarão, a em meio ao contexto da Guerra do Paraguai, até o período da abolição. Procuramos entender também, a dinâmica cotidiana dos escravos sul-rio-grandenses, que viviam no espaço estratégico da fronteira austral do Brasil, que era escravista, com a república uruguaia, que a partir de 1842, decretou o fim da escravidão em seu território.

Nessa perspectiva, a partir das nossas análises verificamos a possibilidade de compreendermos essa fronteira enquanto “fronteira viva”. O limite geo-político entre Jaguarão e Rio Branco (Uruguai) era marcado por intensas relações sociais, políticas e econômicas, as quais eram responsáveis pelas trocas de experiências cotidianas entre brasileiros e uruguaios. Destacamos ainda, que as guerras nessa região fronteira influenciaram as práticas cotidianas que construíram a sociedade e a economia de Jaguarão. Além das guerras, outro ponto primordial a salientarmos é que a escravidão nesse município sulino representava o sustentáculo econômico capaz de manter o poderio político, militar e social dessa região.

Entender essa fronteira se tornou um aspecto central em nossa pesquisa, pois a mesma representava aos cativos o significado da possibilidade de liberdade. O limite fronteiro encorajava o sonho de manumissão dos cativos sulinos que entendiam esse espaço territorial como um limite entre a escravidão e a liberdade, já que ao ultrapassarem essa região, poderiam conseguir a manumissão em território uruguaio. Verificamos que os escravos sulinos utilizaram a fuga, crimes, ações cívicas e a participação em guerra como estratégias vinculadas à república uruguaia, a fim de alcançarem e confirmarem seus status de homens livres da escravidão. As fugas, ações de liberdade e alistamento do exército durante a Guerra do Paraguai, ao lado dos crimes cometidos pelos cativos, nos auxiliaram a compreender a relação entre as estratégias de liberdade e as resistências articuladas pelos próprios cativos, pois para alcançarem sua liberdade os escravos precisavam elaborar instrumentos de resistência, que hora se apresentavam de forma

“acomodada” ou “não adaptada” e as vezes de forma violenta, manifestada por assassinatos e crimes contra o senhor ou o capataz.

A partir dessa análise, procuramos analisar como essas estratégias utilizadas pelos escravos contribuíram para corromper o sistema escravista e serviram de base para a constituição de um processo emancipacionista/ abolicionista na cidade de Jaguarão. Nesse sentido, percebemos que o engajamento do soldado-liberto nas tropas do exército no período da Guerra do Paraguai influenciou na desestruturação da escravidão sul-rio-grandense.

Isso porque com a participação dos soldados-libertos nas forças militares e ao conseguirem suas cartas de alforria assumiram perante a sociedade o status de cidadãos brasileiros. Nesse sentido, em sua nova condição, esses cidadãos passaram a articular resistências e críticas ao sistema escravista e associavam-se às Sociedades Emancipacionistas e posteriormente aderiram aos movimentos abolicionistas. Dessa forma, compreendemos que a participação dos soldados libertos na Guerra do Paraguai impactou a dinâmica do sistema escravista no sul do Brasil, a ponto de enfraquecê-lo.

Portanto, a partir da participação dos soldados libertos na Guerra do Paraguai e a organização da luta emancipacionista/ abolicionista na cidade de Jaguarão, com a criação da Sociedade Emancipadora Jaguareense em 1881, o uso da mão-de-obra escrava enfraqueceu, ou até mesmo, chegou a ser inviabilizado na região sul do Brasil, especificamente em Jaguarão, região que estava inserida dentro de uma conjuntura mais ampla de desarticulação do próprio sistema escravista nacional.

Como vimos, o escravo não foi mero espectador do processo abolicionista, mas agente articulador de estratégias para alcançar sua liberdade, assim como, de resistências ao sistema escravista que lhe era imposto. De formas variadas, fosse através de fugas, ações de liberdade ou até mesmo o alistamento, o escravo elaborou e promoveu ações que pudessem em caráter individual ou coletivo retirar os da condição de cativos. A partir dessa perspectiva, podemos afirmar que o processo emancipacionista/abolicionista não foi vontade e atitude simples e

absoluta de grupos de interesse, sejam, políticos ou econômicos da elite brasileira, mas, e, principalmente, resposta as inúmeras estratégias e resistências promovidas pelos próprios cativos, enquanto um grupo social marginalizado pelo sistema escravista.

Arquivos consultados

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatório de Presidente de Província, 1864. p. 16.

Relatório de Presidente de Província do Rio Grande do Sul. 1850. p 10.

Relatório do Ministério de Relações Exteriores, 10 de novembro de 1860.

Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira. Arquivo Diversos, 1865.

Comissão de Alistamento. In: Diversos, maço 214, Porto Alegre- RS. 1867.

Ordens do Dia do Exército, nº 18, dia 18 de abril de 1865. p 10.

Ordem do Dia do Exército, nº 3, 509 de 12 de setembro de 1865.

Ordens do Dia do Exército, nº 20, dia 20 de abril de 1865. p 11.

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871, Rio de Janeiro, 1876, p. 150- 151.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul / Porto Alegre: CORAG, 2006.

Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul / Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: Companhia Rio grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Cartas de Liberdade, 1º Livro de Notas. Jaguarão. Número 15, v 36. Julho de 1870 a março de 1871.

Carta de Liberdade, Livro de Notas do 1º Tabelionato de Jaguarão. 22 de novembro de 1866.

Acervo: Tabelionatos Livros de Transmissões e Notas, Registros Gerais e Diversos do município de Jaguarão.

Inventário de Florêncio José Correa. Vara de Órfãos de Jaguarão, 1873.

Livro de Notas, Jaguarão, 1º Tabelionato. 13 de dezembro de 1870. Livro 15, nº 36.

Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Tabelionato, Transmissão e Notas. Livro 11, nº 36.

Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Tabelionato, Transmissão e Notas. Livro 11, nº 36.

Acervo: Tabelionatos. Livros de Notas, Registros Gerais e Ordinários da Vila de Jaguarão. Escritura de Compra e Venda. Nº22, fl-76.

Acervo: Tabelionatos. Livros de Notas, Registros Gerais e Ordinários da Vila de Jaguarão. Escritura de Compra e Venda. Nº22, fl 72.

Acervo: Tabelionatos. Livros de Notas, Registros Gerais e Ordinários da Vila de Jaguarão.

Acervo do Judiciário, 1ª vara civil e crime. Processo nº 2601, Maço: 20. 1867.

Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu / Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Periódicos:

Circo Uruguayo. *Jornal Atalaia do Sul*, 14 de dezembro de 1881, p.4.

Liberdades. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 22 de setembro de 1881, p. 3.

Abolição. *Jornal A Ordem*. Jaguarão, 16 de maio de 1888, p.3.

Emancipadora Jaguareense. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 15 de setembro de 1881, p.2- 3.

Elemento Servil. *Jornal a Reforma*. Jaguarão, 26 de outubro de 1871, p. 4.

Convite. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 17 de setembro de 1881, p. 3.

Nota. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 29 de setembro de 1881, p. 3.

Manifestação. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 15 de setembro de 1881, p.4.

Liberdade. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 16 de setembro de 1881, p.2.

Elemento Servil. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 14 de abril de 1872, p.3.

Emancipação. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 29 de agosto de 1881, p. 2-6

Mapa estatístico da Paróquia de Jaguarão. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 12 de janeiro de 1872.

Elemento Servil. *Jornal A Reforma*, Jaguarão. 15 de outubro de 1871, p. 2.

Jornal Opinião Liberal. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro, 1870, p. 3.

Jornal Rio Grandense, Rio Grande. Outubro de 1870, p. 3.

Cidadão Surrado. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão, 06 de setembro de 1870, p.3.

Aviso. *Jornal A Voz do Povo*. Jaguarão, 30 de novembro de 1870, p.3.

Matrícula dos filhos livres de mulher escrava. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 18 de janeiro de 1872, p.4.

Elemento Servil. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 20 de abril de 1872, p. 2.

Triunfo. *Jornal A Sentinela do Sul*. Porto Alegre, 03, de março de 1870, p.3.

Regosijo. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 18 de março de 1870, p. 4.

Festejos. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 29 de maio de 1870, p. 2.

Baile. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão. 22 de junho de 1870, p. 3.

Jornal Onze de Junho. Jaguarão, 05 de agosto de 1870, p.2.

Os Voluntários do Decreto. *Jornal A Sentinela do Sul*. Porto Alegre, 03, de março de 1870, p.3.

Ocorrências. *Jornal Onze de Junho*. Jaguarão. 27 de março de 1867.

Vandalismo. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 25 de agosto de 1869.

Cenas da escravidão. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 16 de janeiro de 1868.

ABUSO. *Jornal A Reforma*. Jaguarão, 19 de maio de 1872, p 2- 4.

Violência. *Jornal Onze de Junho*. Jaguarão, 06 de junho de 1869, p 6.

Jornal Echo do Sul. Jaguarão, 30 de julho de 1865

Jornal Atalaia do Sul. Jaguarão 20 de fevereiro de 1851, p 3.

Jornal O Jaguareense, 26 de fevereiro de 1856

Afogado. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 05 de março de 1880, p. 5.

Escravo Fugido. *Jornal O Jaguareense*. Jaguarão, 02 de abril de 1872, p. 4.

Aliciamento de escravos. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão 20 de fevereiro de 1851, p 3.

Estatística". *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 12 de janeiro de 1879, p 4.

Estatística. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão. 12 de Fevereiro de 1868.

Furto de gado. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão, Ano XVI. 15 abril de 1878, p. 4- 5.

A Fuga. *Jornal Atalaia do Sul*, Jaguarão, Ano XVI. 02 maio. 1878.

Livros:

SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Sociedade Emancipadora Jaguareense*. In: Cadernos Jaguarenses. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. vol 2- 3.

Intendência Municipal de Jaguarão. *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão*. Porto Alegre: Livraria Mundo. 1912.

Arquivo Histórico do Exército

Coleção das Leis do Brasil. Decreto Lei nº 3.725 de 6/ 11/ 1866. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1870.

BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865, Tomo XXV, parte 1, p. 309.

BRASIL. Decreto n. 3.505, de 4 de agosto de 1865. In: Leis do Brasil, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865, p. 329.

Coleção das Leis do Brasil. Decreto n. 3371 de 7 de janeiro de 1865. In: Leis do Brasil, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865, p. 3.

Ordem do Dia do Exército. Nº 455 de 23 de junho de 1865, p. 331.

Ordens do Dia do Exército, nº 10, dia 12 de fevereiro de 1866. p. 7.

Ordens do Dia do Exército, nº 09, dia 20 de março de 1869, p. 22.

Ordens do Dia do Exército, nº 09, dia 20 de março de 1869, p. 23.

Arquivos eletrônicos consultados

Relatório com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Ilm. e Exm. Sr. visconde de Boa -Vista. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1865. p. 20. IN: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/897/>> acessado em 12/ 03/2011

Fonte: Relatório com que o Ex. Sr. Dr. Francisco Marcondes Homem de Melo entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1868. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1068/000002.html>> acessado em 17/06/2011.

Fonte: Relatórios de Presidente de Província referente aos anos de 1863, 1865, 1866, 1867, 1869, 1870. < <http://brazil.crl.edu/>> acessado em 10/07/2011, às 13h.

SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra, 1867- 1870. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 90- 130.

SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. *Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro. Typographia nacional. 1884. p 349- 352

SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. Resolução de 15 de maio de 1872. Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1884.

Atos do poder – Decreto n. 1695 de 15 de setembro de 1869. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1869/leis1869_101.pdf, acesso 14/11/2011, às 18h.

Lei do Ventre Livre. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br/index.php/documentos - Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html, acessado em 14/11/2011, as 9:15min.

Fala que s. Exc. o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, vice-presidente da província do Rio Grande do Sul, dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial, no dia 20 de outubro de 1885, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária. Porto Alegre, Officinas Typographicas do Conservador, 1887. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/000179.html>>, acessado em 10/07/2011, às 15:35.

Fala com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, 2º vice-presidente da província, abril a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 7 de março de 1881, e relatório com que lhe foi passada a administração pelo Exm. Sr. Dr. Henrique D'Avila, a 4 do mesmo mês.

Porto Alegre, Typ. da Reforma, 1881. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u758/000020.html> > acessado em 10/07/2011, às 13h.

Coleção Leis do Império. Decreto nº 5.135 de 13 de novembro de 1872. In: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1872/Leis-1872/Legimp-1872_96.pdf>.

Acessado em 15/11/2011, às 16 horas.

Bibliografia

ALADREN, Gabriel. *Experiências de liberdade em tempos de guerra pretos e pardos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828)*. Anais do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC Vitória – 2008.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria*. Rio de Janeiro: porto Alegre: Ed Globo, 1966.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *O ofício da liberdade: primeiros apontamentos sobre trabalhadores libertandos em São Paulo no século XIX*. Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Da abolição à emancipação: raça gênero e identidades” na ANPUH- São Paulo, 2011.

ARAÚJO, Thiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo e agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)* Dissertação de mestrado defendida no PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. *Encruzilhadas da escravidão: reorganização das relações de trabalho nas últimas décadas da escravidão (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro)*. In: Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Da abolição à emancipação: raça gênero e identidades” na ANPUH- São Paulo, 2011.

AZAMBUJA, Graciano. *Anuário Estatístico da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1888.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BAKOS, Margaret M. *Abolicionismo no Rio Grande do Sul*. Caderno de História nº 29 do Memorial do Rio Grande Sul.

_____. *RS: Escravidão e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BANDEIRA, L. Moniz. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata- Argentina, Uruguai e Paraguai: da colonização a Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BARRETO DE SÁ. Gabriela. *Entre mordanças e direitos: ações de liberdade e resistência escrava na história do direito no Brasil*. In: XI Congresso luso-brasileiro de ciências sociais. Salvador, 2011.

BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os Portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. PPGH Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado em História)

BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Canoas: PAH, 1968

BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese de doutorado, FFLCH/ USP, 2006.

_____. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: HUMANITAS, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. vol 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BORTOLLI. Cristiane de Quadros de. *Vestígios do passado. A escravidão no planalto médio gaúcho (1850-1888)*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História. Passo Fundo, janeiro de 2003.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA Natalia. *Esclavitud y trabajo. Um estudio sobre los afrodescendientes en La frontera uruguaya 1835-1855*. Montevideu: Mastergraf, 2004.

BURGUIÈRE, André (org). *História da família*. Terramar, Lisboa. 1998. vol. 2.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Paz e Terra: São Paulo, 1997.

CAÉ, Rachel. *Mobilidade social de negros e escravos na fronteira sul do Império Brasileiro*. In: Anais do 4º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional. Curitiba-PR, maio de 2009.

_____. *Perspectivas de liberdade na fronteira meridional: análise dos conflitos diplomáticos entre Brasil e Uruguai em torno da questão escravista (1842-1864)*. XIV Encontro Regional da AHPUH Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 19 a 20 de julho de 2010.

CARATTI, Jônatas Marques. *Em busca da posse cativa: o Tratado de Devolução de Escravos entre a República Oriental do Uruguai e o Império brasileiro a partir de uma relação nominal de escravos fugidos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1851)*. In: Anais do 4º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil meridional. Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009.

_____. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. Dissertação apresentada a UNISINOS. São Leopoldo, 2010.

_____. *Escravidão e hierarquias sociais na fronteira sul do Rio Grande de São Pedro nas primeiras décadas do século XIX: notas iniciais de pesquisa*. In: 4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil meridional. Curitiba-PR maio de 2009.

_____. *Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860- 1880)*. In: IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre. 2009.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora UnB, 1983.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da Ordem: a elite política imperial e teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. P 133-137.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. *A força e o machado: resistência escrava e Quotidiano de libertos na comarca de Nazareth Das farinhas. Recôncavo baiano, 1830-1852*. In: Revista de História, nº 156 (1º semestre de 2007).

CASTILHO, Celso. *O '25 de março' e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife*. Trabalho apresentado no Simpósio Temático "Da abolição à emancipação: raça gênero e identidades" na ANPUH- São Paulo, 2011.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai: 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – período colonial*. São Paulo: Brasil, 1979.

CHAGAS, Karla, Stalla, Natalia. *Amos y esclavos em lãs fronteras Del espacio rioplatense (1835- 1862)*. Anais do 3º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, maio de 2007.

CHALHOUB, Sidney. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Visões de liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHAVES, Joaquim. *O Piauí na Guerra do Paraguai*. Cadernos Históricos. Nº 4. Academia piauiense de letras. 1971.

CHAVES, Julio Cesar. *História del paraguay*. Buenos Aires: edicion del autor. 1960.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 4.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985

_____. *A abolição*. São Paulo: UNESP, 2008

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

CUARTEROLO, Miguel Ángel. *Soldados de la Memoria, imágenes y Hombres de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta. 2000

DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal Fluminense, 2004.

_____. *Liberdade inconveniente: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Anais do X Encontro Estadual de História. Santa Maria, 26 a30 de julho de 2010.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

_____. *O conflito com o Paraguai. A grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática. 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

ELIAS, Norbert. *Uma digressão sobre o nacionalismo*. In: Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução dos hábitos nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1997.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luis Augusto. *Escravidão e pecuária na fronteira sul do Brasil: primeiras notas de pesquisa- Alegrete, 1831-1850*. Anais do II Encontro de Pós-graduação em História econômica. Niterói, 2004

_____. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825- 1865)*. Santa Maria: Ed da Universidade/ UFSM, 2010.

_____. *Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na Fronteira meridional do Brasil (1816-1845)*. Anais do X Encontro Estadual de História. Santa Maria, 26 a30 de julho de 2010.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em Costas Negras: uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Editora da USP: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1998.

FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987

FERREIRA, Jackson “*Por hoje se acaba a lida*”: *suicídio escravo na Bahia (1850-1888)* Afro-Ásia, 31 (2004), 197-234.

FERRER, F. Carla S. Candido Lopez e a Guerra do Paraguai. In: FLORES, Moacyr. *Arte em movimento: imagens da História*. Porto Alegre: Palier, 2004. p 33-44.

_____. O recrutamento military para o Exército no periodo da Guerra do Paraguai. Mestrado. PUC/ RS. 2004.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas FFLCH- USP: FAPESP, 2000,

FILHO. Ferreira. *História Geral do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Globo, 1978.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura. A imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851- 1864)*. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2007

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: UFRGS. 2004.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FLORES, Onici Claro. *A leitura da Charge: 500 anos*. Canoas- RS: Ed da ULBRA, 2002.

FLUMINENSE. *Traços biográficos da heroína brasileira, Jovita Alves Feitosa*. Rio de Janeiro. Typografias Imperial, 1865.

FRANCO, Sérgio da Costa. *As origens de Jaguarão*. Caxias do Sul: UCS, 1980.

_____. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. *As “califórnicas” do Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paragua*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956. v 1 a v4.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1833)*. Universidade de Caxias do SUL/ IEL: 1980

FREGA, Ana. *Caminos de libertad en tiempos de revolución. Los esclavos en La Provincia Oriental Artiguista, 1815-1820*. In: BETANCUR; BORUCKI e FREGA (orgs.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense*. Vol. 1. Montevideu: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004.

_____. *Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828-1830*. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2007.

GAY, João Pedro. *Invasão Paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

GARCIA, Gabriela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 2005.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888*. Rio de Janeiro: Brasiliense. 1986.

GIL, Tiago. *Os infiéis Transgressores: os contrabandistas da Fronteira*. Rio Grande e Rio Pardo. 1760-1810. PPGHIST/UFRJ, 2002. Dissertação de mestrado.

GÓES, Damião de. *Traços biográficos da heroína brasileira Jovita Alves Feitosa, ex- sargento do 2º Corpo de Voluntários da Pátria do Piauí – por um fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial de Brito & Irmão. 1865.

GOLIN, Tau. *A fronteira: os tratados de limites Brasil- Uruguai- Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2004. v 1 e v2.

_____. *O povo no pampa*. Passo Fundo: UPF, 2001.

GOULART, Fabio Odair Gomes. *Entre a resistência e a coerção: a vivência dos escravos na cidade do Rio Grande*. Anais do II encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 2005.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/INL. 1972.

GRAHAM, Richard. *A escravatura brasileira reexaminada*. In: Escravidão, Reforma e Imperialismo, São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila, CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão, fronteira e relações diplomáticas, Brasil- Uruguai, 1840-1860*. Seminário internacional “O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade. UNIRIO, 2009

_____. *Escravidão e liberdade na fronteira entre o império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa*. Cadernos do CHDD. Ano 5, Número Especial, 2007.

_____. *Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial*. Almanack brasiliense, nº 6, novembro de 2007.

_____. *A Liberata, a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRINBERG, Keila; CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão, fronteira e relações diplomáticas, Brasil- Uruguai, 1840-1860*. Seminário internacional “O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade. UNIRIO-RJ, 2009.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *A república rio-grandense e o rio da prata: A questão dos escravos libertos*. Anais do II Encontro “Escravidão E Liberdade No Brasil Meridional”. Porto Alegre, 26- 28/10/ 2005.

_____. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 1998.

_____. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados nações e regiões províncias no Rio da Prata. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. *República Rio-Grandense e o Rio da Prata: a questão dos escravos libertos*. In: Anais Eletrônicos do II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 2006.

_____. Custiones fronterizas de la República Rio-Grandense: el problema de los esclavos libertos (1836-1845). In: BENTANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex e FREGA, Ana. *Estudios sobre la afro-rioplatense – História y presente (II)*. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación: Montevideo, 2005.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Sítio charqueador pelotense. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Império*, v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

HAMESTEIN, Martha. *Para dar calor a nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1737-1763)*. PPGH Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutorado, Rio de Janeiro, 2006.

HEINSFELD, Adelar. *Ao sul do Rio Grande do Sul: a retificação dos limites territoriais com o Uruguai, 1909*. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2007.

HEREDITA, Edmundo. A. *Cono Sur: el fin de las regiones de frontera*. In: Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF]: A Fundação, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. V.1 São Paulo: Difel, 1985.

HORNE, Gerald. *O sul mais distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. RJ: BIBLIX. 1997.

_____. *Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860*. Escudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 27, 2001.

KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*. Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2006.

_____. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

KRAAY, Hendrik. "O abrigo da farda": O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. Salvador. *Afro-Ásia*, n°17, 1996.

_____. *Reconsidering Recruitment*. In: Imperial Brazil. The Américas, v. 55, n°1, julho de 1998.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. *Ter escravo em Rio Grande*. In: Anais do 3º encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional. Florianópolis, 2007.

LAYTANO, Dante de. *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

LIMA, Rafael Peter de. *Violência na Fronteira: o seqüestro de negros do Estado Oriental (Séc. XIX)*. In: Anais da IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias/ org. Márcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: CORAG, 2006.

LEVI, Giovanni. *Centro e Periferia de uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.

LORETO, Aliatar. *Capítulos de História Militar do Brasil, os antecedentes da guerra contra o Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1953.

MACHADO, Maria Helena P T. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994.

_____. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, K; SALLES, R. *Brasil Imperial*, vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

MACHADO, Geosiane Mendes. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, Março de 2010.

_____. *Universo militar: liberdade à vista. Minas Gerais século XIX*. In: Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2009.

MAESTRI FILHO. Mário J. *O escravo gaúcho*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

_____. Mario. *A servidão Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Quilombos e quilombolas em terras gaúchas*. Porto Alegre /Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.

MAIZTEGUI CASAS, Lincoln r. *Orientales: una historia política del uruguay, de los orígenes a 1865*. Montevideo: Planeta, 2005.

MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. Tese de doutorado. Universidade Politécnica da Catalunha 2001.

_____. *A construção do espaço no sul do brasil. De fronteira ao mercosul:O caso de Jaguarão*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Nº 69 (54), 1 de agosto de 2000.

MARTINS, Robson L. M. “Atos dignos de louvor”: *Imprensa, alforrias e abolição No sul do espírito santo, 1885-1888*. In: *Afro-Ásia*, 27 (2002).

MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATHEUS, Marcelo S.; RIBEIRO, Max R. P. e FARINATTI, Luís A. E. *Registros de Batismo e famílias subalternas (Alegrete, 1820-1850)* In: Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

MELLO, Silvio Luzardo de Almeida. *O Exército e a Abolição da Escravatura- O Exército e a Proclamação da República*. Florianópolis: Insular, 2003.

MELIÁ, Bartolomeu, *La lengua guaraní del Paraguay: historia, sociedad y literatura*, Madri, Editoria. MAFRE, 1992.

MENDONÇA, Joseli (org). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Ed da UNICAMP, 2006.

MONSMA, Karl. *Escravidão nas estâncias do rio grande do sul: Estratégias de dominação e de resistência*. Anais do 5º Encontro Escravidão e liberdade na Brasil meridional. Porto Alegre, 2011.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudart. Justicando o cativo, a cultura de resistência escrava. In: GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria. *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

_____. *Sobre fronteira e liberdade- representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1865- 1870)*. Anos 90, Porto Alegre, nº 9, julho de 1998.

_____. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. *Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____. *Que com seu trabalho nos sustenta. As cartas de alforria de Porto Alegre (1748- 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. *Uma parda infância: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX)* In: IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

_____. *Sobre Fronteira e Liberdade – Representações e Práticas dos Escravos Gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870)*. Anos 90, Porto Alegre, n.9, julho de 1998.

_____. (Transcrição e revisão) *Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira- 1864 a 1865*. AHRGS, Porto Alegre: EST, 1997.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 26, n° 52, p. 15-47, 2006.

_____. *Derradeiras Transações. O Comércio de Escravos nos Anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo)*. Almanack Braziliense: São Paulo, n. 10, nov. 2009.

MOTT, Luiz. *O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe*. In: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro- SP: 1986.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do cativo ao mar: escravos da marinha de Guerra*. Estudos Afro- Asiáticos. Rio de Janeiro, 2000, n° 38.

NOGUERÓL, Luís. *Elementos da Escravidão do Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o seguro contra a fuga na fronteira com o Uruguai*. In: XXXV Encontro Nacional de Economia. Recife, 2007.

NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs). *O continente em armas: uma história da guerra do sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

NOVAIS, Fernando A. *O significado da “Guerra do Paraguai” na História do Brasil*. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro (org). *A Guerra do Paraguai. 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume- Demurá, 1995.

OLIVEIRA, Manuel Lucas de. *Diário*. 1865. AHRGS.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.

OLIVEIRA. Joice Fernanda de Souza. *A voz escrava nos processos-crimes: histórias de escravos ladinos na escravidão brasileira*. In: <www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/joice_oliveira.pdf>, acessado em 12/09/2011, às 16h.

OSÓRIO J L. OSÓRIO FILHO. *História do General Osório*. Pelotas, RS. Typografia do Diário Popular, 1915

OSÓRIO, Helen. *Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial*. Anais da segunda jornada de História Regional Comparada. Porto Alegre, PUCRS, 2005.

_____. *A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos*. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2007.

PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: GOLIN, Tau (org). *Império*. v 1. Passo Fundo-RS: Méritos, 2006.

PALERMO. Eduardo R. *Secuestros y tráfico de esclavos em La frontera uruguaya: estúdio de casos posteriores a 1850*. In: revista tema Livre. < www.revistatemalivre.com > 2009. Acessado em 10/05/2010.

PEREIRA. Carlos Patrício Freitas. Geopolítica e o futuro do Brasil- Amazônia Ocidental e Pantanal comunidade sul- americana. Rio de Janeiro: BIBLIX.2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense. 1990.

PESSI. Bruni Stelmach. *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (c.1846- c1874)*. Monografia, UFRGS/ Porto Alegre, novembro, 2008.

PETIZ, Silmei. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Rio Grande do Sul: UPF, 2006.

PICCOLO. Helga Iracema Landgraf (org). *Coletânea de discursos parlamentares da Assebléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1835-1889*. v1 e v2. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do estado do RS, 1998.

PINTO, Genivaldo Gonçalves. A provincial na Guerra do Paraguai. In: GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006

PORTO ALEGRE. Apolinário; PAREDES, Menezes. *Jovita*. Porto Alegre: Globo.1868.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RIBEIRO, José Iran. *De tão longe para sustentar a honra nacional: Estado e Nação nas trajetórias dos brasileiros na Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: PPGHIS, UFRJ, Tese de Doutorado, 2009;

REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996.

_____. *Resistência escrava na Bahia "poderemos brincar, folgar e cantar ": o protesto Escravo na América*. In: *Afro-Asia*, 14, 1983.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *Rio Grande do Sul e Uruguai: os bastidores da diplomacia marginal, 1893-1897*. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2007.

ROA BASTOS, Augusto; RICCI, Franco Maria. *Imagens de La Guerra del Paraguay*. Itália, Millani, 1984.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: Os caminhos da memória, entre a comemoração e o esquecimento*. Tese de doutorado, FFLCH/ USP. São Paulo, 2009.

ROMERO, Junior. *Um velho advogado na justiça militar*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1962.

ROSEMBERG, André. *De chumbo e de festim. Uma história da polícia paulista nos finais do império*. São Paulo: EDUSP, 2010.

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca pela liberdade: Alforria e comunidade africana .Rio Grande, século XIX*. PPGH Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, dissertação de mestrado, 2008

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Tendências atuais da História da família no Brasil*. In: *Pensando família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UERJ, 1987.

SAMPAIO, Maria Clara Carneiro. *Fronteiras Negras ao Sul: O Proposta dos Estados Unidos de Colonizar a Amazônia Brasileira com Afro-descendentes Norte-americanos na Década de 1860*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, DDFCH/ USP, 2009.

SARAIVA, José Antônio. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978.

SCNEIDER. L. *A guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar. 1924.

SCHIAVON, Carmem G Burgert. *Maçonaria e abolição da escravidão no sul do Brasil*. Rio Grande: ed da FURG, 2005.

_____. *A primeira sociedade de emancipação de escravos do Brasil*. In: Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

SEVCENKO. Nicolau. *Literatura como Missão, tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 4ª Ed. 1995.

SILVA, Eleonora Felix da. *E.P. Thompson e as contribuições para a História Social e os estudos sobre escravidão*. Disponível em: <http://www.janduarte.com.br/textos/epthompson.pdf>, acesso em 14/11/11, as 15:02.

SILVA. Manoel Joaquim do Nascimento. *Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro. Typographia nacional. 1884.

SILVA, João José Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Cia das Letras, 1989.

SILVEIRA, Mauro César. *A Batalha de Papel- a Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

SILVEIRA, Pedro Maria Amaro. Discurso na Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Coletânea de discursos parlamentares da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999.

SMITH, Herbert, H. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Bleil de Souza. O pincel e a pena na construção da nação: pintando e narrando um mito político fundacional. 2009. <<http://ww6.ufrgs.br/arquivo/suzana>> acessado em 23/ 05/2010.

_____. *Brasil – Uruguai, uma articulação regional revisitada*. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2007.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

SOUZA. Suzana Bleil de. *Os caminhos e os homens do contrabando. Nas Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 135.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Ed Sulina, 1969.

_____. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1953.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros, rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

TAUNAY, A d'Escragnolle. *Diário do Exército*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1958.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Rio Grande do Sul: Fronteira entre duas formações históricas. Ensaio FEE, Porto Alegre, 11, (2): 308- 344, 1991.

THONPSON FLORES. Mariana Flores da Cunha. *A criminalidade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1845-1889)*. Anais do IX Encontro estadual de História. Porto Alegre, 2002.

_____. *Manejando soberanias: o espaço de fronteira como elemento na Estratégia de fuga e liberdade (relativa) de escravos no Brasil Meridional na metade do século XIX*. 5º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil meridional. Porto Alegre, 2011.

TORAL, André Amaral de. *A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai*. Estudos Avançados, 9 (24), 1995.

_____. *Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai*. Revista Brasileira de História. 1999, vol. 19, nº 38.

ROA BASTOS, Augusto; RICCI, Franco Maria. *Imagens de La Guerra del Paraguay*. Itália, Millani, 1984.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a corte: uma análise da elite política do rio Grande do Sul (1868- 1889)*. Dissertação apresentada para Universidade Federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, abril de 2007.

VASCONCELOS, Albertina Lima. *Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos em Rio Grande – RS, no século XIX*. Porto Alegre: IIº Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005. CD-ROM.

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1975.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1991.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo Hucitec/História Social, USP, 1998.

ZARTH, Paulo A. *Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: ED Unijuí, 2002.

ZUBARAN, Maria Angélica. *Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880): o caso da lei de 1831*. Porto Alegre: Revista Estudos Ibero-Americanos: PUCRS, n 2. , 119-132, dezembro de 2006.

_____. *A invenção branca da liberdade negra: Memória social da abolição em porto Alegre*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Julho/ Agosto/ Setembro de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 3.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas da segunda metade do século XIX*. Campinas: Áreade publicações CMU/ Unicamp, 1996.

ANEXOS

Anexo 1- Cartas de liberdade

Escravo	Senhor	Data	Conteúdo
[sem nome]	Sr. Joaquim Soares de Souza	dt. conc.20-10-66; dt. reg. 14-11-66 (Livro 10, p. 138r).	A portaria de isenção de serviço Guarda Nacional concede liberdade “para como seu substituto servir no Exército, 12 anos, ficando isento de todo o serviço da Guarda Nacional na conformidade com o art. 20 do Decreto n.º 2029 de 18-11-57 e para que foi este comando autorizado pela da Presidência da Província. Determino portanto a todas as autoridades sujeitas a esse comando, que com o mesmo não se intervenha
Faustino José Gonçalves; preto; 18;	Sr. Honório José Gonçalves	22-11-66; dt. reg. 22-11-66 (Livro 11, p. 1v).	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em meu lugar, afim de este goze dos favores e isenções que concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele isento do serviço do exército”.
Damásio Francisco de	Sr. Manoel Francisco de	22-11-66; dt. reg. 22-	A carta foi concedida “para que sirva em um

Brum; 25	Brum	11-66 (Livro 11, p. 2v	dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em meu lugar, afim de que este goze dos favores e isenções que lhe concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele isento do serviço do exército”.
Jacinto Leodoro; 19;	Sr. Evaristo José Gonçalves	23-11-66; dt. reg. 23-11-66 (Livro 11, p. 3r).	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em lugar do meu filho Evaristo José Gonçalves Júnior, afim de que este goze dos favores e isenções que concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele isento do serviço do exército”.
Benedito José Nobre; 27	Sr. Ismael José Nobre	24-11-66; dt. reg. 24-11-66 (Livro 11, p. 4r).	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em meu lugar, afim de que este goze de todos favores e isenções que lhe concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele

			isento do serviço do exército”.
Paulo Inácio Rodrigues; 25;	Sra. Justa Dias Rodrigues	27-11-66; dt. reg. 27-11-66 (Livro 11, p. 6v).	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em lugar de meu filho Lino Inácio Rodrigues, afim de que este goze dos favores e isenções que lhe concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18- 11-57 por se achar ele isento do serviço do exército”. Por não saber ler nem escrever, a senhora pediu ao Alferes Manoel Inácio Rodrigues que a assinasse a rogo.
José Maria Dias; 19	Sra. Maria Inácia Rodrigues Dias;	01-12-66; dt. reg. 01-12-66 (Livro 11, p. 11r).	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em lugar de meu filho Manoel Inácio Dias, afim de que este goze dos favores e isenções que concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11- 57 por se achar ele isento do serviço do exército”.
Lucas Caetano dos	Sr. Manoel Corcino dos	03-12-66; dt.	A carta foi concedida “para

Santos; 18	Santos	reg. 03-12-66 (Livro 11, p. 11v).	que sirva em um dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em meu lugar, afim de que este goze dos favores e isenções que concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele isento do serviço do exército”.
Paulo Corrêa da Silva; 28	Sr. João Jacinto Corrêa da Silva;	04-12-66; dt. reg. 04-11-6632 (Livro 11, p. 15r).	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em meu lugar, afim de que possa gozar dos favores e isenções que lhe concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele isento do serviço do exército”.
Eleutério Porto; 26;	Sr. Joaquim Teixeira Porto;	08-12-66; dt. reg. 10-12-66 (Livro 11, p. 15v).	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que lhe for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em lugar de meu filho Manoel Joaquim Porto, afim de que este goze dos favores e isenções que lhe concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele

			isento do serviço do exército”.
Adão Cunha; 19;	Sr. Basílio Evaristo;	11-12-66; dt. reg. 11-12-66 (Livro 11, p. 16v).	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em lugar de meu enteado Fortunato Antônio da Cunha, afim de que este goze dos favores e isenções que lhe concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11- 57 por se achar ele isento do serviço do exército”.
Estevão; pardo; 26;	Sr. Tomás de Farias Santos	04-01-67; dt. reg. 04-01-67 (Livro 11, p. 24r	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que lhe for destinado pelo tempo de 12 anos como em substituição do meu sobrinho Luís Gidião de Farias, afim de que este goze dos favores e isenções que concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele isento do serviço do exército”.
Narciso; Crioulo; 18;	Sra. Maria Dias Terra	03-01-67; dt. reg. 04-01-67 (Livro 11, p. 25r).	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que lhe for destinado pelo tempo de 12 anos

			como voluntário em lugar de meu filho Felício Francisco Terra, afim de que este goze dos favores e isenções que concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele isento do serviço do exército”.
Marcelino; desta Província; 35	Sra. Joaquina Maria da Conceição	03-11- 67; dt. reg. 05- 11-67 (Livro 11, p. 97v).	A carta foi concedida “com a condição de servir em qualquer corpo do Exército por espaço de 9 anos em substituição do Guarda Nacional Antônio Vieira de Freitas, em serviço atualmente no Esquadrão Provisório em serviço nesta fronteira, isto de conformidade com a Lei, e as intenções do Governo”. A carta foi passada pelo filho e procurador da senhora, Emídio da Silva.
Manoel; 18	Sr. Jacinto Corrêa de Araújo;	18-11- 67; dt. reg. 18- 11-67 (Livro 11, p. 98r).	A carta foi concedida “para o fim de servir em [um] dos corpos do Exército como substituto do Guarda Nacional João Antônio Fraga, de presente em serviço no Esquadrão Provisório destacado na

			fronteira de Jaguarão, de conformidade com o Decreto 3513 de 12-09- 65”.
--	--	--	---

2º TABELIONATO

Escravos	Senhor	Data	Ação
Benedito; preto; 30;	Sr. Clarimundo Álvaro de Melo	30-11-66; dt. reg. 30- 11-66 (Livro 3, p. 6r).	A carta foi concedida “para que sirva em um os corpos do Exército que lhe for destinado, pelo tempo de 12 anos como voluntário no lugar de meu filho Loregildo Pereira de Melo, afim de que este goze dos favores e isenções que concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11- 57, por se achar ele isento do serviço do exército”.
Paulo Inácio Rodrigues; 25	Sr. Lino Inácio Rodrigues	27-11-66; dt. reg. 19- 12-66 (Livro 3, p. 12r).	A carta foi concedida para ficar “isento de todo o serviços militar o Guarda Nacional Lino Inácio Rodrigues por ter na conformidade do art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57, apresentado para o serviço do Exército como seu substituto deu escravo Paulo [...], o qual concede

			liberdade para tal fim”.
Damião ; pardo; desta Província; 20	Sr. Ramão Francisco de Lemos	08-07-67; dt. reg. 09-07-67 (Livro 3, p. 33r	A carta foi concedida “para que sirva como substituto de meu filho João Nepuceno de Lemos, pelo tempo de 9 anos, em um dos corpos de 1ª Linha do Exército que lhe for designado conforme é concedido por Lei”. O senhor pediu a seu filho João Nepuceno Lemos que a assinasse a rogo.
Elias ; pardo; desta Província; 22	Sr. Angelino Dutra da Silveira	02-08-67; dt. reg. 02-08-67 (Livro 3, p. 35r	A carta foi concedida “para que sirva como substituto de meu filho Leandro Dutra da Silveira, em um dos corpos de 1ª Linha do Exército que lhe for designado conforme é concedido por Lei”.
Inácio ; preto; Crioulo desta Província; 18;	Sr. Antônio Joaquim Lima	18-11-67; dt. reg. 01-04-68 (Livro 3, p. 54r	A carta foi concedida “para que sirva por mim como substituto em um dos corpos de 1ª Linha do Exército que lhe for designado conforme é concedido por Lei”.
Isac Teixeira de	Joaquim Faustino	07-junho	Carta concedida, por substituição

Souza	Dias	de 1867	à Guerra do Paraguai
Escravo	Capitão Libanio Amaro da Silv		Para substituir seu filho Felisberto Amaro da Silveira
Simão Garcia	João Jacinto Garcia	06/01/1867	Carta concedida, por substituição à Guerra do Paraguai
Joaquim Garcia	Peregrino José Garcia	12/09/1867	Carta concedida, por substituição à Guerra do Paraguai
Tomás de Melo; 29	Manoel Cândido de Melo	dt. conc. 27-11-66; dt. reg. 27-11-66 (Livro 11, p. 7v). desc.:	A carta foi concedida “para que sirva em um dos Corpos do Exército que for destinado pelo tempo de 12 anos como voluntário em lugar de meu filho Manoel Cândido de Melo, afim de que este goze dos favores e isenções que lhe concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57 por se achar ele isento do serviço do exército”. Por não saber ler nem escrever, o senhor pediu a seu filho Manoel Cândido de Melo que a assinasse a rogo.
Januário Barriza; pardo; Crioulo; 19;	Srs. Henrique Francisco das Chagas e Joaquim Francisco	dt. conc. 10-08- 65; dt. reg. 10-08-65 (Livro 3, p.	A carta foi concedida “com a única condição, que ficará obrigado a servir na

	das Chagas	1r).	qualidade de substituto do senhor Franquelim Rodrigues Farinha, não só na Guarda Nacional na campanha contra o Paraguai, como também a servir 9 anos no Exército como substituto do mesmo Franquelim, findo que seja a referida campanha”.
Marcelino; preto; Crioulo; 36	Sr. Francisco Joaquim Ferreira	dt. conc. 27-08-65; dt. reg. 28-08-65 (Livro 3, p. 1v).	A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de meu substituto nos corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente guerra, que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja, servir no Exército Imperial, também em minha substituição, pelo tempo que faltar para o completo de 12 anos, de destacamento na Fronteira, afim de eu poder gozar das garantias que concede o art. 20 do Decreto número 2029 de 18-11-57, cujas

			condições serão religiosamente cumpridas, uma vez que seja aceita pelo Governo Imperial [...] ficando sem efeito as condições da carta que ao mesmo escravo passei em 26 do corrente mês, e registrada no Cartório do escrivão de Paz da Freguesia do Arroio Grande, no mesmo dia”.
José; Crioulo; 28	Sra. Maria Antônia Munis	dt. conc. 28-12-66; dt. reg. 14- 01-67; do 1° Distrito da Vila de Piratini (Livro 3, p. 21v).	A carta foi concedida “por tê-lo oferecido ao Governo Imperial para servir na presente guerra, em seu lugar, em que se acha o Império empenhada contra a República do Paraguai”.
Protázio; pardo; 20;	Sr. Antônio Gonçalves de Aguiar	dt. conc. 19-08-65 (Livro 4, p. 9v).	A carta foi concedida “com a condição de servir de substituto de meu filho Emílio Lorena de Aguiar, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a Guerra do Paraguai, e finda que ela seja sentará praça no Exército Imperial

			<p>pelo mencionado substituído pelo tempo de 12 anos, para que este possa gozar das garantias que lhe concedem o art. 20 do Decreto nº 2029 de 18-11-57, cujas condições serão cumpridas religiosamente pelo libertando e no caso de falta de cumprimento voltará a servir-me por igual prazo de tempo”.</p>
<p>Aleixo; pardo; 18</p>	<p>Sra. Marcelina Bernardes Maciel</p>	<p>dt. conc. 21-08-65 (Livro 4, p. 10r)</p>	<p>∴ A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de substituto por meu filho Manoel Antônio Maciel, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra do Paraguai, e finda que ela seja sentará praça no Exército Imperial pelo mencionado substituído pelo tempo de 12 anos, para que este possa gozar das garantias que lhe concedem o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57, cujas condições serão cumpridas</p>

			religiosamente pelo libertando e no caso de falta de cumprimento voltará a servir-me por igual prazo de tempo”.
Antônio; preto; Crioulo; 25	Sr. Angelino Pereira das Neves	dt. conc. 21-08-65; dt. reg. 21- 08-65 (Livro 4, p. 10v).	A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de meu substituto, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja assentará praça no Exército Imperial, também em minha substituição, pelo tempo de 12 anos, a fim de eu poder gozar das garantias que me concedem o art. 20 do Decreto nº 2029 de 18-11-57, cujas condições serão cumpridas religiosamente pelo libertando e no caso de falta de cumprimento voltará a servir-me por igual prazo de tempo”. Por não saber ler nem escrever, o senhor pediu a Joaquim Moreira da Silva que a assinasse a

			rogo.
Jacinto; preto; Nação; 30;	Sr. Manoel Batista de Almeida	dt. conc. 22-08-65; dt. reg. 22- 08-65 (Livro 4, p. 11r).	A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de meu substituto, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja assentará praça no Exército Imperial também em minha substituição pelo tempo de 12 anos, a fim de eu poder gozar das garantias que me concedem o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57, cujas condições serão cumpridas religiosamente pelo libertando e no caso de falta de cumprimento voltará a servir-me por igual prazo de tempo”.
Marcelino; preto; Crioulo; 36	Sr. Francisco Joaquim Ferreira	dt. conc. 26-08-65; dt. reg. 26- 08-65 (Livro 4, p. 11v).	A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de meu substituto, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela

			<p>seja assentará praça no Exército Imperial também em minha substituição pelo tempo de 12 anos, a fim de eu poder gozar das garantias que me concedem o art. 20 do Decreto nº 2029 de 18-11-57, cujas condições serão cumpridas religiosamente pelo libertando, e no caso de falta de cumprimento, voltará a servir-me por igual prazo de tempo". Há uma declaração ao lado da carta dizendo que esta acha-se substituída por outra lançada nas folhas 15r e 15v.</p>
José ; pardo; Crioulo; 26	Sr. Cândido Batista de Almeida	dt. conc. 22-08-65; dt. reg. 26-08-65 (Livro 4, p. 12r).	<p>A carta foi concedida "com as expressas e únicas condições de servir de meu substituto, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja assentará praça no Exército Imperial também em minha</p>

			substituição, pelo tempo de 12 anos, a fim de eu poder gozar das garantias que lhe concedem o art. 20 do Decreto nº 2029 de 18-11-57, cujas condições serão cumpridas religiosamente pelo libertando e no caso de falta de cumprimento voltará a servir-me por igual prazo de tempo”.
Jacinto; preto; 29	Sr. Manoel Batista de Almeida	dt. conc. 23-08-65; dt. reg. 26- 08-65 (Livro 4, p. 12v).	A carta foi concedida “com a condição de servir de meu substituto, nos Corpos da Guarda Nacional deste Município, durante a Guerra com o Paraguai, e finda que seja ela, servirá no Exército Imperial como meu substituto pelo tempo de 12 anos, afim de que possa gozar o privilégio do art. 20 do Decreto nº 2029 de 18-11-57. Cujas condições serão cumpridas religiosamente pelo libertado e na falta de cumprimento, me pagará a multa de 1:000\$”. Este documento substitui outro lançado neste

			mesmo livro nas folhas 11r e 11v.
Vicente; preto; 28	Sr. Manoel Inácio Cardoso	dt. conc. 26-08-65; dt. reg. 26- 08-65 (Livro 4, p. 13r).	A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de substituto, de meu filho Manoel Espirito Santo Cardoso, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja assentará praça no Exército Imperial, também em substituição de citado meu filho, pelo tempo de 12 anos, a fim do mesmo substituído poder gozar das garantias que lhe concedem o art. 20 do Decreto nº 2029 de 18-11-57, cujas condições serão religiosamente cumpridas pelo libertando e no caso de falta de cumprimento voltará a servir-me por igual prazo de tempo”.
Luciano; preto; Crioulo; 24	Sr. José Maria Soares	dt. conc. 28-08-65; dt. reg. 28- 08-65 (Livro 4, p. 14r)	A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de meu substituto, nos Corpos da

			<p>Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja assentará praça no Exército Imperial também em minha substituição pelo tempo de 12 anos, para que eu possa gozar das garantias que me concedem o art. 20 do Decreto nº 2029 de 18-11-57, cujas condições serão cumpridas religiosamente pelo libertando e no caso de falta de cumprimento voltará a servir-me por igual prazo de tempo”.</p>
<p>Luiz; preto; 25</p>	<p>Sr. Máximo Feliz Balhego</p>	<p>dt. conc. 29-08-65; dt. reg. 29-08-65 (Livro 4, p. 15v</p>	<p>A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de meu substituto, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja servirá no Exército Imperial também em minha substituição pelo tempo que faltar</p>

			para completo de 12 anos de destacamento na Fronteira, afim de eu poder gozar das garantias que concede o art. 20 do Decreto 2029 de 18-11-57, cujas condições serão religiosamente cumpridas, uma vez que seja aceita pelo Governo Imperial”.
Cipriano; Crioulo; 19	Sr. Francisco da Rosa Madruga	dt. conc. 01-09-65; dt. reg. 01-09-65 (Livro 4, p. 17r).	A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de substituto de meu filho Vicente da Rosa Madruga, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja servirá no Exército Imperial também em substituição, do citado meu filho pelo tempo que faltar para o completo de 12 anos de destacamento na Fronteira, a fim de o substituído poder gozar das garantias que concedem o art. 20 do Decreto nº 2029 de 18-11-57, cujas

			<p>condições serão religiosamente cumpridas, uma vez que seja aceito pelo Governo Imperial [...] ficando sem efeito as condições d carta que ao mesmo escravo passei em 28-08-65, e registrada no Cartório de Paz desta Freguesia". Por não saber ler nem escrever, o senhor pediu a Ilustríssimo Sr. Coronel Maximiano Soares Lima que a assinasse a rogo.</p>
<p>Joaquim; pardo; desta Província; 38</p>	<p>Sr. Prudêncio Antônio da Silva (general);</p>	<p>dt. conc. 05-01-67; dt. reg. 31- 01-67 (Livro 2, p. 126v</p>	<p>A carta foi concedida com a condição de o escravo "servir no Exército pelo o tempo de 9 anos [...] o qual sendo aceito se lhe mandou assentar praça com destino ao quarto de caçadores a cavalo ficando por isso o dito guarda nacional que o libertou para esse fim isento não só do recrutamento como de todo o serviço de corpos destacados da mesma guarda nacional, conforme o</p>

			disposto no Decreto nº 3513 de 12 de setembro de 1865. O que se declara para conhecimento e fiel execução das autoridades competentes, e para garantia do substituído”.
crioulo, de nome Narciso	Felício Francisco Terra		O Guarda Nacional Felício Francisco Terra, da cidade de Jaguarão, oferece como seu substituto para servir no Exército, em um dos Corpos de Linha por nove anos, o crioulo liberto de nome Narciso...

Fonte: Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul / Porto Alegre: CORAG, 2006.

Anexo 2- Estatuto da Sociedade emancipadora Jaguareense

TITULO I

DA SOCIEDADE

Art. 1.º A sociedade « Emancipadora Jaguareense » tem sua sede n'esta cidade, estendendo-se, porem, a sua acção a todo o municipio de Jaguarão.

Art. 2.º Seu principal objecto é facilitar ao escravo os meios necessarios para que se torne livre.

Art. 3.º A sociedade assume a obrigação de dirigir os primeiros passos de seus libertados em sua nova vida de fazel-os contrahir habitos de trabalho, de recommendal-os a qualquer mestre de artes ou officio, quando tiverem propensão para aprenderem alguma arte ou officio, de procurar-lhes occupação quando por si não a acharem.

Art. 4.º A sociedade empregará os precisos esforços para dar a seus libertados a indispensavel instrucção primaria, pedindo para esse fim á Camara Municipal ou á Assembléa Provincial a creação de uma escola nocturna n'esta cidade.

TITULO II

DOS SOCIOS

Art. 5.º A sociedade consta de quatro cathegorias de socios : effectivos, protectores, honorarios e benemeritos.

Art. 6.º Serão admittidas a qualquer d'estas cathegorias pessoas de ambos os sexos, sem distincção de cores.

Art. 7.º Serão considerados socios, e por isso sujeitos aos deveres impostos por estes Estatutos, todas as pessoas que se inscreverem na sociedade, e só o deixarão de ser no caso de participação, por escripto, em que declarem não querer mais fazer parte da sociedade, ou em vista de resolução da assembléa geral dos socios.

Art. 8.º A participação de que trata o art. antecedente deve ser dirigida ao secretario por meio de officio, afim d'esse funcionario leval-a ao conhecimento da Directoria logo que esta se reunir.

Art. 9.º Ficam, portanto, prejudicados todos e quaesquer pretextos tendentes a illudir as obrigações prescriptas a cada socio.

CAPITULO II

DOS SOCIOS PROTECTORES

Art. 13. Os socios protectores são os que alem da mensalidade que pagam como contribuintes, concorrem com uma joia de 10\$000, a qual dá jus ao recebimento de um diploma de socio d'esta cathegoria, conferido pela Directoria.

Art. 14. A quantia proveniente da joia dos socios protectores, será empregada na manumissão ou manumissões com que a sociedade tem de solemnizar a sua installação, ou commemorar o dia de seu anniversario.

CAPITULO I

DOS SOCIOS EFFECTIVOS

Art. 10. Os socios effectivos entram no quadro da sociedade para tomar parte activa na generosa missão d'ella.

São contribuintes e não contribuintes.

§ 1.º Os contribuintes concorrem para as despesas e estabilidade da sociedade com a mensalidade de— um mil reis, — paga adiantadamente.

§ 2.º Na classe dos socios não contribuintes comprehendem-se todas as pessoas que prestarem serviços gratuitos á sociedade em todo e qualquer sentido.

Art. 11. O socio effectivo será proposto por qualquer socio, quando não o tenha sido pela commissão respectiva.

Art. 12. Os socios d'esta cathegoria receberão um diploma conferido pela Directoria e em nome da sociedade,

CAPITULO III

DOS SOCIOS HONORARIOS

Art. 15. Serão socios honorarios os individuos que ~~sem~~ fizerem parte da sociedade, tiverem prestado algum serviço importante á causa da emancipação em geral ou á Sociedade em particular.

Art. 16 São serviços d'essa ordem :

1. ° A alforria de um ou mais escravos ;
2. ° Os serviços prestados á idéa emancipadora no governo, na representação nacional e provincial, na imprensa e na tribunal ;
3. ° A doação de quantias importantes ;
4. ° A libertação de algum escravo em nome da Sociedade;

Em fim, quaesquer outros que a Sociedade entender terem o mesmo valor que os precedentes indicados.

Art. 17. O socio honorario tem o direito de assistir ás sessões da Assembléa Geral, sem, porem, tomar parte nas suas discussões e votações.

Art. 18. O socio honorario, acceitando esse titulo de distincção, contrahê moralmente o dever de auxiliar, no que lhe fôr possível, a Sociedade.

Art. 19. A proposta e eleição para socio honorario poderão ter lugar em qualquer tempo ; devendo a proposta ser apresentada e votada em sessão da Assembléa Geral.

Essa proposta deve ser assignada por um terço dos socios presentes á reunião da Assembléa Geral, ou pela totalidade dos funcionarios que compõem a Directoria, e conterá a declaração do serviço ou serviços relevantes prestados pelo proposto.

CAPITULO IV

DOS SOCIOS BENEMERITOS

Art. 20. Serão socios benemeritos os effectivos que merecerem ser distinguidos com esse titulo em virtude de serviços relevantes prestados a sociedade.

Art. 21. Serão considerados serviços relevantes os designados no art. 16.

Os prestados nos diversos cargos da administração da Sociedade, e os mais que a sociedade entender que têm a mesma valia.

Art. 22. O titulo de socio benemerito será conferido pela Assembléa Geral, sob proposta da Directoria.

Essa proposta deverá mencionar os serviços prestados pelo proposto, e será antes de apresentada á Assembléa Geral, discutida pela Directoria.

§ Unico—A proposta e eleição para socio benemerito só poderão ter lugar seis mezes depois de installada a sociedade.

TITULO III

DA DIRECTORIA

Art. 23. A Directoria da Sociedade compôr-se-ha de um presidente, um secretario, um thesoureiro, um procurador, e seis directores.

(Continúa).

ESTATUTOS

Sociedade Emancipadora Jaguarense.

(CONTINUAÇÃO)

A' directoria em geral compete:

1. ° Servir por seis mezes ;
2. ° Reunir-se quando fôr convocada.
3. ° Preparar e discutir todas os projectos tendentes a augmentar os fundos da Sociedade ;
4. ° Fazer entrega, á Directoria que a succeder, de tudo quanto estiver em seu poder, e informal-a acerca dos assumptos que deixar pendentes ;
5. ° Fazer em prol da idea de emancipação todo o bem que fôr possível ;
6. ° Observar e fazer observar os presentes Estatutos.

CAPITULO I DO PRESIDENTE

Art. 24. Ao Presidente compete :

1. ° Nomear comissões em todos os pontos do Municipio para obter-se o maior numero possível de socios effectivos ;
2. ° Nomear comissões auxiliares n'esta cidade quando algum espectáculo ou outra qualquer função se promova em beneficio da sociedade, encarregando essas comissões de fazerem o que fôr necessario para que o espectáculo ou beneficio seja proficuo ao fundo emancipador ;
3. ° Convocar as reuniões da Directoria e da Assembléa Geral ;
4. ° Presidir á todas as reuniões, dirigir as discussões e manter a ordem ;
5. ° Assignar com o secretario as actas das sessões e toda a correspondencia da sociedade ;
6. ° Authorisar os pagamentos que o thesoureiro tiver de fazer ;
7. ° Attender ás requisições que lhe fizerem as comissões e os directores no desempenho de seus cargos ;
8. ° Fazer cumprir as deliberações da Directoria ou da Assembléa ;
9. ° Fazer nos livros da sociedade os ternos de abertura e encerramento, e rubricar-os ;
10. Observar os presentes Estatutos.

Art. 25. O presidente será substituido pelo director mais votado, e este pelo immediato e assim successivamente.

Art. 26. O presidente é o presidente nato de todas as comissões e sub comissões que fôr preciso nomear.

CAPITULO II

DO SECRETARIO

Art. 27. Ao secretario compete :

1. ° Ter em livro especial o movimento dos socios, e mensalmente transmittir esse movimento ao thesoureiro;
2. ° Ter a seu cargo a correspondencia da sociedade;
3. ° Fazer um relatorio das occurrencias mais importantes que se derem na sociedade, apresentando-o a Assembléa logo que tenha findado o exercicio de suas funcções;
4. ° Redigir e ler as actas das sessões;
5. ° Assignar com o presidente toda a correspondencia da sociedade.

CAPITULO III

DO THESOUREIRO

Art. 28. Ao thesoureiro compete :

1. ° Receber os donativos, a joia dos protectores, as mensalidades dos socios contribuintes, e toda e qualquer quantia em geral, depositando tudo no banco d'esta cidade, ou em casa commercial com as necessarias garantias, até sua immediata applicação, no que será coadjuvado pelo procurador;
2. ° Ter uma escripturação em ordem, na qual constem todas as entradas, as despesas que se fizerem e as quantias despendidas com os libertados, abrindo a cada um d'estes uma conta particular, debitando-o pela importancia que se tiver ga-to com sua alforria, e creditando-o pelas parcellas que o libertado fôr entregando;
3. ° Fazer os pagamentos autorizados pelo presidente;
4. ° Apresentar mensalmente á Directoria, com religiosa pontualidade, o estado da caixa da sociedade, para a mesma Directoria resolver sobre a applicação dos fundos existentes;
5. ° Fornecer a qualquer socio, que lhe exigir, todos os esclarecimentos precisos para conhecer-se o estado da sociedade;
6. ° Apresentar á approvação da commissão de contas um balanço geral da caixa da sociedade no fim do semestre de seu exercicio;
7. ° Manter uma escripturação regular, em livro especial, de modo a facilmente poder verificar-se o estado do movimento do peculio de que trata o Tit. V.

Art. 29. Sendo approvado pela commissão de contas o balanço de que trata o art. 28 n. 6, ° cessa a responsabilidade do thesoureiro.

Este mesmo balanço deverá ser publicado pela imprensa para que d'elle tenham conhecimento todos os socios.

CAPITULO IV

DO PROCURADOR

Art. 30. Ao procurador compete :

§ 1.º Receber :

- 1.º A mensalidade dos socios contribuintes;
- 2.º A joia dos socios protectores;
- 3.º As doações feitas á sociedade.

§ 2.º Entregar ao thesoureiro, mediante recibo d'este, as quantias que tiver recebido de conformidade com o § 1.º do presente art.

TITULO IV

DAS COMMISSÕES AUXILIARES

Art. 31. Haverão as seguintes commissões: de Liberdade de Caridade, de Socios e de Contas, sendo cada uma pelo menos composta de tres membros.

Art. 32. As Commissões de Liberdade e Contas serão eleitas pela Assembléa Geral, e as demais serão nomeadas pelo presidente.

Art. 33. As commissões nomeadas pelo presidente, em diversos pontos do município para o fim de angariar socios, darão conta do resultado de sua missão á Directoria, por intermedio do Secretario.

Art. 34. As commissões auxiliares nomeadas pelo presidente para funcionarem na cidade, deverão ser compostas de socios, sempre que as funcções que tenham a desempenhar não sejam superiores ás suas forças e improprias do seu sexo.

Art. 35. O presidente poderá nomear sub-commissões, compostas de homens, para prestarem o auxilio de que carecerem as commissões compostas de socios.

Art. 36. As commissões nomeadas na campanha serão permanentes durante a presidencia que fizer a nomeação.

(Continúa.)

ESTATUTOS

Sociedade Emancipadora Jaguareense.

(CONTINUAÇÃO)

Art. 37. Cessa o mandato das commissões auxiliares nomeadas pelo presidente para servirem na cidade, logo que derem contas á Directoria da missão de que tiverem sido encarregadas.

Art. 38. As despesas das commissões serão feitas por conta da sociedade, cumprindo restringil-as o mais que fôr possível.

Art. 39. As commissões prestarão todo o auxilio que depender de sua actividade para que a Sociedade possa realizar seu grandioso fim.

CAPITULO I

DA COMMISSÃO DE LIBERDADE

Art. 40. A comissão de Liberdade compete :

1. ° Escolher, logo que para isso tenha authorisação, segundo o art. 53, o escravo ou escravos que tenham de ser alforriados pela sociedade, tendo em vista os principios pelos quaes ella se rege.

2. ° Entender-se com o senhor do escravo, que segundo informação da Directoria, já tiver quantia sufficiente para sua alforria, procurando por meios rogativos e persuasivos abrandar as condições que o mesmo senhor impuzer, dar todos os passos para levar a effeito a alforria, conseguida a acquiescencia do senhor; não obtida esta, participar á Directoria o occorrido para deliberar a respeito.

3. ° Procurar, tendo em vista a importancia existente em caixa, escravos para serem alforriados pela sociedade, caso não os haja com peculio na mesma sociedade, desenvolvendo todo o zelo para conseguil-os pelo menor preço possível, afim de que o beneficio possa estender-se a maior numero.

CAPITULO I I

DA COMMISSÃO DE CARIDADE

Art. 41. A' commissão de caridade, exclusivamente composta de socias, compete :

Agenciar ofertas para os leilões que se tenham de fazer em prol do fundo de emancipação, e cooperar para o bom resultado dos beneficios que forem offerecidos á Sociedade por qualquer companhia artista, ou associação particular, quer no theatro quer fóra d'elle.

CAPITULO I I I

DA COMMISSÃO DE SOCIOS

Art. 42. A' commissão de socios compete :

1. ° Angariar o maior numero possivel de socios effectivos.
2. ° Entender-se com os socios contribuintes que estiverem em circumstancia de serem excluidos (recebido para isso previo aviso do thesoureiro), buscando conseguir dos mesmos que satisfaçam os seus debitos e não abandonarem a sociedade.

TITULO V

CAPITULO UNICO

Do peculio

Art. 44. Ao escravo é licito a formação de uma peculio, em mão do thesoureiro da sociedade, com as quantias que obtiver de seu trabalho, ou por boações reconhecidas, devendo no primeiro caso ter consentimento de seu senhor, o qual será apresentado por escripto ao thesoureiro.

§ 1.º A quantia ou quantias assim entregues, serão postas á juro em algum estabelecimento bancario ou casa de commercio que offereça mais vantagens e garantias.

§ 2.º Reconhecendo-se que as entradas que o escravo tiver feito ou queira fazer são producto de furto, ou em uma palavra, de procedencia illegal, extinguir-se-ha a protecção da sociedade ao mesmo escravo.

Art. 45. O thesoureiro abrirá uma conta corrente ao escravo que se inscrever para o peculio, e lhe dará uma caderneta em a qual passará recibo das quantias que fôr recebendo.

Art. 46. Ao escravo que tiver peculio formado na conformidade do disposto no presente Titulo, poderá a sociedade auxiliar com a quantia que faltar para o completo do seu valor, toda a vez que elle se distinga por sua moralidade e aptidão para o trabalho.

Art. 47. Ao escravo que por seu comportamento revele não se achar em condições de fazer reverter á caixa da sociedade a quantia que esta possa adiantar para a sua alforria, limitar-se-ha a protecção da sociedade em administrar-lhe o peculio, fazendo-o render pelo modo indicado no art. 44 § 1.º e a empenhar-se para que consiga seus desejos de emancipar-se logo que tenha peculio sufficiente.

Art. 48. O peculio só póde ser retirado da sociedade pelo senhor do escravo mediante ordem ou mandado judicial.

Art. 49. Por morte do escravo far-se-ha immediata communicação ao juiz competente, pondo-se á sua disposição o peculio liquidado do fallecido.

Art. 50. A liquidação consistirá no abatimento de 18 o/o sobre a importancia total do peculio, sem attenção ao tempo do deposito.

TITULO VI

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 51. Para preenchimento dos fins á que a sociedade se propõe, disporá ella de um capital constituido do seguinte modo :

§ 1.º Das mensalidades dos socios contribuintes e joias dos socios protectores.

§ 2.º Dos donativos feitos por qualquer pessoa á sociedade.

§ 3.º Do producto dos leilões de beneficencia e dos beneficios concedidos á sociedade.

§ 4.º Do valor da indemnisação prestada pelo liberto.

§ 5.º Da importancia havida pela sociedade na liquidação do peculio, como se dispoz no art. 50.

§ 6.º Do rendimento do proprio capital.

TITULO VII

CAPITULO I

Das manumissões e das obrigações dos libertos

DAS MANUMISSÕES

Art. 52. As manumissões serão feitas em sessão publica e solemne.

(Continúa.)

Sociedade Emancipadora Jaguareense.

(CONTINUAÇÃO)

Art. 53. A Directoria logo que verificar que as quantias recolhidas ao fundo de emancipação permittem a pratica de alguma ou algumas manumissões, communicará á Comissão de Liberdade, afim d'esta cumprir com o disposto no art. 40 § 1.º, e logo que receber participação de ter feita a escolha do libertando ou libertandos, autorisará o secretario a annunciar pela imprensa, com oito dias de anticipação, o dia em que deverá ter lugar a entrega da carta ou cartas de liberdade, escolhendo-se sempre um dia santificado ou de festa nacional.

Art. 54. Aberta a sessão solemne, depois do discurso de estylo proferido pelo presidente, apresentar-se-ha o libertado na sala da sessão acompanhado de seus padrinhos, os quaes serão escolhidos de entre os membros da sociedade.

Art. 55. Feita a entrega da carta de liberdade, o presidente depois de dirigir ao liberto palavras de animação e conselho para o bem, mandará proceder pelo secretario a leitura do contracto effectuado judicialmente com o mesmo liberto.

CAPITULO II

DAS OBRIGAÇÕES DOS LIBERTOS

Art. 56. Sendo um dos fins da sociedade tornar os seus libertos pessoas uteis a si e a sociedade pela contractação ao trabalho, e devendo elles concorrer para que se faça a outros escravos o que a elles se fez, impõe-se-lhes a obrigação de entrarem para o fundo emancipador, a titulo de indemnisação, com as economias de seu trabalho, tirando para si do que ganharem o necessario para viver.

Art. 57. Quando heuver o liberto satisfeito o seu contracto com a sociedade, fica exonerado da obrigação imposta pelo art. 56, e será então obrigado a inscrever-se como socio effectivo, na classe dos contribuintes, com todos os onus e privilegios previstos por estes Estatutos.

Art. 58. Se por algum accidente imprevisto o liberto se inutilisar para o trabalho, ficará por isso completamente exonerado das obrigações que estes Estatutos lhe impõem e das que tiverem sido estipuladas no contracto judicial. Cessam tambem essas obrigações por morte do liberto, não ficando á sociedade o direito de exigir cousa alguma a seus descendentes.

Art. 59. Adoerendo o liberto, durante a sua enfermidade deixará a sociedade de exigir d'elle que dê quantia alguma para amortisação de sua divida, continuando, porem, o liberto a satisfazer o preceituado no art. 56 logo que se achar completamente restabelecido.

TITULO VIII

DA ASSEMBLEIA GERAL E DAS ELEIÇÕES

CAPITULO I

Da Assembléa Geral

Art. 60. As reuniões da Assembléa Geral serão sempre nos lugares mais publicos : na Camara Municipal, no Club Jagua-reense, ou no theatro, e a ninguem será vedada a entrada no recinto em que ella se realisar em.

Não podem, porem, tomar parte nas discussões pessoas es-tranhas á sociedade.

Art. 61. Questões submittidas á apreciação da Assembléa Geral, serão y esta discutidas, e approvadas ou não, por ex-

crutinio secreto. Para que haja approvação é necessario maio-ria absoluta de votos.

Art. 62. Os socios podem fazer uso da palavra tantas vezes quantas julgarem necessario, mas pela ordem da inscripção, observando-se a alternativa das opiniões.

Art. 63. Nenhum socio poderá fallar sobre materia vencida, quer á favor, quer contra.

Art. 64. O presidente é quem regula as sessões, mantem a ordem e dirige as discussões.

Art. 65. A Assembléa Geral deve reunir-se toda a vez que fôr convocada pelo presidente, ex-vi de suas attribuições, ou á requerimento de 10 socios effectivos. A convocação deverá ser feita unicamente quando a questão a resolver-se não possa ser decidida pela Directoria, por falta de competencia para conhe-cer do assumpto. A convocação será feita pela imprensa, pelo secretario por ordem do presidente, com a maior antecedencia possivel, escolhendo-se para a reunião um dia sanctificado.

Art. 66. A Assembléa Geral compete ordenar a Directoria, que expeca os diplomas aos socios honorarios e benemeritos.

Art. 67. A Assembléa Geral estará constituida quando com-parecer a maioria dos socios; si, porem, na 1.ª reunião não comparecer maioria, se marcará 2.ª reunião, que será convo-cada de conformidade com o final do art. 65, e n'esta 2.ª reunião se deliberará com qualquer numero de socios.

CAPITULO II

DAS ELEIÇÕES

Art. 68. Em um dos primeiros dias de cada semestre far-se-ha a eleição de todos os funcionarios da sociedade.

Art. 69. Antes de proceder-se a eleição, o presidente em minucioso relatorio, assignado por toda a Directoria dará conta á Assembléa Geral reunida para a eleição do estado da sociedade e de tudo quanto houver occorrido durante a gerencia da mesma Directoria. Esse relatorio será submettido á discussão e votação.

Art. 70. Os socios effectivos, protectores e benemeritos tem direito a votar, e a serem votados não sendo porem obrigados a servir mais de um semestre seguidamente.

Art. 71. Cada socio dará seu voto em cedula fechada, constando n'ella os nomes dos socios nos quaes vota para funcionarios da sociedade.

Art. 72. Feita a apuração da votação, o presidente fará conhecer, em alta voz, os nomes dos eleitos, e dará por findo o trabalho eleitoral.

O secretario da Directoria, que terminou o exercicio de sua administração, officiará a nova Directoria, convidando-a a tomar posse da gerencia da sociedade, e pela imprensa fará publico o resultado da eleição.

Art. 73. A renuncia dos cargos da Directoria e Commissions elegiveis só será admittida um dia depois da eleição, e se vier acompanhado de justos motivos. Aceita a renuncia, o socio que tiver renunciado o cargo, será substituido pelo seu immediato em votos, e assim successivamente.

TITULO IX

CAPITULO UNICO

Disposições Geraes

Art. 74. A Directoria, para attender ás despesas indispensaveis com o custeio da sociedade, poderá despende até a quantia de 100\$. As despesas que fôr necessario fazer de quantias superiores a essa, deverão ser autorisadas pela Assembléa Geral.

Art. 75. A Directoria é responsavel pelo desvio dos fundos da sociedade, pela falta de cumprimento de seus deveres, e pela negligencia de que redundem prejuizos á sociedade ou á idéa emancipadora.

A sociedade perseguirá perante os tribunaes a pessoa que dispuzer dos dinheiros da sociedade em objecto estranho aos fins da mesma sociedade.

(Continúa.)

ESTATUTOS

Sociedade Emancipadora Jaguareense.

(CONCLUSÃO)

Art. 76. Nenhum projecto será apresentado a Assembléa Geral sem ter sido previamente discutido e aprovado pela Directoria.

Art. 77. Quando algum socio ou director não fôr attendido pelo presidente em algum pedido que seja justo e util á sociedade, terá recurso para á primeira assembléa geral, e esta decidirá em ultima instancia.

Art. 78. O socio que se atrazar no pagamento de suas mensalidades por mais de seis mezes, será por proposta da Directoria, e sob informação do thesoureiro, sujeito a resolução da Assembléa Geral.

Art. 79. Só depois de decorrido um semestre da data da approvação dos presentes Estatutos, poderão ser elles alterados ou reformados. A assembléa geral compete reformal-os ou a-

Art. 80. Pode ser creado qualquer additivo que não se oponha ao espirito d'estes Estatutos.

Art. 81. Todos os livros pertencentes á sociedade serão facilitados ao exame do juiz competente, sempre que o exigir, assim como prestar-se-lhe-hão todas as informações que o mesmo pedir.

Art. 82. Para que haja sessão da Directoria é bastante que se achem presentes metade e mais um de seus membros.

Art. 83. Faltando um funcionario cinco vezes seguidas ás sessões, sem causa participada, entende-se que renuncia o cargo e será substituido na forma estabelecida pelo art. 73, «in fine.»

Art. 84. Nas sessões solemnes para actos de manumissão, o presidente, depois de entregue a carta ao liberto e preenchidas as demais formalidades do art. 55, concederá a palavra a quem d'ella queira fazer uso para proferir discursos ou recitar poesias analogas ao acto.

Art. 85. As sessões solemnes deverão ser abrilhantadas do modo que a Directoria entender mais consentaneo com a magnitudo do acto, para o que fará os necessários convites ás as-

guitude do acto, para o que fará os necessários convites ás associações litterarias e humanitarias do lugar, e á população do municipio, reservando no recinto das sessões assentos espeziaes para os representantes das associações que acceitarem seu convite. O programa a seguir nas festas de liberdade, será publicado pela imprensa.

Art. 86. Nas sessões sollemnes é expressamente prohibido tratar-se de assumptos que não seja o que motiva as mesmas sessões.

Art. 87. Ninguém poderá propôr a dissolução da sociedade Emancipadora Jaguarense em quanto existir um só escravo que seja no municipio de Jaguarão; o socio, porem, que a propuzer, apezar da expressa prohibição estabelecida n'este artigo, será considerado indigno de fazer parte da sociedade, e por isso deverá ser eliminado do livro de matricula dos socios.

Art. 88. A sociedade, dará por finda a sua humanitaria e patriotica missão, quando não houver mais escravos n'este municipio, e com o termo de sua existencia, assignalado pela alforria do ultimo escravo, caducam os direitos á indemnisação que por ventura ella tenha em virtude de adiantamentos de fundos para manumissões.

Art. 90. Antes, porém, de dar sua missão por terminada, será resolvido em Assembléa Geral o procedimento a adoptar-se em relação ao capital social que possa então existir, preferindo-se favorecer com esse capital a instrução ou qualquer lyceô ou estabelecimento de artes e officios.

Jaguarão, 11^{ta} de Setembro de 1881.

ANTONIO MARIA PINTO.

JOSE THOMAZ DA PORCIUNCULA.

MANOEL MASEDA.

Examinados e approvados em Assembléa Geral do dia 11 de Setembro do corrente anno, presidida pelo Exm. Sr. General Augusto Cezar da Silva, e servindo de 1^o e 2^o secretarios respectivamente, os Srs. Coronel Thomaz Affonso da Silva e João José de Lavra Pinto.

Fonte Emancipadora Jaguareense. *Jornal Atalaia do Sul*. Jaguarão, 15 de setembro de 1881.

:

Anexo 3- Vista para Xarqueada do Coronel Zeferino Lopes de Moura

Vista geral da xarqueada do Coronel Zeferino Lopes de Moura

Fonte: Fonte: Intendência Municipal de Jaguarão. *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão*. Porto Alegre: Livraria do Mundo, 1912. p. 88

Anexo 04-Margem esquerda do rio Jaguarão na charqueada União

Fonte:Fonte:Intendência Municipal de Jaguarão. *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão*. Porto Alegre: Livraria do Mundo, 1912. p. 82.

Anexo 5- Salga da carne na charqueada

Fonte:Fonte: Intendência Municipal de Jaguarão. *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão*. Porto Alegre: Livraria Mundo, 1912. p. 87.

Anexo 6-Escravo da Xarqueada do Coronel Zeferino Lopes de Moura

Fonte: Museu Carlos Barboba. Fotos avulsas.